

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
CAMPUS BAIXADA SANTISTA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS
TATIANA DE CARDOSO E MENDES CASTRO**

**JUDICIALIZAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS:
CONTRADIÇÕES, DESAFIOS E POTENCIALIDADES AO SERVIÇO SOCIAL NA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

SANTOS/SP

2019

TATIANA DE CARDOSO E MENDES CASTRO

**JUDICIALIZAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS:
CONTRADIÇÕES, DESAFIOS E POTENCIALIDADES AO SERVIÇO SOCIAL NA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Dissertação apresentada, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Políticas Sociais, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo – Campus Baixada Santista.
Orientadora: Profa. Dra. Maria Liduína de Oliveira e Silva.

SANTOS/SP

2019

TATIANA DE CARDOSO E MENDES CASTRO

**JUDICIALIZAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS:
CONTRADIÇÕES, DESAFIOS E POTENCIALIDADES AO SERVIÇO SOCIAL NA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo – Campus Baixada Santista, para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Políticas Sociais.

Presidente da Banca: Professora Doutora Maria Liduína de Oliveira e Silva

BANCA EXAMINADORA:

Professora Doutora Maria Rosângela Batistoni (Titular)

Professora Doutora Francisca Rodrigues de Oliveira Pini (Titular)

Professora Doutora Cintia Aparecida da Silva (Titular)

Professora Doutora Maria Natália Ornelas Pontes Bueno Guerra (Suplente)

Aprovada em: 19/08/2019

Ao meu eterno amor, a quem ainda chamo de “Tenente” ... Wagner

Aos meus maiores tesouros, a quem chamo de filhos... Arthur e Lucas

Aos meus anjos, a quem chamo de pai e mãe... Lazaro e Mirta

Aos meus guardiões, a quem chamo de irmãos... Gustavo, Nicolas e Luara

Minha eterna gratidão, amo vocês!!!

AGRADECIMENTOS

Neste momento de encerramento, o sentimento é de gratidão por uma etapa importante da vida que está se concluindo... Os desafios foram muitos, tanto no âmbito acadêmico, como principalmente na vida pessoal, pois ser estudante, trabalhadora, mãe, esposa e mulher em tempos de regressão de direitos não é uma tarefa fácil. Deste modo, indistintamente, agradeço a familiares e amigos, que estiveram ao meu lado, torcendo para que o sonho do mestrado se concretizasse.

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Maria Liduína de Oliveira e Silva por ter aceito a indicação para me acompanhar nesta jornada de superação de limites e que, com tanta docilidade, tranquilidade e comprometimento conduziu os caminhos.

Às Professoras do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da UNIFESP - PPGSSPS/Baixada Santista com quem tive a honra de compartilhar momentos ímpares de aprendizados e discussões, a quem expresso meu profundo respeito e admiração.

Às Professoras do Curso de Serviço Social da UNIFESP/Baixada Santista, que, mesmo indiretamente, muito contribuíram para minha formação acadêmica e profissional.

Às Professoras Doutoras das bancas de qualificação e defesa, que com seus conhecimentos e experiências muito contribuíram e enriqueceram o trabalho realizado: Maria Rosângela Batistoni, Francisca Rodrigues de Oliveira Pini, Cintia Aparecida da Silva e Maria Natália Ornelas Pontes Bueno Guerra.

Aos colegas da primeira turma do PPGSSPS da UNIFESP/Baixada Santista, desbravadores deste importante curso de mestrado, a quem eu tive a satisfação de compartilhar momentos de dificuldade e alegrias, que foram desde a inserção em um movimento de ocupação estudantil até a realização de um chá de bebê surpresa para o meu Lucas.

À UNIFESP pela oportunidade de realização do mestrado e por se constituir um espaço de resistência e fortalecimento.

À Defensoria Pública do Estado de São Paulo por se constituir um espaço riquíssimo para o exercício profissional de Assistentes Sociais e também por oportunizar a conciliação entre trabalho e estudos, o que foi primordial para a realização do curso.

Aos colegas de trabalho das Unidades de Santos e São Vicente, com quem diariamente compartilho desafios, dificuldades e conquistas.

Aos colegas de trabalho do CAM da DPESP, profissionais comprometidos com a transformação da realidade e com o público atendido, a quem também expresso minha profunda admiração.

Aos Assistentes Sociais da DPESP que gentilmente participaram desta pesquisa, enriquecendo substancialmente os estudos e análises do exercício profissional, profissionais que demonstraram total engajamento com o Projeto Ético Político da profissão.

Por fim, agradeço aos usuários da DPESP, pois a desafiadora realidade apresentada por eles alicerçou a realização do presente estudo.

“A essência dos Direitos Humanos é o direito a ter direitos.” (Hannah Arendt).

RESUMO

A judicialização de direitos sociais aparece na contemporaneidade como um direito instituído a partir da Constituição Federal de 1988, na medida em que um cidadão não tem seu direito atendido, a exemplo do acesso a dispensação de remédios, vaga na educação infantil, leito hospitalar, ou mesmo ação civil pública para garantir o direito comum a um segmento. Deste modo, a busca pelo recurso judicial constitui-se como uma estratégia ou mesmo uma necessidade de muitas pessoas, famílias e comunidades frente a um Estado neoliberal, “mínimo”, sucateado, excludente e violador de direitos, que não prima pelas políticas sociais. A crescente procura pelo Sistema de Justiça para resolução de demandas voltadas para a efetivação de direitos sociais reflete uma das possibilidades de enfrentamento às desigualdades sociais e principalmente a busca pela garantia de direitos legalmente previstos, conquistados através de lutas e movimentos sociais, mas não efetivados. Por outro lado, este processo de judicialização, se usado indistintamente corrobora uma possível sobreposição do Poder Judiciário ao Poder Executivo, contribuindo também para a desresponsabilização do Estado e despolitização da esfera pública. Neste sentido, a presente Dissertação de Mestrado tem como intuito apresentar a questão da judicialização de direitos sociais como saúde, educação, assistência social e habitação no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP) e as contradições, desafios e potencialidades que se colocam ao cotidiano da/o Assistente Social na Instituição, na atenção a judicialização ou não das demandas trazidas pelos sujeitos que procuram a Defensoria Pública. O Serviço Social trabalha diretamente em interface com os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, assim dispõe de recursos teóricos e metodológicos, técnicos e operativos, éticos e políticos para contribuir com a resolução da problemática de maneira efetiva e célere através de mecanismos judiciais e extrajudiciais. O estudo ora apresentado foi desenvolvido em uma perspectiva crítica e dialética da realidade, utilizando abordagem qualitativa, alicerçada por pesquisa bibliográfica, documental, levantamento de dados de prontuários eletrônicos e aplicação de questionários a Assistentes Sociais da Instituição. Acredita-se que o tema estudado é complexo, paradoxal, instigante e reflete a atual conjuntura societária de desmonte de direitos, precarização das relações sociais e criminalização da pobreza. Trata-se de um estudo inicial que não se esgota, mas traz reflexões importantes sobre as contradições e potencialidades que permeiam a busca pela efetivação de direitos na contemporaneidade.

Palavras chave: Direitos Sociais. Judicialização. Defensoria Pública. Serviço Social.

ABSTRACT

The judicialization of social rights appears in contemporary times as a right established by the Federal Constitution of 1988, inasmuch as a citizen does not have his right granted, such as access to medicine dispensing, a place in early childhood education, hospital beds, or same public civil action to guarantee the common law to a segment. In this way, the search for judicial resources constitutes a strategy or even a necessity for many people, families and communities against a neoliberal, "minimal" state, scrapped, excluding and violating rights, which does not press for social policies. The growing demand for the Justice System to resolve demands aimed at the realization of social rights reflects one of the possibilities of confronting social inequalities and especially the search for the guarantee of legally foreseen rights, won through struggles and social movements, but not effected. On the other hand, this judicial process, if used interchangeably, corroborates a possible overlapping of the Judiciary Power to the Executive Branch, also contributing to the State's lack of responsibility and depoliticization of the public sphere. In this sense, this Master's Dissertation aims to present the question of the judicialization of social rights such as health, education, social assistance and housing within the Public Defender's Office of the State of São Paulo (DPESP) and the contradictions, challenges and potentialities that put into the daily life of the Social Worker in the Institution, in the attention to the judicialization or not of the demands brought by the individuals who seek the Public Defender's Office. The Social Service works directly in interface with the organs of the System of Guarantee of Rights, so it has theoretical and methodological, technical and operative, ethical and political resources to contribute to the resolution of the problem in an effective and fast way through judicial and extrajudicial mechanisms. The present study was developed in a critical and dialectical perspective of the reality, using a qualitative approach, based on bibliographical, documentary research, data collection of electronic medical records and questionnaires to Social Assistants of the Institution. It is believed that the theme to be studied is complex, paradoxical, instigating and reflects the current societal conjuncture of dismantling rights, precarious social relations and criminalization of poverty. It is an initial study that is not exhaustive, but brings important reflections on the contradictions and potentialities that permeate the search for the effectiveness of rights in the contemporary world.

Keywords: Social Rigths. Judicialization. Public Defender. Social Work.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Página inicial de cadastro de usuários no SISCAM	30
Figura 2 - Continuação da página inicial de cadastro de usuários no SISCAM.....	30
Figura 3 - Registro de procedimentos técnicos no SISCAM	31
Figura 4 - Órgãos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo/2019.....	80
Figura 5 - Fundação da Vila de São Vicente – Benedito Calixto	99
Figura 6 - Retrato São Vicente/SP na atualidade.....	100

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Perfil dos/as usuários/as que buscam direitos sociais – Serviço Social CAM São Vicente, período de 2014 a 2016 – Categoria Gênero.....	104
Gráfico 2 - Perfil dos/as usuários/as que buscam direitos sociais – Serviço Social CAM São Vicente, período de 2014 a 2016 – Categoria Idade.....	106
Gráfico 3 - Casos Novos Serviço Social CAM São Vicente X Demandas por Direitos Sociais no período 2014 a 2016.....	108
Gráfico 4 - Casos Novos Serviço Social CAM São Vicente X Demandas por Direitos Sociais no período 2014 a 2016 - termos percentuais	108
Gráfico 5 - Principais demandas Serviço Social do CAM de São Vicente - 2014 a 2016	115
Gráfico 6 - Demandas secundárias relacionadas à solicitação de Direitos Sociais - Serviço Social do CAM de São Vicente no período de 2014 a 2016.....	117
Gráfico 7 - Demandas principais e secundárias relacionadas à solicitação de Direitos Sociais do CAM São Vicente - 2014 a 2016	119
Gráfico 8 - Demandas por direitos sociais CAM DPESP x CAM São Vicente no período de 2014 a 2016	123
Gráfico 9 - Direitos Sociais - CAM's DPESP no período de 2014 a 2016	127
Gráfico 10 - Direitos Sociais CAM São Vicente no período de 2014 a 2016.....	127
Gráfico 11 - Perfil Assistentes Sociais DPESP - Categoria Gênero	144
Gráfico 12 - Perfil Assistentes Sociais DPESP - Categoria Idade	145
Gráfico 13 - Perfil Assistentes Sociais DPESP - Categoria Tempo de Trabalho na Instituição	145
Gráfico 14 - Perfil dos Assistentes Sociais DPESP - Categoria Formação/Titulação	147

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição dos/as Assistentes Sociais e Psicólogos/as da DPESP/2019	84
Tabela 2 - Casos novos encaminhados aos CAM's da DPESP no período de 2014 a 2016	87
Tabela 3 - Origem dos encaminhamentos aos CAM's da DPESP no período de 2014 a 2016.	89
Tabela 4 - Possível natureza jurídica das demandas encaminhadas aos CAM's da DPESP no período de 2014 a 2016	90
Tabela 5 - Principais demandas atendidas pelos CAM's da DPESP no período de 2014 a 2016	92
Tabela 6 - Procedimentos técnicos realizados pelos CAM's da DPESP no período de 2014 a 2016	95
Tabela 7 - Casos Novos CAM São Vicente X Serviço Social CAM São Vicente X Demandas por Direitos Sociais no período 2014 a 2016	107
Tabela 8 - Demandas por Direitos Sociais CAM São Vicente no período 2010 a 2016	109
Tabela 9 - Origem dos encaminhamentos ao Serviço Social do CAM de São Vicente no período de 2014 a 2016	109
Tabela 10 - Possível natureza jurídica das demandas encaminhadas ao Serviço Social do CAM de São Vicente no período de 2014 a 2016	111
Tabela 11 - Principais demandas atendidas pelo Serviço Social do CAM de São Vicente no período de 2014 a 2016	112
Tabela 12 - Demandas secundárias relacionadas à solicitação de Direitos Sociais - Serviço Social do CAM de São Vicente no período de 2014 a 2016.....	116
Tabela 13 - Demandas principais e secundárias relacionadas à solicitação de Direitos Sociais atendidas pelo Serviço Social do CAM de São Vicente no período de 2014 a 2016	118
Tabela 14 - Percentual de demandas por direitos sociais na DPESP x DPESP de São Vicente no período de 2014 a 2016	121
Tabela 15 - Demanda por Direitos Sociais – CAM's DPESP no período 2014 a 2016	123

Tabela 16 - Demanda por Direitos Sociais - CAM São Vicente no período 2014 a 2016	124
Tabela 17 - Comparativo demanda por Direitos Sociais - CAM's DPESP X CAM São Vicente no período 2014 a 2016	124
Tabela 18 - Procedimentos técnicos realizados pelo CAM de São Vicente no período de 2014 a 2016	128

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP	Ação Civil Pública
ANADEP	Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos
ATP	Assessoria Técnica Psicossocial
BM	Banco Mundial
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAM	Centro de Atendimento Multidisciplinar
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAPS AD	Centro de Atenção Psicossocial em Álcool e Drogas
CAPS I	Centro de Atenção Psicossocial Infantil
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
CEJUSC	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CGA	Coordenadoria Geral de Administração da DPESP
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
COHAB	Companhia de Habitação
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CSDP	Conselho Superior da Defensoria Pública
CTI	Coordenadoria de Tecnologia da Informação
DOL	Defensoria On-line
DPESP	Defensoria Pública do Estado de São Paulo
DPESP-SV	Defensoria Pública do Estado de São Paulo – São Vicente
DPU	Defensoria Pública da União
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSP/USP	Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo
GAI	Grupo de Apoio Interdisciplinar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
ILPI	Instituição de Longa Permanência para Idosos
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITE	Instituição Toledo de Ensino

LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDPESP	Movimento pela criação da Defensoria Pública no Estado de São Paulo
MP	Ministério Público
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PAJ	Procuradoria de Assistência Judiciária
PEPGSS-PUC/SP	Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PIB	Produto Interno Bruto
PPCAAM	Programa de Proteção à Criança e Adolescente Ameaçado de Morte
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
SCFV	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SISCAM	Sistema do Centro de Atendimento Multidisciplinar
STF	Supremo Tribunal Federal
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TJ	Tribunal de Justiça
UBS	Unidade Básica de Saúde
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFESP	Unidade Fiscal do Estado de São Paulo
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UNESP	Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1 - OS CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	25
CAPÍTULO 2 - CRISE DO CAPITAL E QUESTÃO SOCIAL: REBATIMENTOS NA GARANTIA DE DIREITOS SOCIAIS.....	38
2.1 Mudanças conjunturais e crise do capital	38
2.2 Questão Social, desmonte e judicialização de direitos sociais na contemporaneidade.....	45
2.3 Trajetória dos direitos sociais no Brasil: ênfase pós 1988	52
CAPÍTULO 3: O DEBATE SOBRE A JUDICIALIZAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS E A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO	60
3.1 O contexto da judicialização de direitos sociais: as contradições e desafios para o acesso ao Direito e Justiça	60
3.2 O Poder Judiciário e algumas considerações no âmbito da Justiça	66
3.3 Implicações da judicialização de direitos para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e as contradições no campo da Justiça.....	70
3.4 Um breve histórico sobre a criação das Defensorias Públicas no Brasil.....	74
3.5 A Defensoria Pública do Estado de São Paulo: história, finalidade, estrutura e áreas de atuação	77
3.6 Construindo um caminho extrajudicial no acesso à Justiça: os Centros de Atendimento Multidisciplinar da Defensoria Pública do Estado de São Paulo	83
3.6.1 Conhecendo os CAM's da Defensoria Pública do Estado de São Paulo – breves considerações.	83
3.6.2 O universo de trabalho dos CAM's da DPESP.....	87
3.7 A efervescência da judicialização dos direitos sociais: conhecendo as demandas através do CAM da Unidade de São Vicente	98
3.7.1 O município de São Vicente e a Defensoria Pública: algumas aproximações históricas	98
3.7.2 Conhecendo a realidade do CAM da Defensoria Pública de São Vicente	103
3.7.3 Desvelando o fenômeno da judicialização de direitos sociais no CAM da Defensoria Pública de São Vicente.....	116

CAPÍTULO 4: O SERVIÇO SOCIAL E A JUDICIALIZAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS NA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO – DILEMAS, CONTRADIÇÕES, DESAFIOS E POTENCIALIDADES.	131
4.1 Serviço Social: breves considerações sobre os primórdios e o sentido da profissão no Brasil	131
4.2 O Serviço Social no campo sociojurídico: algumas aproximações históricas.....	134
4.3 O Serviço Social na Defensoria Pública do Estado de São Paulo: enfrentando desafios e construindo possibilidades	139
4.4 O olhar das/os Assistentes Sociais frente à judicialização de direitos sociais na Defensoria Pública	143
4.4.1 Conhecendo os/as sujeitos/as da pesquisa: esboço sobre um breve perfil das/dos Assistentes Sociais da DPESP.....	143
4.4.2 Identificando as demandas por direitos sociais na DPESP – características e origem dos atendimentos	147
4.4.3 Demandas mais frequentes e formas de condução pela Unidade e pelo Serviço Social	154
4.4.4 Um novo olhar sobre as demandas por direitos sociais na DPESP: dificuldades, potencialidades e desafios ao CAM	167
4.4.5 Justificativas para a busca de direitos sociais no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.....	176
4.4.6 Dilemas, contradições, desafios e potencialidades ao Serviço Social da Defensoria Pública do Estado de São Paulo no atendimento a demandas por direitos sociais.....	181
CONSIDERAÇÕES FINAIS	193
REFERÊNCIAS.....	201
APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido	
APÊNDICE B – Questionário aplicado aos Assistentes Sociais da Defensoria Pública do Estado de São Paulo	
ANEXO A – Deliberação CSDP nº 187, de 12 de agosto de 2010 – Disciplina a estrutura e funcionamento dos Centros de Atendimento Multidisciplinar	
ANEXO B – Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014 – Altera a Deliberação nº 187, de 12 de agosto de 2010, do Conselho Superior da	

Defensoria Pública do Estado de São Paulo que disciplina a estrutura e funcionamento dos Centros de Atendimento Multidisciplinar

INTRODUÇÃO

O mergulho no cotidiano profissional, a demanda de trabalho crescente e cada vez mais complexa, diante da retração de recursos humanos e materiais, fruto da atual crise estrutural do capital e consequente agravamento das expressões da questão social, muitas vezes pode contribuir para o exercício profissional pragmático, alienante e violador de direitos.

A procura por estratégias e alternativas para enfrentar o total desmonte de direitos conquistados democraticamente, através das lutas sociais, encontra na produção do conhecimento um terreno fértil e um importante aliado. Deste modo, incorporando exercício profissional e produção do conhecimento, nasce a proposta de estudo intitulada - “Judicialização de direitos sociais: contradições, desafios e potencialidades ao Serviço Social na Defensoria Pública do Estado de São Paulo”.

A constante inquietação no cotidiano profissional frente ao crescimento das demandas por efetivação de direitos sociais básicos, previstos constitucionalmente, como saúde, habitação, educação, trabalho e assistência social, e o consequente agravamento das condições de vida de crianças, mulheres, pessoas com deficiência, idosos, famílias e comunidades inteiras foram as molas propulsoras que impulsionaram o desenvolvimento desta pesquisa.

A busca judicial por um remédio, uma cadeira de rodas, uma vaga em instituição de acolhimento para pessoas em situação de rua ou idosos, inscrição em programas habitacionais, dentre outras, são demandas que se colocam no cotidiano das/os Assistentes Sociais da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP), há pouco mais de nove anos, tempo de implantação do Serviço Social na Instituição, se constituindo como um grande desafio ao exercício profissional comprometido com a transformação da realidade que atropela direitos sociais individuais e coletivos.

Esta realidade representa um período histórico marcado pela mundialização do capital, que se caracteriza por rompimentos, violações, exclusões e agravamento da questão social, afetando várias esferas da vida em sociedade: econômica, política, social, cultural, etc. A ofensiva conservadora avança na realidade brasileira solapando o universo das camadas mais desfavorecidas socialmente: negros, pobres, periféricos, que, “destituídos” de seus direitos, passam muitas vezes a ocupar o banco dos réus em um nítido processo de criminalização da pobreza e maximização do Estado Penal.

A conjuntura brasileira atinge níveis alarmantes e crescentes de desigualdade social. As políticas sociais se tornam cada vez mais fragmentadas, compensatórias e paternalistas, excluindo a população pobre e miserável do direito à cidadania e até mesmo aos “mínimos” necessários para uma vida digna - falta de medicamentos; segurança alimentar comprometida; listas de espera infindáveis para realização de consultas, exames e cirurgias; programas sociais minimalistas e paliativos; falta de vagas em todas as esferas da educação; política de moradia ineficaz e até mesmo inexistente.

Neste contexto, observa-se cotidianamente no espaço funcional da DPESP – Regional de Santos/Unidade São Vicente, a procura crescente da população pelos processos de judicialização de direitos sociais, principalmente aqueles voltados para as áreas da saúde, assistência social, habitação e educação.

Desta forma, considerando o compromisso pela defesa dos direitos humanos e da justiça social como princípios fundamentais do Serviço Social, alicerçados pelo seu Projeto Ético Político, o presente estudo busca desvelar a questão da judicialização de direitos sociais através da materialização das demandas apresentadas pelos/as usuários da DPESP e a partir da análise das/os Assistentes Sociais da Instituição, apontando as contradições, desafios e potencialidades que permeiam esta realidade.

Igualmente, o estudo visa problematizar a questão do crescimento da busca pela judicialização dos direitos sociais no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo; caracterizar as principais demandas apresentadas pelos/as usuários/as do Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM) da DPESP, em especial a Unidade de São Vicente-SP, no que tange à efetivação e garantia de direitos sociais; e apreender a visão das/os Assistentes Sociais da Defensoria Paulista sobre o trabalho desenvolvido frente à questão das demandas para judicialização de direitos sociais.

Para o alcance desses objetivos, duas hipóteses centrais foram trabalhadas: a judicialização dos direitos sociais representa uma forma de garantia de direitos, mas, ao mesmo tempo, este mecanismo também colabora para o descomprometimento do Estado e despolitização da esfera pública, contribuindo para a prevalência de demandas individuais sobre as coletivas; e, o trabalho das/os Assistentes Sociais da DPESP corrobora que a não judicialização dos direitos sociais também representa uma forma qualificada de garantia e efetivação desses direitos.

O capítulo inicial desta dissertação foi dedicado a demonstrar os caminhos metodológicos trilhados pela pesquisadora para alcançar os objetivos propostos pelo estudo, apresentando suas motivações, as perspectivas teórico-metodológicas utilizadas para a apreensão da realidade e o desvelamento das contradições que caracterizam a realidade estudada, os instrumentais utilizados para análise de dados, a definição das categorias de análise, bem como as dificuldades e desafios superados nesta jornada.

Neste primeiro capítulo, explicita-se detalhadamente os processos do estudo, permeados pela perspectiva materialista histórica e dialética, desenvolvidos a partir da utilização de pesquisa qualitativa, complementada por aspectos quantitativos e observação participante. Como instrumentais utilizou-se o levantamento bibliográfico, documental, análise de prontuários de atendimento do CAM da Unidade de São Vicente, no período de 2014 a 2016, e aplicação de questionário sobre a temática à 20% das/os Assistentes Sociais que compõem o quadro funcional da DPESP na atualidade.

O capítulo 2, intitulado “Crise do capital e questão social – rebatimentos na garantia de direitos sociais” dedicou-se a realizar uma leitura conjuntural mais abrangente sobre o universo que permeia a pesquisa, condição essencial para decifrar a verdadeira correlação de forças e recorte de classe existentes nesta temática.

Inicialmente, realizou-se uma discussão sobre as mudanças conjunturais e a crise do capital ao longo da história e posteriormente versou-se sobre a base em que se sustenta a pesquisa: questão social, desmonte e judicialização de direitos sociais na contemporaneidade.

O capítulo iniciou também as discussões acerca da trajetória histórica dos direitos sociais na realidade brasileira, com ênfase ao período pós 1988, apresentando os caminhos percorridos ao longo da história para o reconhecimento e efetivação destes direitos.

O capítulo 3 - “O debate sobre a judicialização de Direitos Sociais e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo”, apresenta diretamente a interlocução entre o exercício profissional e a produção do conhecimento. Inicialmente, apresenta-se o contexto que permeia a judicialização de direitos sociais na contemporaneidade e os desafios da população para o próprio acesso ao Direito e à Justiça.

Na construção do aporte teórico para compreensão do objeto de estudo, este capítulo discorre também sobre algumas considerações importantes no âmbito da Justiça; implicações e contradições da judicialização de direitos na esfera dos três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário; breve histórico da criação das Defensorias Públicas brasileiras, com ênfase para a Defensoria Pública do Estado de São Paulo e os Centros de Atendimentos Multidisciplinares da Instituição.

Na sequência, a partir do levantamento e estudo documental, inicia-se a construção do retrato dos atendimentos às demandas por direitos sociais no âmbito dos CAM's, com destaque para a realidade de São Vicente, mas em contínua interlocução com o panorama geral desta problemática a nível estadual. Neste momento foi possível traçar um breve perfil da população atendida; caracterizar a origem e natureza judicial das demandas; as solicitações mais recorrentes, tanto na esfera dos direitos sociais como também a partir das temáticas gerais que perpassam pelo cotidiano dos CAM's; e os instrumentais mais utilizados ao enfrentamento da realidade, ou seja os caminhos adotados pelos profissionais para a resolução das demandas.

O quarto e último capítulo desta dissertação, “Serviço Social e a Judicialização de Direitos Sociais na Defensoria Pública do Estado de São Paulo: dilemas, contradições, desafios e potencialidades”, dedica-se a retratar a atuação do Serviço Social frente às demandas por direitos sociais na Instituição. Para tanto, inicialmente, realiza-se algumas considerações sobre os primórdios e o sentido da profissão no Brasil; e se resgata o histórico da profissão no campo sociojurídico, com ênfase ao Serviço Social na DPESP, uma construção recente, mas muito potente no âmbito do Sistema de Justiça.

A última etapa deste capítulo dedica-se a análise das ricas contribuições oferecidas por onze Assistentes Sociais da DPESP, que responderam a um questionário aberto sobre a temática proposta pelo estudo.

Inicialmente, traçou-se um breve perfil das/os Assistentes Sociais sujeitas/os da pesquisa e na sequência organizou-se as falas a partir das seguintes categorias de análise: identificação das demandas por direitos sociais na DPESP – características e origem dos atendimentos; demandas mais frequentes e formas de condução pela Unidade e pelo Serviço Social; dificuldades, potencialidades e desafios no atendimento aos pleitos; justificativas para a busca de direitos sociais no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo; e dilemas, contradições, desafios e

potencialidades ao Serviço Social da DPESP no atendimento a demandas por direitos sociais.

O Serviço Social é uma profissão que se vincula diretamente à garantia dos direitos da população, assim como outras profissões na área sociojurídica. Articulando conhecimentos teóricos, técnico-operativos com conhecimento ético-político, a/o Assistente Social pode levar à população informações estratégicas sobre seus direitos, desencadeando processos individuais e coletivos na conquista de melhores condições de vida e também para fazer frente às arbitrariedades impostas pelo capital e agravamento da questão social.

Neste sentido, cabe ao profissional de Serviço Social procurar desvelar o cenário em que está inserido e o conjunto de projetos societários que estão em jogo, desenvolvendo uma postura e uma práxis que supere a tendência, resultado do acúmulo de demandas, da adoção de um “tarefismo” burocrático, moralizante e que não enfrenta as condições que originam os processos judiciais. Processos esses que, em grande medida, expressam particularidades da questão social (AGUINSKY; ALENCASTRO, 2006, p.24).

Considera-se que a judicialização dos direitos sociais acaba aparecendo como uma das estratégias possíveis para pessoas, famílias, grupos e sociedade acessarem seus direitos legalmente previstos e conquistados. Porém, outras questões contraditórias também permearam esse universo, merecendo uma reflexão mais apurada da realidade: Será que a estratégia da judicialização atinge a maioria da população que necessita acessar direitos sociais? Quem tem acesso à informação de que existe uma Defensoria Pública para exercer este papel, a maioria da população? Aqueles que procuram o canal jurídico estariam sendo privilegiados em detrimento a outros que também aguardam a efetivação de seu direito, a exemplo da lista de espera para realização de uma cirurgia? Necessidades individuais prevalecem sobre as demandas coletivas?

Essas são algumas perguntas que o estudo pretende desvelar à luz de uma perspectiva crítica que considere a realidade como uma totalidade onde os aspectos sociais, econômicos, éticos e políticos estão inteiramente relacionados em um processo dinâmico e em constante movimento. O desafio é grande, contudo, instigante.

A literatura nesta área ainda é escassa, tanto no Serviço Social, como no Direito e em outras áreas do conhecimento. Desta forma, acredita-se que a presente

dissertação se torna atual e necessária diante de uma realidade de crescente precarização, desconstrução, violação de direitos sociais e ataque à cidadania.

CAPÍTULO 1 - OS CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

*De tudo ficaram três coisas...
A certeza de que estamos começando...
A certeza de que é preciso continuar...
A certeza de que podemos ser
interrompidos antes de terminar...
Façamos da interrupção um caminho
novo...
Da queda, um passo de dança...
Do medo, uma escada...
Do sonho, uma ponte...
Da procura, um encontro!*
Fernando Sabino - O Encontro Marcado

O poema de Fernando Sabino representa o ritmo no qual a presente pesquisa foi desenvolvida. Em meio a interrupções “forçadas”, encontros e desencontros foi-se delineando os caminhos, enfrentando as adversidades, descobrindo e redescobrimo o objeto de estudo na intenção de desvelar a representação caótica do todo em busca da rica totalidade de determinações e relações, conforme aponta Marx (1978).

Os caminhos e recursos metodológicos de uma pesquisa constituem o eixo norteador de um projeto e revelam muito sobre o significado dos resultados obtidos, por isso optou-se em apresentá-la nesse momento inicial da dissertação a fim de que as prévias ideias possam dialogar com seu produto final.

O cotidiano profissional constitui-se como um riquíssimo espaço de reflexões e debates, um campo valioso para o desenvolvimento de pesquisas e construção de diretrizes de atuação coletiva. Assim, aliando o exercício profissional à produção do conhecimento surge o tema de pesquisa: “A judicialização dos direitos sociais: contradições, desafios e potencialidades ao Serviço Social na Defensoria Pública do Estado de São Paulo”.

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP), Instituição com apenas treze anos de efetivação, cuja função é oferecer “[...] de forma integral e gratuita, aos/às cidadãos/ãs necessitados/as a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos” (DPESP, 2016, n.p), enfrenta um grande desafio frente à crescente busca pela judicialização dos direitos sociais.

O estudo, aqui apresentado, foi desenvolvido através de uma perspectiva crítica da realidade, permeada por categorias de análise que se fundamentaram na

historicidade, complexidade e contradição das diversas relações sociais em seu movimento dialético de totalidade.

Neste sentido, acredita-se que a abordagem qualitativa, complementada por aspectos quantitativos e observação participante seriam os recursos metodológicos mais adequados para atingir os objetivos propostos pelo estudo, pois:

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (CHIZZOTTI, 2009, p.79).

Deste modo, inicialmente, visando à construção de um aporte teórico consistente para a pesquisa, realizou-se o levantamento bibliográfico em um conjunto de obras compostas por livros, revistas, artigos científicos, cartilhas educativas e internet, utilizando tanto a literatura específica do Serviço Social, quanto do Direito e outras áreas interdisciplinares.

Esta etapa buscou levantar o material necessário para a compreensão do objeto analisado remetendo-o a um contexto mais amplo, onde algumas temáticas pertinentes ao estudo receberam destaque: crise do capital e rebatimentos na garantia de direitos sociais; questão social, desmonte e judicialização de direitos na contemporaneidade; trajetória histórica dos direitos sociais no Brasil, destacando o período pós 1988; algumas distinções conceituais no campo da justiça; relação entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; supervalorização do Sistema de Justiça - natureza autoritária do judiciário; histórico das Defensorias no Brasil, em especial a Defensoria paulista; Centro de Atendimento Multidisciplinar da DPESP; Serviço Social: sentido da profissão, Serviço Social no campo sócio-jurídico, com ênfase ao Serviço Social na DPESP.

O material selecionado foi analisado através de leituras, fichamentos e diálogo constante com a problemática da pesquisa, seus objetivos e hipóteses.

No intuito de conferir um caráter dialético ao estudo, tanto posteriormente, quanto paralelamente à sistematização dos dados teóricos, realizou-se o levantamento do conteúdo documental através do estudo de documentos institucionais, normas, legislações, projetos e acesso parcial aos prontuários

eletrônicos dos/as usuários/as do Centro de Atendimento Multidisciplinar da Defensoria Pública – Unidade São Vicente, no período de 2014 a 2016.

No caso da pesquisa documental, tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas, sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise (SEVERINO, 2007, p.122).

São Vicente é um dos municípios que compõem o litoral sul do Estado de São Paulo, juntamente com outros municípios da Baixada Santista. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹, a cidade apresenta uma população estimada em 363.173 (trezentas e sessenta e três mil, cento e setenta e três) pessoas, sendo a segunda cidade mais populosa da região.

A escolha da Defensoria de São Vicente – Regional de Santos² para análise deste estudo foi definida em virtude do desenvolvimento do exercício profissional nesta Unidade³ que propiciou a constatação da crescente procura pela efetivação de direitos sociais na Instituição nos últimos anos.

A partir do exercício profissional, foi possível constatar, desde 2010⁴, o aumento exponencial da procura da população por direitos sociais (saúde, habitação assistência social, dentre outros), que correspondeu a 27% da demanda de trabalho do Serviço Social do CAM de São Vicente em 2010, 33% em 2011 e 39,5% em 2012. Nos anos subsequentes acreditava-se que esses números girariam em torno dos 45%,

¹ Dados obtidos através da realização do Censo IBGE de 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-vicente/panorama>>

² A Regional de Santos é composta pelos municípios da Baixada Santista. Atualmente apenas nas cidades de Santos, São Vicente, Praia Grande e Guarujá existem Unidades da Defensoria. Nos outros municípios da Baixada, a prestação do serviço de assistência jurídica gratuita à população se efetiva através do convênio com a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

³ No período de abril 2010 a setembro 2017, a Unidade de São Vicente não dispunha, em seu quadro funcional permanente, de um profissional de Serviço Social em razão de dificuldades físicas estruturais do imóvel e posteriormente em razão de dificuldades financeiras da Instituição. No período compreendido entre abril de 2010 a agosto de 2015, a Assistente Social lotada da Unidade de Santos, única profissional dessa área na Regional, era descolada duas vezes por semana para cumprir expediente em São Vicente. Em agosto de 2015, após expansão do quadro de apoio da Defensoria, outros profissionais passaram a dar apoio à Unidade de São Vicente através do sistema de rodízio bimestral entre os técnicos da Regional, ainda com apenas dois dias de trabalho na Unidade. Em setembro de 2017 uma Assistente Social do segundo concurso da Instituição foi convocada para assumir efetivamente a cadeira de São Vicente.

⁴ Ano de ingresso, via concurso público, dos primeiros Assistentes Sociais e Psicólogos/as no quadro efetivo e permanente da Instituição, responsáveis por implementarem os Centros de Atendimento Multidisciplinares no âmbito da DPESP.

ou seja, quase metade da demanda de trabalho, porém o estudo foi surpreendido por uma cifra percentual ainda superior, como será visto no decorrer desta dissertação.

O período selecionado - 2014 a 2016 - deu-se em razão da ininterruptabilidade do exercício profissional desta pesquisadora na Unidade durante esses anos, além da questão do início da utilização de sistema informatizado para o registro de trabalho, o que colaborou sobremaneira para a extração de dados. Procurou-se também selecionar um período anterior ao início do curso de mestrado (setembro/2016) na intenção de não suggestionar a demanda estudada. Além disso, acredita-se que o período de três anos representa uma amostra significativa por representar mais de 1/3 do trabalho desenvolvido na Instituição até a conclusão da pesquisa.

Este momento do estudo teve como objetivo caracterizar a Instituição e o trabalho desenvolvido pelos CAM's da Defensoria. Previsto pela Lei nº 988/2006⁵, o CAM foi implementado em 2010 no intuito de oferecer atendimento interdisciplinar e o acesso à justiça de forma integral. As equipes do CAM são majoritariamente formadas por Assistentes Sociais e Psicólogos/as, que trabalham em conjunto com os/as Defensores/as Públicos/as e estagiários/as de Direito.

A atuação destas/es profissionais possibilita atenção especializada a demandas complexas, como transtorno mental, uso problemático de drogas, violência doméstica e outros tipos de violência, vulnerabilidades sociais e conflitos familiares, buscando sobretudo vias extrajudiciais para a garantia de direitos da população usuária da DPESP. A atuação interdisciplinar de assistentes sociais e psicólogas/os, em conjunto com defensoras/es públicas/os, amplia o sentido de justiça e potencializa as estratégias para seu acesso (DPESP, 2016, n.p).

Considerando a viabilidade, a fidedignidade e o acesso facilitado aos documentos, em virtude do desenvolvimento do exercício profissional na Instituição foi possível levantar dados parciais de 100% dos prontuários eletrônicos de usuários que apresentaram a demanda por acesso a direitos sociais, mais especificamente direitos relacionados à saúde, habitação, educação e assistência social, no período considerado pela pesquisa.

Esse levantamento de dados tornou-se factível no período selecionado e com o percentual indicado, pois, conforme dito anteriormente, a partir de 2013 todos os

⁵ Lei complementar nº988, de 09 de janeiro de 2006 – Organiza a Defensoria Pública do Estado, institui o regime jurídico da carreira de Defensor Público do Estado.

registros de atendimento do CAM passaram a ser trabalhados através de programa digital específico, o que permitiu a agilidade no levantamento e tabulação de dados.

Nesta etapa iniciou-se então a extração das informações quantitativas do banco de dados informatizado através de um programa denominado Sistema do Centro de Atendimento Multidisciplinar (SISCAM), desenvolvido internamente pelo Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI), da Defensoria. Este programa existiu de novembro de 2013 a outubro de 2018, quando foi substituído por outro sistema chamado Defensoria On-line (DOL)⁶.

O SISCAM era um programa alimentado e acessado exclusivamente pelos Agentes de Defensoria⁷, Assistentes Sociais e Psicólogos/as da Instituição. Sua página inicial era voltada ao cadastro geral dos/as usuários/as e apresenta quatro abas principais – Unidades (nesta aba é apresentada todas as localidades em que existe atendimento da Defensoria e cada Agente escolhe a Unidade que trabalha ou local onde aconteceu o atendimento inicial); fichas (neste item são listadas, por ordem alfabética, todos os nomes dos/as usuários/as cadastrados); ficha do assistido⁸ (neste espaço são descritos os dados individuais dos/as usuários/as, os quais destacaremos abaixo); e procedimentos (espaço destinado a preencher o relato do atendimento e os instrumentais utilizados na intervenção profissional).

A ficha do “assistido”, conforme pode ser observado nas figuras abaixo, é composta pelas seguintes informações: Regional⁹, Unidade, número de controle (item opcional, seria um número de atendimento CAM da Unidade), data (encaminhamento ao CAM), número do processo (se houver), data do primeiro atendimento, defensor/a solicitante, nome do/a cidadão/ã, nome social (se houver), sexo, RG, CPF, data de nascimento, nome da mãe, telefones, endereço, dados de terceiros, solicitação

⁶ A DPESP, visando uma padronização geral do registro de dados dos atendimentos da Instituição desenvolveu um sistema único chamado DOL para o registro das informações, podendo ser alimentado por qualquer integrante da Instituição, porém, seu acesso é restrito à área e competências de cada profissional, permitindo, portanto, o sigilo das informações inerentes a cada especialidade.

⁷ Agente de Defensoria Pública: diploma de graduação em curso de nível superior, de acordo com a área de atuação – Artigo 5º, inciso II da Lei Complementar nº1050, de 24 de junho de 2008, que institui o Quadro da Defensoria Pública do Estado, as classes de apoio que especifica e dá outras providências correlatas.

⁸ Assistido é a nomenclatura usada pela Defensoria para se dirigir ao cidadão/ã atendido. Esse termo foi definido na lei de criação da Instituição, mas muito se discute sobre a necessidade de adequação da terminologia.

⁹ Regional é a sede em que se agrupam as Unidades da mesma macrorregião. Por exemplo, a Regional de Santos é composta pelas Unidades de Santos, São Vicente, Praia Grande e Guarujá. Outros municípios da região também compõem a Regional de Santos, mas ainda não dispõem de Unidades da Defensoria, são elas: Cubatão, Mongaguá, Peruíbe, Itanhaém e Bertioga. Nessas cidades o serviço de justiça gratuita é oferecido através do convênio com a OAB.

(origem do encaminhamento), natureza da ação (família, civil, criminal, etc.), motivo do encaminhamento, nome do Agente Psicólogo/a e/ou da/o Agente Assistente Social responsável pelo atendimento, demanda principal, primeira demanda associada, outras demandas associadas, relação entre as partes (em caso de composição extrajudicial de conflito), resultado da conciliação/mediação (frutífera, infrutífera, ausência das partes), status (ativo, em andamento, encerrado), observações, relato do atendimento e relato da visita domiciliar.

Figura 1 - Página inicial de cadastro de usuários no SISCAM

Fonte: Sistema do Centro de Atendimento Multidisciplinar, 2019.

Figura 2 - Continuação da página inicial de cadastro de usuários no SISCAM

Fonte: Sistema do Centro de Atendimento Multidisciplinar, 2019.

A página seguinte deste sistema - Procedimentos - era dedicada para a descrição dos relatos dos atendimentos e possuía as seguintes informações: data do atendimento, técnico responsável pelo registro, encaminhado para (se houver

Para a construção do perfil da população atendida pelo Serviço Social do CAM de São Vicente foram levantados os indicadores: sexo e idade. Pretendia-se também utilizar outros indicadores como: composição familiar, renda, inserção em programas sociais e demanda jurídica paralela, contudo, para obter essas informações seria necessário consultar os prontuários físicos, mas este recurso não foi autorizado pela Instituição sob a justificativa da necessidade de resguardar o sigilo das informações dos/as usuários/as. Mesmo justificando que os dados seriam analisados de modo coletivo não se obteve a devida autorização.

Para caracterização da demanda a ser analisada utilizou-se os seguintes indicadores: demanda principal; demandas secundárias/associadas; origem dos encaminhamentos (triagem¹⁰, retorno de banca¹¹, rede sócio assistencial, núcleos especializados¹², Juizado de violência doméstica¹³, CAM de outra Unidade ou Regional, Ouvidoria¹⁴, Audiência de Custódia¹⁵, sem informação); e, possível natureza

¹⁰ Triagem significa o momento inicial para avaliação da demanda trazida pelo/a cidadão/ã, bem como análise dos critérios econômicos para possível propositura de ação, destacando que, orientações jurídicas independe do valor da renda familiar, porém para propositura de ação existem critérios específicos. Este atendimento inicial é realizado pelos Oficiais de Atendimento, que são técnicos de nível médio do quadro de apoio da Defensoria, que na sequência encaminham para os estagiários de Direito que prestam o atendimento, devidamente supervisionados por um Defensor Público. Esses atendimentos ocorrem no período da manhã.

¹¹ Retorno de banca significa os atendimentos em que já existem processos em andamento. Os atendimentos acontecem no período da tarde, em geral são realizados pelos estagiários de Direito, sob a coordenação do Defensor Público responsável pela Vara em que tramita o processo. Cada dia da semana são prestados atendimentos referentes a uma Vara em específico.

¹² A Defensoria Pública de São Paulo conta com a existência de Núcleos Especializados que possuem o objetivo de promover uma atuação estratégica da Instituição em áreas de sensível importância: Cidadania e Direitos Humanos; Infância e Juventude; Habitação e Urbanismo; Segunda Instância e Tribunais Superiores; Situação Carcerária; Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial; Proteção e Defesa dos Direitos das Mulheres; Direitos da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência; e, Defesa do Consumidor.

¹³ Não se aplica, pois São Vicente não dispõe deste Juizado no município.

¹⁴ A Ouvidoria é um órgão autônomo e existe para garantir a participação na avaliação, no planejamento e na gestão da Defensoria Pública.

¹⁵ Audiência de custódia é o direito do preso em flagrante ter sua situação avaliada pelo juiz, no prazo de 24 horas, no que se refere à legalidade e necessidade de manutenção da prisão.

judicial das demandas (família¹⁶ e cível¹⁷, fazenda pública¹⁸, infância e juventude¹⁹, criminal²⁰ e execução criminal²¹).

Outra intenção desta etapa foi identificar quais os caminhos foram adotados pelo/a profissional no atendimento à demanda. Para isso dispusemos do indicador procedimentos técnicos²² realizados.

Além disso, pretendia-se também levantar o período de duração da trajetória do/a usuário/a na Instituição (data de entrada e data de encerramento do atendimento) e os resultados obtidos em sua solicitação, tendo como possíveis indicadores:

¹⁶ As varas da Família e Sucessões são responsáveis por processar e julgar litígios relacionados a temas como inventários, testamentos, separação judicial, divórcio, anulação de casamento, investigação de paternidade, ação de alimentos, entre outros. (Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 2019).

¹⁷ Trata-se de extenso campo que compreende ações na área do Direito Civil, Direito de Família e de Sucessões, Direito do Consumidor, Direito Urbanístico, Direito Ambiental, Direito à Saúde, Garantias Constitucionais, entre outras. (DPESP, 2019).

¹⁸ As varas de Fazenda Pública processam e julgam causas cíveis em que figurem como parte o Estado, os municípios, suas autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações de direito público – como autor ou como requerido. Entre as demandas recebidas pelas varas da Fazenda Pública estão ações civis públicas; ações de improbidade administrativa; reintegrações de posse; pedidos de indenização por dano moral; demandas envolvendo diferenças de vencimentos e concessão de gratificações de servidores públicos; demandas sobre concursos públicos, etc. (Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 2019).

¹⁹ A atuação perante as Varas da Infância e Juventude, abrange a área infracional, atuando na defesa de adolescentes acusados da prática de atos infracionais e que cumprem medidas socioeducativas (internação, liberdade assistida, serviços comunitários, entre outras). E também a área não infracional, incluindo pedidos de adoção ou de guarda, defesa em processos de destituição do poder familiar, entre outras. (DPESP, 2019).

²⁰ A atuação na área criminal corresponde essencialmente à defesa de pessoas acusadas da prática de crimes de forma ampla e abrangente. A Defensoria promove não apenas a defesa em primeira instância, mas maneja todos os recursos cabíveis, tendo atuação marcante perante o Superior Tribunal de Justiça – STJ e o Supremo Tribunal Federal - STF. Também é possível a atuação em defesa da vítima, especialmente nas hipóteses de Juizados Especiais ou de aplicação da Lei Maria da Penha (proteção contra mulheres vítimas de violência doméstica). (DPESP, 2019).

²¹ A atuação abrange a defesa de cidadãos/ãs que estejam cumprindo pena de reclusão, detenção ou penas alternativas após condenação judicial pelo cometimento de um crime. Inclui a formulação de diversos pedidos, tais como: progressão de regime, liberdade condicional, indulto, defesa em faltas disciplinares, além de outros relativos aos tratamentos dispensados dentro do sistema penitenciário. (DPESP, 2019).

²² Atendimento social, psicológico ou psicossocial; entrevista; contato telefônico; contato com familiares e/ou terceiros; discussão de caso com Defensor Público; discussão de caso com outros profissionais da DPESP; contato e discussão de caso com a rede; composição extrajudicial de conflitos; orientação terminativa; estudo dos autos; estudo bibliográfico; visita domiciliar; visita institucional; participação em audiência; programa de proteção à criança e adolescente ameaçado de morte - PPCAAM; encaminhamento – saúde; encaminhamento – assistência social; encaminhamento – atendimento jurídico DPESP; encaminhamento – proteção à mulher; encaminhamento – advogado conveniado ou dativo; encaminhamento – habitação; encaminhamento – educação; encaminhamento – trabalho/capacitação profissional; encaminhamento – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC; encaminhamento – conselho tutelar; encaminhamento – Tribunal de Justiça, Ministério Público ou Defensoria Pública da União; encaminhamento – CAM (outra Unidade); encaminhamento – política para egressos; encaminhamento – previdência social; encaminhamento – delegacia; encaminhamento – cultura/esporte/lazer; encaminhamento – outros; registro - informação/declaração; registro – relatório; registro – parecer; registro – laudo; registro – formulação de quesitos.

1. Demanda solucionada extrajudicialmente – integralmente;
2. Demanda solucionada extrajudicialmente – parcialmente;
3. Demanda solucionada judicialmente – integralmente;
4. Demanda solucionada judicialmente – parcialmente;
5. Abandono dos/as usuários/as - fase extrajudicial;
6. Abandono dos/as usuários/as - fase judicial;
7. Aguardando devolutiva dos equipamentos responsáveis.

Contudo, para acessar essas informações também era preciso ter contato integral aos prontuários de atendimento dos/as usuários/as selecionados/as, o que também não foi autorizado pela Instituição pelo mesmo motivo da necessidade de resguardo de sigilo das informações.

Nesta etapa de levantamento de dados, a identificação dos/as usuários/as foram anonimizadas a partir da extração do cadastro virtual das famílias, onde era possível a consulta através de palavra-chave. Outra ferramenta utilizada foi o apoio da Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI), da DPESP que possui ferramentas para extração de dados brutos, sem a identificação dos/as sujeitos/as.

Ainda nesta etapa, visando confrontar os dados locais com a realidade da Instituição como um todo, bem como traçar um panorama geral do trabalho dos CAM's da DPESP, levantou-se também os indicadores utilizados para a caracterização da demanda do CAM de São Vicente em todas as Unidades em que existia o CAM no período definido pela pesquisa, através de relatório elaborado pela extinta Assessoria Técnica Psicossocial (ATP)²³, órgão da DPESP que tinha a função de coordenar o trabalho das/os assistentes sociais e psicólogos/os em todo o Estado.

Finalizados o levantamento bibliográfico e documental, assim como a sistematização e problematização dos dados, partiu-se para a etapa final do projeto que consistia na elaboração e aplicação de um questionário, com cinco questões

²³ A ATP se constituía em uma função de gerência da Coordenadoria Geral de Administração - CGA, formada por Assistentes Sociais e Psicólogos (as), com apoio administrativo de uma Oficiala de Defensoria. Nesta composição os técnicos contavam com considerável autonomia técnica. Contudo, em um movimento de reestruturação da nova gestão, em 2017, essa composição foi substituída pelo GAI – Grupo de Apoio Interdisciplinar, órgão vinculado às Assessorias Civil e Criminal da Administração Superior. Nesta formatação a autonomia técnica anterior foi cessada, acompanhando a correlação de forças políticas na Instituição.

abertas²⁴ sobre a temática do estudo, direcionado a cerca de 20% das/os Assistentes Sociais que trabalham na Defensoria Pública Paulista, através de meio eletrônico.

Atualmente, a DPESP conta com 53 Assistentes Sociais distribuídos nas diversas Unidades da Instituição, divididos por regiões: 21 na capital, 09 na região metropolitana, 19 no interior e 04 nos núcleos especializados. Acredita-se que 20% das/os profissionais representa um quantitativo significativo para o universo da proposta do estudo.

Considerou-se importante dividir este montante proporcionalmente à quantidade de profissionais de cada região. Assim, selecionou-se para a pesquisa: 04 Assistentes Sociais da capital, 02 da região metropolitana, 04 do interior e 01 dos núcleos especializados, perfazendo o total de 11 Assistentes Sociais.

A escolha dessas/es profissionais foi realizada por amostragem intencional e consulta sobre a disponibilidade em participar da pesquisa. Deste modo, escolheu-se os profissionais participantes da pesquisa, tendo como indicadores: experiência de trabalho com a demanda apresentada pela pesquisa, portanto contribuição à temática estudada; tempo de Instituição; e pós-graduação concluída ou em andamento.

Após a escolha das/os profissionais, entramos em contato telefônico ou via mensageria eletrônica com as/os mesmas/os, explicando os objetivos da pesquisa, fazendo o convite e orientando como seria sua participação. Posteriormente, enviamos o material da pesquisa por e-mail, com um período de trinta dias para devolutiva.

A receptividade das/os Assistentes Sociais ao convite para participação da pesquisa foi muito satisfatória, demonstrando realmente se tratar de profissionais comprometidas/os com o trabalho na Defensoria e os preceitos do Projeto Ético Político do Serviço Social.

Como dito anteriormente, inicialmente ofereceu-se o prazo de um mês para as devolutivas das respostas, porém o processo concluiu-se em sua totalidade após dois meses. Uma das Assistentes Sociais, por estar em licença maternidade não conseguiu aceitar o convite, mas outra técnica foi convidada e respondeu prontamente ao questionário. Deste modo, obteve-se a total devolutiva aos questionamentos realizados através do instrumental.

²⁴ Anexadas ao Apêndice B desta dissertação.

Após o recebimento de todos os questionários foi realizada inicialmente uma leitura completa das respostas de cada participante e na sequência, para realização das análises, agrupou-se as mesmas em cinco grandes blocos, de acordo com o conteúdo de cada questão, elencando categorias inerentes a cada pergunta.

Primeiramente, visando minimamente conhecer as/os trabalhadoras/es, construiu-se um breve perfil das/os sujeitas/os da pesquisa a partir das seguintes características: sexo, idade, tempo de instituição e formação - titulação. Em seguida, passou-se a analisar os discursos a partir do conjunto de respostas de cada pergunta e apresentar as devidas considerações.

Finda essas etapas, iniciou-se a sistematização, análise dos dados e redação da tese visando desenvolver a temática através de uma perspectiva de totalidade, onde os dados foram avaliados em sua complexidade e historicidade, colaborando assim para a construção de um conhecimento que contribua para o acesso e efetivação aos direitos sociais historicamente conquistados.

O projeto de pesquisa atendeu a todas as exigências atualmente previstas pelo universo acadêmico científico: inserção na Plataforma Brasil; apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP); e elaboração do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para aplicação dos questionários às/aos profissionais.

Esse processo de autorização para realização da pesquisa foi um caminho cansativo e moroso. O primeiro obstáculo foi a autorização institucional, que perdurou por aproximadamente dois meses, sendo necessário a complementação do pedido de autorização inicial por duas vezes, através de elaboração de recurso e vários esclarecimentos. Por fim, conseguiu-se a autorização da Defensoria, porém não em sua totalidade, como já explicitado anteriormente.

O segundo obstáculo deu-se diante do parecer da Plataforma Brasil, que foi um processo que perdurou por quase cinco meses, exigindo a necessidade de solicitar prorrogação de prazo diante do Programa em razão da morosidade na devolutiva. Nesta etapa foi necessário esclarecer e adequar cinco não conformidades, as quais foram prontamente ajustadas pela pesquisadora, que recebeu então o parecer favorável para prosseguir a pesquisa.

Contudo, esses desafios de ordem técnica e operacional não foram tão relevantes frente às superações da vida pessoal durante o transcorrer do mestrado. Além de conciliar trabalho, estudos, maternidade e vida familiar foi necessário superar um parto prematuro, uma cirurgia em um bebê de dois meses e um inesperado

tratamento de câncer da pessoa considerada o “porto seguro” – meu esposo. Não foi fácil, mas ninguém disse que seria. O sentimento de encerramento de um ciclo nesse momento possui realmente um sabor de vitória e dever cumprido.

CAPÍTULO 2 - CRISE DO CAPITAL E QUESTÃO SOCIAL: REBATIMENTOS NA GARANTIA DE DIREITOS SOCIAIS

“O capitalismo gera o seu próprio coveiro.” (Karl Marx)

O presente capítulo dedica-se a traçar um panorama geral do contexto no qual insere-se a problemática da judicialização de direitos sociais na contemporaneidade. Um contexto demarcado pelo capitalismo selvagem, que ataca direitos, exclui os vulneráveis, desmonta conquistas sociais e agudiza as expressões da questão social.

2.1 Mudanças conjunturais e crise do capital

Diante das inúmeras e cíclicas crises do capital, as estratégias de sobrevivência das classes subalternas precisam se inventar e reinventar neste sistema em que a distância entre ricos e pobres se torna cada vez maior, um contexto assinalado pela pobreza, miséria, exclusão, adoecimento e violação de direitos.

Atualmente, no capitalismo contemporâneo, enfrenta-se um período conjuntural crítico na história, no qual o desemprego e a flexibilização das condições e direitos trabalhistas, acompanhados pelo crescente desmantelamento dos direitos sociais, caracterizam um período de recessão e desafios em todas as esferas – social, política, econômica e cultural.

As mudanças no capitalismo mundial substituem a política pelo mercado como instância máxima de regulação social.

Na esfera da produção, a “flexibilidade” sintetiza a orientação desse momento econômico, afetando os processos de trabalho, as formas de gestão da força de trabalho, o mercado e os direitos trabalhistas, os padrões de consumo, etc. Atinge visceralmente as lutas sociais e sindicais em um quadro de recessão e desemprego (IAMAMOTO, 2008, p. 270).

A partir dos anos 1970 a ofensiva neoliberal começa a operar transformações profundas no capitalismo mundial, com rebatimentos diretos no mundo do trabalho: instabilidade e desregulamentação das relações trabalhistas, criação de novas formas de trabalho precário, exploração em todas as suas formas, contribuindo sobremaneira

para o fenômeno do desemprego estrutural e conjuntural na sociedade contemporânea.

O projeto neoliberal: [...] subordina os direitos sociais à lógica orçamentária; a política social à política econômica, em especial às dotações orçamentárias; e, no Brasil, subverte o preceito constitucional. Observa-se uma inversão e uma subversão: ao invés do direito constitucional impor e orientar a distribuição de verbas orçamentárias, o dever legal passa a ser submetido à disponibilidade de recursos. São as definições orçamentárias que se tornam parâmetros para a implementação dos direitos sociais, justificando as prioridades governamentais (IAMAMOTO, 2008, p. 273).

O agravamento da desigualdade estrutural passa a ser uma realidade concreta, aliada à instabilidade das relações sociais, degradação da natureza e da vida humana. O empobrecimento e a destruição de direitos crescem exponencialmente, alicerçados por uma ideologia de “naturalização”.

Com a crise capitalista agravada a partir dos anos 1970, a ofensiva neoliberal avança, conquistando o seu espaço e retomando ideais liberais como a mínima regulamentação do mercado e a ampla liberdade econômica dos produtores. As lutas e organização da classe trabalhadora e a intervenção estatal passam a ser consideradas entraves ao desenvolvimento das nações.

Assim, os movimentos sociais se tornaram fragmentados e consequentemente a organização da sociedade civil se enfraqueceu. A despolitização das massas é evidente, o desmonte das conquistas democráticas uma realidade, e o Estado máximo penal, constitui-se uma necessidade para a sobrevivência do capital.

A ideologia neoliberal que sustenta o capitalismo na contemporaneidade apresenta como premissas o Estado mínimo, a reestruturação produtiva, as privatizações, as políticas fiscais e monetárias sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital como o Fundo Monetário Internacional (FMI), em um universo de cruel desmonte de direitos.

Como afirma Pereira (2000a, p.56), tem-se em quase todo o mundo, o desmonte das políticas nacionais de garantias sociais básicas, cujas principais implicações estão voltadas aos cortes de programas sociais à população de baixa renda, à diminuição dos benefícios da seguridade social e à criminalização da pobreza com o incentivo às práticas tradicionais de clientelismo, à filantropia social e empresarial, à solidariedade informal e ao assistencialismo, revestidos de práticas alternativas e inovadoras para uma realidade de pobreza e exclusão social (PIANA, 2009, p. 33.)

Deste modo, a mundialização do capital permitiu a implantação de políticas neoliberais que potencializaram o empobrecimento e a desmobilização política dos trabalhadores. No Brasil, os reflexos do crescimento desta ofensiva mostram raízes culturais conservadoras e autoritárias, caracterizadas pela violência naturalizada, despolitizada e individualizada.

Valorizando a instabilidade e a dispersão, a ideologia neoliberal pós-moderna declara o “fracasso”: dos projetos emancipatórios, das orientações éticas pautadas em valores universais, da razão moderna, da ideia de progresso histórico e de totalidade. O estímulo à vivência fragmentada centrada no presente (resumida ao aqui e ao agora, sem passado e sem futuro), ao individualismo exacerbado, num contexto penetrado pela violência, dá origem a novas formas de comportamento, que, segundo Chauí (2006, p. 324), buscam “algum controle imaginário sobre o fluxo temporal” (BARROCO, 2011, p. 207).

Segundo Gomes (2009), o Brasil sempre apresentou tendência a privatização da esfera pública, encontrando terreno fértil no colapso da dívida externa de 1980, que a reverteu em dívida interna bruta, tendo como aliado a opinião pública burguesa:

[...] o Brasil desde sempre realizou o processo de privatização da esfera pública, levando este fato às últimas consequências com o colapso da dívida externa em 1980, isto levou a sua reversão em dívida interna pública, fazendo a opinião pública burguesa acusar as despesas sociais públicas estatais como o grande vilão da crise do país, justificando aí e nome da desmoralização da própria função social pública, gerando, portanto, a necessidade de se criar políticas públicas abstraídas dos princípios do direito social (GOMES, 2009, p. 471).

De acordo com Barroco (2011), a mídia também desempenha importante função nesta realidade, pois “[...] falseia a história, naturaliza a desigualdade, moraliza a ‘questão social’, incita o apoio da população a práticas fascistas: o uso da força, a pena de morte, o armamento, os linchamentos, a xenofobia” (p.208). O sensacionalismo transmitido pela mídia propaga o aumento do ódio e da violência, contribuindo para a manipulação do “medo” como sendo socialmente construído, naturalizado.

A sociabilidade contemporânea é caracterizada pela era da tecnologia, onde o retorno a questões da vida privada através de mídias como *facebook*, *instagram*, *twitter* e *reality shows*, por exemplo, corroboram sobremaneira para individualizar ainda mais as relações sociais, construindo uma sociedade pautada no consumismo, competitividade e individualismo, desviando a atenção dos indivíduos da vida pública

e política. A propriedade privada passa a ser sinônimo de “felicidade”, “liberdade” e “realização pessoal”.

A concorrência entre os capitais estimula um acelerado desenvolvimento científico e tecnológico, que revoluciona a produção de bens e serviços. Apoiada na robótica, na microeletrônica, na informática, dentre outros avanços científicos, a reestruturação produtiva afeta radicalmente a produção de bens e serviços, a organização e gestão do trabalho, as condições e relações de trabalho, assim como o conteúdo do próprio trabalho. (IAMAMOTO, 2008, p. 270).

O apoio tecnológico e militar ao capital financeiro conseguiu sua hegemonia sobre o mundo refletindo diretamente na liberdade individual, competição no mercado, mercadorização da vida e da propriedade, culto a ciência, tecnologia e razão.

Nos últimos anos, acompanha-se o crescimento e efetivação de ideais conservadores no Brasil. Essa tendência, no campo da política, pode ser observada através do aumento dos discursos de direita na opinião pública, que reativam debates, por exemplo, de assuntos como redução da maioria penal, flexibilização dos critérios para a posse legal de armas, criminalização ou “cura” da homofobia, inclusão de discussões de gênero no currículo escolar, dentre outros.

Esse crescimento conservador teve rebatimento direto na mudança da representação política do país, que já havia alcançado nas eleições para o legislativo federal de 2014, o que Faganello (2015) denominou como o “Congresso mais conservador no período pós-1964”, e agora em 2018 alcançou números ainda mais expressivos, emplacando na presidência do país o maior representante dessa vertente.

O avanço da direita e extrema direita na atualidade, caracterizado principalmente pelos últimos resultados das urnas na disputa eleitoral pela presidência do país, demarca o território do patriarcalismo, onde o senso comum contribui para se acreditar que o Estado é uma Instituição que está acima de todos e ao qual deve-se subordinação e obediência. Nessas circunstâncias, acredita-se que a sociabilidade contemporânea acaba remetendo à barbárie.

Contudo, considerando a conjuntura contemporânea em que se avança com a concepção hegemônica neoliberal e o aprofundamento de uma “cultura da pós-modernidade” (Harvey, 1996) como expressão de um projeto que se declara antimoderno, a indicação de certo esgotamento das possibilidades civilizatórias nessa ordem, que tende a projetar a vida social a um nível de barbárie mais acentuado, a meu ver, tem conduzido o debate da cultura

política atual – incluindo aí os herdeiros das melhores tradições democráticas – para uma espécie de consenso em torno do direito, que vem se apresentando como expressão legítima e necessária para o enfrentamento dos reais problemas postos pela ofensiva neoliberal do capital em crise (GOMES, 2009, p. 460).

A ofensiva neoliberal traz à tona conservadorismos de todos os tipos, cores e idades, reproduzindo a discriminação e o senso comum, legitimando valores como a “tradição” e a “ordem” como formas de superação de problemas individuais e coletivos.

As desigualdades continuarão a crescer em todo o mundo. Mas, longe de se alimentar um ciclo renovado de lutas de classe, os conflitos sociais tomarão cada vez mais a forma de racismo, ultranacionalismo, sexismo, rivalidades étnicas e religiosas, xenofobia, homofobia e outras paixões mortais (MBEMBE, 2017, p. 2).

O autoritarismo, as reatualizações, ultrageneralizações, defesa ao gradualismo, o campo das reformas e a concepção imediatista de mundo representam a ideologia da classe dominante nesse sistema que tem em seu marco a contradição e as disputas políticas.

Deste modo, considera-se que atualmente o Brasil enfrenta nova crise estrutural, oriunda do próprio cerne e das bases do modo capitalista de produção, que necessita de crises cíclicas para sua readequação e manutenção conjuntural. Nesta crise contemporânea, cresce o desrespeito às leis arduamente conquistadas democraticamente, que tiveram seu ápice na promulgação da Carta Magna de 1988.

Por certo que a ascendência predatória do projeto neoliberal no Brasil tem levado o país a uma crise sem precedentes, especialmente, pelo intuito nefasto de “destruir a sociabilidade do trabalho garantido” (Motta, 2004), abolindo direitos trabalhistas, direitos sindicais, direitos previdenciários e garantias sociais previstas na Constituição de 1988, repondo à ordem do dia traços típicos do formato de regulamentação do início da ação estatal de estilo liberal ortodoxo, tanto no que se refere à cobertura social dos programas, considerados em seu formato burocrático e seu caráter executivo, passando pelo esquema de financiamento e a forma de articulação das políticas sociais, presumidamente voltada para maximizar a acumulação, com o mínimo de equidade e distribuição de renda (GOMES, 2009, p. 467).

O desmonte quase que total dos direitos sociais conquistados arduamente pelas lutas e movimentos sociais durante anos se reflete principalmente na vida das classes subalternas. O desemprego cresce a cada dia, as filas no Sistema Único de Saúde (SUS) são intermináveis. Observa-se uma crise capitalista mundial impiedosa.

[...] E quanto mais aumenta a competitividade e concorrência intercapitais, mais nefastas são suas consequências, das quais se destacam: a destruição e/ou precarização da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, subordinados aos parâmetros do capital e do sistema produtos de mercadorias (RAICHELIS, 2013, p. 610).

Neste cenário, conforme aponta Silva (2009), as demandas por serviços sociais tendem a crescer em contraposição à redução da capacidade do Estado em fazer novos investimentos, em virtude da redução de taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e da queda da arrecadação.

Mas a crise revela também, mais uma vez, a injustiça intrínseca ao mercado capitalista que sustenta a apropriação privada de lucros e de riqueza, mas socializa os prejuízos e as perdas. O capital fica com a vantagem de ganhar, porém não assume o risco de perder, repassando para a sociedade a conta da farra financeira (SILVA, 2009, p. 445).

Deste modo, observa-se a crescente falta de medicamentos para distribuição gratuita à população; listas de espera infindáveis para realização de consultas, exames e cirurgias; programas sociais minimalistas e paliativos; falta de vagas em todas as esferas da educação; política de moradia ineficaz e até mesmo inexistente. As políticas sociais se tornam cada vez mais fragmentadas, compensatórias e paternalistas, excluindo a população pobre e miserável do direito à cidadania e até mesmo dos “mínimos” necessários para uma vida digna - expressões da questão social que caracterizam a ofensiva neoliberal na contemporaneidade.

Na saúde, a falta de recursos e investimentos públicos transformou o Sistema Único de Saúde (SUS) em “um pacote de cesta básica” (Bering; Boschetti, 2006). A assistência, velha conhecida de todos nós, continua sendo utilizada como solução para combater a pobreza e os superíndices de desigualdade social, não obstante todos os esforços, investidas e proposições da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) (GOMES, 2009, p. 466).

Diante desta realidade, famílias que dependem das políticas sociais para terem seus direitos garantidos percorrem diariamente as filas da saúde, educação, assistência social, dentre outras. Elas conhecem o sistema de privações em que estão inseridas, e recorrem à justiça, muitas vezes como a última instância para tentar garantir seu direito, que acaba sendo mais do que um direito social, mas, uma forma de sobrevivência.

As desigualdades sociais condensadas na pobreza afetam as condições materiais e subjetivas de vida, vínculos sociais, as formas de pertencimento, a moralidade e dignidade dos sujeitos que passam a enfrentar a violência social, da qual aquelas desigualdades são portadoras. Ante os conflitos sociais que os indivíduos condensam em suas vidas - materializados nos resultantes da pobreza - o inconformismo, o mal-estar, a revolta e a esperança são forças reivindicativas e, ao mesmo tempo, reivindicações corrosivas, porquanto expressam contradições do processo de reprodução do capital, que necessitam ser canalizadas para mecanismos sociais de representação (IAMAMOTO, 2008 p. 287).

Não há direito social deslocado da realidade das lutas sociais. Os direitos sociais são a consagração jurídica dessas lutas da classe trabalhadora, onde o Estado acaba assumindo parcialmente as reivindicações dessa população, construindo um jogo ideológico que mascara sua real intencionalidade – a manutenção da ordem e reprodução das relações de exploração e acumulação desenfreada do capital.

Note-se que, para os neoliberais, as políticas sociais como ação do Estado na tentativa de ajustar os desequilíbrios provocados pelo acréscimo da acumulação capitalista são consideradas um dos maiores entraves à sua própria expansão e, em grande parte, responsável pela crise que atravessa a sociedade constituindo-se uma ameaça aos interesses e liberdades individuais, impedindo a livre-iniciativa, a concorrência privada e o livre mercado (GOMES, 2009, p. 474).

Para compreender essa problemática é necessário analisá-la à luz do desenvolvimento do capitalismo, como produto das relações de acumulação do capital, reconhecendo-a como um resultado histórico, contraditório e complexo.

Vivencia-se na atualidade um momento de profunda regressão de direitos que ameaça inclusive os marcos civilizatórios da sociedade e remete ao retorno da barbárie. Neste contexto, a consciência coletiva é necessária para a transformação, lembrando que ela não é linear, tem avanços e recuos. Ela não atinge um ápice e se estagna.

As classes exploradas precisam se emancipar das classes dominantes e isso só é possível através da superação da propriedade privada e do trabalho.

[...] no entanto, sob as condições do capitalismo neoliberal, a política se converterá em uma guerra mal sublimada. Esta será uma guerra de classe que nega sua própria natureza: uma guerra contra os pobres, uma guerra racial contra as minorias, uma guerra de gênero contra as mulheres, uma guerra religiosa contra os mulçumanos, uma guerra contra os deficientes. O capitalismo neoliberal deixou em sua esteira uma multidão de sujeitos destruídos, muitos dos quais estão profundamente convencidos de que seu futuro imediato será uma exposição contínua à violência e à ameaça existencial. Eles anseiam genuinamente um retorno a certo sentimento de

certeza – o sagrado, a hierarquia, a religião, a tradição. [...]. (MBEMBE, 2017. p. 4).

2.2 Questão social, desmonte e judicialização de direitos sociais na contemporaneidade

A gênese da questão social está diretamente relacionada ao processo de acumulação capitalista, que, impulsionada pelo crescimento de novas tecnologias, resultou no aumento da produtividade e consequentemente na diminuição do tempo necessário distendido para a produção de mercadorias, gerando um contingenciamento de trabalhadores.

A intensificação desses processos, no século XIX, contribuiu para o surgimento do fenômeno do pauperismo, caracterizado pelo distanciamento cada vez maior entre ricos e pobres, que, juntamente com a luta de classes dão origem aos elementos constitutivos da questão social, por volta de 1830.

A questão social é indissociável da forma de organização da sociedade capitalista, e diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais nela engendradas, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua *gênese* no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa, portanto, *desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais*, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural, ela atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa *luta aberta e surda pela cidadania* (Ianni, 1992), no embate pelo *respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos* (IAMAMOTO, 2008, p. 268).

Após a Guerra Fria, o capitalismo mundial é reestruturado, sob a égide norte americana. A sociedade global passa a ser gerenciada pelo mundo das finanças, alicerçado pelas instituições financeiras através da dívida pública e mercado acionista das empresas, aumentando ainda mais o distanciamento entre países dominantes e dependentes.

[...] O capital financeiro assume o comando do processo de acumulação e, mediante inéditos processos sociais, envolve a economia e a sociedade, a política e a cultura, vincando profundamente as formas de sociabilidade e o

jogo de forças sociais. O que é obscurecido nessa nova dinâmica do capital é o seu avesso: o universo do trabalho – as classes trabalhadoras e suas lutas – que cria riqueza para os outros, experimentando a radicalização dos processos de exploração e expropriação. As necessidades sociais das maiorias, a luta dos trabalhadores organizados pelo reconhecimento de seus direitos e suas refrações nas políticas públicas, arenas privilegiadas do exercício da profissão, sofrem uma ampla regressão na prevalência do neoliberalismo, em favor da economia política do capital. Em outros termos, temos o *reino do capital fetiche na plenitude de seu desenvolvimento e alienação* (IAMAMOTO, 2008, p. 107).

A mundialização da economia é caracterizada pela formação dos grupos industriais transnacionais, com fusões e aquisições de grandes empresas, associadas a instituições financeiras que geram acumulação desenfreada, desregulamentação, liberalização da economia, crescimento da dívida pública e privatizações. Deste modo, interferem em todos os modos de produção e reprodução da economia e das relações sociais.

Esse processo encontra respaldo dos Estados nacionais e orientação dos organismos internacionais - Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial (BM) e Organização Mundial do Comércio (OMC), que são os grandes expoentes das classes dominantes em escala mundial.

O cenário internacional se configura pela reestruturação produtiva, dominação ideológica, consumismo, avanço tecnológico, mercantilização dos serviços, aumento do desemprego crônico, flexibilização da legislação trabalhista, conseqüentemente, precarização das condições e relações de trabalho, elevação das taxas de exploração, desmonte dos sistemas de proteção social e crescimento vertiginoso da desigualdade entre as nações.

O mercado financeiro impõe novas formas de ampliação da exploração através de políticas de gestão voltadas ao “enxugamento” da mão de obra, intensificação do trabalho, aumento da jornada de trabalho sem aumento do salário, estímulo à competitividade entre os trabalhadores – enfraquecimento das lutas coletivas e organização sindical, programas de metas, informalização das relações de trabalho, especialização da tecnologia. Isso tudo rebate diretamente na regressão de direitos.

O conflito entre produção e distribuição nos processos de trabalho é evidente e explicada através da lei geral de acumulação capitalista²⁵, na qual a concentração

²⁵ Lei Geral da Acumulação Capitalista - O Capital – Capítulo 23, Karl Marx.

de riqueza é inversamente proporcional à polarização da pobreza e da miséria. Esta é a base que sustenta a questão social.

Neste contexto, o Estado desenvolve papel primordial e central para a expansão global das empresas multinacionais, apesar do discurso neoliberal do enfraquecimento do poder estatal. Segundo Iamamoto (2008), o papel do Estado é:

[...] criar as condições gerais da produção, que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos grupos dominantes; controlar as ameaças das classes dominadas ou frações das classes dominantes, através de seu braço repressivo (exército, polícia, sistema judiciário, penitenciária); e integrar as classes dominantes, garantindo a difusão de sua ideologia para o conjunto da sociedade. Essas funções coercitivas se unem às funções integradoras, destacadas pela análise gramsciana, exercidas pela ideologia e efetivadas por meio da educação, cultura, dos meios de comunicação e categorias do pensamento. Para Mandel (1985), as funções repressivas e integradoras se entrelaçam para providenciar as condições gerais da produção (IAMAMOTO, 2008, p. 120).

A questão social foi colocada como tal nos debates a partir de 1830, intrinsicamente relacionada aos processos de pauperização do proletariado. Atualmente, a chamada “nova questão social” nada mais é do que a desmontagem do sistema de proteções e garantias vinculadas ao emprego e sua desestabilização, ou seja, a ordem do trabalho, marcada pela decadência da sociedade salarial²⁶.

Se a questão social é uma velha questão social, inscrita na própria natureza as relações sociais capitalistas, ela também tem novas *roupagens*, novas expressões, em decorrência dos processos históricos que a redimensionam na atualidade, aprofundando as suas contradições. Alteram-se as bases históricas onde ocorrem a sua produção e reprodução na periferia dos centros mundiais, em um contexto de globalização da produção, dos mercados, da política e da cultura, sob a égide do capital financeiro, as quais são acompanhadas por lutas veladas e abertas nitidamente desiguais (IAMAMOTO, 2008, p. 269).

Este tipo de sociedade está profundamente hierarquizada, caracterizada por injustiças, exploração, conflitos, concorrência. Sua “premissa” inicial era a crença no progresso social, uma espécie de ideal social democracia, que visava a diminuição das desigualdades sociais e ampliação da justiça social, porém não foi isso que aconteceu, pelo contrário, provocou gradativamente o agravamento das condições de

²⁶ [...] sociedade na qual a maioria dos sujeitos sociais tem sua inserção social relacionada ao lugar que ocupam no salariado, ou seja, não somente sua renda, mas também, seu *status*, sua proteção, sua identidade [...] (CASTEL, 2000. n.p.).

trabalho, contribuindo para a precarização e remercantilização do trabalho, condições estas, inerentes aos processos de globalização.

O processo de transformação do trabalho em emprego, o que Castel (2000)²⁷, denomina como sociedade salarial²⁸, traz um novo tipo de seguridade social e caracteriza o trabalho sem proteção. A configuração dessa sociedade salarial vem sendo condicionada pela internacionalização do mercado e mundialização, concorrência, competitividade, com constantes ataques ao trabalho: minimização do preço da força de trabalho e maximização de sua eficácia produtiva. Nesse contexto, a palavra-chave é flexibilização.

Uma outra tendência é a *progressiva mercantilização do atendimento das necessidades sociais*, que acompanha a privatização das políticas sociais. Os serviços sociais deixam de expressar direitos sociais, metamorfoseando-se em atividade de *outra natureza*, inscrita no circuito de compra e venda de mercadorias, em detrimento dos direitos sociais de cidadania, que, em sua necessária dimensão de universalidade, requer a ingerência do Estado. Os substitutivos são os *direitos atinentes à condição de consumidor* (cf. Mota, 1995) (IAMAMOTO, 2008, p. 275).

O trabalho está diretamente vinculado a direitos e neste caminho de precarização existe a tendência pelo crescimento dos contratos determinados e não mais por tempo indeterminado. Essa precarização é considerada, inclusive, mais importante porque alimenta o desemprego, tornando o trabalho cada vez mais frágil e as pessoas cada vez mais vulneráveis, suscetíveis a se submeterem a quaisquer condições de trabalho precário e renúncia à garantia de direitos.

Nessa progressiva decadência, Castel (2000) já apontava algumas possíveis projeções para o futuro da sociedade diante deste cenário da nova configuração da questão social e que estão se confirmando na contemporaneidade: ruptura crescente entre trabalho e os sistemas de proteção, concretização da sociedade de mercado – o mercado “autorregulado”, desresponsabilização do Estado e triunfo da globalização; enfrentamento ao desemprego através de políticas públicas paliativas; diminuição dos salários e seus sistemas de proteção; e discurso sobre a inovação e qualidade do “trabalho livre” aliado ao suporte tecnológico para a aceleração produtiva. Eis o cenário que caracteriza a situação conjuntural na atualidade.

²⁷ Castel, mesmo apresentando uma outra perspectiva de análise, foi utilizado nesta ocasião por trazer uma reflexão interessante sobre sociedade salarial e projeções do futuro da sociedade.

²⁸ Sistema de proteções, direito do trabalho, seguridade social.

O autor sinaliza também que o trabalho cria a identidade social e neste cenário a discussão que se torna possível e inevitável é a ampliação ao direito do trabalho, que deve estar no centro dos debates e lutas sociais.

Dessa forma, percebe-se que a questão social não se caracteriza apenas pelas expressões da miséria, pobreza e exclusão, mas também pela banalização do humano, alienação e invisibilidade do trabalho social e seus/as sujeitos/as, processos esses permeados pela ideologia da naturalização das desigualdades sociais.

As diferentes sociedades no mundo reagem de maneira distinta perante as mudanças e crises conjunturais, de acordo com sua história e conjuntura política, econômica e cultural. Países desenvolvidos apresentam formas mais qualificadas de encarar as ofensivas do mercado, pois os sistemas de proteção e direitos estão solidificados na sociedade há mais tempo. Na medida em que os países apresentam um patamar de desigualdade social mais destacados, o enfrentamento da realidade se torna cada vez mais difícil e precário.

Desta forma, cada nação, sociedade responde de forma e tempo diferenciado às transformações societárias nacionais e mundiais. No Brasil, sua história sempre foi assinalada por profundas desigualdades, em todas as áreas: econômicas, políticas, sociais, culturais, etc., o que se torna um desafio ainda maior.

A história brasileira é marcada por uma herança colonialista, patriarcal, na qual o novo e o arcaico se unem e radicalizam a questão social no país. A ampliação e concentração da riqueza, a centralização e acumulação do capital, sempre estiveram intrinsecamente relacionadas ao crescimento da desigualdade social, excluindo a maioria da população dos processos de distribuição da riqueza socialmente produzida.

Relações sociais “arcaicas” são substituídas pelo “moderno” através de uma cultura ideológica alienadora caracterizada pela precarização das condições de trabalho e a consequente regressão dos direitos sociais e trabalhistas.

A desigualdade social brasileira tem como um de seus alicerces o caráter antidemocrático da revolução burguesa aqui ocorrida, onde decisões sempre foram tomadas “de cima para baixo”, excluindo as classes subalternas, destituídas de sua cidadania política e social, das grandes decisões políticas do país.

O Brasil transitou entre as diferentes formas de democracia, não de forma autônoma, mas com profundos laços de dependência em relação aos países dominantes do exterior, porém sem romper com sua herança colonial. Os impactos

foram sentidos principalmente na esfera agrária, pois a subordinação da produção agrícola continuou vinculada aos interesses da exportação, o que refletiu diretamente na privação de direitos sociais, trabalhistas e políticos para os trabalhadores assalariados dessa área.

Em síntese, no caso brasileiro, a expansão monopolista faz-se, mantendo, de um lado a dominação imperialista e, de outro, a desigualdade interna do desenvolvimento da sociedade nacional. Ela aprofunda as disparidades econômicas, sociais e regionais, na medida em que favorece a concentração social, regional e racional de renda, prestígio e poder. Engendra uma forma típica de dominação política, de cunho contra-revolucionário, em que o Estado assume um papel decisivo não só na unificação dos interesses das frações e classes burguesas, como na imposição e irradiação de seus interesses, valores e ideologias para o conjunto da sociedade (IAMAMOTO, 2008, p. 133).

O Estado sempre desenvolveu um papel central no Brasil, antecipando-se às pressões sociais, em nome da “preservação da ordem e do progresso”, dispondo de mecanismos coercitivos de restrição à participação e exercício da cidadania da população.

O país tornou-se uma nação moderna através da transformação da grande propriedade em empresa capitalista agrária e da internacionalização do mercado interno com a utilização de recurso estrangeiro. Esses processos foram implantados via Estado, sem participação dos movimentos sociais, ressaltando que:

A burguesia aceita o princípio da livre concorrência nas relações econômicas estratégicas, mas repele na prática, a igualdade jurídico-política, tal como proclamada nas cartas constitucionais (IAMAMOTO, 2008, p. 136).

Com a crise dos anos 1970 e conseqüentemente o crescimento especulativo da economia, fica nítido no Brasil a prevalência das relações de favor e dependência, fortalecida pela desarticulação dos sindicatos, encolhimento dos espaços públicos, crescimento dos espaços privados, naturalização e criminalização da questão social.

Como lembra Yasbek (2001), o pensamento liberal não admite os direitos sociais, uma vez que os metamorfoseia em *dever moral*. Opera uma profunda despolitização da “questão social”, ao desqualificá-la como *questão pública, questão política e questão nacional*. É nesse sentido que, segundo a autora, a atual desregulamentação das políticas públicas e dos direitos sociais desloca a atenção à pobreza para a iniciativa privada ou individual, impulsionadas por motivações solidárias e benemerentes, submetidas ao arbítrio do indivíduo isolado e não à responsabilidade pública do Estado. As conseqüências do trânsito da atenção à pobreza da esfera pública dos

direitos para a dimensão privada do dever moral são: a ruptura da universalidade dos direitos e da possibilidade de sua reclamação judicial, a dissolução da continuidade de da prestação dos serviços submetidos à decisão privada, tendentes a aprofundar o traço histórico assistencialista e a regressão dos direitos sociais (IAMAMOTO, 2008 p. 288).

Esses processos alcançam todas as esferas da vida em sociedade – economia, política, cultura, etc., afetando diretamente as formas de sociabilidade, desenvolvendo e enraizando valores como a competitividade, individualismo, consumismo, eficiência, eficácia, apelos à solidariedade em contrapartida a responsabilidade do Estado, dentre outras.

No Brasil, esta realidade não foi diferente. A reestruturação produtiva afeta radicalmente a esfera dos processos de trabalho. Como aponta Iamamoto (2008), os investimentos especulativos ganham destaque frente à produção, causando o desemprego, o agravamento da questão social e a regressão das políticas sociais públicas.

A privatização do patrimônio público brasileiro é outra consequência dessa devastadora crise capitalista na contemporaneidade. O Estado, mais comprometido em “honrar” as dívidas externas, entrega de bandeja as riquezas brasileiras.

Complementam esse quadro dos novos determinantes históricos da “questão social” radicais mudanças nas relações Estado/sociedade civil, segundo as políticas de ajuste recomendadas pelos organismos internacionais, sob a inspiração neoliberal. *Por meio de uma vigorosa intervenção estatal a serviço dos interesses privados articulados no bloco de poder, contraditoriamente, conclama-se a necessidade de reduzir a ação do Estado ante a questão social, mediante a restrição de gastos sociais, justificada a partir da crise fiscal do Estado. O resultante é um amplo processo de privatização da coisa pública* (IAMAMOTO, 2008, p. 271).

Essas questões interferem diretamente nas formas de sociabilidade, gerando um universo de incertezas, medos e falta de perspectivas que afetam consequentemente aspectos culturais e coletivos, onde a ênfase cada vez maior recai sobre a responsabilidade e “liberdade” individual.

Nesta seara, a questão social transforma-se e adquire novas características, como a naturalização das desigualdades sociais, banalização da vida, crescimento dos níveis de exploração relacionadas ao mundo do trabalho e generalização da violência. As lutas coletivas continuam vivas, porém de forma consideravelmente mais tímida e segmentada.

O Estado submete a política social à política econômica afetando diretamente na gestão e repasse de recursos aos programas sociais, focados cada vez mais nas situações de pobreza. Deste modo:

[...] de um lado, ampliam-se as necessidades não atendidas da maioria da população, pressionando as instituições públicas por uma demanda crescente de serviços sociais. De outro lado, esse quadro choca-se com a restrição de recursos para as políticas sociais governamentais, coerentes com os postulados neoliberais para a área social, que provocam o desmonte das políticas públicas de caráter universal, ampliando a seletividade típica dos “programas especiais de combate à pobreza” e mercantilização dos serviços sociais, favorecendo a capitalização do setor privado (IAMAMOTO, 2008, p. 148).

Neste panorama geral caracterizado por altos índices de desigualdade social e violação de direitos, a questão da judicialização da questão social se coloca na contemporaneidade de modo contraditório, pois reflete um caminho para a efetivação de direitos, porém desponta uma cultura de levar ao sistema judiciário, muitas vezes a judicialização da própria vida.

Essas “expressões da questão social” nos interpelam todos os dias e cada vez em maiores índices e com níveis de violência mais acentuados, em uma clara manifestação daquilo que vem sendo chamado de judicialização da questão social, judicialização da pobreza, judicialização dos conflitos sociais e judicialização dos conflitos familiares. Entenda-se, portanto, que isso pode resultar na penalização de sujeitos (FÁVERO, 2009, p. 437).

2.3 Trajetória dos direitos sociais no Brasil: ênfase pós 1988

Os direitos sociais, fruto de um contexto histórico de lutas e conquistas sociais e políticas, só atingiram o *status* de direitos “fundamentais” a partir da Constituição Federal de 1988, que tem como alguns de seus objetivos erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais. Desta forma, a efetivação dos direitos sociais (educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados – Art. 06º da Constituição Federal) se tornou legalmente instituída como direitos essenciais dos indivíduos e sociedade.

A organização da classe trabalhadora e seu fortalecimento foram determinantes para as mudanças ocorridas no final do século XIX e as conquistas

atingidas no século XX, principalmente com relação ao papel do Estado diante das consequências da questão social. Neste momento é que se iniciam ações sociais mais amplas e obrigatórias por parte do Estado.

Para atenuar as contradições postas pelas “crises cíclicas de superprodução, superacumulação e subconsumo da lógica do capital” (Behring & Boschetti, 2008, p.71) e manter a ordem, ocultar as consequências nefastas do capitalismo, criam-se mecanismos políticos e econômicos que garantem a reprodução do sistema e formam um amplo aparato ideológico que procura naturalizar e perpetuar este modelo de sociedade (PIANA, 2009, p. 29.)

Na primeira Constituição Brasileira, em 1824, já havia referência a idéia de igualdade entre os/as cidadãos/ãs, porém de uma forma mais genérica. A Constituição de 1934 foi a primeira a formalizar a questão dos direitos sociais, porém, esses estavam intrinsecamente voltados ao trabalho formal, portanto apenas trabalhadores registrados poderiam usufruir destes direitos.

Segundo Simões (2013), em 1934, período caracterizado pelo Estado Social, os direitos sociais, considerados “direitos clássicos” eram voltados aos trabalhadores formais através da garantia de direitos trabalhistas, previdenciários e sindicais. O restante da população ficava à margem da caridade e filantropia.

Este período foi marcado pelo patrimonialismo e contratualismo civilista e pela dicotomia entre Estado e Sociedade Civil, entrando em colapso a partir da crise do desemprego e dos movimentos de globalização e reestruturação produtiva.

A Constituição seguinte, de 1937, teve como contexto o Estado Novo. Esta Constituição manteve os direitos sociais propostos pela Carta anterior, porém reduziu o título “Da Ordem Econômica e Social”, apenas para “Ordem Econômica”. Direitos como saúde e educação foram mantidos como estavam previstos na Constituição de 1934. Conforme Simões (2013, p. 117), as principais [...] alterações incidiram mais sobre a organicidade e funcionamento das instituições políticas, no sentido do corporativismo e da restrição dos direitos e garantias individuais [...].

Esta Constituição perdurou até 1946, quando, em 1945, após a Segunda Grande Guerra, um golpe de Estado derrubou o Estado Novo, prometendo a elaboração de uma nova Constituição, sob o discurso da necessidade de “organizar o regime democrático”.

Deste modo, permeadas pelos ideais liberais dominantes e de herança da ditadura militar, a Constituição de 1946 teve a seguinte configuração:

[...] resultou uma Constituição de teor tradicional e clássico, em que os direitos individuais e sociais foram alocados para os títulos finais, inclusive sem atribuições institucionais de sua eficácia. Por isso, fortaleceu as atribuições do Congresso Nacional, principalmente quanto à fiscalização e controle dos atos do Executivo. (SIMÕES, 2013, p. 119).

Neste período é importante salientar que a ação estatal não era concebida por meio de políticas públicas, mas sim, por programas de planejamento e metas, incentivando a iniciativa da sociedade civil e os direitos individuais, diferente do Estado Novo. O direito social ao trabalho adquiriu natureza universal, porém não foi acompanhado de nenhuma normativa que assim o garantisse. Deste modo, mudanças substantivas não foram efetivadas por esta Constituição, com exceção da incorporação da Justiça do Trabalho ao Poder Judiciário.

Permeada por um período duro de ditadura militar, a Constituição de 1946 sofreu várias emendas e atos institucionais, sendo totalmente desrespeitada em seus princípios e objetivos. O Executivo governou através de decretos-leis, os direitos sociais sofreram grandes alterações, principalmente relacionados ao trabalho, sendo que em 1967 promulgaram uma nova Constituição incorporando as alterações em vigor.

A Carta de 1967 efetivou grandes mudanças, principalmente nas formas de escolha da representação política do país e manteve os enunciados referentes aos direitos sociais das Constituições anteriores. Novamente, as principais mudanças ocorridas se deram no âmbito dos direitos trabalhistas e previdenciários. Contudo, esta Constituição manteve esta configuração apenas até 1968, quando foi derrubada pelo Ato Institucional n. 5, de caráter despota, seguido por um processo de reforma em 1969.

Repressão, tortura, violência e arbitrariedades marcaram esse período, sendo a Constituição de 1967 apontada com a responsável pela crise. Essa reforma de 1969, segundo Simões (2013, p.144), [...] Propiciava reduzir a área de interferência política e parlamentar no sistema do poder nacional. Poucas alterações se deram no âmbito dos direitos sociais.

A partir de então, avanços e retrocessos resultantes de decretos e leis provisórias demarcaram esse período que antecedeu à Constituição de 1988.

Em resumo, constamos que o regime militar regulamentou intensamente inúmeros direitos trabalhistas, previdenciários e sindicais, segundo a lógica do milagre, mas igualmente em decorrência da alteração da correlação de

forças políticas e sindicais. De um lado, visava inserir os trabalhadores no mercado de trabalho, instituindo regras de transição a custos sociais baixos; de outro, instituir novos direitos trabalhistas e previdenciários adequados ao novo patamar de relações entre o capital e o trabalho, tanto no nível tecnológico quanto resultante da associação do capital nacional com o internacional. (SIMÕES, 2013, p. 155).

Deste modo, alavancados por um período de crise estrutural e protagonismo dos movimentos sociais, a Constituição de 1988 marca o período em que o Estado é considerado um Estado Democrático de Direitos. A centralidade da garantia de direitos através do “trabalho” passa para a esfera da “renda” e assim, os direitos considerados “clássicos”, agora se transformam em “universais”, portanto públicos subjetivos, alicerçados em situações de carências sociais e indicadores de pobreza.

A década de 1980 representou um marco no processo de redemocratização do país, na qual movimentos sociais organizados foram à luta pela garantia de direitos e importantes sujeitos/as sociais passaram a ser interlocutores/as na formulação, implementação, gestão e controle social destas políticas. Nasce a Constituição Federal de 1988, que traz ao Brasil um marco jurídico consistente. A partir dela várias outras legislações sociais se seguem através do protagonismo dos movimentos sociais.

Apenas com a reforma constitucional de 1988 foi possível que os direitos sociais e trabalhistas alcançassem o conjunto dos trabalhadores urbanos e rurais, pois até então apenas trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho é que poderiam usufruir desses direitos.

Apesar das Constituições anteriores fazerem alusão aos direitos sociais, apenas em 1988 eles passaram a ser considerados direitos de cidadania e dever do Estado, garantidos através de políticas sociais.

As políticas sociais no Brasil tiveram, nos anos 80, formulações mais impactantes na vida dos trabalhadores e ganharam mais impulso, após o processo de transição política desenvolvido em uma conjuntura de agravamento das questões sociais e escassez de recursos. Não obstante, as políticas sociais brasileiras sempre tiveram um caráter assistencialista, paternalista e clientelista, com o qual o Estado, por meio de medidas paliativas e fragmentadas, intervém nas manifestações da questão social, preocupado, inicialmente, em manter a ordem social. São elas formatadas a partir de um contexto autoritário no interior de um modelo de crescimento econômico concentrador de renda e socialmente excludente (PIANA, 2009, p. 38.)

Deste modo, fruto dos direitos sociais conquistados, pode-se dizer que as políticas sociais no Brasil, nos diferentes contextos não deixam de representar uma forma de controle e legitimidade para os governos se manterem no poder, cedendo parcialmente às pressões populares, mas no intuito verdadeiramente de manutenção, reprodução e renovação do próprio sistema societário. As políticas sociais são a expressão da correlação de forças entre as classes sociais, onde concessões são oferecidas no intuito de manter a legitimidade e controle social de grupos minoritários que detêm os meios de produção e a riqueza socialmente produzida.

De acordo com Simões (2013), a Constituição de 1988 trouxe profundas e inovadoras mudanças nas relações civis e políticas na sociedade, idealizando um Estado distributivista, com forte aumento nos gastos sociais, ao menos legalmente.

A Constituição Federal de 1988 superou a separação formal entre a ordem social e a ordem econômica e financeira, descentralizando também as responsabilidades em uma esfera tridimensional entre os Municípios, Estado e União. A pessoa passou a estar no centro da ação estatal. A democracia passou a ser direta e participativa através do vínculo do direito universal com os conselhos, políticas sociais, planos, programas, projetos e fundos. O Ministério Público assumiu novas atribuições e competências. A Defensoria Pública integrou a Carta Magna, garantindo assistência jurídica integral e gratuita às pessoas que não possuem meios para arcar com as custas de processos judiciais.

A Constituição Federal de 1988 ampliou de forma significativa o rol de direitos fundamentais do cidadão brasileiro. Foram formalizados os direitos civis, políticos e sociais, incluindo-se nestes últimos os direitos difusos e coletivos. Quanto à possibilidade de assegurar esses direitos juridicamente, a Constituição Federal também garantiu um conjunto de instrumentos legais e alargou as possibilidades de solução de conflitos sociais através do Poder Judiciário. Neste sentido, o direito de acesso à Justiça ganhou status de direito fundamental, sendo reconhecido enquanto direito essencial para a viabilidade e garantia dos demais direitos. Para que tal direito pudesse ser exercido por todos os cidadãos, a Constituição Federal acrescentou ao rol de direitos fundamentais o direito à assistência jurídica integral e gratuita. E fez ainda mais: assumiu como dever do Estado a prestação da assistência jurídica aos legalmente necessitados através da Defensoria Pública, instituição essencial ao funcionamento da Justiça" (IPEA, 2019, n.p).

Neste contexto, os direitos sociais se tornam imprescindíveis à garantia da dignidade, isso é que os distinguem dos demais direitos fundamentais. Com este significado eles se diferenciam também dos direitos civis e políticos, pois esses são individuais e geram obrigações menores ao Estado. Enquanto os direitos sociais

exigem a criação de serviços públicos, os direitos civis e políticos, quando não cumpridos, exigem medidas de polícia.

Apesar de todos os avanços e conquistas legais, algumas reflexões também merecem destaque, principalmente ao

[...] conceito de universalidade elaborado pela abstração das desigualdades sociais, por legitimar a forma institucional a resolução do conteúdo social dos direitos à satisfação das necessidades básicas – mínimos sociais (SIMÕES, 2013, p.30).

Os direitos sociais como foram idealizados na Constituição Federal de 1988 deveriam oferecer proteção integral, através dos preceitos de interdependência, inter-relacionamento e integralidade. Porém, foram reduzidos a mínimos sociais, ou seja: direitos limite para os pobres, direitos máximos sociais. As políticas sociais, instrumentos de efetivação dos direitos sociais, foram reduzidas de políticas de Estado para políticas de Governo, reduzindo a democracia a um modelo de gestão.

Observa-se uma clara tendência de deslocamento das ações governamentais públicas – de abrangência universal – no trato das necessidades sociais em favor de sua privatização, instituindo critérios de seletividade no atendimento aos direitos sociais. *Esse deslocamento da satisfação de necessidades da esfera pública para a esfera privada ocorre em detrimento das lutas e de conquistas sociais e políticas extensivas a todos. É exatamente o legado de direitos conquistados nos séculos que hoje está sendo desmontado nos governos de orientação neoliberal, em uma nítida regressão da cidadania, que tende a ser reduzidas às suas dimensões civil e política, erodindo a cidadania social.* Transfere-se para distintos segmentos da sociedade civil significativa parcela da prestação de serviços sociais, afetando diretamente o espaço ocupacional de várias categorias profissionais, dentre as quais os assistentes sociais (IAMAMOTO, 2008, p. 274).

Ainda com relação à esta cooptação, comparando as políticas econômicas e sociais, segundo Simões, observa-se que:

[...] assim, enquanto as políticas econômicas se internacionalizaram, as sociais são especificamente determinadas por condições internas e regionais (territorialização, setorialização, transversalidade), tendendo a se tornarem políticas de governo, dependentes das coalizões partidárias e, daí, não raramente, resvalando para precária efetividade (SIMÕES, 2013, p. 33).

Dessa forma, os direitos sociais, garantidos nos instrumentos legais precisam e dependem de vontade política e decisão governamental para saírem dos estatutos e se tornarem concretos de fato. Nesta seara, os direitos sociais [...] “Para serem

efetivamente usufruídos, requerem mudanças nos termos da convivência social” (IAMAMOTO, 2008 p. 263), dentro de uma estratégia radicalmente democrática.

Contudo, uma das conquistas mais relevantes desta Constituição, sem sombra de dúvidas, foi o surgimento do conceito de Seguridade Social como [...] art. 194: um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (BRASIL, 1988).

Inúmeros avanços podem ser identificados a partir de uma análise específica das políticas que integram a Seguridade Social. No âmbito da saúde e assistência social, podem ser citados, entre outros, a descentralização e a participação social; a universalização do acesso à saúde; o estabelecimento da assistência social, pela primeira vez, como política pública, no mesmo patamar da saúde e da previdência; a criação, no âmbito da assistência social, do Benefício de Prestação Continuada mensal, no valor de um salário mínimo, para idosos e portadores de deficiência que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2011, p. 22).

Apesar deste grande avanço, não podemos deixar de destacar que ele se efetivou muito tardiamente no Brasil, pois a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, já estabelecia em seu artigo 85 o direito à Seguridade Social como um direito de toda a sociedade.

Todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos, os serviços sociais indispensáveis, o direito à seguridade social no caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice, ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle (ONU, 1948).

Apesar da relevância, avanço e conquistas consagradas com o marco da promulgação da Constituição Federal de 1988 no Brasil, infelizmente o cenário conjuntural, nacional e internacional, apresentado pela crise do capitalismo, aliado à correlação de forças de setores dominantes contrários a efetivação dos direitos no país não permitiram a efetivação da Carta Magna como fora idealizada.

A reestruturação produtiva desse período, caracterizada pelas privatizações, redução dos investimentos nas áreas sociais e desregulamentação da economia incidiram diretamente na efetivação dos direitos, sob a orientação do capital internacional regido por centros hegemônicos como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

A atual crise que assevera o país e o mundo na atualidade demarca um período de retrocessos dos direitos, em especial os direitos sociais. As políticas sociais, paliativas, insuficientes e precárias, demarcam o caráter do Estado neoliberal “mínimo”. Nesta seara, um dos caminhos que se abrem é o da judicialização dos próprios direitos, um fenômeno contraditório que pode tanto representar a garantia de direitos, como a desresponsabilização do Estado e despolitização da esfera pública, o que será retratado a partir do próximo capítulo.

CAPÍTULO 3: O DEBATE SOBRE A JUDICIALIZAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS E A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

“Direito contra direito, vence a força...” (Karl Marx)

O capítulo terceiro inicia as reflexões sobre a interlocução direta entre a produção do conhecimento e o exercício profissional, apresentando algumas considerações importantes inerentes ao Sistema de Justiça e competências das três esferas de Poder – Executivo Legislativo e Judiciário, transitando para a conhecimento sobre a realidade das Defensorias Públicas, em especial a Defensoria do Estado de São Paulo e o trabalho desenvolvido pelos Centros de Atendimento Multidisciplinar da Instituição. Por fim, o capítulo aborda a questão da judicialização dos direitos sociais a partir da realidade do CAM da Unidade de São Vicente/SP.

3.1 O contexto da judicialização de direitos sociais: as contradições e desafios para o acesso ao Direito e Justiça

Nos últimos anos, observa-se, e pesquisadores apontam, um crescente interesse da população pela procura de instituições jurídicas para resolução de conflitos e necessidades não solucionadas através das vias convencionais ou administrativas. Essa situação está intrinsecamente interligada à crise do capital, as metamorfoses do mundo do trabalho e as contradições do modo de vida da sociedade moderna, pois reflete a degradação das condições de vida das classes desfavorecidas que não encontram o suporte necessário para o enfrentamento de sua realidade através dos órgãos públicos da esfera executiva.

A dinâmica da sociedade contemporânea, caracterizada por um Poder Executivo que não funciona e quando funciona, é de modo precário, aliada à precarização das políticas sociais e falta de efetivação dos direitos sociais contribui para o crescimento desta procura pelo Poder Judiciário para resolução de situações antes resolvidas no âmbito familiar, social ou que “deveriam” ser solucionadas via Poder Executivo.

Vários autores têm se debruçado sobre a tendência, que vem se desenvolvendo nos últimos anos no Brasil, de levar ao Judiciário, ou à área *jurídica*, centenas e milhares de casos que poderiam, ou deveriam ser respondidos no âmbito da esfera *política*.

Alguns deles mostram que após as importantes conquistas trazidas pela Constituição de 1988 [...], instalou-se uma forte tendência neoliberal de desmonte e contrarreformas do Estado, fazendo com que as políticas não fossem capazes de atender às demandas societárias e aos quesitos de proteção de direitos sociais determinados pela Constituição. Tampouco o movimento social e os sindicatos, centrais sindicais e entidades representativas dos trabalhadores tiveram força suficiente para fazer valer esses direitos para amplas parcelas da população brasileira.

Tal panorama levou a que o Poder Judiciário passasse a ser o depositário das demandas sociais dos segmentos mais fragilizados e subalternizados da sociedade, na busca de fazer valer os direitos sociais trabalhistas, de proteção de crianças, idosos, etc. (BORGIANI, 2013, p. 426).

Nesta seara, considera-se que surgem novas necessidades sociais e novos complexos em que apenas o Direito não é capaz de oferecer condições para a resolução da situação em uma perspectiva integral e de totalidade, necessitando também do conhecimento técnico científico de outras áreas do saber, como Serviço Social, Psicologia, Sociologia, Filosofia, dentre outras, para pensar e fazer frente às novas demandas, expressões da questão social, que surgem na atualidade.

A questão do efetivo acesso à justiça é de fundamental importância para a reclamação e garantia dos direitos legalmente instituídos. Segundo Chuairi (2001), esse acesso apresenta escopos definidos, quais sejam:

O acesso à justiça apresenta duas finalidades básicas: a primeira é que os sujeitos podem reivindicar seus direitos e buscar a solução de seus problemas sob o patrocínio e a proteção do Estado, e, portanto, o sistema jurídico deve produzir resultados que sejam individual e socialmente justos; e a segunda corresponde ao fim último do sistema jurídico no Estado Democrático de Direito, que é o de garantir o acesso à justiça igualmente a todos (CHUAIRI, 2001, p. 128).

Deste modo, como aponta a autora, o acesso à justiça se torna um elemento fundamental neste contexto da judicialização de conflitos e agravamento da questão social, principalmente para a população mais vulnerável:

Diante desse quadro, o direito de acesso à justiça assume relevância em nossa sociedade, à medida que aparece como ponto de interligação entre a garantia do exercício de cidadania da população como um todo e o funcionamento das instituições de justiça.

E a assistência jurídica – garantida através do preceito constitucional – exerce papel preponderante como mecanismo de proteção e efetivação dos direitos humanos e do exercício de cidadania dos sujeitos das classes subalternas da população (CHUAIRI, 2001, p. 125).

A questão da judicialização de direitos sociais, como por exemplo, a realização de uma cirurgia, a requisição de um remédio, a solicitação de uma vaga em creche e até mesmo a inserção em programas sociais começam a emergir de maneira crescente nos órgãos de defesa e garantia de direitos como um dos possíveis caminhos para se enfrentar realidades individuais e coletivas.

Contudo, faz-se necessário compreender o que realmente esse panorama aponta: precarização, sucateamento, falência, falta de efetividade dos direitos sociais na atualidade? Descrédito nas conquistas legalmente garantidas ou supervalorização da esfera judiciária? Judicialização da vida e/ou busca pela sobrevivência? Descomprometimento do Estado e/ou criminalização da pobreza?

No desvelamento desta realidade, rica colaboração foi dada por Nogueira Neto (2012)²⁹. O autor aponta duas questões importantes para reflexão sobre o tema:

É preciso judicializar, sempre ou prevalentemente, algo que foi previamente jurisdicionalizado no sentido mais amplo, isto é algo que esteve e está na esfera do Direito e das normas - princípios (princípios fundamentais), estando contemplado ou não em normas-regras jurídicas?

Como uma das estratégias possíveis, em algumas situações, a judicialização de determinadas demandas e determinados conflitos de interesses, necessidades e desejos tem sentido e validade para se impactar o amplo embate político, determinado por essas contradições entre o capital e o trabalho no bojo da questão social?

Isso significa que é possível encaminhar problemas no âmbito amplo do Direito. É saudável procedermos a um diálogo entre as demandas e conflitos sociais e o processo civilizador do Direito, mas não há necessidade nesse processo de levá-las ao mesmo tempo, para o campo judicial formal sempre. (NOGUEIRA NETO, 2012, p. 37).

Judicializar direitos legalmente instituídos constitucionalmente retrata um dos caminhos possíveis e legítimos para assegurar um direito conquistado, referendar as lutas sociais e enfrentar o desmonte das conquistas democráticas por direitos ao longo da história. Todavia, é importante ressaltar que este não é o único caminho e não deve ser utilizado indistintamente, pois pode representar também a transferência de responsabilidade do Poder Executivo ao Poder Judiciário, além de que, este último apresenta funções de manutenção da ordem e sistemas de punição, o que pode ser um viés importante para os processos de criminalização da pobreza. Embora a judicialização seja um instrumento legal do estado democrático de direitos, em si, ela

²⁹Conferência: “A Judicialização da Questão Social – desafios e tensões da garantia de direitos” - II Seminário Nacional: O Serviço Social no Campo Sociojurídico na Perspectiva da Concretização de Direitos, realizado em Cuiabá/MT em 2009.

não resolve as necessidades sociais, haja vista que a desigualdade social é estruturante do capitalismo.

Entretanto, o Poder Judiciário, por vezes assume papel paradoxal, haja vista suas funções tradicionais e aquelas forjadas no chamado Estado Social. Assim, baseado no debate de Faria (2001), considera-se que existe, desde então, uma tensão entre o papel do judiciário no processo de reconhecimento da cidadania, dos direitos sociais e sua função no processo de preservação e ampliação dos mecanismos que produzem as desigualdades sociais, tensão esta que está inscrita nas atribuições tradicionais do Poder Judiciário para a manutenção de mecanismos de controle e punição dos que não tem acesso a esses direitos no mundo real (BARISON, 2014, p. 26).

Desta forma, a utilização dos recursos judiciais de modo equivocado e excessivo pode corroborar uma descaracterização do Poder Executivo e consequentemente a desresponsabilização do Estado e a despolitização da esfera pública frente às exigências para o real enfrentamento do agravamento da questão social.

No entanto, a tendência em curso de judicialização da questão social, ao transferir para um poder estatal, no caso o Judiciário, a responsabilidade de atendimento, via de regra individual, das demandas populares – coletivas e estruturais, nas quais se retratam as mudanças do mundo do trabalho e as expressões do agravamento da questão social – ao invés de fortalecer a perspectiva de garantia de direitos positivados, pode contribuir para a desresponsabilização do Estado, sobretudo dos Poderes Legislativo e Executivo, com a efetivação destes direitos, através das políticas públicas (AGUINSKY; ALENCASTRO, 2006, p.25).

O desmonte e sucateamento das políticas sociais brasileiras são determinantes para este cenário que apresenta como forma de enfrentamento o surgimento de um processo crescente de judicialização de direitos sociais em algumas Instituições do Sistema de Justiça, como Defensoria Pública, Ministério Público e Tribunal de Justiça que, apesar de integrarem este Sistema apresentam muita dificuldade de estabelecimento de um diálogo efetivo, extra tribunais. Observa-se a busca da população por um Sistema de Justiça, que também apresenta dificuldades diante da ausência de um Estado garantidor de direitos e que enfrente verdadeiramente as desigualdades e a exclusão social.

Em alguns espaços do Poder Judiciário, [...] funções sociais se expressam mais nitidamente, como aqueles nos quais tramitam as ações relativas à infância, juventude, família e criminais. Nessa realidade, expressões da ausência, insuficiência ou ineficiência do poder Executivo na implementação

de políticas sociais redistributivas e universalizantes se escancaram, na medida em que, além de litígios e demandas que requerem a intervenção judicial, como regulamentação de guarda de filhos, violência doméstica, adoção etc., cada vez mais se acentua uma “demanda fora de lugar” ou uma “judicialização” da pobreza, que busca no judiciário solução para situações que, embora se expressem particularmente, decorrem das extremas condições de desigualdades sociais (AGUINSKY; ALENCASTRO, 2006, p.24).

Na atual conjuntura neoliberal, constata-se que ao mesmo tempo em que houve o reconhecimento dos direitos através da promulgação da Constituição Federal de 1988, houve também um processo de sua negação nas vias administrativas, dificultando a efetivação concreta desses direitos. Segundo Aguinsky e Alencastro (2006), seria um fenômeno denominado como “judicialização dos conflitos sociais” ou “judicialização da política”, para alguns juristas e cientistas sociais.

Isso significa dizer que ocorre uma transferência de responsabilidade do Poder Executivo ao Poder Judiciário para a efetivação dos direitos sociais e enfrentamento da questão social.

[...] argumentam as autoras que a profunda e persistente deslegitimação do Estado como esfera de proteção social dos mais subalternizados fez com que o Poder Judiciário ou o sistema de justiça como um todo passasse a ser procurado por esses segmentos para que os direitos e atributos de cidadania sejam efetivados. Alguns pesquisadores chegam a afirmar que o enfraquecimento da política e das esferas de resolução pública dos conflitos e das reivindicações sociais, e o fato de o próprio Poder Executivo muitas vezes se colocar como violador de direitos por seus atos ou omissões perante a ganância do capital, fez com que a sociedade passasse a incumbir o Judiciário da tarefa de possibilitar a efetivação dos direitos sociais (BORGIANNI, 2013, p. 426).

Importante salientar que o Poder Judiciário também apresenta dificuldades diante da ausência de um Estado garantidor de direitos e que enfrente verdadeiramente as desigualdades e a exclusão social. Além do mais, observa-se a supervalorização deste sistema frente aos outros Poderes. Essa realidade acaba sendo contraditória e pode constituir-se um risco diante do real enfrentamento das expressões da questão social e da sociedade punitiva, pois:

[...] o fenômeno da judicialização da questão social ocorre em uma superposição de responsabilidades do Judiciário às demais instâncias da esfera pública. Esta forma de acesso à justiça se dá, via de regra, de forma individual e por um segmento seletivo de sujeitos – os que conhecem ou conseguem acessar este canal jurídico. Mas a efetivação dos direitos dependerá de outros fatores que não somente o seu reconhecimento, como a capacidade de atendimento e de financiamento à demanda apresentada.

Diante deste quadro, discute-se este processo de efetivação de direitos que, ao privilegiar cada vez mais a via judicial, rebate no descomprometimento do Estado com o enfrentamento da questão social e na despolitização da esfera pública (AGUINSKY; ALENCASTRO, 2006, p.19).

O crescimento da procura pela judicialização dos direitos sociais aparece na contemporaneidade na tentativa de fazer frente a um desmonte quase que completo dos direitos sociais previstos legalmente. Constitui-se como importante ferramenta de garantia de direitos, contudo, como característica da própria ideologia neoliberal, acaba refletindo a busca individualizada para a solução de uma problemática que em sua maioria representa uma realidade coletiva.

Essa situação acaba sendo contraditória e pode acarretar a sobreposição do Poder Judiciário ao Executivo e Legislativo, e consequentemente a desresponsabilização do Estado que, ao invés de tomar medidas para se evitar esses processos, acaba muitas vezes indicando este caminho como a única alternativa possível.

A judicialização dos direitos sociais é uma importante e possível estratégia para pessoas, famílias, grupos e sociedade acessarem seus direitos legalmente previstos e conquistados. Porém, reflete também uma possibilidade de descomprometimento do Estado frente às desigualdades sociais.

Nogueira Neto (2012) acredita que a judicialização da questão social em si apresenta pouca capacidade de transformação e efetividade, pois não atinge diretamente a raiz do problema: o conflito entre capital e trabalho “[...] A decisão quanto o acesso ou não aos serviços, ao passar da esfera pública para a esfera privada, deixa de ser um direito resguardado por lei e passível de ser defendido na justiça” (IAMAMOTO, 2008, p. 275).

Nesta linha, pode-se considerar que o processo de judicialização de direitos sociais trata-se de uma questão complexa e contraditória e que está diretamente relacionado com as necessidades sociais e com as políticas sociais. Estamos diante de dilemas e enfrentamentos que exigem um olhar atento e crítico, uma leitura de realidade em sua totalidade, considerando os aspectos sociais, políticos, econômicos, éticos, culturais e que consigam desvelar o verdadeiro paradigma da correlação de forças entre as classes sociais, o conflito constante entre a relação capital – trabalho, onde o fortalecimento coletivo se torna fundamental ao enfrentamento das

desigualdades sociais e arbitrariedade daqueles que detém o poder e os meios de produção.

3.2 O Poder Judiciário e algumas considerações no âmbito da Justiça

No Brasil, o Poder Judiciário está constituído por cinco segmentos principais: Justiça Estadual, Justiça do Trabalho, Justiça Federal, Justiça Eleitoral e Justiça Militar.

A Justiça Estadual, pertencente à justiça comum, juntamente com a Justiça Federal, é responsável por julgar matérias que não sejam da competência dos demais segmentos do Judiciário – Federal, Trabalho, Eleitoral e Militar, ou seja, engloba todas as outras áreas não abrangidas pelos outros segmentos. Em geral, questões afetas a direito de família e sucessões, cível, criminal, execução criminal, infância cível e criminal, e fazenda pública.

O universo jurídico carrega em suas raízes históricas o status pela utilização da linguagem culta, rebuscada e muitas vezes ininteligível para a maioria da população. Isso acaba interferindo nos processos de comunicação e interpretação da realidade. Dessa forma, julga-se necessário fazer apontamentos sobre alguns elementos conceituais que perpassam pelo assunto ora estudado, bem como algumas considerações sobre o campo da justiça.

O primeiro apontamento refere-se à pertinência de registrar a diferença de amplitude entre os termos assistência judiciária e assistência jurídica, que muitas vezes são utilizadas indistintamente como sinônimos.

A assistência judiciária refere-se ao benefício concedido gratuitamente pelo Estado para resolver alguma questão passível de justiça. As Constituições anteriores a de 1988 utilizavam esta nomenclatura. Assistência jurídica é muito mais abrangente, abarcando além do benefício da defesa em processo, todos os outros atos jurídicos inerentes ao desenvolvimento da situação em si, como por exemplo, orientações, informações, práticas extrajudiciais, processos administrativos perante outros órgãos públicos, educação em direitos, consultoria, dentre outros.

A assistência judiciária é aquela prestada unicamente através da manifestação em processos judiciais, ou seja, através do papel e dos cerimoniais legais. Já a assistência jurídica integral refere-se à proteção de

direitos na sua acepção mais ampla, seja através de processo judicial seja de forma extrajudicial, na educação em direitos, na composição extrajudicial de conflitos, na promoção dos direitos humanos, no atendimento psicossocial, na pressão política, nos acordos com os governos visando a garantia de direitos, enfim, no que for necessário para o alcance e ampliação dos direitos das classes oprimidas (MIRANDA, 2016, p. 34).

Dessa forma, entende-se que historicamente houve um avanço em termos conceituais e práticos, considerando inclusive a inserção do trabalho multidisciplinar ou interdisciplinar, no que se refere ao acesso à justiça e a defesa e garantia de direitos, principalmente em questões voltadas à população mais vulnerável.

A assistência jurídica apresenta significativa importância para as classes subalternas, pois trata-se de um acesso concreto à busca pela efetivação de direitos e cidadania. Por outro lado, importante considerar que ela está vinculada ao Estado, que também apresenta funções de controle social, como aponta Chuairi (2001):

A assistência jurídica tem importância fundamental, pois se constitui para as classes subalternas da sociedade como modalidade de acesso real à justiça reconhecendo publicamente como legítimas suas demandas, ao mesmo tempo que resgata sua cidadania. Por outro lado, ela está vinculada com as bases de legitimidade do Estado, de seu poder de controle social e estabilidade social, já que é um canal de resolução de conflitos sociais pela justiça (p. 132).

O Estado moderno, segundo Faria (2001), apresenta três funções básicas: uma instrumental, que diz respeito a competência para dirimir conflitos; uma função política, que se refere a promover o controle social; e uma função simbólica, que seria a interlocução entre expectativas e interpretação/efetivação dos ordenamentos jurídicos.

Neste contexto, o Poder Judiciário também acompanhou de certo modo essas funções, se adequando às mudanças conjunturais e políticas ao longo da história, adquirindo papéis diferenciados em cada época:

Originalmente, no período histórico do capitalismo concorrencial, ele foi concebido para, no exercício dessas funções, preservar a propriedade privada, conferir eficácia aos direitos individuais, assegurar os direitos fundamentais, garantir as liberdades públicas e afirmar o império da lei, protegendo os cidadãos contra os abusos do poder do Estado. Mais tarde, no período do capitalismo organizado, o Poder Judiciário também passou a implementar direitos sociais, condicionando a formulação e execução de políticas públicas com propósitos compensatórios e distributivistas. E agora, em plena fase de reestruturação do capitalismo, esse poder se vê diante de um cenário novo, incerto e cambiante, no qual o Estado-nação vai perdendo sua autonomia decisória e o ordenamento jurídico vê comprometida sua

unidade, sua organicidade e seu poder de “programar” comportamentos, escolhas e decisões (FARIA, 2001, p. 08).

O Poder Judiciário, independente de época histórica, sempre foi caracterizado como uma Instituição hierarquizada, fechada, rígida, racional, positivista, burocrática e “elitizada”. Porém, considerando as transformações societárias se vê também obrigado a ampliar os limites de sua atuação, desterritorializar o seu acesso, rever padrões de trabalho e modernizar suas estruturas para se manter como um Poder autônomo.

Em termos *organizacionais*, o Poder Judiciário foi estruturado para operar sob a égide dos códigos processuais civil, penal e trabalhista, cujos prazos e ritos são incompatíveis com a multiplicidade de lógicas, procedimentos decisórios, ritmos e horizontes temporais hoje presentes na economia globalizada. O tempo do processo judicial é o tempo diferido. O tempo da economia globalizada é o real, isto é, o tempo da simultaneidade. Além disso, o Poder Judiciário também não costuma dispor de meios materiais nem de condições técnicas para tornar possível a compreensão, em termos de racionalidade substantiva, dos litígios inerentes a contextos socioeconômicos cada vez mais complexos e transnacionalizados (FARIA, 2001, p. 08).

Apesar das mudanças e evoluções conceituais alcançadas, a maior aproximação entre o Poder Judiciário e a população mais oprimida, percebe-se que muito ainda precisa evoluir no que se refere às dinâmicas processuais, burocracia no acesso à informação e principalmente nas formas de julgar, tanto dos/as operadores/as do direito - juízes, advogados/as, promotores/as, como também das equipes de apoio. Nota-se ainda avaliações autoritárias, baseadas em juízo de valor, aspectos moralizadores, excesso de formalidades e morosidade na resolução dos conflitos disputados na esfera judicial.

Como aponta Miranda (2016) esses aspectos se constituem um desafio para a transformação desse universo:

Percebemos, na maioria das vezes, que apesar da mudança no que diz respeito ao direito de acesso à justiça, não houve substancial alteração nos ritos judiciais e na forma de julgar, que são ainda moralizantes, autoritários, distantes e extremamente formais, ou seja, há muita energia despendida em “artefatos legalísticos”. Assim, a representação judicial é importante, contudo, é apenas uma parte do caminho para o acesso à justiça. Pensar o mundo jurídico é refletir sobre o universo de direitos, para além da representação junto ao judiciário, é campo que traz outros atores, novas ferramentas de enfrentamento das desigualdades sociais e dos conflitos humanos (p. 26)

O acesso à justiça, a partir da promulgação da Constituição de 1988 passa a ser um direito de qualquer cidadão/ã, inclusive e principalmente dos menos favorecidos economicamente, que até então encontravam-se excluídos deste universo em razão de não possuírem condições para arcar com as custas da contratação de um advogado/a particular. Assim, o acesso à justiça passa a ser considerado um direito que deve ser garantido através do Estado, conforme inciso LXXIV do artigo 5, da Constituição Federal de 1988: “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”.

Porém, não é suficiente apenas existir uma previsão legal para a garantia de acesso aos direitos. Faz-se necessário também, além da “vontade política”, a existência de mecanismos para sua reivindicação formal. Dessa forma, o acesso à justiça parece ser o primeiro elemento central para a efetivação dos direitos, e como aponta Cappelletti e Garth (1988), talvez seja o mais básico dos direitos humanos.

De fato, o direito ao acesso efetivo tem sido progressivamente reconhecido como sendo de importância capital entre os novos direitos individuais e sociais, uma vez que a titularidade de direitos é destituída de sentido, na ausência de mecanismos para a sua efetiva reivindicação. O acesso à justiça pode, portanto, ser encarado como o requisito fundamental – o mais básico dos direitos humanos – de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir, e não apenas proclamar os direitos de todos. [...] Os juristas precisam, agora, reconhecer que as técnicas processuais servem a funções sociais; que as cortes não são a única forma de solução de conflitos a ser considerada e que qualquer regulamentação processual, inclusive a criação ou o encorajamento de alternativas ao sistema judiciário formal tem um efeito importante sobre a forma como opera a lei substantiva – com que frequência ela é executada, em benefício de quem e com que impacto social (CAPPELLETTI e GARTH, 1988, p. 11-12).

Dessa forma, o acesso à justiça acaba englobando um conjunto de fatores fundamentais para a garantia dos direitos e enfrentamento de suas barreiras: previsão legal, vontade política, mecanismos formais de reivindicação, fatores financeiros relacionados tanto às custas processuais quanto a vantagem financeira de uma das partes, morosidade nos processos judiciais (tempo real é diferente do tempo diferido), fortalecimento psicológico para lidar com as situações de litígio e as disputas inerentes ao processo, acesso à informação e domínio do conhecimento acerca da problemática em questão.

Superados esses obstáculos pode-se dizer que o acesso à justiça será efetivamente realizado alcançando-se resultados individual e socialmente justos cujo horizonte é a concretização verdadeira da justiça social.

Isto revela que apenas possibilitar a entrada da população pobre no Sistema de Justiça não garante, por si só, o acesso de fato à Justiça. Pouco adianta garantir serviços de assistência jurídica gratuitos, se as decisões judiciais permanecerem na linha da perpetuação das desigualdades. Além disso, esses mesmos serviços de assistência jurídica devem extrapolar a esfera judicial e meramente processual, a fim de propiciar e fortalecer arenas político-jurídicas de luta por direitos (MIRANDA, 2016, p.20).

3.3 Implicações da judicialização de direitos para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e as contradições no campo da Justiça

Imersos em uma sociedade contemporânea em profundas e constantes transformações em todas as searas da vida em sociedade, as conhecidas esferas de Poder - Executivo, Legislativo e Judiciário - também enfrentam desafios diante de uma conjuntura flexível e transnacionalizada, o que lhes exige avaliar e rever seus campos de competências e atribuições na tentativa de permanecer legitimamente como áreas de “Poder”.

Os três Poderes sempre tiveram definidas suas atribuições. O Executivo, responsável por administrar o Estado, governar a nação e executar as leis. Ao Legislativo é imperativo criar e aprovar as leis e fiscalizar o Executivo, ou seja, exercer seu controle político, administrativo e financeiro. Por fim, cabe ao Judiciário interpretar as leis, julgar e aplicá-la nos casos de conflitos de interesses.

Apesar de terem as funções bem definidas, observa-se crescentemente, a partir dos processos de judicialização de direitos sociais, uma relativa confusão e até mesmo inversão de papéis, principalmente entre os Poderes Executivo e Judiciário. Essa situação pode ser explicada historicamente a partir das constantes transformações societárias, como justifica Faria (2011):

[...]. As consequências do desequilíbrio dos poderes provocado inicialmente pela expansão do Estado provedor ou previdenciário nos anos 60 e 70, e, mais tarde, a partir dos anos 80, pela relativização de sua soberania, com o advento da globalização econômica. Se, num primeiro momento, em resposta a pressões social-democratas, o Poder Executivo foi avocando a titularidade da iniciativa legislativa, “publicizando” o direito privado, “administrativizando” o direito público e “tecnicizando” a política, paralelamente à opção por políticas econômicas de inspiração keynesiana, num segundo momento seu choque de competências com o Poder Legislativo levou o Poder Judiciário a ser acionado como uma instância capaz de promover o desempate institucional e de superar a paralisia decisória. [...]. [...] Seja sem virtude do conflito de competências entre os três poderes, seja porque o Judiciário atua no patamar de complexidade técnico-jurídica maior do que o Legislativo e do Executivo, seja pela resistência de determinados setores da sociedade à

revogação dos direitos fundamentais e sociais pelo processo de desregulamentação, deslegalização e desconstitucionalização, o fato é que, quanto mais cambiante é este cenário, mais o Poder Judiciário acaba sendo levado ao centro das discussões políticas, mais tem que assumir papéis inéditos de gestor de conflitos e mais dificuldades tem para decidir – fenômeno esse hoje como “tribunalização” ou “judicialização da política”. Trata-se de um fenômeno considerado altamente disfuncional na economia globalizada, em cujo âmbito os protagonistas preferem, por razões óbvias, concentrar seus investimentos em países sem tribunais congestionados, com ritos processuais simples e baixo poder de intervenção (p. 14).

Deste modo, na atualidade, o Judiciário tem sido chamado a exercer funções cada vez mais contraditórias, atendendo uma mesma população, aquela marginalizada e excluída dos patamares mínimos de dignidade humana, ora exercendo um papel de natureza essencialmente punitiva, aquele aplicado aos considerados “infratores da lei”, referindo-se particularmente à esfera criminal e de outro lado, exercendo um papel distributivo, e porque não dizer inclusive compensatório, ao exigir judicialmente do Executivo o cumprimento de sua função.

Nesta seara e no contexto da crescente judicialização dos direitos sociais, ocorrem reflexos também sobre o controle que o Judiciário vem exercendo sobre as políticas sociais, uma vez que o Executivo e conseqüentemente o Legislativo não estão cumprindo sua função suficientemente a ponto de atender os padrões mínimos de necessidade da população, deste modo, contribuindo determinantemente para o agravamento das expressões da questão social.

Mas outro aspecto da judicialização das expressões da questão social que também ganham bastante importância na atualidade é o chamado “controle judicial das políticas públicas”. Essa tendência vem se desenvolvendo com força e diz respeito às iniciativas da sociedade civil organizada para cobrar judicialmente que o Poder Executivo cumpra com seu dever de implementar ações previstas nas legislações orçamentárias que destinam recursos às políticas sociais de proteção à infância e adolescência, deficientes, velhice, contra a violência doméstica, etc. Tal alternativa é complexa porque envolve a chamada “separação dos poderes” e as vedações constitucionais de interferência de um poder sobre o outro, e vem ganhando cada vez mais relevância em nossa sociedade, principalmente nessa quadra histórica em que se está diante da omissão do Estado ou do não cumprimento de preceitos constitucionais que dispõem sobre aspectos vitais à existência dos indivíduos e grupos vulnerabilizados. [...] (BORGIANNI, 2013, p. 428).

Neste contexto, outra questão importante a ser analisada refere-se ao crescimento de demandas reclamadas no âmbito individual em detrimento à esfera coletiva. As transformações societárias, que interferem diretamente no modo de pensar e agir diante das realidades individuais e coletivas, também contribuem para

um enfrentamento “enviesado” de demandas que poderiam ser consideradas coletivas, como por exemplo, a construção de um equipamento público de saúde, a ampliação ou abertura de vagas em creches, pleitos por moradia, dentre outros.

Cada vez mais se observa no âmbito do Judiciário a propositura de ações individuais para atingir direitos que poderiam ou deveriam ser considerados da coletividade. Além de considerar-se as transformações e representações inerentes à sociabilidade no sistema capitalista, pode-se refletir também sobre a imagem que o “poder” do saber jurídico representa para a população, que deposita suas expectativas na figura de juízes/as, promotores/as e defensores/as, investindo cada vez menos no fortalecimento e mobilização coletiva.

Há, portanto, uma certa crença de que o Judiciário – na figura do juiz, advogados e técnicos – possa solucionar os problemas desse cidadão de acordo com suas expectativas pessoais. Por essa razão, o indivíduo deposita sua confiança nos profissionais do campo jurídico, que estão investidos de competência técnica e de poder autorizado, além de sua capacidade reconhecida de resolver os conflitos de acordo com o estabelecido na norma jurídica (CHUAIRI, 2001, p. 135).

Iamamoto (2008) também reflete sobre essa questão da influência que o saber jurídico exerce sobre a população, apontando que as heranças históricas e culturais da sociedade contribuem para se considerar o *culto à autoridade* superior ao saber empírico.

Todavia, o Poder Judiciário, enquanto parte do poder do Estado, também carrega fortes marcas do *saber burocrático*, próprio dos aparelhos estatais, o que se espalha na cultura das repartições públicas e de seus agentes e que pode impregnar os profissionais que aí atuam. Lefèbvre (1979: 104-107) sustenta que o *saber burocrático*, que erige a burocracia em critério de verdade, esforça-se por se constituir como um “saber sistemático”, manifesto *no segredo e na competência das repartições públicas e, em geral, dos peritos que aí se encontram*. Traduz, de fato, por uma *hierarquia do saber*, em que os inferiores acreditam ser a “cabeça superior” capaz de compreender o racional, o geral – o *saber sagrado* -, em contraposição ao saber profano civil (empírico, prático, obtido no trabalho e na divisão do trabalho) (IAMAMOTO, 2008 p. 280).

As contradições inerentes à sociedade contemporânea, sob a égide do capital, apresentam rebatimentos em todas as esferas de organização da vida em sociedade e não ocorre de modo distinto com o Judiciário, que apresenta papéis cada vez mais contraditórios de acusação e defesa da população marginalizada, refletindo inclusive, na sua imagem e identidade enquanto instância de Poder. Diante das mudanças

conjunturais o Judiciário se coloca em uma linha de fogo em que interesses de classes estão em constante disputa.

Eis aí, enfim, a encruzilhada em que esse Poder se encontra. Por um lado, a aceleração da transnacionalização do Judiciário contemporâneo faz parte de um Estado-nação cuja soberania, iniciativa legislativa e autonomia decisória tem sido postas em xeque pela transnacionalização dos mercados e pela subsequente conversão das economias nacionais em uma “economia-mundo”. Por outro, está situado em contextos sociais contraditórios e altamente explosivos [...] um contexto em que a cidadania, quando não é excluída e condenada ao universo da informalidade, é integrada e submetida à lógica avassaladora do capital transnacionalizado. Acionado pelos “excluídos” para dirimir conflitos que afetam o processo de apropriação das riquezas e dos benefícios sociais, mas desprezado e ignorado por muitos setores “incluídos” na economia transnacionalizada, que tem suas próprias normas, seus próprios ritos e suas próprias justiças, o Poder Judiciário vem vivendo, desde a aceleração da transnacionalização dos mercados de bens, serviços e finanças, um dilema de funções pirandellianas: é um Poder não em busca de um autor, mas de espaços mais nítidos de atuação, de uma identidade funcional mais precisa e de maior legitimidade política (FARIA, 2001, p. 17).

A possível sobreposição de Poderes que vem sendo observada através dos processos de judicialização dos direitos sociais possuem rebatimentos financeiros significativos no âmbito dos Governos. Acredita-se que os gastos do Executivo com sentenças judiciais³⁰ seriam capazes de proporcionar investimentos expressivos na efetivação das políticas públicas básicas, evitando esses processos, em sua maioria morosos, dispendiosos, sem rebatimentos diretos na esfera coletiva e no enfrentamento da questão social.

Deste modo pode-se dizer que a realidade subjetiva é muito maior do que a problemática que se apresenta aos nossos olhos. Os emaranhados de interesses, disputas, correlação de forças que envolvem os Poderes constituídos refletem a atualidade de desmantelamento de direitos e profundo sucateamento das políticas sociais que atinge principalmente as classes mais desfavorecidas. Essa realidade exige uma atenção maior aos reais interesses e necessidades que estão em jogo nas esferas políticas, econômicas e sociais.

³⁰ Maiores informações podem ser consultadas nos relatórios do Conselho Nacional de Justiça, bem como nos instrumentos de prestação de contas de Ministérios, Governos, etc. Por exemplo, segundo SOUZA (2016), no Estado de São Paulo, os gastos com sentenças judiciais na área da saúde somaram um montante de 60 (sessenta) milhões em 2006, 400 (quatrocentos) milhões em 2008 e em 2010 alcançou a cifra de 700 (setecentos) milhões, ou seja, um aumento de mais de 10.000% (dez mil) de gastos com sentenças judiciais em apenas quatro anos.

A referência à área *sociojurídica* merece considerações. Envolve, mais extrapola, o *Poder Judiciário*, abrangendo as políticas públicas, formuladas e implementadas pelo *Poder Executivo* no cumprimento das medidas compensatórias e protetoras de caráter socioeducativo e de sanções aplicadas pelo Poder Judiciário àqueles que descumprem as normas e as leis em vigor. Abrange desde questões relativas ao sistema penitenciário e aos direitos humanos, até instituições educacionais e assistenciais do campo da seguridade social envolvidas no atendimento aos direitos consubstanciados em medidas específicas de proteção à infância e juventude. Estas supõem uma articulação de iniciativas governamentais e não-governamentais nos níveis da União, estados e municípios, que envolvem deveres do poder público, da família e da sociedade em geral (IAMAMOTO, 2008, p. 267).

O desvelamento dessa dinâmica e suas formas de enfrentamento compete a todos, poder público, indivíduos, grupos, família, sociedade. Torna-se necessário a publicização dessas informações e imperativo a transposição da esfera individual de reivindicação para uma consciência coletiva, pois esta sim apresenta potencial para contrapor a verdadeira correlação de forças e transformação da realidade, na busca da efetiva justiça social, pois como diz Faria (2001, n.p): “A justiça é acionada porque há desigualdade, portanto, injustiça”.

3.4 Um breve histórico sobre a criação das Defensorias Públicas no Brasil

Antes da promulgação da Constituição Federal de 1988 existiram no Brasil várias provisões legais para a prestação de serviço jurídico gratuito à população, tanto na esfera civil quanto na área criminal. A origem deste serviço está interligada às Ordenações Filipinas³¹, em 1603, e leis posteriores, e inserida como garantia legal a partir da Constituição de 1934.

Contudo, a Lei Federal n. 1060/1950³² foi a legislação mais importante que antecedeu a Constituição de 1988. Neste documento foi registrado que competia ao Estado, através dos poderes públicos federais e estaduais, a garantia da assistência jurídica gratuita. Em caso de não haver o serviço pertinente, a demanda era direcionada para a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, ou ainda, caso o município também não dispusesse de Seccional da OAB, a indicação de um/a advogado/a era

³¹As Ordenações Filipinas foram reguladas pela Lei n. 8 de outubro de 1823 e vigorou até o final do ano de 1916. Isto impulsionou a criação de diversos normativos legais acerca da temática de garantia do acesso à justiça aos mais necessitados. Disponível em <<https://jus.com.br/artigos/36436/defensoria-publica-sob-a-otica-constitucional-de-instituicao-essencial-a-justica>>.

³² Lei nº 1060, de 5 de fevereiro de 1950: Estabelece as normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.

de responsabilidade do/a juiz/a. No entanto, foi uma lei que relativizava a concessão deste serviço, permitindo ainda que ele pudesse ser oferecido, por estudantes de Direito. Os principais óbices desta lei foram a não garantia da gratuidade total, não integralidade no atendimento e possibilidade de prestação de serviço não técnico e especializado.

A Constituição de 1988 avançou consideravelmente os preceitos da Lei nº1060, garantindo, através do artigo 5º, LXXXIV, a assistência jurídica integral e gratuita para a população que comprove não possuir recursos para assumir as custas processuais de uma ação judicial. Além disso, estabeleceu a Defensoria Pública como a Instituição responsável por oferecer este serviço, passando a integrar o rol das funções essenciais à justiça.

Art. 134: A Defensoria Pública é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Um outro avanço trazido pela Constituição de 1988, no que tange à Defensoria Pública foi a garantia de autonomia funcional e administrativa à Instituição (§2º do artigo 134) e o estabelecimento dos princípios institucionais de unidade, indivisibilidade e independência funcional (§4º do artigo 134), equiparando-se, portanto, à Magistratura e ao Ministério Público.

Apesar dos avanços constitucionais, como dito anteriormente, a existência pura e simples da lei não garante que ela seja efetivada, sendo que a “vontade política” foi a principal entrave para a criação das Defensorias Públicas no Brasil. Esta implementação ocorreu morosamente em um terreno de tensões políticas e disputas com outros atores jurídicos, tanto na esfera pública como privada do Direito, em especial a OAB, no Estado de São Paulo, que também pleiteava e ainda pleiteia para si a prestação deste serviço.

Segundo dados do estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2013, denominado “Mapa da Defensoria Pública no Brasil”, neste período, ou seja, após 25 anos da promulgação da Constituição de 1988, apenas 28%

das comarcas³³ que apresentavam ao menos um magistrado possuíam Defensoria Pública, ou seja, 72% das comarcas brasileiras ainda não dispunham de acesso à assistência jurídica gratuita realizada por um/a defensor/a público.

[...] Antes de 1990, havia Defensorias Públicas em apenas sete estados brasileiros. Esse número cresce de modo substancial a partir dos anos 1990, quando mais dez estados estabelecem essas instituições. Os outros oito estados criariam as suas defensorias públicas apenas nos anos 2000, com as duas últimas delas tendo sido criadas por lei apenas em 2011, no estado do Paraná, e em 2012, no estado de Santa Catarina (IPEA, 2013, p. 24).

Cada Estado seguiu um movimento e uma trajetória distinta na implementação de sua Defensoria Pública, porém com semelhanças importantes, como por exemplo a vinculação inicial a algum órgão já existente no Sistema de Justiça. O Rio de Janeiro foi o primeiro Estado a se organizar e experimentar alguns modelos de prestação de assistência jurídica gratuita, tendo sua primeira organização a partir de um decreto estadual datado de 05 de maio de 1897³⁴.

Apesar do Rio de Janeiro registrar a primeira organização no que tange à criação da Defensoria Pública, segundo BORGE (2010), o Estado de São Paulo, em 1935, respeitando a premissa da Constituição Federal de 1934, foi o primeiro Estado a regulamentar o serviço de assistência judiciária gratuita ³⁵, denominado “Departamento de Assistência Social”. Sucederam essa experiência os Estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Contudo, apesar de São Paulo ter sido o precursor do serviço de assistência judiciária gratuita, em uma perspectiva constitucional, acabou implementando sua Defensoria Pública após 71 anos da existência deste decreto e 18 anos de promulgação da Constituição Federal de 1988, a partir de uma forte pressão dos movimentos sociais, como será visto no próximo tópico deste capítulo.

³³ Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Comarca corresponde a um território em que o juiz/a irá exercer sua jurisdição. Pode abranger um ou mais municípios, de acordo com o número de habitantes e eleitores/as, do movimento forense e de extensão territorial dos municípios do Estado. Em 2013 existiam 2680 Comarcas no país.

³⁴ A partir da Lei Estadual nº2.188/1954 foram criados os primeiros cargos de Defensores/as Públicos/as, ligados à Procuradoria Geral de Justiça. Posteriormente, quando da mudança do Distrito Federal para Brasília e não mais Rio de Janeiro, o serviço passou a ficar vinculado ao Ministério Público.

³⁵Decreto Estadual nº. 7.078, regulamentado pela Lei nº. 2.497/1935.

3.5 A Defensoria Pública do Estado de São Paulo: história, finalidade, estrutura e áreas de atuação

A criação da Defensoria Pública paulista foi efetivada somente quando a Constituição Federal de 1988 atingiu sua maioria, ou seja, após dezoito anos de sua promulgação. Apesar de São Paulo ter sido o precursor da prestação do serviço de assistência judiciária no Brasil, foi um dos últimos Estados a implementarem sua Defensoria Pública, a partir da Lei Complementar nº. 80/94³⁶ e a Lei Complementar nº. 988/2006³⁷.

A promulgação da Lei nº. 988/2006 ocorreu em função de crescente pressão feita por diversos setores da sociedade civil³⁸ o que culminou na criação do “Movimento pela Criação da Defensoria”, em meados de 2002. Após quatro anos de lutas e pressão popular finalmente o Estado de São Paulo teve sua Defensoria instituída, apesar das precárias condições estruturais e humanas da época.

[...] Em 2002, São Paulo assistiu à criação de um Movimento pela Defensoria Pública, o qual veio a envolver nada menos que 440 (quatrocentos e quarenta) instituições e deu início à organização de petições e manifestações públicas, além da busca de apoio para a causa em setores importantes da comunidade jurídica e do sistema político. A lógica de mobilização social que marcou a implantação da Defensoria Pública em São Paulo se disseminou pelo país, configurando, assim, uma consciência social sobre o direito de acesso à justiça para todos: nos estados nos quais não havia defensoria pública, os movimentos sociais, sindicatos e grupos da sociedade civil passaram a se organizar para exercer pressão contra os governos, reclamando essa implantação. E – talvez mais importante – esses movimentos e grupos acompanharam diretamente e, em alguns casos, participaram ativamente da redação dos projetos de lei que estavam sendo apresentados nas assembleias legislativas estaduais a fim de criar as defensorias; além de colaborarem continuamente com as lideranças e membros das defensorias, uma vez que vieram a ser implantadas. [...]. Por todo esse histórico, não há dúvida de que dando força normativa à Constituição, as Defensorias Públicas passaram a representar um ator e um elemento central para as políticas de acesso à justiça no país. Da mesma forma, não há dúvida de que a sua consolidação enfrenta obstáculos das mais diversas ordens (IPEA, 2013, n.p.).

³⁶ Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências.

³⁷ Organiza a Defensoria Pública do Estado, institui o regime jurídico da carreira de Defensor Público do Estado.

³⁸ Estima-se que houve a participação e o envolvimento de cerca de quatrocentas e quarenta entidades da sociedade civil no Movimento pela criação da Defensoria no Estado.

Dessa forma, até então, o serviço de assistência jurídica gratuita à população hipossuficiente³⁹ era feito pela Procuradoria de Assistência Judiciária (PAJ), criada por Lei estadual em 1947. A PAJ era um sub-órgão da Procuradoria Geral do Estado, instituição prevista para prestar serviços jurídicos ao Governo do Estado.

Apesar de a PAJ ter conquistado enorme reconhecimento em função da qualidade de sua atuação perante o Judiciário, a criação da Defensoria Pública foi o marco pelo qual a população “hipossuficiente” do Estado passou a ser atendida por uma instituição autônoma e independente.

Os/as Procuradores/as do Estado que atuavam na PAJ puderam optar na mudança de carreira e Instituição, ou seja, tiveram a oportunidade de optar entre as carreiras de Procurador/a do Estado ou Defensor/a Público/a do Estado – Procuradoria Geral ou Defensoria Pública. Dessa forma, 87 (oitenta e sete) Procuradores/as optaram para migrar para recém-criada Defensoria Pública, sendo os/as primeiros/as Defensores/as Públicos/as de São Paulo. Essa transferência foi considerada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que entenderam que houve uma cisão da Procuradoria Geral do Estado, antes composta por três sub-órgãos: Consultoria Jurídica, Contencioso Jurídico⁴⁰ e Assistência Jurídica Gratuita, este último a PAJ (DPESP, 2014).

Neste contexto de lutas e desafios, surge então, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP), Instituição com apenas treze anos de efetivação, cuja função é oferecer “[...] de forma integral e gratuita, aos/às cidadãos/às necessitados/as a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos” (DPESP, 2016).

Em que pese a população do estado de São Paulo ter permanecido quase 20 anos sem assistência jurídica adequada, o desfecho para a criação da DPESP foi politicamente mais interessante, pois, com a resistência do governo, houve mobilização por parte de alguns coletivos e movimentos sociais. Cabe ressaltar que o MDPEP foi apoiado por mais de 400 entidades organizadas da sociedade civil. Deste modo, podemos dizer que *a Defensoria de São Paulo foi parida da reivindicação dos movimentos sociais*, representando importante lastro histórico ao firmar, desde sua gênese, maior compromisso da Instituição com a sociedade civil e, ao mesmo tempo, maior apropriação e controle social pela população. Destacamos que a história da Defensoria de São Paulo deve ser sempre lembrada pela população e pelos

³⁹ Termo utilizado no universo jurídico para se referir ao/a cidadão/ã atendido/a.

⁴⁰ Contencioso Jurídico é considerado um dos setores mais complexos no campo jurídico, referindo-se a tudo aquilo que possa ser contestado, disputado ou em que há conflito de interesses.

atores da Instituição, para que o sentido da Defensoria não seja totalmente capturado pelo poder que reside nas instituições jurídicas (MIRANDA, 2018, p. 37).

Atualmente a Defensoria está presente em 43 municípios⁴¹ do Estado de São Paulo através de 66 Unidades de atendimento. Iniciou o quadro de Defensores/as com 87 membros e atualmente conta com 750 Defensores/as Públicos/as. Além dos/as Defensores/as conta com um quadro de apoio técnico de servidores/as composto por Agentes de Defensoria ⁴² (Assistentes Sociais, Psicólogos, Sociólogos, Administradores, Analistas de Sistemas, Engenheiros, Arquiteta, Biblioteconomista, Pedagoga, Arquivista, Comunicador Social, Design Gráfico, Desenhista Industrial, Contador, Estatístico, Relações Públicas, Secretário Executivo Bilíngue), Oficiais de Defensoria⁴³, Assessores/as Técnicos/as de Defensoria, Diretores/as Técnicos/as de Departamento e Assistentes Técnicos⁴⁴.

O quadro de recursos humanos é composto ainda com um grande número de estagiários/as de todas as áreas de atuação da Defensoria, além de profissionais terceirizados/as na área de limpeza e segurança. Hoje, a DPESP apresenta a seguinte estrutura:

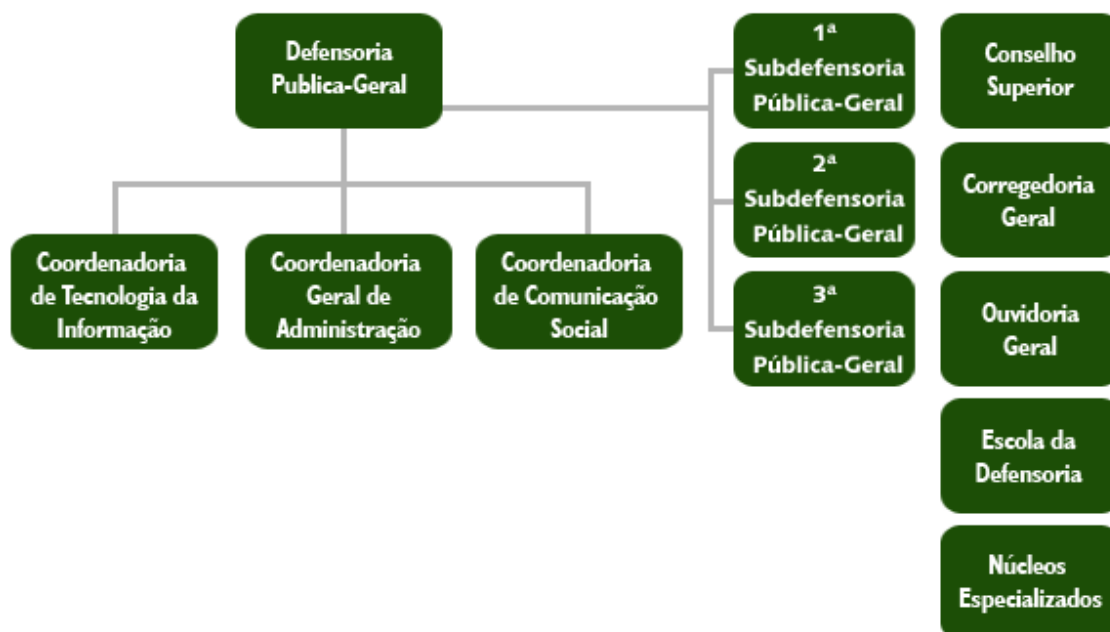
⁴¹ De acordo com a Emenda Constitucional nº80/2014 foi estabelecido um prazo de oito anos para que União, Estados e Distrito Federal tenham defensores/as públicos/as em todas as unidades jurisdicionais do país, com prioridade para regiões com índices mais elevados de exclusão social e adensamento populacional. Ressalta-se que a Instituição se expandiu consideravelmente desde sua criação, porém ainda está muito aquém de alcançar a garantia efetiva do acesso integral e gratuito de assistência jurídica a população hipossuficiente.

⁴² Profissionais de nível superior de outras áreas que não o Direito.

⁴³ Profissionais de nível médio responsáveis por desempenhar atividades de apoio administrativo e técnico nas diversas áreas da DPESP.

⁴⁴ Assessores/as Técnicos/as de Defensoria, Diretores/as Técnicos de Departamento e Assistentes Técnicos são cargos de confiança de livre exoneração.

Figura 4 - Órgãos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo/2019



Fonte: Defensoria Pública do Estado de São Paulo, 2019.

A Defensoria Pública Geral é responsável pela administração superior da Instituição. Ela é composta ainda por algumas Assessorias: Criminal e Infracional, Cível, Jurídica, Parlamentar, Especial, Convênios e Qualidade do Atendimento⁴⁵.

A 1ª Subdefensoria Pública-Geral, de acordo com DPESP, 2019, é responsável por [...] coordenar o planejamento estratégico da Defensoria Pública e acompanhar a execução de planos, programas, projetos e orçamentos [...]. As 2ªs e 3ªs Subdefensorias Públicas-Gerais são responsáveis por [...] administrar, coordenar e orientar a atuação das Defensorias Públicas Regionais e adotar as medidas para manutenção da regularidade do serviço público prestado nas unidades (DPESP, 2019). A diferença entre elas é que a 2ª Sub é responsável pelas Defensorias Públicas da Capital e região metropolitana e a 3ª Sub, as Defensorias do Interior do Estado.

Os núcleos especializados da Defensoria são importantes ferramentas para análise e construção de diretrizes e estratégias em áreas sensíveis da Instituição. Atualmente estão em atividade nove núcleos especializados, a saber: Cidadania e Direitos Humanos; Infância e Juventude; Habitação e Urbanismo; Segunda Instância e Tribunais Superiores; Situação Carcerária; Promoção e Defesa dos Direitos da

⁴⁵ Maiores informações ver: <https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Default.aspx?idPagina=2905>.

Mulher; Defesa da Diversidade e Igualdade Racial; Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência; e, Defesa do Consumidor.

A DPESP atua em diferentes áreas do Direito: cível, tutela coletiva, criminal, infância e juventude e execução criminal. A área cível trata-se de uma área bem extensa e envolve, por exemplo, Direito Civil, Direito de Família e de Sucessões, Direito do Consumidor, Direito Urbanístico, Direito Ambiental, Direito à Saúde, Garantias Constitucionais, entre outras.

A tutela coletiva abrange as ações civis públicas, cuja demanda trata-se de direitos coletivos de povos, grupos, sociedades, etc. Também se configura como uma ampla e complexa área que atende, dentre outros, direitos de habitação, urbanismo, saúde, meio ambiente e defesa do consumidor.

Na área criminal, a atuação da Defensoria acontece a partir da defesa ampla e irrestrita das pessoas acusadas de terem cometido algum crime. Já a atuação na execução criminal acontece através da defesa das pessoas que já foram condenadas e estando cumprindo a pena. Faz parte desta área também a fiscalização das unidades prisionais e a garantia dos direitos das pessoas presas.

O trabalho desenvolvido na área da infância e juventude se divide em duas frentes: cível e infracional. Na civil são tratadas questões como situações de crianças e adolescentes acolhidos em abrigos, adoção, guarda e outras previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Na área infracional o/a defensor/a público/a faz a defesa dos adolescentes acusados de terem cometido ato infracional e acompanha também aqueles/as que estão em cumprimento de medida socioeducativa.

Os critérios para atendimento da população na Defensoria Pública do Estado são critérios socioeconômicos que apresentam linha de corte de renda de até três salários mínimos por família, podendo-se ampliar para quatro salários mínimos nos casos em que a unidade familiar possua gastos mensais com tratamento de saúde em razão de doença grave; famílias compostas por mais de quatro membros; que possuam idosos, pessoas com deficiência ou egressos do sistema penitenciário. Independem de avaliação socioeconômica os casos de defesa na área criminal e os casos de curadoria especial.

Igualmente existem ainda mais dois critérios de avaliação, também de caráter econômico, previstas no artigo 2º da Deliberação nº 89/2008 do CSDP⁴⁶:

[...] II - não seja proprietária, titular de direito à aquisição, herdeira, legatária ou usufrutuária de bens móveis, imóveis ou direitos, cujos valores ultrapassem quantia equivalente a 5.000 (cinco mil) Unidades Fiscais do Estado de São Paulo - UFESP's;⁴⁷
III - não possua recursos financeiros em aplicações ou investimentos em valor superior a 12 (doze) salários mínimos federais (CSDP, 2008).

Além dos critérios econômicos/financeiros, existem ainda duas hipóteses em que o atendimento jurídico pode ser denegado: manifesto descabimento da medida pleiteada ou inconveniência aos interesses da parte e quebra na relação de confiança entre Defensor/a Público/a e usuário/a.

A Defensoria Pública apresenta três peculiaridades importantes que registram o caráter democrático da Instituição, com a proposta de inovar neste sistema de justiça que historicamente caracteriza-se pela hierarquia e rígido cumprimento de normas.

A primeira delas é contar com uma Ouvidoria externa à Instituição. Tanto o Ouvidor-Geral como os membros do seu Conselho Consultivo⁴⁸ são escolhidos entre representantes da sociedade civil e possuem autonomia para contribuir para a melhoria da Instituição a partir de reivindicações e demandas da população, constituindo-se como uma ferramenta de controle e participação social.

Outra característica importante é a realização do Ciclo de Conferências Públicas da Instituição, que é composto pelas Pré-Conferências Regionais, que acontecem em cada região onde a Defensoria possui Unidade de atendimento e posteriormente a Conferência Pública Estadual.

O Ciclo de Conferências, segundo a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP) está previsto para acontecer a cada dois anos, tendo por objetivo:

⁴⁶ A Resolução nº 89/2008 do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo estabelece as regras sobre atendimento e sua denegação, bem como sobre a possibilidade de recurso contra a recusa do atendimento.

⁴⁷ O governo do Estado de São Paulo fixou o valor da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo - UFESP em R\$ 26,53, para o período de 01/01/2019 a 31/12/2019. Dessa forma, 5000 UFESP's corresponde atualmente a um valor de R\$132.650,00 (cento e trinta e dois mil, seiscentos e cinquenta reais).

⁴⁸ 22 membros da sociedade politicamente organizada, que tem por função acompanhar as atividades da Defensoria, além de formular críticas e sugestões para o aprimoramento de seus serviços, construindo um canal permanente de comunicação com a Defensoria (DPESP, 2019).

[...] identificar a principal demanda da sociedade civil e abrir espaço para que a população participe da elaboração dos parâmetros que irão orientar o Plano Anual de Atuação da instituição. A iniciativa permite que os cidadãos participem das diretrizes institucionais, do acompanhamento e da fiscalização das ações e projetos desenvolvidos pela Defensoria (ANADEP, 2017)

O terceiro diferencial da Defensoria paulista é a possibilidade de participação da população no espaço denominado “Momento Aberto”, que acontece semanalmente no início das reuniões do Conselho Superior⁴⁹ da Defensoria. Consiste em um espaço para as pessoas exporem suas ideias, reivindicações, queixas e sugestões.

Acredita-se que a Defensoria do Estado de São Paulo apresenta um potencial elevado para se tornar uma Instituição diferenciada no sistema de justiça, porém muitas barreiras e desafios precisam ser enfrentados, tanto interna como externamente, como bem apresenta Miranda:

Apesar do evidente avanço no discurso jurídico, urge a necessidade da transposição da lei rumo à aproximação com a realidade social dos sujeitos. Este é um desafio posto às Defensorias Públicas e ao Sistema Jurídico como um todo, tendo em vista o volume de trabalho e a lógica legalista e desigual que ainda opera. É na concepção mais alargada de acesso à justiça que o papel das Defensorias ganha extrema relevância, pois além de possibilitar o acesso ao Poder Judiciário, a Instituição tem o dever de lutar pela erradicação das desigualdades sociais (MIRANDA, 2016, p. 32).

3.6 Construindo um caminho extrajudicial no acesso à Justiça: Os Centros de Atendimento Multidisciplinar da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

3.6.1 Conhecendo os CAM's da Defensoria Pública do Estado de São Paulo – breves considerações

Através da implantação, expansão das atividades da DPESP e a observação das demandas atendidas, verificou-se que muitas pessoas que procuravam a Instituição não apresentavam somente demandas jurídicas, apresentavam também questões de âmbito social ou psicológico, ou, em sua grande maioria, de âmbito psicossocial, o que justifica a relevância da presença de profissionais dessas áreas de conhecimento na composição da equipe técnica da Instituição.

⁴⁹ O Conselho Superior é um órgão deliberativo da Defensoria Pública que tem como algumas de suas principais atribuições: exercer o poder normativo no âmbito da Defensoria Pública, fixar parâmetros mínimos de qualidade para a atuação de Defensores/as e, aprovar o plano anual de atuação da Instituição, etc.

Nesse contexto, considerando a complexidade das áreas de atuação da DPESP, a necessidade de integralidade do atendimento e as demandas apresentadas em seu cotidiano de trabalho, a criação dos Centros de Atendimento Multidisciplinares (CAM) no âmbito da Defensoria já era uma realidade prevista em sua lei de regulamentação desde 2006, porém efetivada apenas em abril de 2010, quatro anos depois, através da realização do primeiro concurso público e inserção dos primeiros Agentes de Defensoria no quadro efetivo de servidores. Assim, o corpo técnico da Instituição passou a ser integrado também por Assistentes Sociais e Psicólogos/as, que, juntamente com os/as Defensores/as Públicos/as, constituem as equipes de trabalho dos Centros de Atendimento Multidisciplinar (CAM).

Os CAM's, na estrutura da Instituição, são considerados órgãos de apoio à atividade fim da Defensoria e são coordenados por Defensores/as Públicos/as. A previsão é que exista um CAM com a composição básica (um/a Assistente Social e um/a Psicólogo/a) em cada unidade de atendimento da DPESP. Porém, esta é uma realidade ainda a ser alcançada. Em algumas unidades estão colocados apenas uma das áreas acima mencionadas, em outras unidades ficou sem quaisquer um/a das/os profissionais por um bom tempo e algumas ainda seguem sem nenhum/a das/os profissionais, como é o caso de Avaré, por exemplo.

Em 2010, na ocasião da homologação do primeiro concurso público das categorias de Agente de Defensoria, ingressaram na Instituição os primeiros 47 (quarenta e sete) profissionais, sendo 17 (dezessete) Assistentes Sociais e 30 (trinta) Psicólogos/as⁵⁰. A segunda entrada de profissionais aconteceu em 2013/2014, ainda provenientes do primeiro concurso da carreira. Em 2017 começaram a ser chamados novos profissionais, dessa vez advindos do segundo concurso da carreira, ocorrido no ano de 2015. Atualmente, existem na Instituição 114 (cento e quatorze) profissionais, sendo 58 (cinquenta e oito) Assistentes Sociais e 56 (cinquenta e seis) Psicólogos/as alocados pelas diversas unidades de atendimento do Estado.

Tabela 1 - Distribuição dos/as Assistentes Sociais e Psicólogos/as da DPESP/2019

Regiões	Unidades	Assistente Social	Psicólogo/a
	Divisão de Atendimento		
	Inicial Cível	01	01
	Central	03	03

⁵⁰ Para a capital e região metropolitana foram designados 13 Assistentes Sociais e 13 psicólogos/as e para as unidades do interior foram providas 04 vagas para Assistentes Sociais e 17 para Psicólogos/as.

Macro 01	Jabaquara	01	0
	Santana	01	01
	Lapa	01	01
	Pinheiros/Butantã	01	01
	Nossa Senhora do Ó	01	01
	São Miguel Paulista	01	01
	Itaquera	01	01
	Vila Prudente	01	01
	Penha/Tatuapé	01	01
	Santo Amaro	01	01
	Ipiranga	0	01
	Divisão de Atendimento		
	Inicial Criminal	02	03
Macro 02	Infância e Juventude	02	02
	Guarulhos	01	01
	Franco da Rocha	01	0
	Mogi das Cruzes	01	01
	Itaquaquecetuba	01	0
Macro 03	Ferraz de Vasconcelos	01	0
	Osasco	01	01
	Carapicuíba	01	0
	Santo André	01	01
	São Bernardo do Campo	01	01
	Diadema	0	01
Macro 04	Mauá	01	01
	Taubaté	01	01
	São Jose dos Campos	01	01
	Jacareí	0	01
Macro 05	Caraguatatuba	01	0
	Registro	01	0
	Santos	01	01
	Guarujá	01	01
	Praia Grande	01	01
	São Vicente	01	0
Macro 06	Campinas	01	01
	Vila Mimosa	01	01
	Piracicaba	01	01
	Limeira	01	01
	Jundiaí	01	01
	Sorocaba	01	01
	Itapetininga	0	01
	Bauru	01	01
Macro 07	Jaú	01	01
	Ribeirão Preto	01	01
	Franca	01	0
	Barretos	01	0
	São Carlos	01	01
Macro 08	Araraquara	01	01
	Araçatuba	01	01
	São José do Rio Preto	01	01

Macro 09	Marília	01	01
	Presidente Prudente	0	01
Núcleos	NEIJ	01	01
	NUDEM	01	01
Núcleos	NEDIPE	01	01
	NUDIR	01	01
	NCDH	0	01
	NESC	01	0
	Grupo de Apoio Interdisciplinar (GAI)	01	01
Administração Superior	Centro de Apoio e Desenvolvimento Institucional - CADI (Gestão de Pessoas)	0	02

Fonte: DPESP/2019

O CAM da DPESP atua em diferentes frentes de trabalho, de acordo com a realidade local, e tendo como direcionamento quatro eixos principais: atendimento técnico especializado ao público (atendimento social, atendimento psicológico ou atendimento psicossocial), incluindo possíveis demandas coletivas e composição extrajudicial de conflitos; produção técnica (emissão de relatórios, pareceres, laudos, levantamento de quesitos, elaboração de artigos científicos, etc.); mapeamento e articulação com a rede de serviços; e, educação em direitos e formação profissional.

Demandas sensíveis e complexas são o escopo do trabalho do CAM. As situações chegam ao órgão através de encaminhamentos dos/as Defensores/as e estagiários/as de Direito, bem como via encaminhamento da rede de serviços do município ou região.

O trabalho desenvolvido pelos CAM's possibilita acolhimento, escuta qualificada e manejo das demandas sensíveis e complexas que aportam na Defensoria Pública do Estado de São Paulo. As/os defensoras/es e suas/seus estagiárias/os, na escuta jurídica do problema, ao depararem-se com situações que fogem do script do Direito, acionam as/os assistentes sociais e psicólogas para suporte e intervenção. Podemos dizer que o Serviço Social e o CAM, como um todo, potencializam um dos diferenciais da DPESP - as iniciativas extrajudiciais, sem desconsiderar a relevância da atuação judicial. Sem o campo extrajudicial e a atuação interdisciplinar, a Defensoria permaneceria na prestação de assistência meramente judicial. O vasto campo político-social de garantia de direitos de forma extrajudicial e interdisciplinar é importante extensão da atuação da Defensoria, convocando outros saberes para a prestação da assistência jurídica integral que se faz com diversas ferramentas e visa avaliar os direitos das populações humilhadas socialmente (MIRANDA, 2016, p. 57).

Após nove anos de atuação, é possível afirmar que os CAM's, cujo a estrutura e funcionamento estão regulamentados através da Deliberação CSDP nº 187, de 12

de agosto de 2010⁵¹, já instituíram seu trabalho na Defensoria e vem ampliando cotidianamente suas demandas de atendimento através do olhar multi ou interdisciplinar e integral ao indivíduo, sua família e sociedade.

3.6.2 O universo de trabalho dos CAM's da DPESP

A fim de compreender melhor o objeto de estudo a partir da realidade da Defensoria Pública de São Paulo será apresentado a seguir um panorama geral sobre o trabalho dos CAM's da DPESP, nos anos de 2014 a 2016, período estipulado para caracterizar a presente pesquisa, considerando as ponderações já apresentadas no capítulo primeiro desta dissertação e a fim de compararmos também com as informações referentes à realidade da Unidade de São Vicente, que comporá o próximo tópico deste capítulo.

Deste modo, inicialmente, apresenta-se uma tabela que mostra a quantidade de casos novos recebidos pelos CAM's anualmente, ressaltando que somados a estes, mas não representados aqui, pois os recursos de registros disponíveis para consulta não permitem esse levantamento, estão também os casos antigos que estão em acompanhamento.

Tabela 2 - Casos novos encaminhados aos CAM's da DPESP no período de 2014 a 2016

Casos	DPESP	São Vicente	DPESP	São Vicente	DPESP	São Vicente
Novos/Ano	2014	2014	2015	2015	2016	2016
Quantidade	15.911	255	16.632	164	15.139	250

Fonte: elaborado pela autora.

Importante salientar que, mesmo tendo uma normativa geral de atribuições, cada CAM tem suas características singulares e possui autonomia para desenvolver seu trabalho de acordo com a realidade local e também a partir das necessidades apontadas pelos/as defensores/as. Por exemplo, a Unidade Central da Capital é responsável pela triagem inicial de toda a demanda do município de São Paulo, justificando inclusive o porquê do quadro estar constituído por três duplas de Assistentes Sociais e Psicólogos/as. Nesta Unidade os atendimentos dos CAM's são mais pontuais, não havendo um acompanhamento sistemático e contínuo das

⁵¹ Em anexo nesta dissertação.

situações apresentadas, como acontece nas Unidades do Interior. Dessa forma, é a unidade que apresenta o maior número de atendimentos novos, em números absolutos, mas não proporcionalmente quando comparado com outras unidades que possuem um ou dois profissionais. Neste caso, Santos/São Vicente atingiu o maior percentual em números relativos, lembrando que neste período São Vicente recebia apenas atendimentos durante dois dias na semana.

Algumas Unidades possuem atendimento mais voltado às demandas da triagem, outras para os retornos de banca, atuando dentro dos processos, algumas direcionam o atendimento para as composições extrajudiciais e os núcleos estão voltados principalmente para a construção e diretrizes de atendimentos em áreas sensíveis de atuação da Defensoria, desta forma, seria muito relativo e “frio” avaliar comparativamente número de atendimentos em Unidades com realidades distintas.

No ano de 2015, a Unidade de São Vicente apresentou uma retração no número de casos novos, mesmo diante do aumento de atendimentos no Estado como um todo. Essa diminuição deu-se em virtude da implantação e adaptação ao sistema de rodízio entre os profissionais do CAM da Regional, implantado em meados de agosto de 2015, sistemática que será explicitada um pouco mais adiante, no próximo item deste estudo.

A queda no número de casos novos recebidos em 2016, de modo geral, se deve ao fato justamente de coincidir com o período em que a Instituição enfrentou uma crise recessiva, com dotação orçamentária diminuída, onde alguns profissionais exonerados a pedido não tiveram suas vagas repostas, o que só aconteceu apenas a partir de 2017. Além disso, alguns profissionais perderam seus estagiários/as porque com a chegada de novos colegas ao invés de criarem novas vagas foi necessário dividi-las com os novos/as técnicos/as, o que também contribuiu para a queda do número de atendimentos. Não houve possibilidade de ampliação de vagas através do convênio de estágio em razão da crise financeira.

A tabela a seguir mostra a origem dos encaminhamentos feitos ao CAM, lembrando que a normativa institucional aponta que os casos direcionados ao órgão carecem de prévia avaliação pelo setor jurídico, através dos/as Defensores/as e estagiários/as de Direito. Contudo, alguns/as usuários/as procuram o atendimento multidisciplinar de modo espontâneo e solicitam o atendimento por conta própria; e outros/as, são encaminhados/as diretamente pela rede de serviços.

Tabela 3 - Origem dos encaminhamentos aos CAM's da DPESP no período de 2014 a 2016.

Origem	Número de		Número de		Número de	
	casos	%	casos	%	casos	%
	2014		2015		2016	
Triagem	11.547	73%	10.985	67%	8.772	62%
Retorno de banca	3.461	22%	4.224	26%	4.186	30%
Rede	248	2%	487	3%	425	3%
Juizado de violência doméstica	-----	----	-----	----	190	1%
Núcleo Especializado	32	0%	33	0%	25	0%
CAM outra Unidade ou Regional	-----	----	03	0%	24	0%
Ouvidoria	16	0%	14	0%	22	0%
Audiência de Custódia	-----	----	10	0%	16	0%
Sem informação	577	4%	566	3%	508	4%

Fonte: ATP - DPESP.

O grande escopo de encaminhamentos ao CAM é proveniente do setor da triagem, que são aquelas situações em que a população procura a assistência jurídica pela primeira vez ou apresenta novas demandas. Em geral são encaminhados os casos de maior complexidade ou demandas sensíveis, que necessitam de um olhar diferenciado para a problemática apresentada. Outras finalidades desses encaminhamentos são: a prerrogativa da garantia do trabalho integral através da perspectiva multidisciplinar; necessidade de desvelamento do pleito da/o usuária/o, principalmente aquele com algum tipo de transtorno mental; impossibilidade de solução jurídica da questão ou melhor resolutividade através da via extrajudicial e acesso às políticas públicas.

Apesar da triagem ser o principal meio de encaminhamento ao CAM percebe-se ao longo dos anos uma queda considerável em seu percentual em detrimento ao crescimento da atuação das/os profissionais dentro dos processos, os chamados “retornos de banca”, que oferecem suporte técnico aos/às defensores/as nas matérias de sua competência.

Os encaminhamentos realizados pela rede de serviços apresentam terceira colocação nessa planilha e são provenientes da atuação do CAM no eixo de mapeamento e articulação com a rede de serviços. Em geral, as situações são discutidas previamente entre os/as profissionais envolvidos/as e o CAM, orientando-se o encaminhamento da/o usuária/o ao serviço. Quando essa discussão prévia não

é possível, em geral, os/as profissionais/as encaminham a/o usuário/a através de instrumental escrito.

As demais formas de encaminhamento apresentam percentis mais baixos em virtude de peculiaridades específicas: Juizado de violência doméstica – não existe em todas as comarcas; núcleos especializados – são voltados a estudos para a construção e orientação sobre as áreas sensíveis da DPESP; e os outros meios apresentam menor incidência em razão de sua própria natureza e finalidade.

A natureza jurídica dos casos direcionados ao CAM referem-se a área do Direito que está vinculada a demanda encaminhada ao órgão. Percebe-se na tabela abaixo que nas áreas de família e cível estão concentrados os maiores números de atendimentos.

Tabela 4 - Possível natureza jurídica das demandas encaminhadas aos CAM's da DPESP no período de 2014 a 2016

Natureza Jurídica	Número de		Número de		Número de	
	casos	%	casos	%	casos	%
	2014		2015		2016	
Família	7.597	48%	8.077	49%	6.556	46%
Cível	3.049	19%	2.951	18%	2.635	19%
Fazenda Pública	990	6%	1.122	7%	975	7%
Infância e Juventude/Cível	897	6%	965	6%	774	5%
Criminal	882	6%	1.020	6%	774	5%
Infância e Juventude/Infracional	619	4%	576	4%	367	3%
Sem ação judicial viável	1.877	12%	1.651	10%	2.087	15%

Fonte: ATP - DPESP.

O direito de família e sucessões abrange ações como separação (consensual ou litigiosa), divórcio, partilha de bens, reconhecimento e/ou dissolução de união estável, alimentos – concessão, revisão, exoneração ou execução de pensão alimentícia, guarda – regulamentação ou modificação, visitas – regulamentação ou modificação, medidas cautelares (separação de corpos, arrolamento de bens, busca e apreensão, etc.), investigação ou negatória de paternidade, interdição judicial, adoção, testamentos e doações, inventário judicial, dentre outras.

Essas ações, no âmbito da família, apresentam grande aproximação com o trabalho multidisciplinar, pois estão diretamente relacionadas a situações de conflito de interesses no âmbito familiar, que por sua vez são gerados por várias razões afetas às áreas de conhecimento do Serviço Social e da Psicologia: dificuldades

socioeconômicas relacionadas diretamente à crise estrutural do capitalismo, falta de acesso adequado às políticas públicas, distintas histórias de vida dos envolvidos, diferentes costumes, crenças e cultura, sofrimento psíquico, dentre outras.

A área cível é uma das mais abrangentes dentro do Direito, pois envolve relações pessoais e patrimoniais. Em geral, os/as usuários/as apresentam demandas relacionadas a contratos bancários, indenizações por danos morais ou materiais, contratos – elaboração, revisão ou anulação, renegociações, locação e despejos, execuções e cobranças, dentre outras. Deste modo, percebe-se que também estão relacionadas diretamente a situações de vulnerabilidade social e oscilações do mercado.

Na terceira colocação estão as demandas que não possuem demanda judicial viável e em sua maioria são resolvidas através da via extrajudicial, portanto encaminhadas ao CAM, pois em sua maioria estão relacionadas a contatos, articulação e encaminhamentos para a rede de serviços e acesso a políticas públicas.

A área da Fazenda Pública, onde estaria o ramo do Direito responsável por cobrar a garantia dos direitos sociais aparece apenas na quarta posição em razão que existem poucos cargos destacados para Defensores/as Públicos/as atuarem diretamente nessa área. Em geral, as demandas que envolvem Fazenda Pública são encaminhadas para o convênio com a OAB, uma questão que precisaria ser analisada, refletida e discutida com maior propriedade no âmbito da DPESP.

A próxima tabela representa um espelho das demandas atendidas pelos CAM's da DPESP. Como dito anteriormente, cada Unidade da Defensoria apresenta suas características e necessidades, atuando nas demandas que perpassam cada realidade e adquirindo a identidade da equipe de profissionais de cada espaço. Dessa forma, alguns investem mais na resolução de conflitos, outros conferem uma atenção maior aos usuários com algum tipo de transtorno mental, alguns concentram suas atividades na área da infância, respeitando as diferenças, necessidades e potencialidades de cada espaço.

Tabela 5 - Principais demandas atendidas pelos CAM's da DPESP no período de 2014 a 2016

Principais demandas	Número de		Número de		Número de	
	casos	%	casos	%	casos	%
	2014		2015		2016	
Composição Extrajudicial de Conflitos	4761	30%	5130	31%	5670	36%
Saúde Mental – Transtorno Mental	2823	18%	2022	12%	649	4%
Conflito familiar	1.362	9%	1.462	9%	5.670 ⁵²	36%
Guarda	867	6%	1.014	6%	1.022	6%
Habitação	617	4%	772	5%	557	4%
Violência/Negligência Mulher	523	3%	632	4%	733	5%
Saúde	524	3%	717	4%	638	4%
Assistência Social e Benefícios Socioassistenciais	530	3%	496	3%	720	5%
Saúde Mental – Uso Problemático de Drogas	-----	----	-----	----	1.241	8%
Saúde Mental – Suporte Psicológico/Emocional	357	2%	298	2%	467	3%
Situação de Rua	185	1%	251	2%	397	3%
Acolhimento Institucional	163	1%	317	2%	347	2%
Orientação Social	335	2%	241	1%	249	2%
Violência/Negligência – Criança e Adolescente	221	1%	289	2%	297	2%
Trabalho e Capacitação Profissional	346	2%	287	2%	173	1%
Educação	299	2%	280	2%	107	1%
Curatela	104	1%	212	1%	153	1%
Violência/Negligência – Idoso/a	122	1%	128	1%	168	1%
Pessoa com Deficiência	110	1%	111	1%	124	1%
Ameaça de Morte	35	0%	40	0%	45	0%
Quebra de Medida Sócioeducativa	52	0%	34	0%	15	0%
Negativa de Atendimento por Órgão Público	24	0%	27	0%	46	0%
Violência/Negligência – Pessoa com Deficiência	24	0%	36	0%	35	0%

⁵² A partir do ano de 2016, para fins de levantamento estatístico, a demanda de “conflito familiar” foi aglutinada com o campo de “composição extrajudicial de conflitos”, o que justifica o montante destacado.

Denúncia de Violência Institucional	16	0%	10	0%	18	0%
Direitos LGBTI	-----	----	-----	----	41	0%
Outros	640	4%	613	4%	1054	7%
Sem informação	694	4%	781	5%	705	4%
Sem demanda CAM	147	1%	162	1%	102	1%

Fonte: ATP - DPESP.

Em primeiro lugar, na tabela acima, com larga diferença entre as demais categorias, aparecem as demandas relacionadas a composição extrajudicial de conflitos, um grande anseio da DPESP que se concretizou com a chegada dos/as Agentes de Defensoria Assistentes Sociais e Psicólogos/as, inclusive justificou a abertura de vagas para a Instituição.

Sendo considerada uma das principais frentes de trabalho da DPESP e ainda não desvelado e publicizado outros grandes potenciais de trabalho multidisciplinar, inicialmente houve um grande investimento neste modo de atuação. Algumas Unidades, inclusive, destinaram esta atividade exclusivamente ao CAM. Por anos a composição extrajudicial de conflitos se constituiu como um dos eixos de atuação do CAM.

Contudo, várias discussões e reflexões foram realizadas dentro da categoria de Agentes sobre a natureza dessa atividade, a não conformidade de sua obrigatoriedade pelo Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo - CRESS⁵³, a importância das outras atividades, a necessidade do respeito a afinidade ou não das/os profissionais com este tipo de trabalho, dentre outras questões. Deste modo a atividade deixou de compor exclusivamente um dos eixos de atuação da categoria e algumas resistências foram colocadas por alguns/as assistentes sociais e psicólogos/as com relação a obrigatoriedade da atividade e importância de outras frentes de trabalho.

Dando sequência na leitura da tabela 05 aparecem as questões relacionadas às demandas que envolvem saúde mental, outra expectativa inicial dos/as defensores/as em relação ao trabalho multidisciplinar. Se somadas ainda as demandas: saúde mental – uso problemático de drogas e saúde mental – suporte

⁵³ Nota Técnica Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo – CRESS: Posição Preliminar sobre Serviço Social e Mediação de Conflitos.

psicológico emocional, questões relacionadas à saúde mental representam uma atividade expressiva dentro da Instituição.

Uma das principais justificativas para encaminhamento de casos de saúde mental ao CAM refere-se a falta de conhecimento e manejo dos/as operadores/as de direito para compreenderem as demandas apresentadas nesta seara. Antes da entrada das/os assistentes sociais e psicólogos/as na Instituição muitas demandas eram judicializadas indevidamente, outras necessárias não eram propostas, sem contar a dificuldade de diálogo entre profissionais e usuários/as.

No início da organização e levantamento de dados referentes ao trabalho multidisciplinar as três categorias relacionadas à saúde mental eram aglutinadas em apenas uma questão – saúde mental, o que não era suficiente para representar as diferentes peculiaridades e implicações inerentes a cada um desses tipos de atendimento.

Demandas pertinentes a transtorno mental envolvem questões relacionadas às diferentes formas de tratamento em saúde mental, internações, interdições, curatela e violência. Questões relacionadas ao uso de drogas é uma importante área atendida pelo CAM e exige um olhar diferenciado para a situação apresentada. Em geral são familiares buscando a internação de um de seus membros, onde a acolhida psicossocial, a escuta qualificada e a desconstrução de uma política de internação e manicômios se fazem necessárias. Por fim, a última categoria – suporte psicológico e emocional refere-se ao apoio prestado aos usuários como apoio ao desenvolvimento do processo judicial.

Na sequência, em terceiro e quarto lugares aparecem demandas relacionadas a litígios – disputa de guarda e conflitos familiares, demandas estas inerentes ao campo da justiça, mas que apresentam grande potencial de superação através do trabalho multidisciplinar.

Destaque também é dado às questões que envolvem o enfrentamento da violência em seus diversos segmentos: mulher, idoso, pessoa com deficiência, criança e adolescente, bem como violência institucional e ameaça de morte. Se agrupadas em um único bloco também representam um significativo campo de atuação dos/das assistentes sociais e psicólogos/as.

Por fim, sendo o objeto do presente estudo, estão as demandas referentes à garantia de direitos sociais. Didaticamente divididos nesta tabela de demandas (habitação, saúde, assistência social e benefícios socioassistenciais, trabalho e

educação) também representam considerável percentual do trabalho multidisciplinar. Somados (excluindo-se as demandas de saúde mental, que não deixam de ser direitos sociais) representariam cerca de 15% das demandas encaminhadas ao CAM. Se incluirmos as demandas por saúde mental – 19,7%, alcançaríamos o percentual de 34,7%. Por fim, se considerarmos ainda as demandas relacionadas à pessoa em situação de rua, acolhimento institucional, pessoa com deficiência e negativa de atendimento por órgão público, pois todas as questões envolvem direitos sociais, chegaríamos à representatividade de 39,4% do total de trabalho, ultrapassando inclusive a categoria composição extrajudicial de conflitos, que aparece na primeira colocação.

Por fim, mas não menos importante, estão representados na tabela abaixo os procedimentos técnicos utilizados pelos profissionais no atendimento às demandas do CAM, ou seja, os caminhos trilhados por assistentes sociais e psicólogos/as no desenvolvimento do seu trabalho.

Tabela 6 - Procedimentos técnicos realizados pelos CAM's da DPESP no período de 2014 a 2016

Tipo de Procedimento	Quantidade 2014	Quantidade 2015	Quantidade 2016
Atendimento social, psicológico ou psicossocial	13.223	13.785	16.707
Contato telefônico	12.122	11.279	13.812
Contato e discussão de caso com a rede	9.238	9.853	11.089
Discussão de caso com defensor	3.992	4.702	5.046
Composição extrajudicial	4.461	4.489	4.105
Entrevista	4.442	4.637	3.914
Registro - Informação/Declaração	3.185	3.534	5.483
Registro - Relatório	2.968	2.851	2.874
Encaminhamento - Outros	1.826	2.317	4.321
Encaminhamento - Saúde	2.697	2.098	1.759
Contato com familiares e/ou terceiros	1.497	1.572	2.526
Orientação terminativa	1600	1600	1.153

Encaminhamento	–	1.423	1.349	1.118
Assistência Social				
Estudo dos Autos		825	836	1.338
Encaminhamento	–			
Atendimento Jurídico		651	638	750
DPESP				
Encaminhamento	–			
Advogado conveniado ou dativo		506	381	188
Encaminhamento	–			
Trabalho/Capacitação Profissional		406	294	136
Encaminhamento	–			
Proteção à Mulher		237	280	312
Visita domiciliar		234	215	362
Discussão de caso com outros profissionais da DPESP		-----	-----	711
Registro – Parecer		250	170	190
Encaminhamento	–			
Educação		218	221	156
Encaminhamento	-			
Habitação		235	166	174
Visita institucional		184	171	210
Encaminhamento	-			
CEJUSC		45	352	81
Estudo bibliográfico		62	110	157
Participação em audiência		81	78	146
Encaminhamento	–			
Conselho Tutelar		122	90	78
Encaminhamento – TJ, MP ou DPU		96	50	55
Encaminhamento – CAM (outra Unidade)		75	61	46
Registro – Laudo		32	39	71
Registro – Formulação de Quesitos		49	45	36
Encaminhamento	–			
Delegacia		36	55	38

Encaminhamento	–	47	28	43
Previdência Social				
Encaminhamento	–	15	23	44
Política para Egressos				
PPCAAM⁵⁴				57
Encaminhamento	–	16	12	4
Cultura/Esporte/Lazer				

Fonte: ATP - DPESP.

Considerando os eixos de atuação do CAM, e para fins de análise, agrupou-se os procedimentos acima em três grandes grupos⁵⁵ que representam esses eixos, para melhor visualização dos resultados obtidos. Optou-se por não utilizar o eixo referente à educação em direitos e formação profissional por não estar representado na planilha acima. Igualmente não agrupamos o procedimento programa de proteção à criança e adolescente ameaçado de morte (PPCAAM) por não ser específico apenas de uma área de atuação e contemplar ao mesmo tempo esses três eixos destacados.

No primeiro conjunto de categorias, o primeiro eixo, identificou-se no período de 2014 a 2016, 132.491 (centro e trinta e dois mil, quatrocentos e noventa e um) procedimentos realizados por todos/as os/as Agentes do Estado de São Paulo, o que representa cerca de 61,7% dos instrumentais utilizados, portanto obteve a maioria da atenção voltada a este conjunto.

No eixo 02, produção técnica, atingiu-se o montante de 25.105 (vinte e cinco mil, cento e cinco) procedimentos realizados no período de 03 anos, o que corresponde a 11,7% do total. Por fim, no eixo 03, mapeamento e articulação de rede, atingiu-se o percentual de 26,6%, que representa a realização de 57.114 (cinquenta e sete mil, cento e quatorze) procedimentos.

Esses dados são importantes para a compreensão e reflexão sobre a totalidade e complexidade do trabalho do CAM, que não se constitui apenas por um

⁵⁴ Programa de proteção à criança e adolescente ameaçado de morte.

⁵⁵ - Eixo 01: Atendimento técnico especializado ao público, incluindo possíveis demandas coletivas e composição extrajudicial de conflitos (atendimento social, psicológico ou psicossocial; contato telefônico, discussão de caso com defensor; entrevista; contato com familiares e/ou terceiros; orientação terminativa; visita domiciliar; participação em audiência; discussão de caso com outros profissionais da DPESP).

- Eixo 02: Produção técnica (registros – informação, declaração, emissão de relatórios, pareceres, laudos, levantamento de quesitos, estudo dos autos; estudo bibliográfico).

- Eixo 03: Mapeamento e articulação com a rede de serviços (contato e discussão de caso com a rede; encaminhamentos; e visita institucional).

ou outro eixo, e sim por todos, pois cada um deles tem seu grau de importância na esfera de atuação do campo jurídico.

Igualmente, cabe destacar que cada situação atendida requer um conjunto particular de procedimentos para o enfrentamento e superação da realidade apresentada, o que de certa forma se contrapõe ao número de casos novos apresentados através na tabela 01, ou seja, enquanto foram computados a entrada de 47.682 (quarenta e sete mil, seiscentos e oitenta e dois) casos novos no período estudado, registrou-se a realização de 214.710 (duzentos e quatorze mil, setecentos e dez) procedimentos, o que representa um média de 4,5 procedimentos realizados para cada caso novo atendido.

A atuação multidisciplinar constitui-se em um trabalho complexo, rico, permeado por diversas variáveis que não representam a realidade se analisadas de modo individual e descontextualizadas de uma conjuntura de precarização do trabalho e sucateamento das políticas públicas e direitos sociais.

3.7 A efervescência da judicialização dos direitos sociais: conhecendo as demandas através do CAM da Unidade de São Vicente

3.7.1 O município de São Vicente e a Defensoria Pública: algumas aproximações históricas

O trabalho na Defensoria de São Vicente foi a motivação para o desencadeamento do presente estudo. A questão da procura da população pela judicialização de direitos sociais começou a se apresentar de maneira crescente no cotidiano profissional, despertando o interesse em compreender o que representava esta realidade.

O município de São Vicente, localizado na região da Baixada Santista, no litoral paulista, foi a primeira “vila” a ser reconhecida no Brasil, em 1502, recebendo esse nome por Américo Vespúcio em homenagem ao Santo do dia em Portugal - São Vicente Mártir. Na ocasião as terras eram ocupadas por índios que a denominavam de “Gohayó”, que significa “terra de boa acolhida”. Em 1532, Martim Afonso recebe a missão do Rei D. João III para colonizar as terras brasileiras.

Figura 5 - Fundação da Vila de São Vicente – Benedito Calixto



Fonte: Museu Paulista – Google Arts & Culture, 1900.

Primeiro município do Brasil, porém sem receber a devida atenção por parte dos governantes que por ela passaram. Com mais de 360.000 (trezentos e sessenta mil) habitantes, São Vicente está localizada na região metropolitana da Baixada Santista, possui uma área de 148,424 km² (cento e quarenta e oito mil, quatrocentos e vinte e quatro quilômetros quadrados), densidade demográfica estimada de 2.400 (dois mil e quatrocentos) habitantes por quilômetro quadrado e está localizada entre os municípios de Santos e Praia Grande.

Segundo dados consultados no IBGE, o município de São Vicente possui taxa de urbanização de vias públicas⁵⁶ de 77,2%; 90,8% de esgoto sanitário adequado nos domicílios⁵⁷; taxa de escolarização de 96,7% na faixa etária entre 06 e 14 anos de idade⁵⁸; salário médio mensal de 2,5 salário mínimos - trabalhadores formais⁵⁹; Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R\$14.096,68 (quatorze mil, noventa e seis reais e sessenta e oito centavos)⁶⁰; mortalidade infantil de 16,10 óbitos por mil nascidos vivos⁶¹; Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,768⁶².

Importante ressaltar aqui a dificuldade em conseguir dados mais recentes sobre a realidade do município. A maioria das informações foram registradas em 2010,

⁵⁶ Dados referentes ao ano de 2010.

⁵⁷ Dados referentes ao ano de 2010.

⁵⁸ Dados referentes ao ano de 2010.

⁵⁹ Segundo o IBGE, em 2016, 43.481 (quarenta e três mil, quatrocentas e oitenta e uma) pessoas encontrava-se no mercado formal de trabalho, o que corresponde a 12,1% da população economicamente ativa. Em 2010 foi constatado que 33,1% apresentava rendimento mensal per capita de até meio salário mínimo (IBGE, 2018).

⁶⁰ Dados referentes ao ano de 2016.

⁶¹ Dados referentes ao ano de 2017.

⁶² Dados referentes ao ano de 2010.

outras características não encontradas e outros dados muito defasados, como por exemplo, o mapa da pobreza e desigualdade, que teve seu último registro publicizado no ano de 2003. Essa defasagem de acesso a dados mais recentes dificulta uma aproximação mais adequada da realidade do município.

Figura 6 - Retrato São Vicente/SP na atualidade



Fonte: Guilherme 56874 - Obra do próprio⁶³

A Defensoria Pública de São Vicente (DPESP - SV) inaugurou suas atividades em 2007 em uma estrutura física alugada e muito precária. As instalações da Instituição ficavam em um sobrado construído parte em alvenaria e parte em madeira, cujos cômodos foram adaptados para o atendimento aos/às cidadãos/ãs. A sala de espera da população localizava-se na varanda do prédio; os atendimentos aos/as usuários/as eram realizados na sala de estar e jantar; o setor administrativo foi adaptado na cozinha; as salas dos/as defensores/as eram os quartos da casa; e o almoxarifado e arquivo localizam-se no sótão.

Por vários anos a DPESP - SV foi considerada a Unidade que apresentava a pior estrutura física da Defensoria no Estado de São Paulo. Em 2016 finalmente o município conquistou um prédio novo, com estrutura adequada, sendo considerada atualmente uma das melhores estruturas físicas da Regional de Santos.

⁶³ Disponível: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Wikiwiki.png#/media/Ficheiro:Wikiwiki.png>. Acesso em 06.07.2019.

Atualmente o quadro profissional da Unidade conta com oito Defensores/as⁶⁴, uma Assistente Social, quatro oficiais de atendimento, uma oficial administrativa, estagiários/as de Direito, Serviço Social, Administração e nível médio, e funcionários/as terceirizados/as nas áreas de segurança e limpeza.

A designação de profissional para a implantação do CAM da Unidade estava prevista desde o planejamento inicial da Instituição, a partir da convocação dos/as primeiros/as aprovados/as no primeiro concurso da carreira, em 2010. A Unidade foi contemplada apenas com uma vaga⁶⁵ para Assistente Social⁶⁶, porém não dispunha de recurso físico para receber a profissional designada.

Inicialmente, nenhuma Unidade do interior do Estado foi contemplada com uma dupla de Assistente Social e Psicólogo/a. Apenas três Regionais receberam uma dupla, porém alocados em municípios diferentes. Durante o curso de acolhimento e formação dessa turma de Agentes de Defensoria, algumas discussões, reflexões e mobilizações foram realizadas, chegando-se à tratativa de que ao menos essas Regionais contariam com o trabalho da dupla, que ficaria estruturalmente alocada na Sede da Regional, mas prestaria atendimento nas duas Unidades.

Dessa forma a dupla designada para a Regional de Santos ficou fisicamente alocada em Santos, mas prestava suporte aos dois municípios – Santos e São Vicente, as duas Unidades que compunham a Regional na época⁶⁷.

A dupla entrou em exercício na Regional em abril e maio de 2010. Em junho deste mesmo ano foi realizada uma reunião entre as coordenações CAM, auxiliar de São Vicente e os Agentes, definindo-se a realização de atividades administrativas em Santos e plantão de atendimento em São Vicente apenas uma vez na semana, dadas as condições físicas da Unidade. Após alguns meses, considerando o grande volume

⁶⁴ Os cargos de Defensores estão ocupados nas seguintes áreas: quatro na área Cível e Família, um na Infância e Juventude e três Defensores na Criminal. A Vara de Execuções Criminais – VEC, é atendida cumulativamente por uma Defensora de Santos.

⁶⁵ Não existe clareza dos critérios de avaliação para escolha e distribuição das vagas para Agentes de Defensoria da primeira convocação do concurso de 2010.

⁶⁶ Inicialmente a administração distribuiu as vagas dos/as Agentes de Defensoria Assistentes Sociais e Psicólogos/as da seguinte forma: supriu todas as vagas das Unidades da Capital com, no mínimo, uma dupla de Assistente Social e Psicólogo/a. As Unidades do interior tiveram a designação de um(a) psicólogo/a para cada Regional do Estado (na época foram 17 vagas) e apenas 04 vagas foram direcionadas para Assistentes Sociais, que foram designadas para as Unidades com índices consideráveis de vulnerabilidade social no Estado: São Vicente (Regional Santos), Registro (Regional), Araraquara (Regional São Carlos) e Jaú (Regional Baurú).

⁶⁷ Posteriormente foram inauguradas as Unidades de Praia Grande e Guarujá na Regional de Santos, em 2014, mas nesta época já foram convocados/as profissionais da segunda turma de Agentes de Defensoria para ocupar as vagas dessas localidades.

de trabalho, aumentou-se para duas vezes na semana (terças e quintas) o atendimento em São Vicente⁶⁸.

Por mais de cinco anos consecutivos – junho/2010 a agosto/2015, o atendimento multidisciplinar foi prestado apenas pela primeira dupla de profissionais que ingressou na Regional. Porém, após um grave problema de saúde de um dos profissionais e outras questões singulares ocorridas na Regional, optou-se pela realização de rodízio entre todos os Agentes que compunham a Regional (Serviço Social de Santos e Praia Grande e Psicologia de Santos, Praia Grande e Guarujá⁶⁹) para prestar o suporte em São Vicente.

O rodízio foi organizado da seguinte forma: duplas de Agentes se revezavam no atendimento bimestralmente, duas vezes na semana, como já era anteriormente, porém sem deixar descoberta sua unidade de origem. Dessa forma, as duplas eram constituídas, em geral, por dois/duas profissionais de municípios distintos.

Na ocasião da segunda chamada do primeiro concurso, em 2013/2014, São Vicente teve a oportunidade de receber uma dupla fixa para sua Unidade, porém, a Unidade não aceitou em virtude das precárias condições físicas da Instituição e também como forma de resistência para mostrar a insatisfação e necessidade urgente de mudança de prédio⁷⁰.

Considerando a crise financeira conjuntural dos anos de 2015 a 2017, que rebateu diretamente no projeto de expansão da DPESP, quando São Vicente inaugurou seu novo prédio, não foi possível dar provisão aos cargos disponíveis para composição definitiva do CAM em virtude de dotação orçamentária reduzida. Deste modo, o funcionamento do CAM permaneceu em forma de rodízio até setembro de 2017, quando então ingressou uma Assistente Social, vinda do segundo concurso,

⁶⁸ A título de ilustração sobre as precárias condições da estrutura física da Unidade, importante registrar que para a garantia do sigilo dos atendimentos multidisciplinares dois defensores precisaram emprestar sua sala de trabalho para os atendimentos do CAM. Deste modo, durante os dias de atendimento da dupla, no período da manhã, os defensores não ocupavam suas salas. No período da tarde, como o fluxo de pessoas atendidas pelo jurídico era menor, os Agentes atendiam nas mesas da triagem, no piso inferior.

⁶⁹ A Assistente Social da Unidade do Guarujá exonerou do cargo antes do início da implantação do rodízio em São Vicente e sua substituição ocorreu apenas em fevereiro de 2019.

⁷⁰ Essa mudança de prédio não dependia apenas de vontade política da Administração Superior, mas também da disponibilidade de imóveis adequados para receber o atendimento ao público no município, o que foi a principal entrave na ocasião.

para ocupar o cargo fixo em São Vicente. O cargo para Psicologia ainda permanece em vacância⁷¹.

Importante destacar que todas essas formas de organização do trabalho em São Vicente nos últimos anos interferiram negativamente na qualidade dos serviços prestados e também na saúde dos trabalhadores do CAM. Esse quadro representa o sucateamento trazido com o advento da reestruturação produtiva e mundialização do capital, na qual novas formas de trabalho são organizadas e flexibilizadas diante do crescimento da demanda resultante do agravamento das expressões da questão social.

3.7.2 Conhecendo a realidade do CAM da Defensoria Pública de São Vicente

Como proposto inicialmente, antes de apresentar a realidade do trabalho do CAM na Unidade de São Vicente, insta salientar a importância de caracterizar minimamente a população que atendida diariamente neste lócus funcional. Destaca-se que será um breve retrato em razão da restrição de dados que foram disponibilizados, complementado a partir da experiência do exercício profissional junto à Instituição desde os primórdios da atuação do CAM na respectiva Unidade.

Em geral, a procura pela efetivação de direitos sociais no âmbito da Defensoria é realizada por famílias chefiadas por mulheres, com crianças pequenas e/ou idosos/as, sem moradia própria e fixa, pessoas consideradas economicamente ativas, mas excluídas do mercado formal de trabalho, com ações paralelas na justiça, voltadas para legalização de paternidade, pensão alimentícia, regularização de guarda e visitas dos filhos e questões relacionadas a endividamentos e restrições financeiras.

A população usuária dos serviços da Defensoria são famílias que possuem renda de até três salários mínimos, porém, no que tange à demanda por efetivação de direitos sociais, percebe-se que a renda dos/as usuários/as é praticamente irrisória, sobreviventes do Programa Bolsa Família.

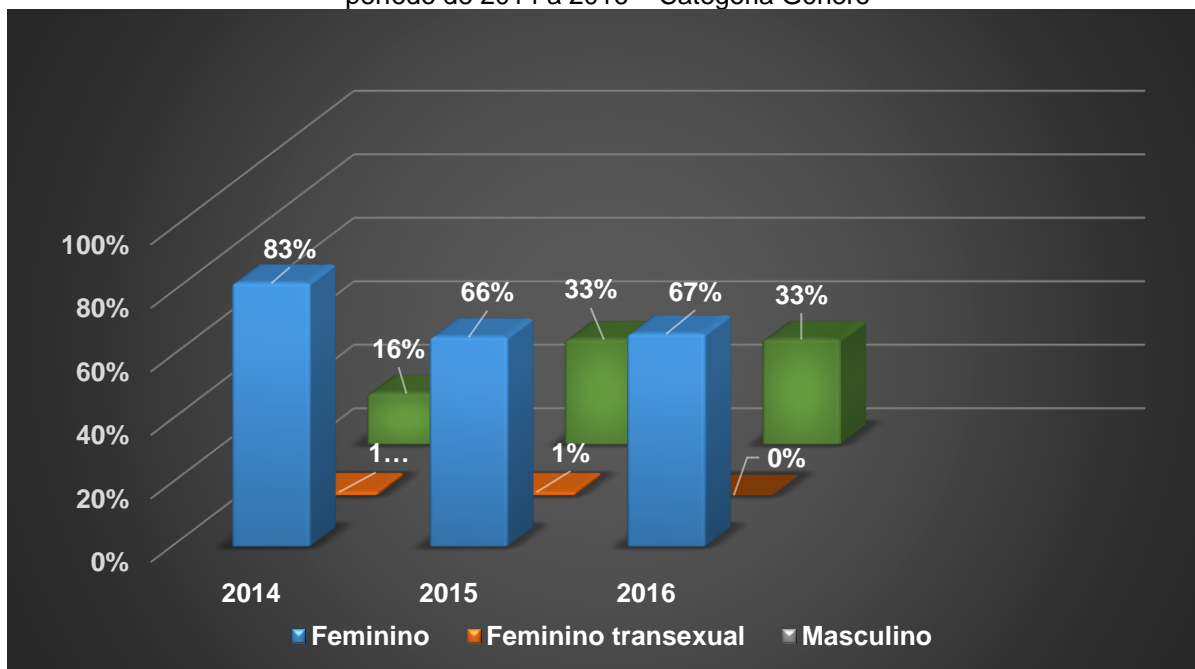
Deste modo, são famílias que realmente dependem das políticas sociais do Estado para terem seus direitos garantidos. Famílias essas que percorrem as filas da

⁷¹ Acredita-se que o cargo em aberto se dá por fatores de vontade/articulação política e limitação de recursos financeiros.

saúde e educação pública, assim como da assistência social, portanto conhecem o sistema de privações em que estão inseridas, recorrendo à justiça, muitas vezes como a última instância para garantir seu direito, que acaba sendo mais do que um direito social, mas principalmente uma forma de sobrevivência.

A partir dos dados fornecidos pela Instituição elaborou-se o gráfico abaixo, que retrata a categoria gênero. Considera-se importante construir uma categoria denominada “feminino – transexual”, porque foi exatamente desta forma que elas se autodeclararam e, as demandas apresentadas por elas estavam totalmente relacionadas à esta condição. Apesar de serem um número diminuto, representam um segmento que vem a cada dia conquistando seus espaços e sua legitimidade.

Gráfico 1 - Perfil dos/as usuários/as que buscam direitos sociais – Serviço Social CAM São Vicente, período de 2014 a 2016 – Categoria Gênero



Fonte: elaborado pela autora.

Como constatado no gráfico acima, a maioria das pessoas que procuram os serviços da Defensoria e são encaminhadas ao CAM são cidadãos do gênero feminino, mulheres que lutam pela efetivação de seus direitos e dos direitos de sua família. Mulheres muitas vezes com jornada dupla de trabalho informal,⁷² que conciliam trabalho (quando tem) com afazeres domésticos e cuidam de seus filhos com o apoio da comunidade local e dos órgãos públicos. Mulheres submetidas às mais diversas

⁷² Em sua maioria trabalham com prestação de serviços domésticos – faxinas em residências de família ou comércios.

formas de exploração no trabalho, sem garantias, sem carga horária máxima e salários mais baixos, uma realidade que retrata a sociedade capitalista historicamente patriarcal, machista e desigual em que vivemos.

Apesar do percentual substantivo de mulheres, importante ressaltar o aumento significativo de homens que passaram a acessar os serviços da Defensoria. Verifica-se com o gráfico acima que, de 2014 para 2015 mais do que dobrou o número de homens buscando a Defensoria para reclamar seus direitos. Esse percentual se manteve em 2016, o que ratifica o aumento substancial da procura masculina, ora se defendendo em processos já em andamento, ora propondo ações nas mais diversas áreas.

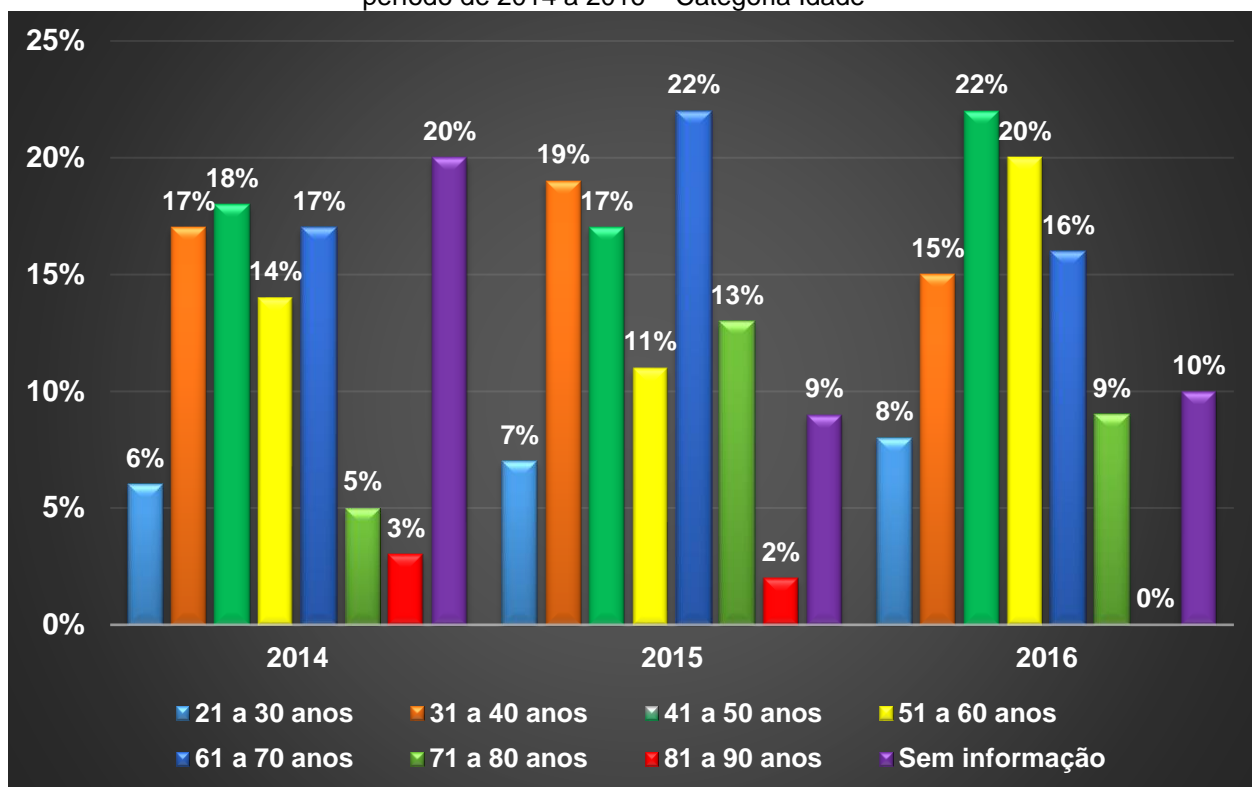
Além dessa caracterização relacionada à categoria gênero, foi possível levantar também o perfil dos/as usuários/as a partir do segmento idade, como demonstra o gráfico 2.

Segundo a ilustração abaixo, a população atendida pelo Serviço Social do CAM de São Vicente encontra-se praticamente em todos os segmentos etários e de modo relativamente equilibrado. No cômputo geral, em primeiro lugar, com 19% estão os usuários com idade entre 41 e 50 anos de idade. Em segundo lugar, com 18% está o segmento com idade entre 61 e 70 anos de idade. Ou seja, quase empatados estão pessoas “maduras”, que possivelmente estariam no mercado de trabalho ativo e do outro, pessoas que já poderiam estar aposentados, portanto inativos.

Agrupando-se algumas categorias, de acordo com a atividade ou inatividade no mercado de trabalho, visualizamos o seguinte comparativo: 58% dos/as usuários/as encontram-se ativos para o mercado de trabalho e 29% poderiam ser considerados inativos. Considerando que cerca de 13% dos casos não tinham a informação sobre idade, podemos dizer que, considerando a categoria trabalho, praticamente não teríamos muita diferença entre as faixas etárias, ou seja, todos estão igualmente sujeitos a situações de vulnerabilidades sociais. Os ativos porque não tem fonte fixa de salários e, os inativos com aposentadorias irrisórias que sequer custeiam gastos com saúde, moradia e alimentação.

Ou seja, as expressões da questão social que assinalam o atual sistema conjuntural capitalista e o mercado globalizado, aliados à reestruturação produtiva atingem as classes desfavorecidas de todas as idades, sem qualquer tipo de distinção.

Gráfico 2 - Perfil dos/as usuários/as que buscam direitos sociais – Serviço Social CAM São Vicente, período de 2014 a 2016 – Categoria Idade



Fonte: elaborado pela autora.

Na Unidade de São Vicente, após o ingresso do CAM, em 2010, as questões relacionadas à efetivação de direitos sociais passaram a ser foco do trabalho do Serviço Social, principalmente visando atender as demandas de modo mais célere e efetivo, através de articulações extrajudiciais, na tentativa de evitar judicializações morosas e muitas vezes ineficazes.

Deste modo, solicitações nas áreas de saúde, habitação, educação e assistência social passaram a ser encaminhadas ao Serviço Social para análise, providências e possíveis encaminhamentos antes do processo de judicialização.

Observamos desde 2010 o aumento exponencial da procura por este tipo de direito, que correspondeu a 27% da demanda de trabalho do Serviço Social do CAM de São Vicente em 2010, 33% em 2011 e 39,5% em 2012. Com essa perspectiva, acreditava-se que nos anos subsequentes esses números girariam em torno dos 45%, porém essa hipótese restou superada como será visto adiante.

A título de ilustração, elaborou-se a tabela abaixo, referente ao número de casos novos encaminhados ao CAM de São Vicente, apresentando o recorte que ficou sobre a responsabilidade do Serviço Social do órgão, pois dentro deste universo estão aqueles que correspondem diretamente às demandas por direitos sociais.

Tabela 7 - Casos Novos CAM São Vicente X Serviço Social CAM São Vicente X Demandas por Direitos Sociais no período 2014 a 2016

Casos Novos - Anos	2014	2015	2016	Total
CAM São Vicente	255	164	250	669
Serviço Social CAM São Vicente	222	133	161	516
Demandas por Direitos Sociais São Vicente	170	107	109	386
% Demandas por Direitos Sociais São Vicente	77%	80%	68%	75%

Fonte: elaborado pela autora.

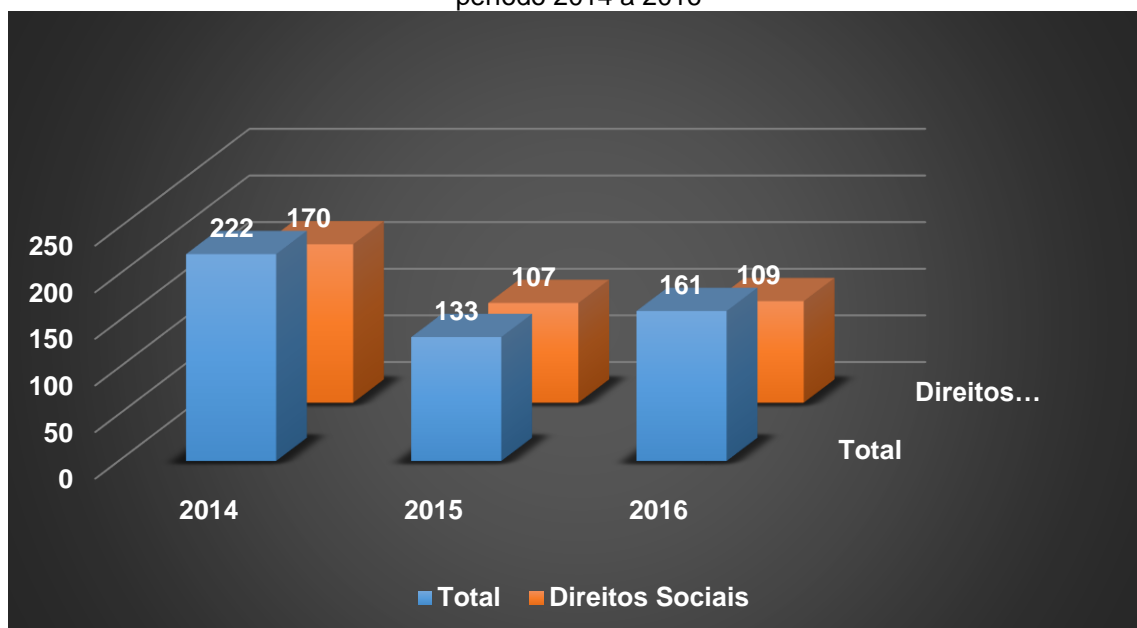
Como pode-se observar, demanda substantiva dos casos atendidos pelo CAM foram direcionadas ao Serviço Social do órgão, que pode tanto ter assumido integralmente, como também parcialmente, ou seja juntamente com o/a psicólogo/a, porém com distinções de objetivos em virtude da especificidade de cada área.

Contudo, trabalhando ou não conjuntamente constata-se que a maioria das demandas atendidas demonstram a necessidade da população pela efetivação de direitos sociais, nas suas diversas categorias: saúde, assistência social, habitação, educação, dentre outras, caracterizando deste modo um quadro crescente de pobreza e sucateamento das políticas sociais locais.

Em sua maioria, as/os usuárias/os e famílias atendidas não apresentam apenas uma necessidade, mas um conjunto delas, como será visto mais adiante através da caracterização das demandas principais e secundárias. Deste modo, destaca-se que os números acima apresentados representam o conjunto desses dois tipos de demandas (principais e secundárias), pois considera-se todas de extrema importância, pois muitas vezes uma demanda não aparente contribui sobremaneira para potencialização da demanda principal.

O gráfico abaixo ilustra esta realidade através do comparativo entre o número de casos novos encaminhados e aqueles que se referem ao pleito por direitos sociais.

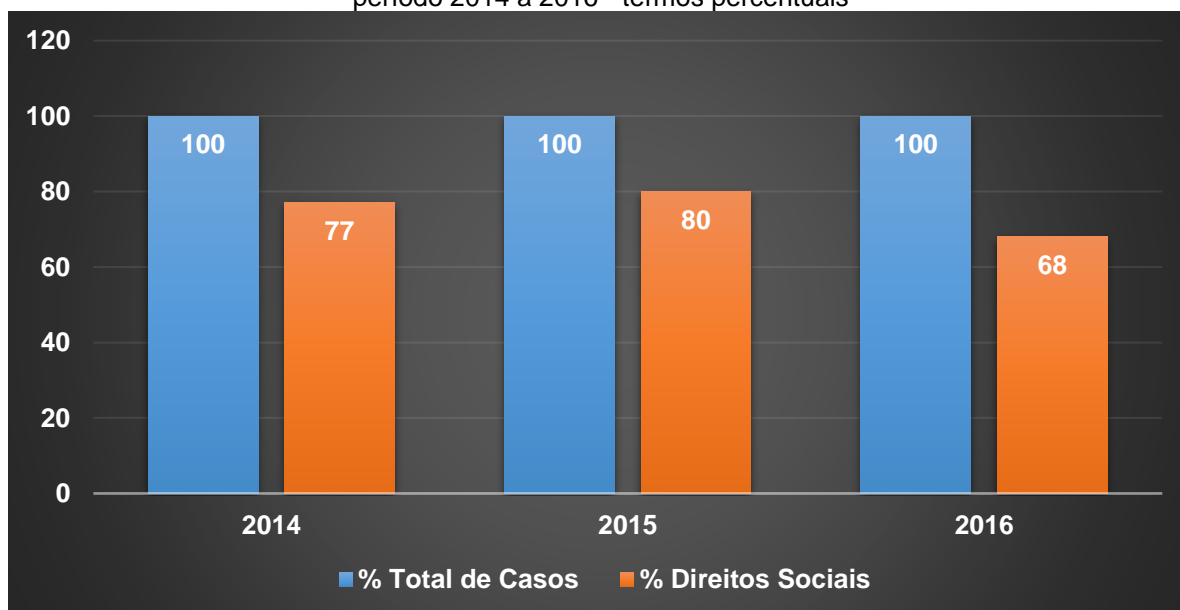
Gráfico 3 - Casos Novos Serviço Social CAM São Vicente X Demandas por Direitos Sociais no período 2014 a 2016



Fonte: elaborado pela autora.

Essa realidade, quando analisada em termos percentuais, evidencia ainda mais esse crescimento pela procura pelos direitos sociais, para não dizer mínimos sociais, necessidade de sobrevivência de crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, homens e mulheres em situação de vulnerabilidade e risco social. Um percentual muito elevado que atingiu a marca de 80% do trabalho do Serviço Social do CAM no ano de 2015.

Gráfico 4 - Casos Novos Serviço Social CAM São Vicente X Demandas por Direitos Sociais no período 2014 a 2016 - termos percentuais



Fonte: elaborado pela autora

Dessa forma, ao longo dos anos, o CAM da Defensoria de São Vicente apresenta a seguinte realidade crescente referente à procura pela judicialização de direitos sociais:

Tabela 8 - Demandas por Direitos Sociais CAM São Vicente no período 2010 a 2016

Anos	2010	2011	2012	2013 ⁷³	2014	2015	2016
% Demandas por Direitos Sociais São Vicente	27%	33%	39,5%	-----	77%	80%	68%

Fonte: elaborado pela autora

No período analisado pela pesquisa, ou seja, os anos de 2014, 2015 e 2016, a média percentual de demandas referentes à busca por direitos sociais atingiu 75% e não os 45% estimado antes do início deste estudo. Esses dados surpreenderam inclusive a equipe da Unidade e a pesquisadora, pois acreditava-se que os dados eram altos, mas não se imaginava que atingiria essa dimensão, principalmente quando comparado com a realidade do Estado, que apresentou a média de 31%.

A fim de conhecer um pouco mais essa realidade, passaremos agora a caracterizar a demanda, conhecendo a forma como foi encaminhada ao CAM e sua possível natureza jurídica.

Tabela 9 - Origem dos encaminhamentos ao Serviço Social do CAM de São Vicente no período de 2014 a 2016

Origem	Número de		Número de		Número de	
	casos	%	casos	%	casos	%
	2014		2015		2016	
Triagem	204	92%	124	93%	150	93%
Retorno de banca	05	2%	03	2%	07	4%
Rede	02	1%	0	0	02	1%
Juizado de violência doméstica⁷⁴	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Núcleo Especializado	0	0	01	1%	01	1%
CAM outra Unidade ou Regional	0	0	01	1%	0	0
Ouvidoria	0	0	0	0	0	0
Audiência de Custódia	0	0	0	0	0	0
Sem informação	11	5%	04	3%	01	1%

Fonte: elaborado pela autora

⁷³ O levantamento de dados referente ao ano de 2013 restou prejudicado pois não representa a realidade, uma vez que a profissional responsável pelo CAM neste ano esteve afastada do trabalho pelo período de sete meses em razão de licença maternidade, seguida de férias.

⁷⁴ A Comarca não dispõe de Juizado de Violência Doméstica.

Como observa-se na tabela acima, praticamente a maioria das demandas encaminhadas ao CAM vieram dos atendimentos realizados à população durante a triagem, ou seja, o primeiro atendimento. Na Unidade de São Vicente este atendimento, na época, era prestado diariamente, no período da manhã, com distribuição de senhas entre as 8h e 9h30. Em geral, diariamente, pelo setor de recepção⁷⁵ e setor jurídico, eram atendidas uma média de 70 (setenta) a 80 (oitenta) pessoas, chegando-se ao pico de 120 (cento e vinte pessoas) em uma manhã.

Esta realidade se distingue um pouco do panorama geral da perspectiva estadual, que apresenta uma média de 67% dos encaminhamentos provenientes da triagem. Apesar de apresentar, também, a maioria dos casos advindos desta área de atendimento, um outro montante de encaminhamentos aos CAM's de outras localidades foi proveniente de outros setores, como retorno de banca e núcleos especializados, por exemplo, vide tabela 3.

Esses encaminhamentos provenientes maciçamente da triagem, na realidade de São Vicente, significa a tentativa de não judicializar o pleito inicial apresentado pelos/as usuários/as, solicitando-se inicialmente ao Poder Executivo a tentativa extrajudicial de resolução da demanda, conforme garantia legalmente prevista. Deste modo, o CAM recebia e avaliava a situação de uma forma geral e dava sequência nos encaminhamentos necessários. Como será visto adiante, contatos e encaminhamentos para a rede eram constantes e em caso de negativa do atendimento pelos equipamentos públicos era solicitado uma justificativa escrita para compor os autos para a judicialização da demanda.

Em geral, as demandas pleiteadas estavam relacionadas a alguma área do direito, vinculada ou não a outras demandas solucionadas diretamente na esfera judicial. Por exemplo, uma genitora procura o serviço para propor ação de alimentos e verifica-se a necessidade de segurança alimentar pelo Executivo. A ação de alimentos era proposta e a usuária encaminhada ao CAM para avaliação da demanda social, garantindo-se assim a integralidade ao atendimento dos/as cidadãos/ãs.

Na tabela 10 retrata-se a possível vinculação da demanda do CAM a alguma esfera da área jurídica.

⁷⁵ Atendimento caracterizado por uma “pré-triagem”, realizada pelos oficiais de atendimento, para verificação de documentos básicos e enquadramento da demanda como de responsabilidade da Defensoria Pública Estadual.

Tabela 10 - Possível natureza jurídica das demandas encaminhadas ao Serviço Social do CAM de São Vicente no período de 2014 a 2016

Natureza Jurídica	Número de		Número de		Número de	
	casos	%	casos	%	casos	%
	2014		2015		2016	
Cível	19	9%	48	36%	63	39%
Família	23	10%	17	13%	23	14%
Fazenda Pública	03	1%	10	7%	19	12%
Infância e Juventude/Cível	01	0,5%	01	1%	04	2,5%
Criminal	02	1%	0	0	0	0
Infância e Juventude/Infração	0	0	0	0	0	0
Sem ação judicial viável	165	74%	52	39%	51	32%
Sem informação	10	4,5%	06	4%	01	0,5%

Fonte: elaborado pela autora.

A tabela acima demonstra que 39% dos casos encaminhados ao CAM também apresentavam alguma questão relacionada à área cível, em geral, problemas com endividamento, empréstimos e juros abusivos, negociação de contas básicas em atraso, dívidas não honradas, despejos, contratos, etc. Ou seja, questões jurídicas também relacionadas ao campo econômico e consequentemente trabalhista e social.

Em segundo lugar nesta planilha, com cerca de 32%, aparecem os casos “sem ação judicial cabível”, ou seja, aquelas questões em que seria passível a resolução obrigatoriamente via extrajudicial, exigindo-se do Poder Público o cumprimento das políticas sociais legalmente previstas, que ficava sob a responsabilidade do CAM, mas com retaguarda dos/as defensores/as.

Insta salientar que demanda por direitos sociais, em geral, estão relacionadas à área jurídica correspondente à Fazenda Pública. Dessa forma, observa-se na tabela, no decorrer dos anos, um crescimento de ações judicializadas nessa esfera, o que significa o esgotamento das tentativas extrajudiciais. Ressalta-se que a Unidade de São Vicente não apresenta nenhum/a Defensor/a Público/a destacado/a para atender exclusivamente essas demandas, dependendo de um esforço “extra”, no âmbito individual de cada defensor/a, de acordo com sua identificação com a demanda. Em geral, a orientação é que esses pleitos sejam encaminhados aos/às advogados/as dativos/as.

Essa peculiaridade da Unidade, de não ter Defensor/a destacado/a para atuar na Fazenda Pública, é um fator muito preocupante para a realidade do município. Trata-se de uma demanda sensível e importante que, no nosso entendimento, seria

atendida mais adequadamente através da Defensoria Pública, que dispõe de instrumentos e recursos institucionais e políticos mais apropriados ao enfrentamento dessa realidade.

Conforme constatado por este estudo, as demandas relacionadas à solicitação de direitos sociais cresceram vertiginosamente em São Vicente nos últimos anos, representando um percentual quase 140% maior de demanda nesta área do que a média estadual do conjunto dos outros CAM's, o que justificaria a necessidade imperiosa de ter um/a defensor/a destacado/a para atuação desta área na Unidade.

Seguindo as análises será apresentado agora um panorama geral das principais demandas atendidas pelo Serviço Social do CAM de São Vicente, passando posteriormente a analisar o recorte relacionado aos direitos sociais.

Deste modo, na tabela seguinte representa os diferentes tipos de demandas atendidas na Unidade de São Vicente, mas que também fazem parte do cotidiano das/os Assistentes Sociais da Defensoria de uma forma geral. Essas categorias estão assim distribuídas nos instrumentais de registro a partir das experiências profissionais e estudos realizados pelos órgãos gestores da Instituição em conjunto com os CAM's.

Tabela 11 - Principais demandas atendidas pelo Serviço Social do CAM de São Vicente no período de 2014 a 2016

Principais demandas	Número		Número		Número		Total	
	casos	%	casos	%	casos	%		
	2014		2015		2016			%
Saúde	33	15%	21	16%	37	23%	91	18%
Assistência Social e Benefícios Socioassistenciais	36	16%	13	10%	16	10%	65	13%
Saúde Mental – Uso Problemático de Drogas	31	14%	21	16%	05	3%	57	11%
Conflito familiar	22	10%	15	11%	18	11%	55	11%
Habitação	08	4%	13	10%	24	15%	45	9%
Outros	08	4%	04	3%	11	7%	23	4,5%
Saúde Mental – Transtorno Mental	10	4,5%	09	7%	02	1%	21	4%
Orientação Social	05	2%	06	4%	09	6%	20	4%

Composição Extrajudicial de Conflitos	04	2%	04	3%	12	7%	20	4%
Sem informação	12	5%	06	4%	02	1%	20	4%
Educação	14	6%	01	1%	04	2,5%	19	4%
Guarda	10	4,5%	0	0	06	4%	16	3%
Violência/Negligência Mulher	06	3%	03	2%	03	2%	12	2%
Saúde Mental – Suporte Psicológico/Emocional	04	2%	04	3%	02	1%	10	2%
Pessoa com Deficiência	04	2%	04	3%	01	0,5%	9	2%
Violência/Negligência Criança e Adolescente –	04	2%	02	1,5%	01	0,5%	7	1,5%
Violência/Negligência Pessoa com Deficiência –	03	1%	01	1%	02	1%	6	1%
Violência/Negligência Idoso/a –	03	1%	02	1,5%	01	0,5%	6	1%
Curatela	04	2%	01	1%	01	0,5%	6	1%
Situação de Rua	0	0	02	1,5%	01	0,5%	3	0,5%
Trabalho e Capacitação Profissional	01	0,5%	0	0	01	0,5%	2	0%
Negativa de Atendimento por Órgão Público	0	0	01	1%	0	0	1	0%
Acolhimento Institucional	0	0	0	0	01	0,5%	1	0%
Direitos LGBTI	0	0	0	0	01	0,5%	1	0%
Ameaça de Morte	0	0	0	0	0	0	0	0
Quebra de Medida Sócioeducativa	0	0	0	0	0	0	0	0
Denúncia de Violência Institucional	0	0	0	0	0	0	0	0
Sem demanda CAM	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: elaborado pela autora.

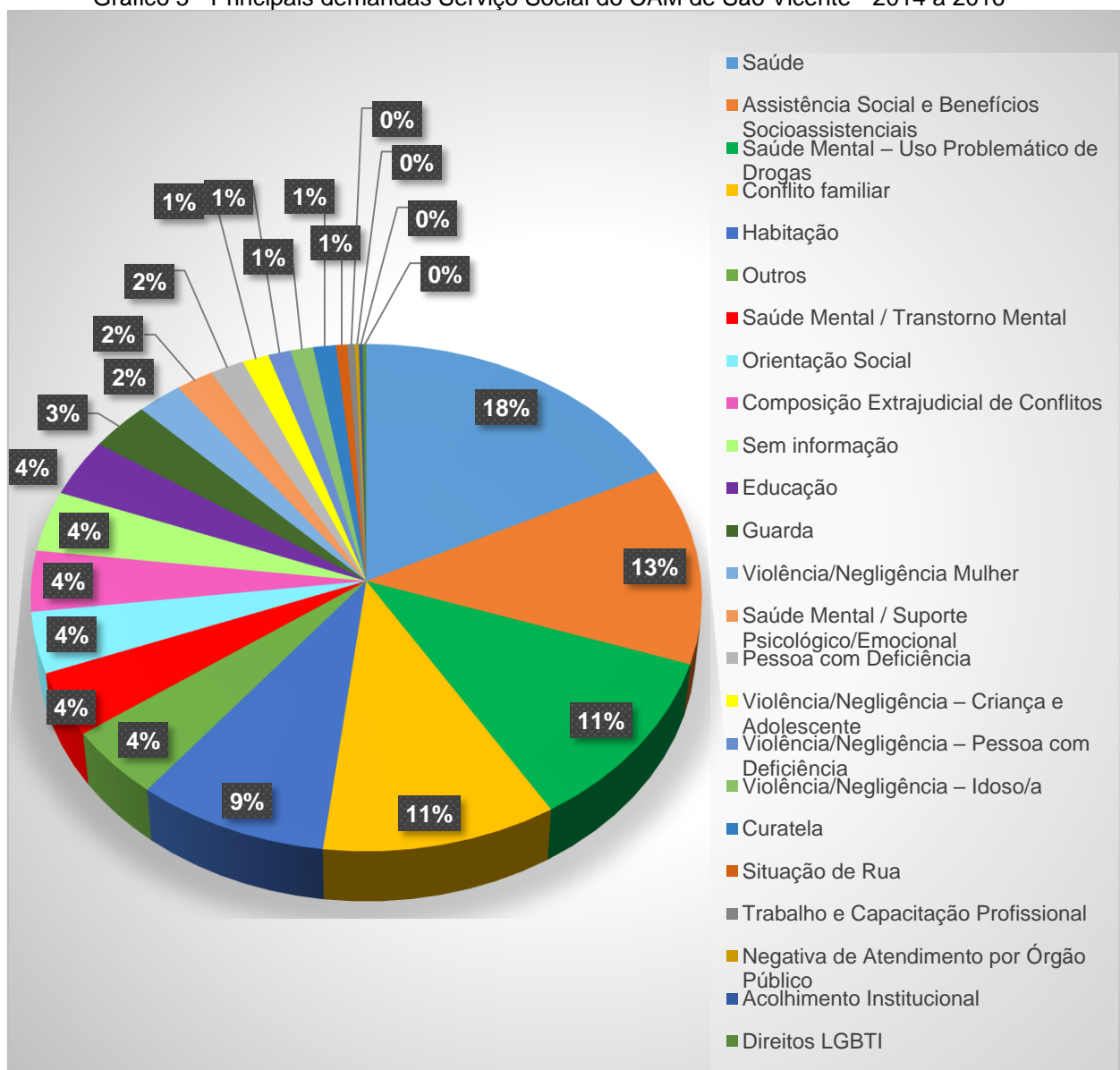
Apesar de ser um quadro bem diversificado e abrangente já se percebe no início dele que os três indicadores de maior incidência estão relacionados à demanda

por direitos sociais, sendo o primeiro e terceiro relacionados à saúde e o segundo assistência social. Na quinta posição, demandas por moradia, também apresenta um percentual significativo.

Na quarta colocação, e primeira que não está no rol de direitos sociais, aparece a categoria “conflito familiar”, demanda inerente ao sistema de justiça que se configura com um canal de resolução de conflitos não solucionados em outras esferas da vida em sociedade. Em geral, demandas desse tipo eram encaminhadas na Unidade também na tentativa de resolução extrajudicial. Em geral são demandas complexas em que apenas a propositura de uma ação não será suficiente para a resolução integral do conflito, empoderamento das partes e superação da realidade.

Segue-se a partir daí um equilíbrio numérico entre as demais categorias que compõem a tabela. Posteriormente, as demandas relacionadas à direitos sociais serão agrupadas e especialmente analisadas. O gráfico abaixo representa uma caracterização percentual geral das principais demandas atendidas pelo Serviço Social do CAM de São Vicente.

Gráfico 5 - Principais demandas Serviço Social do CAM de São Vicente - 2014 a 2016



Fonte: elaborado pela autora

Com essas ilustrações percebe-se que a Unidade de São Vicente apresenta uma realidade bem distinta da média geral dos outros CAM's. Enquanto a principal demanda estadual configura-se pelas composições extrajudiciais de conflito, São Vicente destaca-se pelas demandas referentes a dificuldades de efetivação dos direitos sociais.

Na média geral, algumas categorias específicas como Assistência Social-Benefícios Socioassistenciais e saúde apresentam números irrisórios frente à realidade de São Vicente. Isso sugere algumas reflexões sobre o perfil e potencial do município, política local, formas de enfrentamento da situação de desmantelamento

das políticas sociais pela sociedade civil, características de atendimento da própria unidade da Defensoria em São Vicente, dentre outros.

3.7.3 Desvelando o fenômeno da judicialização de direitos sociais no CAM da Defensoria Pública de São Vicente

A partir desse panorama geral dos atendimentos realizados pelo Serviço Social do CAM de São Vicente, será analisado agora o recorte para a realidade das demandas inerentes a solicitação de direitos sociais. Para tanto, a fim de representar um universo mais próximo possível da realidade, extraiu-se da tabela 11, além das demandas principais, todas as demandas secundárias que também estavam relacionadas a solicitação de direitos sociais, perfazendo assim um universo de 387 (trezentos e oitenta e sete) casos analisados, como já apresentado inicialmente.

Difícilmente, para não dizer raramente, um/a usuário/a procura a Defensoria Pública com apenas uma demanda. Quando o atendimento é atencioso e comprometido outras questões não aparentes e subjetivas se apresentam e justificam sobremaneira as nuances da demanda principal.

Desde modo, dificuldades econômicas contribuem para os pedidos de pensão alimentícia; tratamentos de saúde inexistentes, insuficientes ou inadequados interferem na capacidade laboral; transtorno mental, uso de drogas e cuidados com idosos e pessoas com deficiência rebatem diretamente em pedidos de ações de curatela e internação compulsória, e assim por diante. Nada está deslocado de uma conjuntura maior e preocupante que responsabiliza a esfera individual e criminaliza a pobreza.

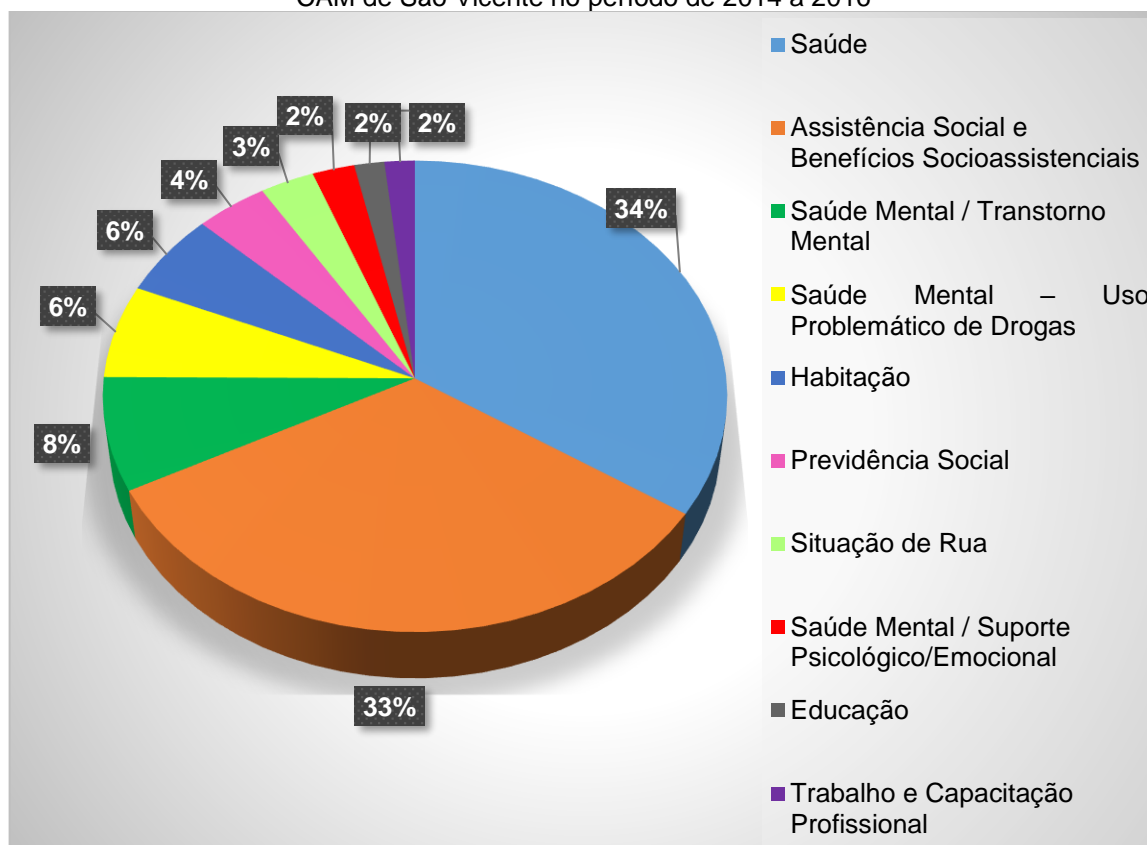
Tabela 12 - Demandas secundárias relacionadas à solicitação de Direitos Sociais - Serviço Social do CAM de São Vicente no período de 2014 a 2016

Demandas secundárias	Número de casos 2014	Número de casos 2015	Número de casos 2016	Total
Saúde	53	33	16	102
Assistência Social e Benefícios Socioassistenciais	47	31	20	98
Saúde Mental – Transtorno Mental	13	07	03	23
Saúde Mental – Uso Problemático de Drogas	12	06	01	19

Habitação	06	04	07	17
Previdência Social	02	04	06	12
Situação de Rua	05	02	02	09
Saúde Mental – Suporte Psicológico/Emocional	05	02	0	07
Educação	02	02	01	05
Trabalho e Capacitação Profissional	01	01	03	05

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 6 - Demandas secundárias relacionadas à solicitação de Direitos Sociais - Serviço Social do CAM de São Vicente no período de 2014 a 2016



Fonte: elaborado pela autora.

A tabela 12 e o gráfico 6 apresentam as demandas secundárias que se apresentaram vinculadas ao pleito inicial do/a usuário/a e sua família junto ao CAM de São Vicente. Em alguns casos apareceu apenas uma demanda secundária vinculada, outras situações com dois ou três e uma minoria com quatro apontamentos.

Apenas cerca de 19% dos casos atendidos nesse período não tiveram demandas secundárias vinculadas ao pleito principal.

Questões afetas à área da saúde e assistência social aparecem como as principais demandas associadas, apresentando número expressivo diante das demais categorias. Desse modo, entende-se que essas áreas são as que estão apresentando as maiores dificuldades no município, com equipamentos e serviços insuficientes, inadequados, muitas vezes obsoletos, carente de recursos financeiros, estruturais e humanos. Apesar do município ser considerado como de gestão plena, não é essa a realidade vivenciada pelos munícipes. Uma análise mais apurada entre os recursos recebidos e aplicados seria extremamente importante para compreender essa realidade, contudo, não foi possível ter acesso a essas informações, tanto de modo ostensivo a partir de acesso digital, quanto reservado a partir de informações do órgão público local.

Finalmente, na tabela 13 e gráfico 7 estão representados o conjunto formado por demandas principais e demandas secundárias relacionadas aos pedidos por direitos sociais no CAM da Defensoria de São Vicente em números absolutos e percentuais. Destaca-se que as demandas foram catalogadas deste modo segundo o padrão utilizado na Instituição para o registro dos atendimentos. Posteriormente elas serão agrupadas em alguns conjuntos para visualizar melhor os resultados obtidos, especificando com maiores detalhes o resultado correspondente a cada área – saúde, assistência social, habitação, educação, trabalho e previdência social.

Tabela 13 - Demandas principais e secundárias relacionadas à solicitação de Direitos Sociais atendidas pelo Serviço Social do CAM de São Vicente no período de 2014 a 2016

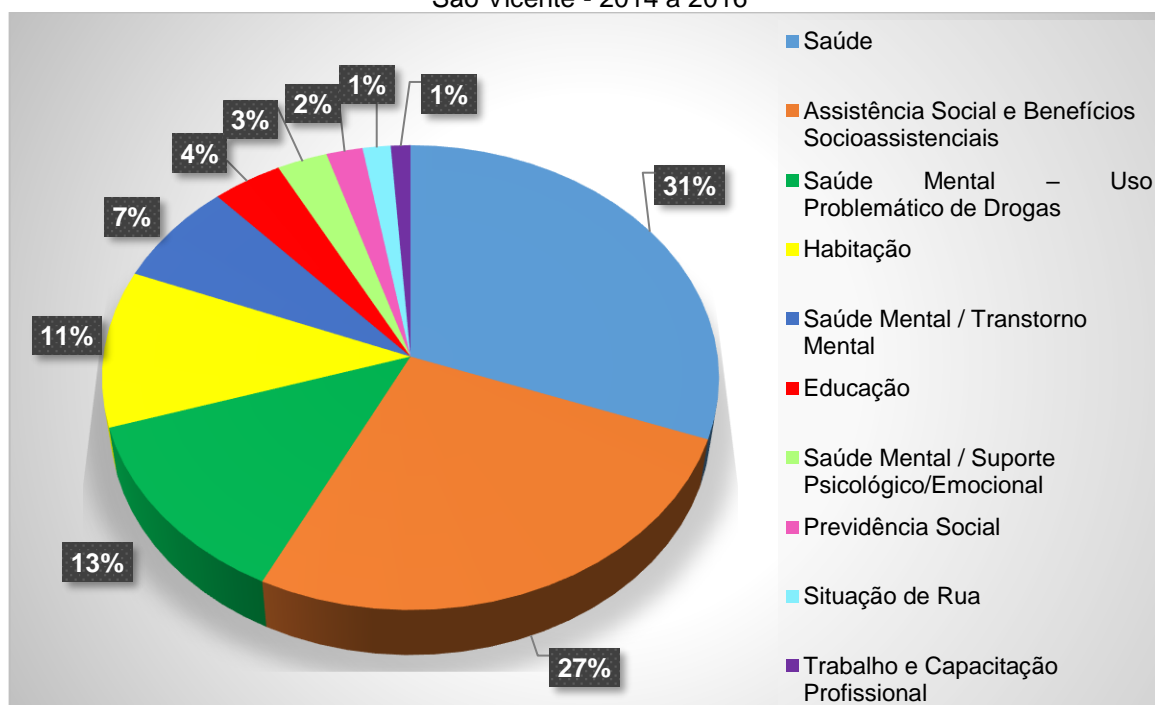
Direitos Sociais	Demandas principais	Demandas secundárias	Total
Saúde	89	102	191
Assistência Social e Benefícios Socioassistenciais	68	98	166
Saúde Mental – Uso Problemático de Drogas	61	19	80
Habitação	51	17	68

Saúde Mental – Transtorno Mental	22	23	45
Educação	20	5	25
Saúde Mental – Suporte Psicológico/Emocional	11	7	18
Previdência Social	1	12	13
Situação de Rua	1	9	10
Trabalho e Capacitação Profissional	2	5	7

Fonte: elaborado pela autora

Segue no gráfico 07 a representação percentual dos resultados levantados no período proposto pela pesquisa.

Gráfico 7 - Demandas principais e secundárias relacionadas à solicitação de Direitos Sociais do CAM São Vicente - 2014 a 2016



Fonte: elaborado pela autora.

A partir das ilustrações acima, percebe-se nitidamente que a principal demanda apresentada pela população encontra-se nas dificuldades do sistema de

saúde, em especial a saúde mental, o que justificou inclusive a sua divisão em três categorias, a saber: saúde mental – uso problemático de drogas; saúde mental – transtorno mental; saúde mental – suporte psicológico/emocional.

Atualmente, o município dispõe de uma rede de saúde mental composta um Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPS I)⁷⁶; um Ambulatório de Atendimento Psicossocial (Irmã Dolores); um CAPS AD (Álcool e Drogas); dois CAPS II⁷⁷ (Stamato e Jardim Rio Branco); e um CAPS III⁷⁸ (Mater). Contudo, isso ainda não é o suficiente para o adequado atendimento da população. Na época da pesquisa, os/as usuários/as enfrentavam dificuldades no acompanhamento psiquiátrico em virtude da falta de médicos nos serviços, sendo que um deles, por exemplo, acabava precisando dar apoio para dois ou três equipamentos simultaneamente.

O considerável número de atendimentos relacionados ao uso de substâncias químicas também se apresenta como um grande desafio na rede de saúde mental do município. Famílias e usuários/as constantemente declarando insatisfação com relação aos serviços prestados e a insuficiência de recursos humanos para fazer frente à crescente realidade. Destaque para os pedidos de busca ativa, que só poderiam ocorrer se o/a usuário/a estivesse vinculado ao serviço, portanto uma considerável fenda no atendimento a este tipo de demanda.

Um outro fator importante a ser considerado ainda nesta seara da saúde mental, refere-se a total ausência de atendimento psicológico na rede. Os/as psicólogos/as existentes são alocados nas equipes em cargos genéricos e desenvolvem seus trabalhos apenas na perspectiva grupal, o que não se adequa às realidades e particularidades de todas as pessoas e famílias.

A política de Assistência Social foi a segunda área mais apontada como insuficiente ou ineficiente a partir dos atendimentos realizados na Defensoria. O crescente empobrecimento da população frente a um conjunto sucateado de serviços disponibilizados aponta mais um desafio a ser enfrentado pela população e os/as profissionais dos equipamentos que sofrem continuamente com cortes diretos de repasse de recursos, priorização de demandas, movimentação contínua entre os

⁷⁶ CAPS I - Serviço de atenção psicossocial para atendimentos a crianças e adolescentes, constituindo-se na referência para uma população de cerca de 200.000 habitantes, ou outro parâmetro populacional a ser definido pelo gestor local, atendendo a critérios epidemiológicos. (Portaria nº336, de 19.02.02).

⁷⁷ CAPS II: Serviço de atenção psicossocial com capacidade operacional para atendimento em municípios com população acima de 200.000 habitantes. (Portaria nº336, de 19.02.02).

⁷⁸ CAPS III: Serviço de atenção psicossocial com capacidade operacional para atendimento em municípios com população acima de 200.000 habitantes. (Portaria nº336, de 19.02.02).

serviços e ainda cortes dos próprios benefícios e salários. Uma realidade que reflete a atual conjuntura capitalista que assola direitos em todas as esferas da sociedade.

Habitação foi outra política latente e obscura na região. Esta área recebeu denúncias graves de irregularidade, corrupção, compra de votos, favorecimentos, dentre outros. Territórios litorâneos são muito disputados, onerosos e cada vez mais escassos. Conjuntos habitacionais populares são construídos, mas afastados das regiões de acessibilidade à população, como escolas, comércios, farmácias, serviços de saúde, etc.

Com a rede de educação, nos anos anteriores, conseguiu se estabelecer uma parceria frente às demandas apresentadas, de modo extrajudicial, principalmente em pleitos atinentes à vaga em creche, que era um dos principais gargalos no início dos atendimentos do CAM no município. Através de uma reunião com a Secretaria de Educação do município estabeleceu-se um fluxo de encaminhamento extrajudicial via ofício, que praticamente zerou a judicialização nessa área. Os demais pedidos solicitados, em sua maioria direcionava-se à educação especial.

A categoria previdência social, assim como “situação de rua” muito possivelmente não estão adequadamente configurados nesta tabela, pois apesar de ter apontado minimamente um número, por anos e ainda hoje, essas demandas acabam se acoplando na temática “assistência social - benefícios socioassistenciais”.

A categoria trabalho, apesar de ser uma das principais problemáticas na atualidade ainda não é “reconhecida” como um direito social. Além disso, esta área não é matéria passível de judicialização via Defensoria Pública, o que, em parte, justifica os baixos números apresentados.

Configuradas as demandas sobre direitos sociais, agora será traçado um comparativo entre as demandas inerentes aos direitos sociais, tanto nos CAM's da Defensoria como um todo, como também a realidade de São Vicente. A tabela e gráfico a seguir, representam um paralelo percentual de demandas por direitos sociais entre as duas realidades – estadual e municipal – para se ter um parâmetro de comparação.

Tabela 14 - Percentual de demandas por direitos sociais na DPESP x DPESP de São Vicente no período de 2014 a 2016

Atendimentos	2014	2015	2016	Média
% Demandas por Direitos Sociais São Vicente	77%	80%	68%	75%

% Demandas por Direitos Sociais DPESP	34%	30%	30%	31%
--	-----	-----	-----	-----

Fonte: elaborado pela autora.

Como pode-se verificar, a realidade do CAM de São Vicente é muito díspar dos CAM's das outras regiões. Uma das hipóteses pode ser o foco dado pela Unidade ao trabalho do CAM, priorizando este tipo de demanda, principalmente por não contar com um/a defensor/a destacado/a para atuação na Fazenda Pública.

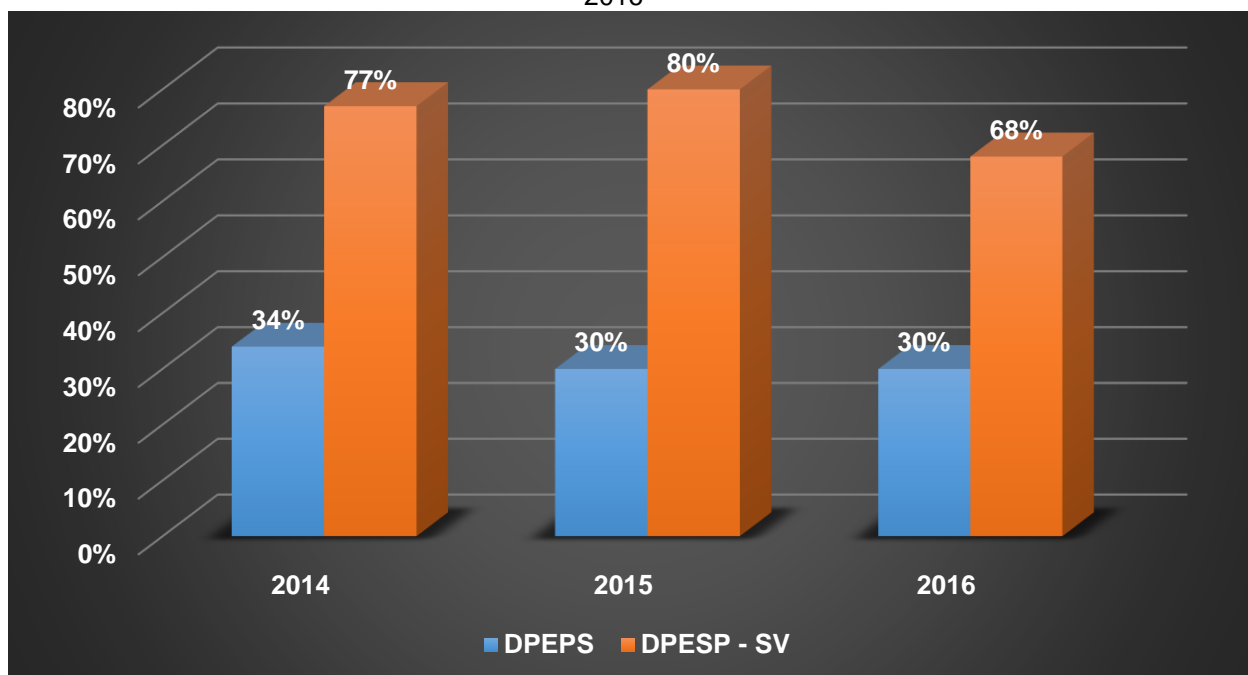
Outra possibilidade seria realmente a realidade social do município que, apesar de apresentar bons índices de desenvolvimento humano (IDHM), por exemplo, não apresentam dados concretos da realidade atual ou mesmo do período abordado pela pesquisa, considerando que grande parte das informações pesquisadas com relação à caracterização do município remetem à levantamentos de dados do ano de 2010.

Uma terceira hipótese é que até o ano de 2014 grande parte das Unidades, principalmente as do interior, contavam apenas com o/a Agente de Defensoria Psicólogo/a, não compartilhando deste modo, o trabalho do setor, com uma/um Assistente Social. Esse fato pode ter colaborado também para a construção do perfil e da identidade desses CAM's, que em grande parte atuavam na área de composição extrajudicial de conflitos e atendimentos relacionados à área de saúde mental.

O fato de ter considerado o conjunto das demandas principais com as secundárias provavelmente também contribuiu para atingir esta discrepância nas realidades. Contudo, a pesquisa não poderia deixar de considerar esses números, pois todas as demandas, tanto primárias quanto secundárias, foram atendidas igualmente.

Destarte, essa realidade não se configura apenas por um ou outro elemento, todos contribuíram de certa forma para construir essa perspectiva. Além disso o percentual de 75% como média de atendimento é um número expressivo e merece ser considerado.

Gráfico 8 - Demandas por direitos sociais CAM DPESP x CAM São Vicente no período de 2014 a 2016



Fonte: elaborado pela autora.

Como dito anteriormente, as próximas tabelas e gráficos foram construídos a partir da aglutinação de algumas categorias. Dentro da categoria “saúde” foram reunidas as demandas relativas à área da saúde mental – transtorno, uso abusivo de drogas e suporte emocional. E, na categoria habitação foram aglutinadas questões de demandas relacionadas às pessoas em situação de rua.

Tabela 15 - Demanda por Direitos Sociais – CAM's DPESP no período 2014 a 2016

Direito Social	2014	2015	2016	Total
Saúde	3.740	3.037	3.034	9.811
Habitação	617	772	557	1946
Assistência Social	530	496	720	1746
Trabalho	346	287	173	806
Educação	299	280	107	686
Previdência⁷⁹	----	----	----	----
Total	5.496	4.872	4.561	14.929

Fonte: elaborado pela autora.

⁷⁹ Este direito social não foi discriminado individualmente na listagem de demandas atendidas pelos CAM's do Estado de São Paulo. Esta categoria provavelmente está agrupada com a demanda “Assistência Social e Benefícios PTR”, como explicitado anteriormente.

Tabela 16 - Demanda por Direitos Sociais - CAM São Vicente no período 2014 a 2016

Direito Social	2014	2015	2016	Total
Saúde	161	104	74	339
Assistência Social	86	43	37	166
Habitação	19	21	38	78
Educação	16	03	10	29
Previdência	01	04	07	12
Trabalho	02	01	04	7
Total	285	176	170	631

Fonte: elaborado pela autora.

Tabela 17 - Comparativo demanda por Direitos Sociais - CAM's DPESP X CAM São Vicente no período 2014 a 2016

Direito Social	CAM DPESP	%	CAM São Vicente	%
Saúde	9.811	65%	339	54%
Assistência Social	1746	12%	166	23%
Habitação	1946	13%	78	12%
Educação	686	5%	29	5%
Previdência	-----	-----	12	2%
Trabalho	806	5%	7	1%
Total	14.929	100%	631	100%

Fonte: elaborado pela autora.

Como pode ser observado acima, a categoria “saúde” é, disparadamente na frente, o direito social mais requisitado nos CAM's da DPESP como um todo, representando cerca de 65% dentre todas as categorias levantadas. A saúde perpassa por todas as esferas da vida – biológica, social, econômica, cultural, política, laboral. Sem ela praticamente todas as outras áreas da vida ficam limitadas, além de representar inclusive, o risco de morte.

Saúde também foi o direito mais requisitado em São Vicente, atingindo cerca de 54% das situações analisadas. Em geral atendia-se demandas relacionadas à necessidade de tratamentos especializados, consultas com especialistas (principalmente oftalmologista e ortopedista), requisições de medicamentos – tanto padronizados, como não padronizados e de alto custo, órteses, próteses, aquisições de cama hospitalar, cadeiras de rodas e de banho, óculos, fraldas geriátricas para pessoas idosas ou com deficiência, transporte para tratamento fora de município, leites e insumos especiais, procedimentos cirúrgicos e internações.

A demanda por saúde é tão latente que a Defensoria Pública e o Governo do município de São Paulo estabeleceram um convênio para atendimento extrajudicial dessas demandas, na intenção de evitar a judicialização dos conflitos, gastos processuais e morosidade das ações.

A realidade de São Vicente, no período da pesquisa caracterizava-se pela precariedade dos serviços, carência de recursos mínimos para atendimentos⁸⁰, falta e adoecimento de profissionais, má administração dos recursos, encaminhamentos equivocados para outros municípios, dentre outros. A troca de gestão municipal no período analisado pela pesquisa trouxe à tona uma possível falência camuflada da administração anterior, bem como uma dificuldade concreta de reorganização pela gestão que assumiu o governo. O resultado foi repassado à população, que enfrenta a ausência e precariedade de uma rede falida de recursos.

Na área da habitação, tanto a realidade estadual como municipal demonstram percentuais próximos, 13% no geral e 12% em São Vicente. Contudo, alcançaram posições diferentes na classificação demonstrada nas tabelas anteriores, pois no cômputo geral a categoria apresenta-se na segunda colocação e em São Vicente na terceira.

Contudo, a realidade acaba sendo a mesma, uma política de habitação ineficaz que não faz frente ao agravamento das expressões da questão social que caracteriza-se pelo crescimento da população em situação de rua, contratos de aluguel não honrados pelo locador, crescimento das ações de despejo e também a realização de despejos “forçados” (sem necessidade de ação judicial), moradias cada vez mais insalubres e a preços elevados, crescimento dos conglomerados familiares - “morar de favor”, dificuldades de acesso aos programas habitacionais, excesso de burocracia na inscrição aos programas, comprometimento alto, da já escassa renda familiar, com gastos de aluguel (cerca de 50% a 70% da renda, quando a orientação científica seria de no máximo 25%).

A categoria Assistência Social ficou na segunda posição em São Vicente, atingindo cerca de 23% das situações analisadas. Em geral as famílias recorriam à Defensoria para registrar cortes nos programas de transferência de renda, dificuldade de acesso a esses programas, problemas relacionados à segurança alimentar,

⁸⁰ Por exemplo, pessoas que eram internadas no hospital geral do município tinham que levar roupa de cama e banho. O hospital não dispunha de lençóis e toalhas. Há relatos, inclusive, de falta de algodão e gaze para curativos.

necessidade de inserção em programas de capacitação profissional, transporte em geral, vagas em instituições de longa permanência para idosos, morosidade no agendamento para atendimento social, dentre outros. A questão é que a assistência social não está estruturada para fazer frente (e não é sua responsabilidade) a um crescente empobrecimento coletivo da população diante do agravamento das consequências da questão social. Além disso, existe ainda a cultura de repassar à assistência responsabilidades de outras políticas, como saúde, habitação e educação, interferindo diretamente na aplicação dos recursos com a própria política.

A categoria educação atingiu o mesmo percentual nas duas realidades – 5%. Em geral, os pleitos na educação estão relacionados à solicitação de vaga em creche, transferência de escola em virtude da proximidade com a moradia, auxílio de transporte ou passe escolar para o deslocamento dos estudantes⁸¹, acesso à educação especial qualificada, solicitação de tutor, intérprete ou professor auxiliar para crianças e adolescentes com deficiência.

Na categoria trabalho observou-se um percentual bem diferente entre as duas realidades – 5% no cômputo geral e 1% em São Vicente. O trabalho perpassa e atinge diretamente todas as esferas da vida, assim como a saúde, porém isso não é tão evidente aos olhos dos/as usuários/as e profissionais que lidam todos os dias com milhares de desempregados/as. A falta de trabalho e sua precarização interfere nas condições objetivas da vida, pois retrata a possibilidade de suprir a materialidade das necessidades cotidianas, como moradia, alimentação, saúde, educação, cultural lazer e outros.

Por fim, a categoria previdência, por não ser uma das matérias afetas à Defensoria estadual e sim de competência da Defensoria da União, talvez não tenha recebido aqui o merecido destaque. Em geral, esse direito foi associado à categoria “assistência social e benefícios socioassistenciais”, pois basicamente se refere a orientações e encaminhamentos para requerimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC), popularmente conhecido como LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social.

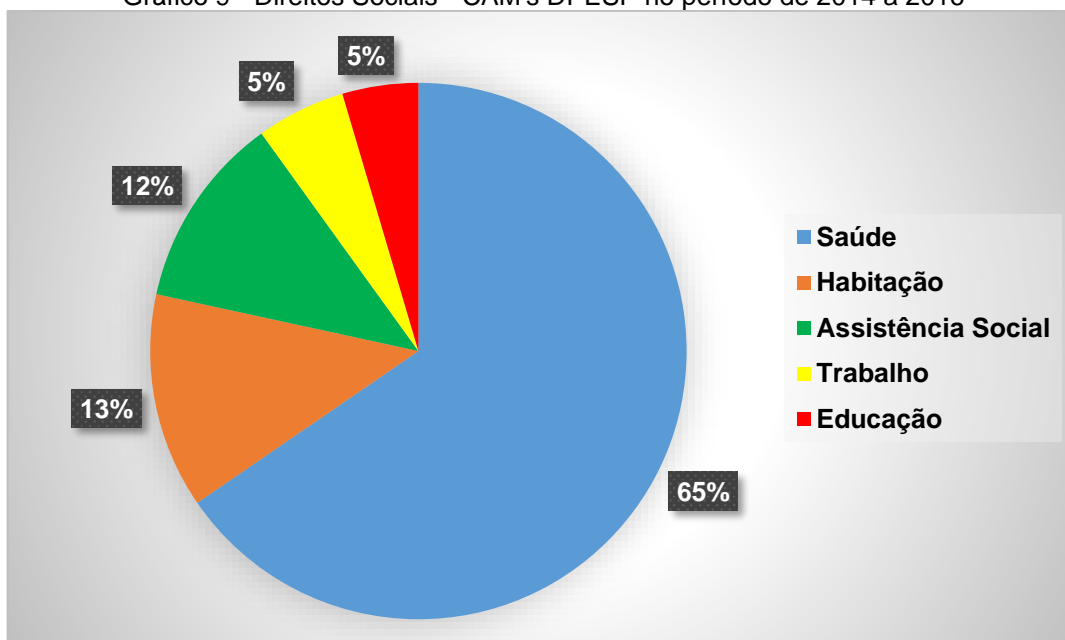
Atualmente, acompanha-se as discussões sobre a famigerada “Reforma da Previdência” proposta pela política ultraconservadora do Governo Federal, uma

⁸¹ Em geral é fornecido o passe escolar para o estudante e não para o seu acompanhante, o que dificulta o deslocamento, pois os responsáveis não possuem condições financeiras para arcar com os custos diários desse transporte, sem prejuízo do próprio sustento.

proposta que ataca os direitos dos mais vulneráveis, contribui para o agravamento da questão social e o favorecimento do crescimento da desigualdade social.

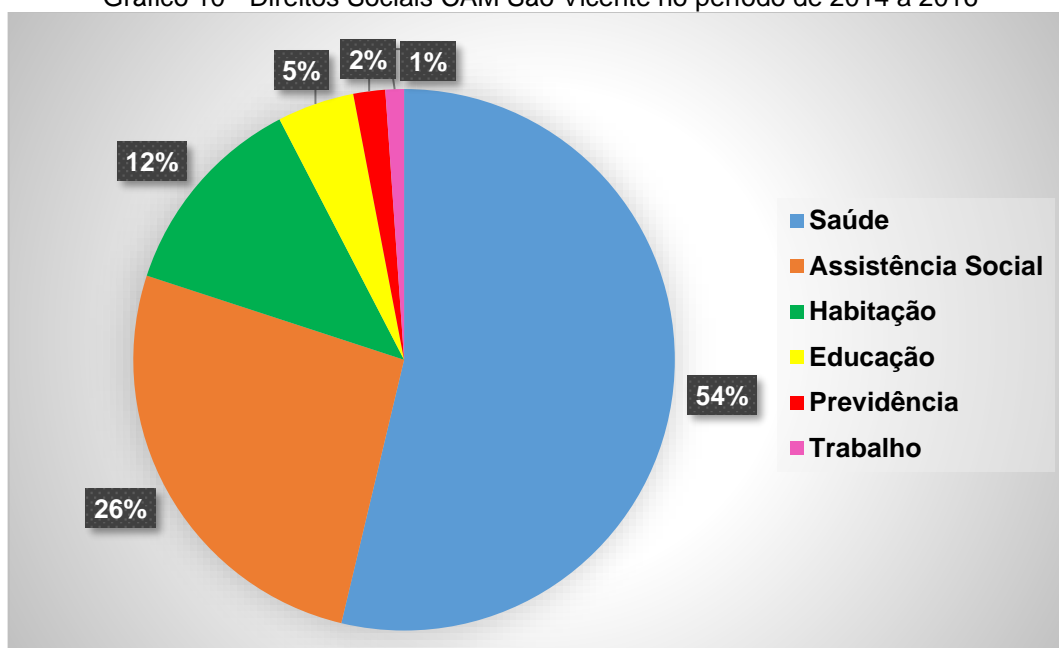
Concluindo esta análise comparativa, seguem abaixo dois gráficos que demonstram em termos percentuais os índices atingidos pelas duas realidades – estadual e municipal.

Gráfico 9 - Direitos Sociais - CAM's DPESP no período de 2014 a 2016



Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 10 - Direitos Sociais CAM São Vicente no período de 2014 a 2016



Fonte: elaborado pela autora.

Assim como na tabela 06, visando auxiliar na interpretação das informações catalogadas na tabela 18, referente aos caminhos percorridos pelo/a profissional para a realização de seu trabalho, considerou-se a junção dos procedimentos profissionais a partir dos três primeiros eixos de atuação do CAM.

Tabela 18 - Procedimentos técnicos realizados pelo CAM de São Vicente no período de 2014 a 2016

Tipo de Procedimento	Quantidade 2014	Quantidade 2015	Quantidade 2016	Total
Atendimento social, psicológico ou psicossocial	330	221	209	760
Encaminhamento - Saúde	202	185	97	484
Registro - Relatório	190	120	134	444
Discussão de caso com defensor	159	138	128	425
Registro - Informação/Declaração	95	61	77	233
Contato e discussão de caso com a rede	79	68	71	218
Encaminhamento - Assistência Social	98	54	43	195
Encaminhamento - Habitação	30	29	79	138
Discussão de caso com outros profissionais da DPESP	45	29	21	95
Contato telefônico	25	39	21	85
Encaminhamento - Atendimento Jurídico DPESP	32	16	15	63
Contato com familiares e/ou terceiros	23	17	13	53
Orientação terminativa	19	12	15	46
Encaminhamento - Educação	22	9	14	45
Estudo dos Autos	19	15	10	44
Encaminhamento - Previdência Social	18	10	13	41
Encaminhamento - Proteção à Mulher	19	12	9	40
Encaminhamento - Outros	10	17	9	36
Entrevista	13	9	7	29
Encaminhamento - Política para Egressos	7	5	6	18
Composição extrajudicial	7	5	3	15
Encaminhamento - Trabalho/Capacitação Profissional	5	3	7	15
Encaminhamento - TJ, MP ou DPU	5	3	4	12
Encaminhamento - Delegacia	5	3	2	10

Estudo bibliográfico	3	2	2	7
Visita institucional	2	1	1	4
Registro – Parecer	3	1	1	4
Encaminhamento – Cultura/Esporto/Lazer	2	1	1	4
Encaminhamento – Advogado conveniado ou dativo	0	2	0	2
Encaminhamento – CEJUSC	1	----	----	1
Visita domiciliar	0	0	0	0
Participação em audiência	0	0	0	0
Encaminhamento – Conselho Tutelar	0	0	0	0
Encaminhamento – CAM (outra Unidade)	0	0	0	0
Registro – Laudo	0	0	0	0
Registro – Formulação de Quesitos	0	0	0	0
PPCAAM⁸²	0	0	0	0

Fonte: elaborado pela autora.

No primeiro conjunto de categorias, o primeiro eixo - atendimento, identificou-se no período de 2014 a 2016, 1508 (um mil, quinhentos e oito) procedimentos realizados pelas/os Assistentes Sociais em São Vicente, o que representa cerca 42% dos instrumentais utilizados. Portanto, assim como o grupo geral, também obteve a maioria da atenção voltada a este conjunto, apesar de ser com um percentual bem abaixo dos demais CAM's, que atingiu a média aproximada de 62%.

No eixo 02, produção técnica, atingiu-se o montante de 732 (setecentos e trinta e dois) procedimentos realizados no período de 03 anos, o que corresponde a 21% do total, ou seja, quase ao dobro da média estadual, que atingiu o percentual de 11,7%. Acredita-se que essa marca se justifica pela natureza do próprio atendimento do CAM em São Vicente, onde 75% da demanda corresponde a solicitação de direitos sociais de modo extrajudicial, que envolve a emissão de relatórios e requerimentos consistentes aos órgãos do executivo.

Por fim, no eixo 03, mapeamento e articulação de rede, atingiu-se o percentual de 37%, que representa a realização de 1326 (um mil, trezentos e vinte e seis) procedimentos. Essa cifra também se diferencia sobremaneira da média estadual, que atingiu o montante de 26,6%, provavelmente pelos mesmos motivos acima descritos.

No geral, no CAM de São Vicente houve um equilíbrio maior entre a utilização dos instrumentais dos distintos, mas complementares, eixos de atuação. Todos os

⁸² Programa de proteção à criança e adolescente ameaçado de morte.

instrumentais utilizados são de extrema relevância para o desenvolvimento do trabalho profissional. Cada situação, apesar de relacionada a uma conjuntura maior, em uma perspectiva de universalidade, apresenta suas particularidades e requerem instrumentais singulares para o enfrentamento de cada realidade.

Eis assim, os caminhos trilhados pelos profissionais para evitar a judicialização dos direitos sociais na realidade da Defensoria de São Vicente. Apesar de não ter sido autorizado pela Instituição o acesso integral aos prontuários para caracterizar os resultados atingidos, arrisca-se estimar, a partir da experiência e do exercício profissional na unidade, que cerca de 80% das demandas foram solucionadas extrajudicialmente, 15% não foram solucionadas por falta de retorno ou dificuldade de contato com os/as usuários/as, e cerca de 5% dos casos foram encaminhados para a judicialização.

Acredita-se que, em uma conjuntura de desmonte de direitos, precarização das políticas sociais, efervescência das expressões da questão social e mundialização do capital, esses dados podem ser considerados exitosos, contribuindo para as reflexões sobre as potencialidades da Defensoria Pública e as formas de enfrentamento às arbitrariedades do sistema capitalista de produção. Contudo, ressalta-se a urgência de se construírem, principalmente, alternativas, estratégias e fortalecimento de caráter coletivo, pois a realidade apresentada está longe de se configurar como uma necessidade individual.

CAPÍTULO 04: O SERVIÇO SOCIAL E A JUDICIALIZAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS NA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO – DILEMAS, CONTRADIÇÕES, DESAFIOS E POTENCIALIDADES

4.1 Serviço Social: breves considerações sobre os primórdios e o sentido da profissão no Brasil

O Serviço Social brasileiro, de raízes históricas norteadas pela doutrina católica, institucionaliza-se como profissão no Brasil a partir do ano de 1936, no município de São Paulo. A gênese da profissão no país está diretamente relacionada a um contexto de expressivas mobilizações da classe operária, que exigem do Estado um posicionamento diante da questão social⁸³.

Como profissão inscrita na divisão do trabalho, o Serviço Social surge como parte de um movimento social mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para uma presença mais ativa da Igreja Católica no 'mundo temporal', no início da década de 30. Na tentativa de recuperar áreas de influências e privilégios perdidos, em face da crescente secularização da sociedade e das tensões presentes nas relações entre Igreja e Estado, a Igreja procura superar a postura contemplativa (IAMAMOTO, 2011, p. 18).

Assim como outras profissões, o Serviço Social surge condicionado à satisfação das necessidades impostas pelo capital, estando diretamente vinculado à manutenção do controle político e ideológico das classes trabalhadoras, a partir da estratégia de controle social.

A institucionalização do serviço social no Brasil foi parte da estratégia do Estado e dos empresários – apoiados pela igreja – tratar a chamada “questão social” que teve maior visibilidade a partir da década de 30. Portanto, o serviço social só se torna possível como profissão institucionalizada, como parte de uma estratégia do bloco do poder, que articula interesses homogeneizados pelo grande capital. Assim, o Serviço Social se institucionaliza, com o propósito subjacente de criar um tipo de socialização do operário adequado às novas condições da vida industrial, ao ritmo e a disciplinização do trabalho, que fortaleça as bases de legitimidade para o exercício do poder de classe, isto é, para a dominação político ideológica e a apropriação econômica privada. (IAMAMOTO, 1995, p. 108).

⁸³ Questão Social: é um amplo espectro de problemas sociais que decorrem da introdução da industrialização capitalista. É a Expressão concreta das condições entre capital e o trabalho no interior do processo de industrialização capitalista (MARTINELLI, 1997, p. 63).

Nas décadas de 1940 e 1950 o Serviço Social se legitima como profissão a partir da criação e expansão de uma série de instituições, sendo o Estado o maior empregador de Assistentes Sociais. Neste período, a profissão mescla o referencial teórico funcionalista com o discurso conservador fundamentado na doutrina social, “tecnificando” sua forma de atuação na tentativa de conferir um caráter de instrumentalidade aos princípios e objetivos profissionais.

Na década de 1960, em um contexto em que o Brasil se volta para a questão política e econômica externa, as questões sociais ficam em segundo plano e a classe trabalhadora se organiza e passa a reclamar por seus direitos. Como resposta a esse movimento, aliado à outras intenções subjacentes, a burguesia alia-se aos militares, e em 1964 é decretado o Golpe de Estado que institui o regime militar no país.

Nesse período, o Serviço Social inicia um processo de repensar sua identidade e exercício profissional no contexto do capitalismo. Alguns/as profissionais assumem uma nova postura na análise do cotidiano, iniciando o denominado “Movimento de Reconceituação”⁸⁴.

Na metade da década de 1970 e início da década de 1980, com o fim do “milagre econômico”, o Serviço Social tenta retomar a perspectiva crítica elaborada na década de 1960, construída com base nas alianças com a classe trabalhadora. E, na década de 1980, no contexto das conquistas democráticas e efervescência do clima político no país, diante do aprofundamento da crise brasileira, permitindo o avanço da vanguarda profissional mais politizada.

A influência da teoria crítica, fundamentada em Karl Marx, no Serviço Social traz rebatimentos nos três níveis constitutivos da profissão: na organização da categoria, na academia e na intervenção profissional. A partir da década de 1980 a vertente marxista passa a ter hegemonia nos setores de vanguarda da profissão. Porém:

Em contrapartida, o hiato entre a vanguarda e a categoria continuou perante toda a década e no início dos anos 90, já tinha um traço mais nítido devido à

⁸⁴ Movimento de Reconceituação: resposta interna a uma crise interna da profissão, aguçada por uma “crise” estrutural e conjuntural da realidade brasileira, encontrou a categoria profissional como um grupo subalterno que, não tendo tomado coletivamente consciência da sua força e das suas possibilidades, não havia conseguido ainda superar sua fase de primitivismo em termos da consciência política, da consciência crítica. Porém, a “existência das ideias revolucionárias numa determinada época já pressupõe a existência de uma classe revolucionária”. (MARX e ENGELS, 1984, p. 73) o que, além de impulsionar o Movimento de Reconceituação, determinava também a expansão da base crítica da categoria profissional (MARTINELLI, 1997, p.144).

dinâmica percorrida pela profissão. De um lado, o Serviço Social se afirma como pertencente ao debate intelectual das teorias e disciplinas das ciências sociais e consolida um quadro de intelectuais (via de regra, ligados à academia) como pesquisadores e produtores de conhecimento (a hegemonia teórica das produções se veiculam às teorias críticas, com predominância para inspiração marxista). De outro, o conservadorismo profissional e mesmo a inadequação das teorias críticas à realidade vivenciada pela massa de profissionais de campo, associado à realidade conjuntural repleta de mudanças e tensões, colocam parte das/os profissionais despreparados no mercado para a construção de mediações necessárias ao exercício profissional e para inserirem-se em novos espaços (SANT'ANA, 1999, p.61)

Na década de 1990, sob a ótica neoliberal, na qual são desrespeitados diversos princípios constitucionais, o Serviço Social amadurece a sua literatura e produção intelectual e começa a explicitar com maior clareza seu projeto ético-político, que vinha sendo construído desde as décadas de 1970 e 1980.

O Código de Ética da profissão está alicerçado no seu projeto ético-político, sendo este um projeto profissional⁸⁵ que aponta para a construção de uma nova sociedade, mais justa e igualitária, onde a liberdade é considerada valor ético central.

Esquemáticamente, este projeto ético-político tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. A partir dessas escolhas que o fundam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo – tanto na sociedade como exercício profissional (NETTO, 1999, p. 104-105).

Os desafios e dificuldades na implantação e implementação do projeto ético-político do Serviço Social são grandes, principalmente por contrapor-se ao projeto societário hoje hegemônico. Porém, como destaca Sant'Ana (1999) “Toda profissão é um campo de luta onde as tensões refletem os diferentes projetos sociais em curso” (p.86). O caminho a ser trilhado pela profissão é algo, portanto, em constante construção.

⁸⁵ Projetos profissionais: apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com outras profissões e com organizações e instituições sociais privadas e públicas (NETTO, 1999, p. 95).

4.2 O Serviço Social no campo sociojurídico: algumas aproximações históricas

O Serviço Social no campo sociojurídico acompanhou de certo modo o processo de institucionalização da profissão no Brasil, tendo suas primeiras atuações no Juízo de Menores, no final da década de 1930, no Rio de Janeiro. Em 1940, o trabalho começou a ser desenvolvido também no Juízo de Menores de São Paulo, sendo que em 1949 foi instituído o primeiro programa de família de apoio ou família acolhedora no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, programa este diretamente vinculado aos preceitos da igreja católica.

Segundo Iamamoto e Carvalho (1982), o principal enfoque do trabalho da/o Assistente Social nos Juízos de Menores era uma espécie de “agente controlador do estado”, em questões relacionadas à tríade: infância – pobreza – criminalização, bem como outros problemas urbanos emergentes, o que acompanha os princípios da gênese da profissão no Brasil.

Assim como em outros campos de atuação, o início da atuação do Serviço Social no Sistema de Justiça também foi marcado pelo viés funcionalista, os preceitos da doutrina social da Igreja Católica e o metodologismo baseado na matriz norte-americana – abordagem individual.

Gradualmente, no decorrer da história, o Serviço Social foi adentrando aos espaços nos Tribunais de Justiça, Instituições de acolhimento institucional e de cumprimento de medidas socioeducativas, Sistema Penitenciário, Defensorias Públicas estaduais e federais, Ministério Público, dentre outras, o que representa o reconhecimento da consolidação e ampliação do trabalho das/os Assistentes Sociais na área sociojurídica.

Aliás, o termo “campo sociojurídico” também percorreu um caminho para se constituir e consolidar enquanto esfera de atuação profissional do Serviço Social. Segundo Borgianni (2013), Eunice Fávero foi quem conseguiu contribuir com uma definição mais aproximada à realidade deste campo de trabalho:

Quem primeiro trouxe-nos a definição mais “arredondada” foi Eunice Teresinha Fávero, quando colocou que “o campo (ou sistema) sociojurídico diz respeito ao conjunto de áreas em que a ação do Serviço Social articula-se a ações de natureza jurídica, como o sistema penitenciário, o sistema de segurança, os sistemas de proteção e acolhimento, como abrigos, internatos, conselhos de direitos, dentre outros (FÁVERO, 2003, p.10)” (BORGIANI, 2013, p. 413).

A expressão “sociojurídico” foi utilizada pela primeira vez em setembro de 2001 na Revista Serviço Social e Sociedade nº 67 – “Temas Sociojurídicos”. Posteriormente, no 10º CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais realizado no Rio de Janeiro, foi designado uma seção temática exclusiva para discutir a temática.

A partir de 2002 inicia-se a formação de Comissões Sociojurídicas⁸⁶ nos Conselho Regionais de Serviço Social do Brasil (CRESS), tendo a primeira iniciativa no Rio de Janeiro. Em 2003, durante o 32º Encontro Nacional CFESS-CRESS, em Salvador/BA, visando ampliar e aprofundar as discussões sobre este campo de atuação, foi deliberado e aprovado a realização do primeiro Encontro Nacional de Serviço Social na área sociojurídica.

Em 2004 ocorreu o 1º Seminário Nacional do Serviço Social no Campo Sociojurídico, em Curitiba/PR, e a partir dele vários eventos espalhados pelo país passaram a discutir a temática. Em 2009, em Cuiabá/MT, foi realizado o II Seminário do Serviço Social Sociojurídico e, em 2014 finalmente houve a publicação da consolidação dessas discussões através do material intitulado “Atuação de Assistentes Sociais no Sociojurídico: subsídios para reflexão”, sob coordenação do CFESS.

Essa movimentação e interesse da categoria em discutir e compreender os meandros da atuação profissional nos diferentes espaços do campo sociojurídico acompanha as próprias discussões sobre projeto profissional, no seio da categoria.

Essa, digamos, “percepção” dos assistentes sociais brasileiros de que era necessário olhar com mais cuidado e profundidade para os desafios que estão postos aos que atuam na área sociojurídica — à qual a revista Serviço Social & Sociedade, bem como o conjunto CFESS/CRESS conseguiram captar e dar voz —, é tributária do próprio movimento da história recente em nosso país, que engendrou tanto uma crescente judicialização dos conflitos sociais, quanto a justiciabilidade dos direitos sociais.(BORGIANNI, 2013, p.412).

A aproximação entre o Direito e o Serviço Social é uma relação histórica e indissociável. As duas áreas estão estreitamente ligadas, pois apresentam como objetivo a garantia e efetivação dos direitos da população. Cada qual atuando de acordo com suas perspectivas contribuem para a defesa de direitos e dos estatutos legais.

⁸⁶ As Comissões Sociojurídicas eram formadas por uma diretoria e profissionais oriundos/as do Tribunal de Justiça, Ministério Público, Sistema Prisional e Sistema Socioeducativo.

O Serviço Social aplicado ao contexto jurídico configura-se como uma área de trabalho especializada, que atua com as manifestações da questão social, em sua inserção com o Direito e a justiça na sociedade.

O Serviço Social possui uma interface histórica com o Direito, à medida que sua ação profissional, ao tratar das manifestações e enfrentamento da questão social, coloca a cidadania, a defesa, preservação e conquista de direitos, bem como sua efetivação e viabilização social, como foco de seu trabalho (CHUAIRI, 2001, p. 137).

O Serviço Social no sistema de justiça se depara com as mais diversificadas situações e questões relacionadas à violação de direitos, conflitos sociais e consequências das expressões da questão social. Em cada espaço profissional, a/o Assistente Social se depara com situações limite, pessoas excluídas, alijadas do mercado formal de trabalho e à margem das políticas sociais. Pessoas que provavelmente já percorreram muitos caminhos e não encontraram uma resolutividade para suas necessidades.

No espaço de trabalho no Judiciário, o profissional encontra várias situações de violações de direitos, expressas por pessoas que vivem muitas vezes em condições de apartação social, que passam por experiências de violência social e interpessoal, que estão por vezes em situações-limite de degradação humana, com vínculos sociais e familiares rompidos ou fragilizados, que vivenciam o sofrimento social decorrente dessas rupturas e da ausência de acesso a direitos. Nesse contexto, se o profissional trabalha em consonância com a defesa e garantia de direitos, ele avançará nessa direção ao possibilitar um espaço de informação, de diálogo e de escuta desses sujeitos, ao estimular a reflexão crítica a respeito dos problemas e dilemas que vivenciam, ao agir, e conjunto com eles, para conhecer e estabelecer caminhos viáveis para o acesso a direitos (FÁVERO, 2013, p. 521).

Neste espaço ocupacional a/o Assistente Social, comprometido com os princípios da profissão, apresenta condições de contribuir com os/as usuários/as através do esclarecimento sobre seus direitos, reflexões sobre o redimensionamento das situações conflituosas, busca de alternativas conjuntas e empoderadas para as diferentes situações apresentadas, aproximação com os equipamentos socioassistenciais e órgãos de defesa de direitos.

O benefício de um trabalho conjunto nesses serviços atinge todo o universo jurídico institucional, possibilitando o aprimoramento de suas ações, proporcionando um novo entendimento de questões de natureza jurídico-social, contribuindo para uma ordem jurídica mais efetiva. Contudo, a população-alvo é a maior beneficiada, à medida que, no exercício de sua cidadania, encontra respostas a suas demandas na luta por seus direitos (CHUAIRI, 2001, p. 139).

Além disso, em equipes multi ou interdisciplinares, o Serviço Social, dentro de sua área de conhecimento, apresenta condições de colaborar com uma visão mais ampliada da realidade, vislumbrando outros horizontes e possibilidades de atuação, conferindo assim maior efetividade e sustentabilidade às ações.

Dentre esses espaços sócio-ocupacionais, que podem ser vinculados ao chamado campo sociojurídico, conforme tem sido denominado no âmbito do Serviço Social, a presença do assistente social em equipes que prestam assistência judiciária à população vem se mostrando fundamental. Sua participação tem sido chamada para diversas ações, desde a identificação das demandas e articulações com a rede social, até como responsável pela organização e desenvolvimento de trabalhos voltados para a mediação, conciliação e resolução de litígios no âmbito judicial e extrajudicial.

Trabalhando em consonância com a garantia de direitos, o profissional de Serviço Social está habilitado a lidar com uma diversidade de situações, expressas por pessoas que vivem em condição de vulnerabilidade social, que passam por experiências permeadas por violências – social e interpessoal, com vínculos sociais e familiares esgarçados ou rompidos, com o sofrimento social provocado por essas rupturas e pela humilhação da ausência de acesso a direitos. Nesse contexto, a possibilidade de ser atendido e ouvido por um profissional que, entre suas ações, desenvolve reflexões e realiza esclarecimentos relativos a direitos, e que pode possibilitar um espaço facilitador de diálogo, de compreensão e de crítica entre os membros do grupo familiar a respeito dos problemas e dilemas que vivenciam –pontual ou cronicamente, pode ser uma maneira ágil e viável na direção do acesso à justiça (FÁVERO; MAZUELOS, 2010, p. 45).

Deste modo, na relação com o/a usuário/a, a/o Assistente Social dispõe de recursos teórico-metodológicos e técnico-operativos que oferecem condições de realizar a leitura da realidade do/a sujeito/a de modo mais abrangente, contextualizando-a em um universo conjuntural maior, de modo a superar os mecanismos de culpabilização e criminalização da pobreza inerentes ao sistema de justiça.

[...] As situações singulares vivenciadas pelos indivíduos são portadoras de dimensões universais e particulares das expressões da questão social, condensadas na história de vida de cada um deles. O conhecimento das condições de vida dos sujeitos permite ao assistente social dispor de um conjunto de informações que, iluminadas por uma perspectiva teórica crítica, possibilitam apreender e revelar as novas faces e os novos meandros da questão social, que desafiam a cada momento no desempenho profissional: a falta de atendimento às suas necessidades na esfera da saúde, habitação, da assistência, nas precárias condições de vida das famílias; na situação das crianças de rua; no trabalho infantil; na violência doméstica; entre inúmeros outros exemplos. (IAMAMOTO, 2008, p. 272).

Apesar de todas essas potencialidades, a atuação no campo sociojurídico também apresenta várias dificuldades e desafios. O primeiro deles está relacionado

diretamente à própria natureza do Judiciário, que apresenta como valores, a hierarquia, burocracia e as relações de poder. Assim, o “poder” conferido ao Judiciário pode ser também uma armadilha ao Serviço Social, dependendo do modo como for apropriado pelo/a profissional.

A relação “saber - poder” confiado ao/a profissional neste campo de atuação possibilita tanto alavancar, como destruir vidas. A “caneta” pode ser um importante instrumento para a superação dos problemas, como também o motivo de sua destruição. Deste modo, imperativo se faz às/aos Assistentes Sociais um olhar crítico, compatível com os princípios profissionais da categoria e o compromisso com o seu projeto ético político.

O que está dado como desafio e possibilidade aos assistentes sociais que atuam nessa esfera em que o jurídico é a mediação principal — ou seja, nesse lócus onde os conflitos se resolvem pela impositividade do Estado — é trazer aos autos de um processo ou a uma decisão judicial os resultados de uma rica aproximação à totalidade dos fatos que formam a tessitura contraditória das relações sociais nessa sociedade, em que predominam os interesses privados e de acumulação, buscando, a cada momento, revelar o real, que é expressão do movimento instaurado pelas negatividades intrínsecas e por processos contraditórios, mas que aparece como “coleção de fenômenos” nos quais estão presentes as formas mistificadoras e fetichizantes que operam também no universo jurídico no sentido de obscurecer o que tensiona, de fato, a sociedade de classes. A partir das expressões cotidianas mais singulares e aparentemente desprovidas de mediações sociais concretas é que os assistentes sociais que atuam nessa área têm que operar e trabalhar para reverter a tendência reprodutora da dominação, da culpabilização dos indivíduos e da vigilância de seus comportamentos. Em resumo: se o direito — que só surge quando também se completam os requisitos históricos para o surgimento da sociedade de classes — é um dos sustentáculos de uma ordem produtora e reprodutora de desigualdades, ele também tem em suas entranhas um incessante movimento de contrários. [...] É justamente por isso que o Serviço Social pode operar no universo jurídico, optando por fortalecer um ou outro polo dessas contradições (BORGIANNI, 2013, p. 423)

Diante dessa realidade, Borgiani (2013), aponta alguns desafios, compromissos e resistências que estão colocados às/aos Assistentes Sociais do campo sociojurídico: o enfrentamento à crescente tendência de criminalização da pobreza e judicialização das expressões da questão social; a precarização e mercantilização do ensino superior, que coloca no mercado profissionais despreparados que lidarão diretamente com vidas; a superação da “aparência” dos “problemas jurídicos”, que apresentam principalmente fatores de ordem social, política e econômica; resistência à emissão de respostas fiscalizadoras, controladoras e

criminalizadoras do comportamento humano; e, participação aos movimentos coletivos da categoria e da classe trabalhadora de modo geral.

4.3 O Serviço Social na Defensoria Pública do Estado de São Paulo: enfrentando desafios e construindo possibilidades

A partir do ano de 2010, juntamente com a Psicologia e outras áreas, o Serviço Social tornou-se uma das profissões que compõem as equipes multi ou interdisciplinares da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, tendo como objetivo contribuir para a integralidade e efetividade do atendimento à população, propondo caminhos, reflexões, intervenções e alternativas às diferentes demandas que diariamente se apresentam na Instituição.

Contudo, nos primórdios do ingresso dos/as Agentes de Defensoria na Instituição, e talvez ainda hoje, essa intencionalidade não era tão facilmente visualizada pelos/as próprios/as profissionais, tão pouco pelos/as defensores/as públicos/as, demais funcionários/as, estagiários/as e usuários/as.

Fazendo um breve resgate do capítulo anterior, no que tange a implementação do CAM na Defensoria e a entrada dos/as primeiros/as profissionais, lembramos que o número de Assistentes Sociais que iniciaram o trabalho na Instituição foi consideravelmente inferior quando comparado com os/as Psicólogos/as, principalmente nas unidades do interior⁸⁷, o que de certo modo, demonstra uma incógnita na compreensão do que venha ser o trabalho do Serviço Social.

Considerando que a proposta de trabalho era a implementação de uma atuação interdisciplinar, a matemática não fechava os números, vários CAM's formados apenas pela Psicologia. Assim, o primeiro desafio estava colocado à categoria – a busca por uma legitimidade institucional e identidade coletiva.

Na ocasião do acolhimento desses profissionais, a indagação sobre essa desproporcionalidade foi realizada, porém respostas vagas e imprecisas não justificaram a discrepância entre as áreas. A justificativa pautou-se em uma escolha da administração em suprir inicialmente as vagas das Unidades da Capital e distribuir as demais vagas ao interior do Estado. Como não seria possível alocar neste

⁸⁷ Nas Unidades da Defensoria no interior do estado de São Paulo, por ocasião do primeiro concurso, ingressaram na Instituição dezessete psicólogos/as e quatro assistentes sociais.

momento uma dupla em cada Regional, em virtude de entraves legais, a coordenação do interior na época optou pela área da Psicologia, por possivelmente conferir um “bom status” à Defensoria. A partir de então, por cerca de quatro anos o Serviço Social galgou sua credibilidade, procurou conquistar seu espaço, tentou demonstrar sua importância e a direta relação entre a profissão e a missão institucional.

Somente após quatro anos de implementação dos CAM'S, foi possível a expansão do quadro de Agentes de Defensoria, acompanhando-se assim, uma entrada considerável de Assistentes Sociais na Instituição, corrigindo-se, portanto, a diferença anterior, e, minimamente completando as unidades em que os/as Psicólogos/as atuavam apenas com o apoio da área jurídica.

Contudo, apesar deste aparente reconhecimento pela importância da profissão, acredita-se que ainda existem fendas que precisam ser melhor compreendidas e fechadas, como aponta Miranda (2016):

Apesar da expressiva ampliação das vagas para assistentes sociais ocorrida em 2014, partimos do pressuposto que a atuação das/os assistentes sociais ainda é pouco compreendida na Defensoria. No nosso entendimento, isto ocorre por alguns motivos: história e transformações da profissão no Brasil; recente implantação do Serviço Social na Instituição; falta de clareza das possíveis contribuições do Serviço Social para o acesso da população aos direitos; carência de sistematização de práticas nesta área; lacunas na comunicação acerca do escopo de atuação da profissão na Defensoria Pública e espaço ainda cercado por formalidade, poder e hierarquia, o que dificulta o desenvolvimento do trabalho interdisciplinar na Instituição. Contudo, no decorrer da pesquisa, percebemos a preocupação das/os assistentes sociais em estruturar, sistematizar e qualificar o Serviço Social para que haja atendimento significativo à população e reconhecimento desta ação profissional na Defensoria Pública do Estado de São Paulo (p. 41)

Considerações feitas, registra-se que, diferente da maioria dos campos de atuação profissional, inclusive do denominado “campo sociojurídico”, o Serviço Social da Defensoria Pública de São Paulo apresenta um amplo leque de demandas e possibilidades de intervenção, perpassando praticamente por todas as áreas afetas às distintas políticas públicas e direitos sociais.

Muitas e diversificadas são as questões apresentadas ao Serviço Social cotidianamente, demandando atuação em diferentes áreas, como saúde, assistência social, habitação, educação, violação de direitos, recortes populacionais (idosos, pessoas com deficiência, entre outros), o que permite a construção de uma prática diferenciada e em constante aperfeiçoamento.

Atualmente, pode-se dizer que Serviço Social na DPESP apresenta como principal objetivo o atendimento às pessoas, famílias e comunidades em situação de vulnerabilidade e risco social. Em geral, como a Defensoria é um órgão de justiça, a busca da população pela Instituição se dá por esta razão, porém as demandas apresentadas dificilmente abarcam apenas o contexto jurídico e muitas vezes são passíveis de resolutividade na esfera extrajudicial, via sensibilização e interlocução com os órgãos do Executivo.

O trabalho desenvolvido pelos CAMs possibilita acolhimento, escuta qualificada e manejo das demandas sensíveis e complexas que aportam na Defensoria Pública do Estado de São Paulo. As/os defensoras/es e suas/seus estagiárias/os, na escuta jurídica do problema, ao deparar-se com situações que fogem do script do Direito, acionam as/os assistentes sociais e psicólogas para suporte e intervenção. Podemos dizer que o Serviço Social e o CAM, como um todo, potencializam um dos diferenciais da DPESP - as iniciativas extrajudiciais, sem desconsiderar a relevância da atuação judicial. Sem o campo extrajudicial e a atuação interdisciplinar, a Defensoria permaneceria na prestação de assistência meramente judicial. O vasto campo político-social de garantia de direitos de forma extrajudicial e interdisciplinar é importante extensão da atuação da Defensoria, convocando outros saberes para a prestação da assistência jurídica integral que se faz com diversas ferramentas e visa avaliar os direitos das populações humilhadas socialmente (MIRANDA, 2016, p. 57)

Nesta seara, o Serviço Social é chamado a desenvolver ações no intuito evitar judicializações desnecessárias e muitas vezes morosas, que não atendem as necessidades objetivas e emergenciais dos/as cidadãos/ãs. Deste modo contribui sobremaneira para o desvelamento da realidade aparente e o real enfrentamento das diferentes expressões da questão social.

Como dito anteriormente, a área de atuação da/o Assistente Social na Instituição é ampla e envolve diferentes níveis de complexidade, apresentando desde a solicitação de um analgésico até intervenções relacionadas a ameaças de morte. Contudo, em geral, abrange questões de alta vulnerabilidade e risco social, agregando questões em diversificadas áreas, principalmente: dificuldade de acesso às políticas públicas; saúde em geral e saúde mental, em especial; conflitos familiares; violência doméstica; vagas em instituições de acolhimento institucional, principalmente para pessoas em situação de rua e mulheres em situação de violência; vagas em creches; situações envolvendo violação e efetivação dos direitos de segmentos vulneráveis – crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência; dentre outros.

Para atender demandas como essas, os/as profissionais acionam os serviços públicos correspondentes e fazem a mediação entre as necessidades dos/as usuários/as e as políticas sociais. Esse contato ocorre na esfera judicial e extrajudicial, e faz com que o CAM se torne um espaço privilegiado de observação do funcionamento e da efetividade das políticas existentes. A partir desse exame é possível se ater às inúmeras lacunas que afetam diretamente o usuário do serviço e, inclusive, podem impactar no êxito ou no fracasso de um processo judicial (GLENS, 2018, p. 25).

Os eixos de atuação do CAM são extremamente importantes para nortear o trabalho da/os Assistente Sociais na Defensoria. Dessa forma, além do atendimento ao público, outras atividades profissionais, como por exemplo, o mapeamento, articulação e encaminhamento para a rede local de serviços apresentam igual relevância ao desenvolvimento do exercício profissional.

Através da realização de reuniões, contatos, participação em audiências, trocas de experiências e reflexões cotidianas com os demais profissionais que compõem a rede local de atendimento à população, acredita-se contribuir consideravelmente para o atendimento em uma perspectiva de totalidade e garantia de direitos. Além disso, destaca-se também a necessidade desse estreitamento de vínculos para o fortalecimento dos atores que compõem essa rede que também apresenta as mais diversas precariedades e violações.

Através do contato com a realidade do/a usuário/a e sua família, a/o Assistente Social apresenta condições de contribuir na busca por alternativas para a resolução das problemáticas apresentadas, e principalmente para o fortalecimento e empoderamento dessas pessoas enquanto cidadãos/ãs, sujeitos/as de direitos.

Os trabalhos técnicos realizados devem estar baseados em premissas éticas e precisam considerar a complexidade da vida desses indivíduos, respeitando-os como sujeitos de direitos, não reduzindo-os a uma mera medida jurídica, colaborando, desta forma, para o reencontro de sua dignidade e de sua cidadania (CHUAIRI, 2008, p.139).

No cotidiano profissional, a rotina de trabalho do Serviço Social na Defensoria, em síntese, apresenta o seguinte configuração: atendimento técnico especializado ao público, que consiste basicamente em acolhimento, orientações e escuta qualificada; contato, articulação e encaminhamentos referenciados à rede de serviços; leitura, estudo e discussão de caso com os diferentes atores envolvidos; suporte técnico aos/às defensores/as, servidores/as e estagiários/as; aplicação de instrumentais técnicos e específicos do Serviço Social; elaboração de relatórios, laudos e pareceres

técnicos; interpretação de documentos técnicos em matéria de Serviço Social; atuação em ações de resolução extrajudicial de conflitos; visitas domiciliares e institucionais; capacitação de estagiários; participação e organização de eventos de educação em direitos, dentre outras.

4.4 O olhar das/os Assistentes Sociais frente à judicialização de direitos sociais na Defensoria Pública

Após quase 10 anos de atuação do Serviço Social na Defensoria Pública do Estado de São Paulo, esse estudo não poderia deixar de contemplar a contribuição daquelas/es profissionais que estão cotidianamente em contato com os/as usuários/as, ouvindo e refletindo suas realidades e angústias, suas limitações e desafios, buscando estratégias e mecanismos para enfrentamento das mais variadas situações de carências e vulnerabilidades sociais. Deste modo, a partir deste momento serão retratadas as perspectivas dessas/es profissionais frente ao trabalho com as demandas referentes aos pedidos de judicialização de direitos sociais no âmbito da Defensoria.

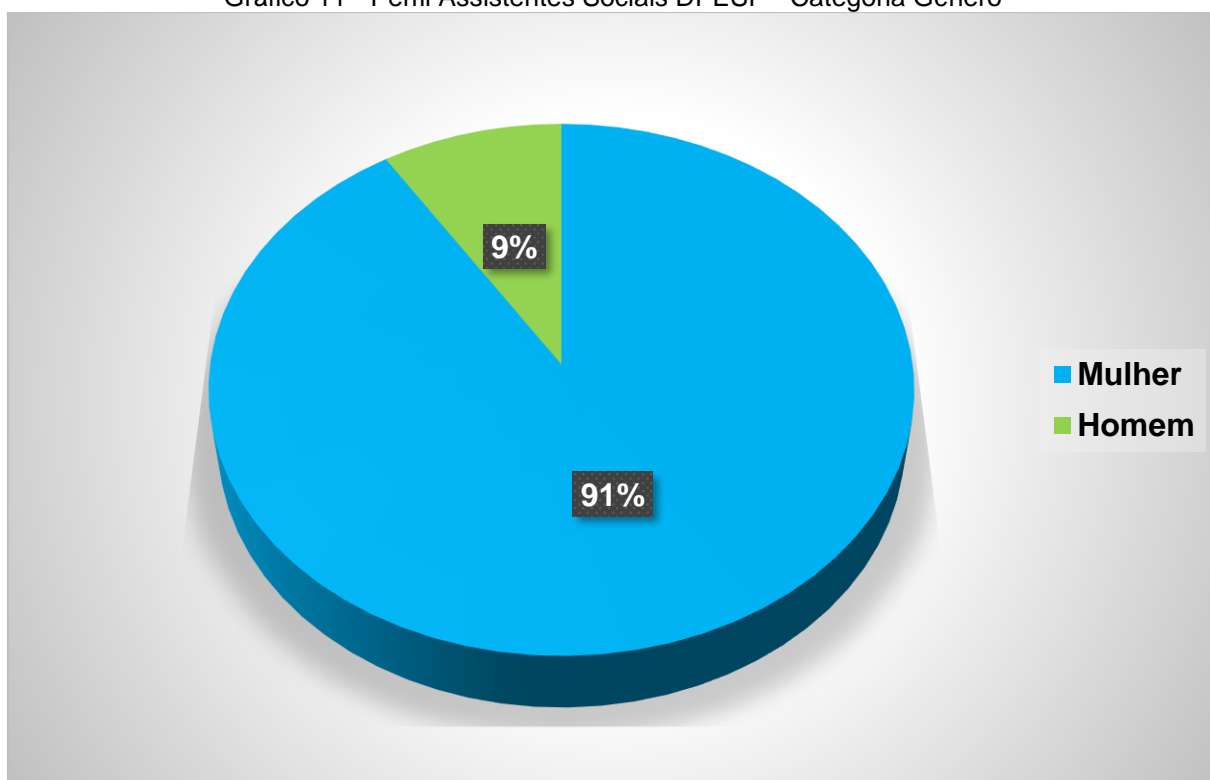
4.4.1 Conhecendo os/as sujeitos/as da pesquisa: esboço sobre um breve perfil das/dos Assistentes Sociais da DPESP

A fim de contextualizarmos suas experiências profissionais na temática proposta por este estudo, inicialmente, cumpre-nos traçar um breve perfil das/os profissionais envolvidos na pesquisa, que corresponde aproximadamente a 20% do quadro total de Assistentes Sociais da Instituição atualmente, lembrando que os profissionais foram selecionados a partir de amostragem intencional, contemplando proporcionalmente todas as regiões de atuação da Defensoria. Desta forma, participaram do estudo: quatro Assistentes Sociais da Capital; duas da Região Metropolitana; uma representante dos Núcleos Especializados; e quatro profissionais do Interior do Estado.

Assim, o universo da pesquisa contou com a colaboração de onze Assistentes Sociais, que contribuíram com sua experiência frente ao exercício profissional, sendo qualificados parcialmente a partir das categorias: gênero, idade, tempo de trabalho na Defensoria e formação/titulação.

Na categoria “gênero”, 10 (dez) Assistentes Sociais foram identificadas/os como na classe feminina e 01 (um), masculino. Apesar da tendência crescente de estudantes do gênero masculino nas escolas de formação superior em Serviço Social, a amostragem acima representa ainda a maioria feminina no âmbito da categoria na DPESP, o que se justifica pela própria história da gênese da profissão.

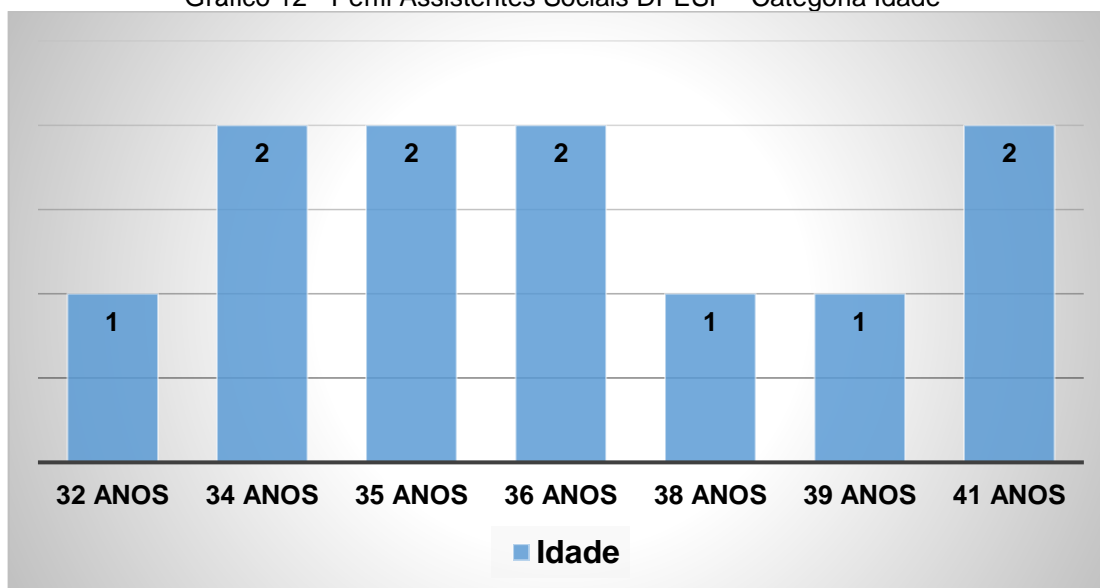
Gráfico 11 - Perfil Assistentes Sociais DPESP - Categoria Gênero



Fonte: elaborado pela autora.

Com relação à idade das/os profissionais verificou-se que o grupo se encontra em uma faixa de idade entre 32 (trinta e dois) a 41 (quarenta e um) anos. Profissionais jovens, principalmente quando se considera o tempo de trabalho na DPESP. Contudo, destaca-se que a maioria delas/es apresenta experiências profissionais anteriores.

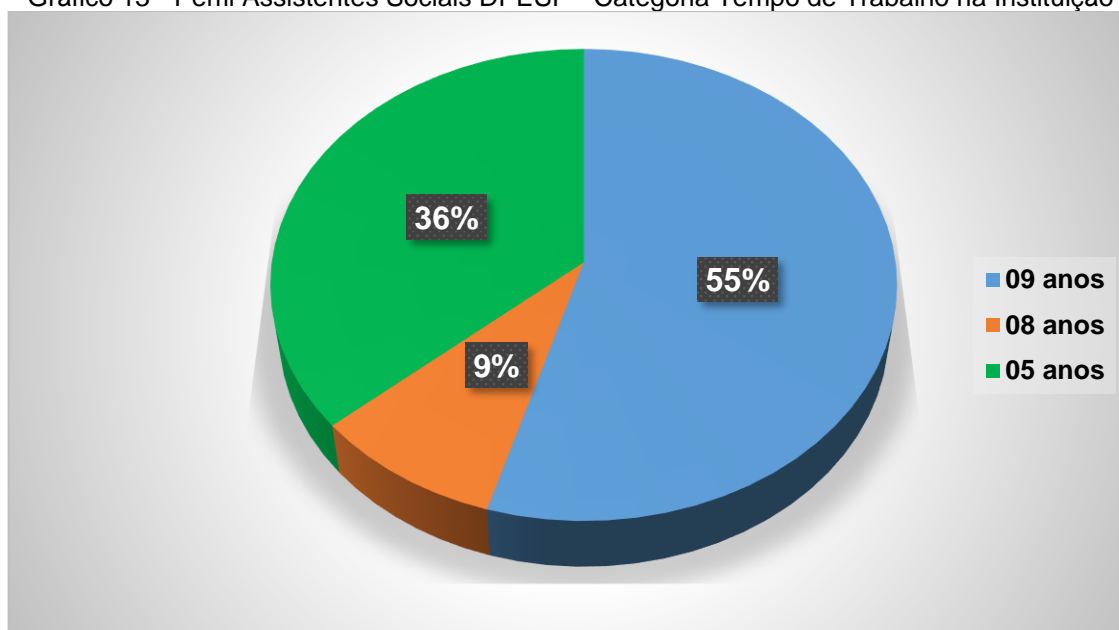
Gráfico 12 - Perfil Assistentes Sociais DPESP - Categoria Idade



Fonte: elaborado pela autora.

Na categoria “tempo de trabalho” na Defensoria Pública do Estado de São Paulo foi possível identificar que todos/as os/as profissionais são oriundos/as do primeiro concurso para Agentes de Defensoria, porém, existem dois grupos distintos: os profissionais que iniciaram suas atividades em 2010 – seis Assistentes Sociais, e aquelas/es que ingressaram em 2014 – quatro profissionais. Uma colega foi chamada após um ano da primeira convocação, possivelmente para suprir alguma vaga exonerada.

Gráfico 13 - Perfil Assistentes Sociais DPESP - Categoria Tempo de Trabalho na Instituição

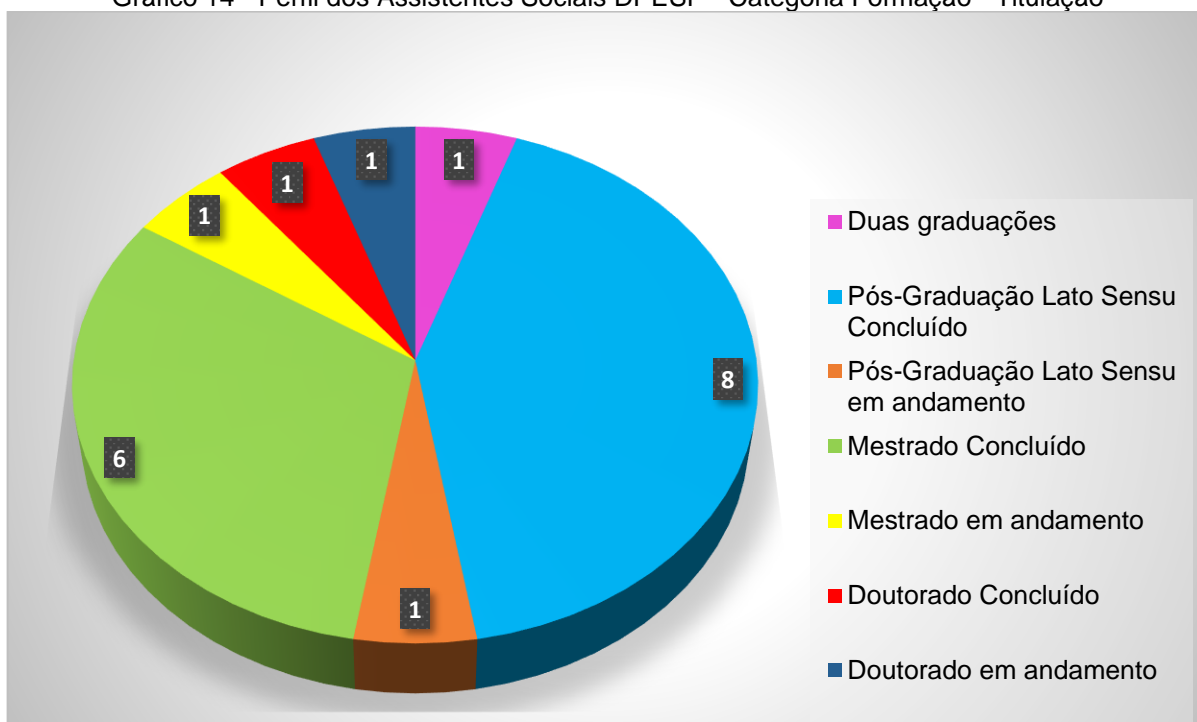


Fonte: elaborado pela autora.

Por fim, na categoria “formação e titulação”, foi possível perceber o compromisso das/os profissionais com a capacitação continuada e o constante aprimoramento profissional. A maioria apresentou cursos de pós-graduação, tanto Lato, como Stricto Sensu, demonstrando relevante qualificação, como observa-se abaixo:

- Assistente Social graduada pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Especialista em “Saúde da Família e Comunidade” pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Especialista em “Gestão de Políticas Públicas, Área Organizacional e do Terceiro Setor” pela Instituição Toledo de Ensino (ITE) – Bauru.
- Formada em Serviço Social, Mestra em Serviço Social pela PUC-SP e Mestra em avaliação e gestão de políticas sociais, de saúde e envelhecimento pela Université Grenoble Alpes (Grenoble, França).
- Serviço Social, Especialização e Mestranda.
- Mestre.
- Serviço Social/Mestre (Doutoranda do PEPGSS-PUC/SP).
- Mestra em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP; Especialista em Saúde Pública - Curso de Especialização Interdisciplinar em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo - FSP/USP; Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP Campus Franca/SP.
- Graduação em Serviço Social.
- Graduação em Filosofia e Serviço Social, Lato Sensu em Direitos Humanos, Mestrado e Doutorado em Serviço Social.
- Graduação em Serviço Social pela Unesp Franca, Pós-Graduação em Gestão e Planejamento de Projetos Sociais e Pós-Graduação, em andamento, em Saúde Mental e Cognição pela Ufscar.
- Assistente Social com Pós-Graduação.
- Serviço Social / Bacharel em Serviço Social / Pós-Graduação Lato Sensu.

Gráfico 14 - Perfil dos Assistentes Sociais DPESP - Categoria Formação - Titulação



Fonte: elaborado pela autora.

Profissionais jovens e experientes, em sua maioria mulheres, com reconhecido tempo de Instituição e alto grau de qualificação profissional são os atributos que compõem o coletivo de sujeitos/as selecionados participantes deste estudo, que a partir de agora oferecem suas contribuições com o tema ora discutido, a partir de respostas conferidas a um questionário composto por cinco questões abertas sobre a temática - judicialização de direitos sociais e o exercício profissional na DPESP.

4.4.2 Identificando as demandas por direitos sociais na DPESP – características e origem dos atendimentos

Considerando a peculiaridade de cada espaço de atuação, o primeiro questionamento feito às/aos profissionais teve a finalidade de identificar o reconhecimento pelas demandas por direitos sociais em suas Unidades de trabalho, bem como o seu encaminhamento ou não ao Serviço Social ou CAM.

Todos/as os/as participantes responderam afirmativamente ao reconhecimento das demandas em suas Unidades, tanto de forma direta, a partir de demanda primária, como indiretamente através das demandas secundárias,

ênfatizando que esses pleitos perpassam por praticamente todos os atendimentos, reflexo da atual conjuntura política, econômica e social do país, que viola diariamente os direitos da população e agrava as consequências da questão social.

Várias/os Assistentes Sociais ênfatizaram a questão da demanda aparente e demanda real – demanda primária e demanda secundária, a importância de um atendimento atencioso e cuidadoso para a identificação de todas as entrelinhas que contribuem para o agravamento da situação apresentada.

Nesta seara, uma das participantes exemplifica a situação através das demandas relacionadas à área a infância e juventude, umas das áreas de atuação prioritárias na Defensoria Pública e que apresenta alto grau de complexidade e vulnerabilidade.

AS 02⁸⁸: De maneira indireta, percebemos que muitas famílias se encontram em situação de vulnerabilidade social, o que demanda intervenção por parte do serviço social e da psicologia. Esse é um dado facilmente observável nos casos da Infância e Juventude, pois a vulnerabilidade social e a pobreza das famílias é, sim, o pano de fundo para muitos casos de acolhimento institucional. Há, por exemplo, acolhimento porque a família não tem uma habitação “adequada”, porque moram em território de risco, porque a mãe precisa trabalhar e não tem com quem deixar os filhos, visto que não conseguiu vaga na creche de sua região, etc. Os casos são multifatoriais e ensejam intervenção intersetorial e interdisciplinar.

Neste contexto, o trabalho interdisciplinar efetivo, em que haja o respeito e o diálogo real entre as três áreas que compõem o CAM – Serviço Social, Direito e Psicologia - contribuem sobremaneira para uma interpretação crítica da realidade, considerando as ricas determinações que constituem a totalidade dos fatos. Nesta perspectiva, as possibilidades de enfrentamento às mais diversas formas de violação de direitos encontram um terreno mais fértil, com melhores indicativos na resolução da problemática apresentada.

A identificação das demandas por direitos sociais, segundo as/os participantes, perpassa por todas as áreas de atendimento da Defensoria: balcão de recepção/atendimento ao público, atendimento jurídico e CAM. Contudo, observou-se que, em sua maioria, as demandas por direitos sociais são provenientes da triagem e da rede de atendimentos, o que caracteriza o atendimento inicial ao/à cidadão/ã.

⁸⁸ Considerando a necessidade de anonimato e sigilo das informações dos/as sujeitos/as, informa-se que os profissionais participantes da pesquisa foram representados nesta pesquisa pelas abreviações AS – Assistentes Sociais, numerados de 01 a 11, por ordem alfabética de nome.

Apenas duas técnicas referiram receber encaminhamentos deste tipo de pleito em processos já em andamento.

Nesta questão, as/os profissionais destacam a importância do estreitamento e fortalecimento das relações de trabalho entre a equipe – defensores/as, servidores/as e estagiários/as, tanto para a identificação das demandas, quanto para o seu devido encaminhamento. Alguns apontaram a importância da realização de capacitações internas como meio ao aprimoramento do trabalho e das próprias relações interprofissionais.

AS 01: Sim, as demandas são encaminhadas ao Serviço Social/CAM no atendimento inicial da DPESP, através dos estagiários de Direito e Defensores Públicos da triagem, que devido ao constante diálogo e capacitações realizadas, conseguem direcionar as demandas ao CAM. No caso da rede de serviços, os encaminhamentos são realizados diretamente ao Serviço Social/CAM.

AS 05: [...] Tentamos fazer uma sensibilização de todos/as servidores/as e estagiários/as quanto a identificação dessas demandas e a sensibilização a elas, entendemos que o corte de renda que classifica a população alvo para atendimento na Defensoria por si traz consigo demandas por direitos sociais [...].

Contudo, algumas dificuldades foram apontadas nesses encaminhamentos em razão da autonomia dos/as operadores/as do Direito em encaminhar ou não as situações ao CAM.

AS 10: Apesar de haver tentativas de estabelecimento de fluxos, fica evidente que não há padrão de encaminhamento ao CAM e sequer padrão de atuação por demanda. Por exemplo, nem todos os casos envolvendo necessidade de assistência social chegam ao CAM, pois vai depender da avaliação autônoma do/a defensor/a, do estilo de trabalho de cada um/a deles/as, da confiança no nosso trabalho, ou ainda da priorização dos casos que receberão intervenção do CAM, considerando o pequeno tamanho da equipe.

Como observa-se no trecho acima, a Assistente Social destaca a falta de padronização aos encaminhamentos e condução das demandas. Esse fator se justifica pela peculiaridade de cada Unidade, mas, principalmente pelo princípio da autonomia funcional conferida aos/às Defensores/as. Deste modo, apesar de existir apontamentos sobre quais situações seriam pertinentes ao atendimento do CAM, acaba ficando na esfera individual, segundo avaliação de cada Defensor/a, o encaminhamento ou não da problemática ao órgão. Alguns preferem o caminho da

judicialização, e outros a tentativa extrajudicial, como foi observado em relação à realidade de São Vicente.

Diferentes conduções foram percebidas também com relação às Unidades que possuem um/a Defensor/a destacado/a para atuar na área da Fazenda Pública, o que acaba sendo uma grande diferença para a população.

AS 05: [...] no entanto nem todas as demandas são imediatamente enviadas ao CAM. Na unidade “X” há atribuição de defensor na área de Fazenda Pública e em geral há inicialmente requisição por ofício, pelos/as estagiários/as de direito aos órgãos específicos para entender o alcance de uma resolução extrajudicial, caso o prazo não seja respeitado muitas vezes há judicialização dessa demanda, sem passar pelo CAM, algumas demandas entendidas mais complexas são enviadas ao CAM que após acompanhamento dá a devolutiva ao defensor da Fazenda caso entenda-se que todas as possibilidades de resolução administrativa foram tentadas, embora com resultado não frutífero ao/à usuário/a.

AS 06: A Regional “Y” conta com a Fazenda Pública, Unidade centralizada que atende as demandas do município todo, sendo responsável por atuar nas ações contra o Estado, justamente nas questões e exigências legais por direitos sociais. Deste modo, atendemos a população com esse pleito, sobretudo em demandas da área da habitação - problema grave no município de São Paulo, e saúde.

Os dois apontamentos sobre atuação na área da Fazenda indicam de certo modo a atuação conjunta ao CAM, principalmente em demandas de maior complexidade. Uma grande diferença seria os encaminhamentos administrativos que são realizados via extrajudicial. Quando não se tem a atuação na Fazenda, todos esses procedimentos administrativos acabam sendo realizados pelo CAM e, em caso de não resolutividade através da via extrajudicial, os casos são encaminhados para judicialização, em sua maioria, através do Convênio com a OAB. Poucos casos acabam ficando sob a responsabilidade da Defensoria em virtude de não ter a atribuição específica, o que ficaria sob a “boa vontade” do Defensor/a da Unidade, que possui competências em outras áreas, bem como, grande contingência de trabalho, assumir a responsabilidade pela ação. Quando existe o cargo para a Fazenda, o CAM pode contribuir de forma a subsidiar as proposituras de ação através de relatórios sociais consistentes e acompanhamento sistemático da família.

Uma colocação importante realizada por uma das profissionais refere-se à relação entre a seletividade do sistema de justiça com relação ao público juvenil – que possui gênero, cor e recorte de classe, sendo observada a violação de direitos em todas as esferas, resultando na criminalização da pobreza.

AS 03: Sim, esta demanda está presente na quase totalidade dos atendimentos na área da Infância e Juventude Infracional, em razão da seletividade dos/as adolescentes que são inseridos no Sistema de Justiça Juvenil, é comum observarmos que a violação de direitos é a principal causa da entrada no socioeducativo, tal entendimento comprova-se uma vez que, a própria política nacional de assistência social insere na tipificação nacional de assistência social a execução das medidas socioeducativas na média complexidade para atendimento nos CREAS, constatando que os direitos sociais já foram violados.

Em razão da seletividade penal, os/as adolescentes inseridos no Sistema de Justiça Juvenil são majoritariamente oriundos/as de territórios periféricos da cidade com cobertura insuficiente de serviços das políticas sociais, mais da metade pretos/as e pardos/as e expressivamente composto pelo sexo masculino.

A questão apresentada pela colega, mesmo referindo-se especificamente à população juvenil, que é o público acompanhado por ela, perpassa também por todas os segmentos atendidos, que possui claramente esse recorte de classe. As pessoas atingidas pelo sucateamento das políticas públicas e as reestruturações neoliberais atingem as camadas pobres, em grande parte negras, excluídas do mercado de trabalho e dos mínimos sociais. E são essas mesmas pessoas que são atendidas na esfera criminal como “violadoras” da lei – violam e são violadas, o público atendido é o mesmo e a criminalização da pobreza se confirma no banco dos réus do Sistema de Justiça, que apresenta um papel também contraditório de defender e acusar essas mesmas pessoas.

Neste questionamento inicial os/as sujeitos/as relataram também como identificam essas demandas em seu cotidiano profissional:

AS 02: [...] Como demanda primária identificamos os pedidos judiciais relativos à falta de serviços e equipamentos necessários à população, além da dificuldade de acesso aos serviços públicos já existentes seja pela má qualidade do atendimento, insuficiência na cobertura ou precariedade da oferta. No campo da atenção à saúde, por exemplo, há pedidos de internação e tratamento por questões mentais ou abuso de drogas, próteses, órteses, consultas em UBS, consulta com especialistas, etc.

De maneira indireta, percebemos que muitas famílias se encontram em situação de vulnerabilidade social, o que demanda intervenção por parte do serviço social e da psicologia [...].

AS 07: Chegam como denúncias de violação de direitos, como solicitação de intervenção por desproteção, como solicitação de defesa em ação de revitimização de violação de direitos, dentre outras formas.

AS 08: [...] Todas demandas envolvendo vulnerabilidades e riscos sociais são encaminhadas ao CAM. Portanto, perpassando todas as áreas jurídicas de nossos atendimentos: infância cível, infância infracional, criminal, execução

criminal, civil/família são encaminhadas, a partir da identificação de vulnerabilidade e risco social [...].

AS 11: [...] As demandas relacionadas aos direitos sociais que frequentemente são atendidas na unidade são educação (educação especial), saúde, moradia, proteção a maternidade e infância e a assistência aos desamparados, tendo como base a CF88 [...].

Como observa-se nos trechos acima, as demandas por direitos sociais abrangem uma amplitude muito grande, pois perpassam por todas as esferas do atendimento jurídico e social, englobando violações, vulnerabilidades, riscos sociais, precariedade ou insuficiência dos equipamentos públicos, desproteção, revitimização, dentre outras situações complexas, como apontam os discursos supramencionados. Ou seja, a Defensoria Pública acaba por atender as situações que, via de regra, deveriam ser solucionadas no Executivo, porém não são, refletindo dessa forma a política de desmonte neoliberal que atinge a sociedade como um todo e, visceralmente as classes sociais mais vulneráveis.

Com relação aos encaminhamentos ou não dessas demandas ao Serviço Social ou ao CAM, obtivemos diferentes respostas. Algumas apontam que sim, em sua totalidade, outras parcialmente, com enfoque nas questões de maior complexidade. Não houveram respostas quanto ao não encaminhamento, porém destaque negativo foi dado para autonomia do Direito em encaminhar ou não a demanda, independente do caráter que ela apresenta.

AS 03: Nem todas as demandas por direitos sociais são encaminhadas ao CAM, ou especificamente ao Serviço Social dado ao volume de atendimentos e também de processos na Regional.

As situações em que a demanda por direitos sociais se torna elemento fundamental para qualificar a defesa dos/as adolescentes, de modo a evitar a aplicação de medida socioeducativa ou a impedir uma regressão da medida, o encaminhamento por parte do defensor público ou estagiário de direito é realizado.

AS 04: Sim, as demandas aparecem no cotidiano de trabalho, muitas vezes circundadas por várias expressões da questão social. Percebemos que os casos são encaminhados à medida que o “direito” não sabe o que fazer com a demanda ou as alternativas judiciais foram esgotadas.

AS 08: [...] Todas demandas envolvendo vulnerabilidades e riscos sociais são encaminhadas ao CAM [...].

AS 09: [...] A grande maioria dessas demandas é encaminhada ao Serviço Social e ao CAM para suporte nas intervenções [...].

AS 10: Ainda, nem todas as pessoas com demanda por direitos sociais são atendidas pelo CAM, uma vez que a primeira análise de todos os casos é realizada sob a ótica do/a defensor/a público/a, ou da Ciência do Direito, assim, cabe ao/a defensor/a realizar a avaliação sobre a melhor estratégia a ser adotada em cada situação, se por meio judicial ou extrajudicial, se será com ou sem contribuição do CAM.

Desta forma, mais uma vez identifica-se que não há uma normativa geral quanto ao encaminhamento ou não ao CAM ou Serviço Social por razões já anteriormente descritas – peculiaridades regionais e autonomia dos/as operadores/as do Direito. Além disso, constatou-se também, observações no tocante à carga excessiva de trabalho, importância do atendimento qualificado para identificação e utilização da problemática para compor a defesa nos processos, a dificuldade de visualização da resolução da situação - “encaminham quando não sabem o que fazer”⁸⁹.

Por fim, neste questionamento inicial apareceram também falas sobre a importância da multi ou interdisciplinaridade do atendimento. De forma proposital a questão colocada para o debate abriu margem a esta discussão ao perguntar se essas demandas eram encaminhadas ao “Serviço Social / CAM”.

Grande parte das/os profissionais destacou que os atendimentos são encaminhados ao CAM como um todo, não especialmente ao Serviço Social, ficando sob a responsabilidade e autonomia das/os profissionais a avaliação e condução da demanda.

AS 02: Via de regra, em relação às pessoas que procuram a DPESP via triagem-polo-unidade, a demanda é verificada primeiramente pelo defensor(a) de referência que realiza o encaminhamento formal, por escrito, ao CAM. A agenda de atendimentos é organizada pelas profissionais do serviço social e psicologia de acordo com a urgência e necessidade de cada caso.

AS 05: Na unidade “X” nunca houve distinção, por aquele que encaminha a demanda, se tal questão deverá ser ao Serviço Social ou à Psicologia. As demandas são encaminhadas ao CAM indistintamente, sendo pré-definidas as demandas mais complexas a serem encaminhadas com as equipes de estagiários/as e defensores/as. A margem de diálogo está sempre aberta para revisão das demandas que chegam, por ora, de forma tranquila, e muitas vezes a demanda inicial identificada por aquele que encaminha ao CAM, nem sempre é a mesma que é identificada no decorrer dos atendimentos realizados pela Psicologia ou Serviço Social.

⁸⁹ O Serviço Social historicamente apresenta esse caráter de “depositário emergencial de problemas”, e que precisa ser mediado e esclarecido pela categoria, qualificando o alcance e os objetivos da profissão. Eis um desafio aos Assistentes Sociais comprometidos com os princípios éticos e profissionais.

AS 06: Sobre os encaminhamentos ao Serviço Social, na Regional em que atuo as demandas por direitos sociais são encaminhadas ao Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM) e não ao Serviço Social especificamente, o que entendo como interessante, pois possibilita atuação interdisciplinar nesses casos. Na prática, temos visto como é importante o olhar e as intervenções da Psicologia, sobretudo a Psicologia Social, nessa área.

AS 08: [...] Há mais de três anos o CAM conta apenas com um assistente social, prejudicando o trabalho multidisciplinar.

AS 09: [...] Com grande frequência aparecem situações nos atendimentos da Unidade relacionadas a necessidade de acesso a algum direito social e o Serviço Social e a Psicologia são acionados [...].

Deste modo, destacamos que cada profissão, dentro da especificidade de sua área de competência e conhecimento, contribui sobremaneira para a condução da situação em uma perspectiva de totalidade, onde a interdisciplinaridade é destacada como ferramenta essencial para a efetividade e integralidade das questões atendidas cotidianamente neste lócus funcional.

4.4.3 Demandas mais frequentes e formas de condução pela Unidade e pelo Serviço Social

O segundo questionamento apresentado aos participantes versou sobre quais seriam as demandas mais frequentes e como elas são trabalhadas pela Unidade de modo geral e, especificamente pelo Serviço Social.

Apesar das respostas serem variadas em virtude das próprias características de cada Unidade, no cômputo geral, as demandas mais citadas foram a saúde, habitação e questões afetas à infância e juventude, especificadas em suas peculiaridades:

AS 01: As demandas são diversas e envolvem questões relacionadas à saúde mental; uso abusivo de drogas; violência doméstica; conflitos familiares; questões relacionadas à Infância e Juventude (guarda, adoção, regulamentação de visitas, acolhimento institucional); acesso a vagas em creches municipais e educação especial; requisição de medicamentos e tratamento de saúde; interdição; questões referentes aos direitos de idosos e pessoas com deficiência; dificuldades no acesso aos serviços da Assistência Social (aluguel social, passe livre às pessoas com deficiência); questões relacionadas à habitação (despejo; dificuldades de acesso aos Programas Habitacionais); facilitação de acordos extrajudiciais envolvendo cuidados com idosos, guardas e regulamentações de visitas.

AS 05: Não tenho dados concretos para dizer qual demanda mais frequente na unidade, de modo geral podemos dizer que acesso à educação pelos pedidos de vaga em creche e demandas de saúde diversas são as mais frequentes de modo geral. Com menor intensidade na unidade como um todo temos demandas habitacionais, e situação de rua.

As que chegam ao CAM de modo geral são:

- i. acesso e permanência educacional para crianças/adolescentes com deficiência;
- ii. garantia de tratamento de saúde à usuários/as e familiares no que diz respeito a saúde mental relacionado ao uso de drogas;
- iii. acesso à política habitacionais para determinados coletivos com assentamento precários recentes, e/ou famílias individuais que sem emprego e renda passam a residir pela primeira vez em assentamentos, sem qualquer vinculação anterior com a política municipal habitacional;
- iv. pessoas em situação de rua que não conseguem acesso e permanência em centros de acolhida, são hostilizados e sofrem discriminação racial, transgênero nos espaços públicos que circulam e pouco participam das determinações daquela política que acessa.

AS 07: Avalio que as demandas mais frequentes sejam de proteção à maternidade, proteção à infância, saúde, segurança, educação (ações de medida protetiva de acolhimento e destituição do poder familiar em contexto de saúde/mulheres que fazem uso de substâncias psicoativas e/ou em situação de rua, situações de violência contra criança e ao adolescente, violência e letalidade policial contra adolescentes, crianças e adolescentes em situação de rua e na rua, violações de direitos em contexto de uso de substâncias psicoativas e falta de acesso às políticas de saúde pelo estado de São Paulo, situações de discriminação e desproteção com ausência ou precária rede de atenção psicossocial nos territórios, dentre outras).

AS 09: As demandas mais frequentes são relacionadas a solicitações ou dificuldades para a obtenção de tratamento na área da saúde (especialidades médicas principalmente) ou procedimentos (cirurgias, consultas, avaliações especializadas) ou medicamentos, órteses, etc. e, em grande volume na área da saúde mental (acesso a serviços, avaliações, internações, conduções a serviços de emergência psiquiátrica, entre outras); dificuldades na área educacional (profissional cuidador, vaga em período diferente ao estudado ou em escola mais próxima da residência, dificuldades gerais com o ambiente escolar, discriminação); solicitações de acesso a serviços específicos da Política de Assistência Social, como os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, acompanhamento especializado pelos CREAs, orientações e acesso a benefícios de transferência de renda ou a programas da Assistência; vagas em ILPIs; solicitações de vagas em Residências Inclusivas ou entidades especializadas para pessoas com deficiência; acesso a gratuidade no transporte coletivo municipal para pessoas com deficiência ou Passe Livre (neste caso orientações e auxílio no envio de documentação para obtenção do benefício, visto ser um programa do Governo Federal); algumas situações na área da habitação; pedidos de inclusão em Residências Terapêuticas; orientações e acesso a benefícios e perícias no INSS, entre outras.

AS 11: As demandas mais frequentes são na área da saúde e infância. Na saúde as demandas são relacionadas ao uso abusivo de álcool e drogas e transtornos mentais e na infância são os acolhimentos institucionais.

A partir das assertivas acima registradas, percebe-se que diferente da atuação da/o Assistente Social de modo geral, que está inserido/a em políticas ou atuações específicas, o/a profissional da DPESP trabalha praticamente com todas as esferas de atuação, tanto referente a própria profissão, como também no meio jurídico. Enquanto um Defensor/a é destacado/a para atuar na área de família ou criminal ou infância, a/o Assistente Social do CAM é chamada/o a integrar todas essas áreas, como demonstrou um dos participantes:

AS 08: Esboço alguns exemplos das demandas nas respectivas áreas:

- i. Criminal = contribuindo como assistente técnico, nos autos processuais; no acompanhamento social de realidade social em vulnerabilidade e/ou risco social, assim como para tratamento de saúde mental; contato com a rede de serviços envoltos ao do cárcere;
- ii. Execução Criminal: no acompanhamento social de realidade social em vulnerabilidade e/ou risco social, assim como para tratamento de saúde mental; contato com a rede de serviços envoltos ao do cárcere;
- iii. Cível/família são encaminhadas, a partir da identificação de vulnerabilidade e risco social envolvendo ou não conflitos familiares;
- iv. Infância cível/infracional são encaminhadas ao CAM para acompanhamento nos autos processuais em atuação como assistente técnico e/ou para acompanhamento junto à rede de serviços públicos visando efetivação de direitos à criança e adolescentes.

A diversidade de demandas trabalhadas pelo CAM é muito ampla, exigindo da/do profissional o conhecimento de todas as políticas e serviços existentes, oferecidos e ausentes, modos de acessá-los, as especificidades de cada área do meio jurídico, uma ampla visão da realidade, dentre outros princípios inerentes ao exercício profissional comprometido com a transformação societária. Todas as demandas estão interligadas, reflexo da efervescência da questão social frente a decadência das políticas públicas. Destarte, não possuem significado algum se analisadas de modo isolado da conjuntura que as cercam, pois fazem parte de um contexto muito maior de ataque e desmonte de direitos.

Nesta seara a/o Assistente Social precisa ser uma/um profissional comprometida/o, em constante aprimoramento, e dispor de consistente arsenal teórico- metodológico, ético e político para fazer frente a essa infinidade de demandas que chegam todos os dias ao órgão.

Os assistentes sociais trabalham com as mais diversas expressões da questão social, esclarecendo a população sobre seus direitos sociais e os meios de ter acesso aos mesmos. O significado desse trabalho muda radicalmente, ao se voltar aos direitos e deveres referentes às operações de

compra e venda. Enquanto os direitos sociais são frutos de lutas sociais e negociações com o bloco do poder para o seu reconhecimento legal, a compra e venda de serviços no atendimento a necessidades sociais de educação, saúde, habitação, assistência social etc. pertencem a outro domínio – o do mercado –, mediação necessária à realização do valor e, eventualmente, da mais-valia, decorrente da industrialização dos serviços. (IAMAMOTO, 2008, p. 276).

Ainda nesta etapa de levantamento das demandas mais frequentes, algumas respostas mostraram questões importantes a serem refletidas. A primeira delas em relação ao volume de trabalho do/a profissional do CAM, enfatizada pela técnica a partir da repetição e destaque da palavra “todos”:

AS 02: Antes de mais nada, é importante dizer que o CAM “X” atende a unidade Fazenda Pública da Capital do Estado, de maneira que muitas demandas em face das políticas públicas na cidade de SP são acompanhadas juridicamente por esta unidade e CAM. É o que acontece com os pedidos de **Habitação** (todos) e **Saúde** (a maioria deles), duas das principais demandas do nosso cotidiano profissional. Recentemente, os casos envolvendo a Política de **Educação** também tem ocupado grande parte da nossa agenda. Isto porque TODOS os pedidos de vaga em creche que são denegados são redirecionados para análise do CAM. Ainda, de maneira indireta, a necessidade de acionar os serviços de **Assistência Social** permeia boa parte dos casos devido a situação de vulnerabilidade social mencionada anteriormente. Principalmente, mas não apenas isso, há necessidade de pleitear auxílios e benefícios financeiros e materiais. Isso acontece com a totalidade dos casos da Infância e Juventude, por exemplo.

Como dito anteriormente, a complexidade, variedade e complementariedade de carências perpassam pelo cotidiano dos CAM's do Estado de São Paulo, apresentando uma infinidade de questões a serem desveladas, trabalhadas e enfrentadas, atingindo os segmentos mais vulneráveis na sociedade. Na ocasião desta pesquisa, por diversas vezes a área da infância e juventude foi apontada como a que apresenta os maiores desafios.

Um outro destaque apresentado nas respostas refere-se à questão de que apenas a ciência do Direito não é suficiente para fazer frente à resolução das problemáticas presentes no âmbito da Defensoria Pública do Estado, sendo necessário diversos saberes para a construção de alternativas eficazes e sustentáveis. Nesta perspectiva, a interdisciplinaridade constitui-se uma importante ferramenta de trabalho.

AS 03: Atualmente as principais demandas encaminhadas para atendimento do CAM envolvem situações em que a atuação apenas no âmbito jurídico/judicial não alcançam o melhor encaminhamento na sua totalidade, estão relacionadas a questões como: conflitos familiares, uso de drogas,

saúde mental, situação de rua, falta de acesso ou negligência a direitos sociais e políticas públicas, violência e negligência doméstica e/ou institucional, adolescentes com dificuldades no cumprimento da medida socioeducativa, violência/discriminação LGBT, risco de morte e expostos a torturas, sobretudo decorrente de violência policial.

Por fim, uma última observação remete-se às demandas da política de assistência social. Apesar da mesma não ter sido apontada como a principal demanda apresentada pelos técnicos, ela acaba perpassando pelos vários discursos, algumas vezes de forma direta e outras, de modo indireto, mas foi possível observar que ela está presente em todos os contextos.

AS 10: Realizando levantamento dos casos novos até 12/06/2019, identificamos que a necessidade por assistência social é o principal motivo de encaminhamento ao CAM, seguido de questões relativas à saúde mental e, em terceiro lugar está a demanda por proteção à infância.

Frente a estas questões, como estão organizadas as Unidades para atender a essas demandas? E o Serviço Social? Quais as estratégias, recursos e instrumentos utilizados no cotidiano profissional? Esses foram os questionamentos que compuseram a segunda parte da pergunta.

Apenas três Assistentes Sociais apresentaram como a Unidade estava organizada e de que modo atuava diante das demandas por direitos sociais – duas representantes do interior e uma dos núcleos especializados. As/os demais participantes enfatizaram a condução do trabalho a partir da realidade do Serviço Social e/ou do CAM.

AS 01: Essas demandas, inicialmente, são atendidas pelo Direito (estagiários e defensores públicos). Tratando-se de demandas altamente sensíveis, e muitas vezes não apenas sanadas pelo atendimento jurídico, são direcionadas ao atendimento do CAM, através do atendimento inicial (triagem) ou retorno de banca (quando já há procedimento interno ou processo em andamento). A maioria das demandas exige a intervenção das/os profissionais das três áreas do conhecimento (Direito, Psicologia e Serviço Social), utilizando-se do trabalho multidisciplinar podemos atender o usuário na totalidade de suas demandas. Nesse atendimento, cada profissional realiza as intervenções dentro da sua especificidade técnica.

No trecho acima a “AS 01” destaca os caminhos adotados pelos/as operadores/as de Direito no atendimento ao público, enfatizando que as demandas mais sensíveis são encaminhadas ao CAM, que seria realmente o propósito do órgão, dado as limitações de recursos humanos existentes, em geral um ou dois profissionais.

Outro destaque dado pela profissional foi a importância do trabalho integrado entre as três áreas do conhecimento, na perspectiva da multidisciplinaridade.

A “AS 09”, através da resposta abaixo, problematiza que a maioria dos/as Defensores/as de sua Unidade, quando identificam esse tipo de demanda, as encaminham ao CAM antes do processo de judicialização, contudo, existem exceções, como anteriormente justificado - leitura de realidade e autonomia do/a operador/a do Direito.

AS 09: A Unidade, na grande maioria dos casos, quando se depara com as demandas mencionadas, solicita as intervenções do Serviço Social e do CAM, antes de medidas judiciais (a grande maioria dos defensores atua dessa maneira, porém, ainda existem alguns que em algumas situações não acionam o CAM e já ingressam com uma ação judicial, porém, em pequenos casos) [...].

Por fim, a última e ímpar contribuição oferecida a este questionamento foi realizada pela “AS 07”, que ampliou a discussão apresentando a finalidade da intervenção de sua Unidade em uma perspectiva crítica mais abrangente, remetendo a aspectos da criminalização dos indivíduos e violações recíprocas entre Estado e família.

AS 07: O núcleo em que atuei nestes cinco anos desenvolveu uma intervenção na perspectiva de exigir que o Estado assumisse a responsabilidade em garantir o acesso aos direitos que estavam sendo violados, buscando levar uma perspectiva integral e transversal de proteção de forma que as condições de desenvolvimento fossem alcançadas, muitas vezes sendo necessário muito empenho em sensibilizar e contrapor a visão predominante no Sistema de Justiça de punição de indivíduos da própria família que estavam tendo seus direitos violados pela própria violação sofrida.

Assim, na terceira etapa da questão, discutiu-se a condução das demandas pelas/os profissionais. Como veremos a seguir todos apontaram os caminhos de atendimento via extrajudicial como o principal elemento para a resolução efetiva da demanda, bem como a importância da produção técnica nos casos em que não foi possível evitar a judicialização, sob periculação do direito.

AS 01: A população atendida na DPESP se caracteriza por pessoas hipossuficientes, em situação de vulnerabilidade e risco social. Nesse sentido, o Serviço Social da Unidade atua com diversas sequelas da questão social, com extrema violação de direitos sociais. A fim de evitar a judicialização de demandas sociais, o Serviço Social, utiliza-se de diversos instrumentais para viabilizar os direitos dos/as usuários/as atendidos/as. Dessa maneira, realizamos o atendimento, com escuta qualificada ao público; orientações e

encaminhamentos referenciados à rede de serviços; reuniões e discussões de casos com a equipe multidisciplinar e profissionais da rede; visitas domiciliares; elaboração de relatórios, laudos e pareceres técnicos, neste caso, para subsidiar ações judiciais, quando as tentativas com a rede se mostrarem ineficazes.

A “AS 01” conseguiu apresentar com clareza e objetividade quais as finalidades e caminhos do projeto profissional da categoria, abordando a situação de vulnerabilidade enfrentada pela população, o trabalho com as expressões da questão social, as violações de direitos e os instrumentos de trabalho, destacando a importância do atendimento qualificado, a articulação com a rede socioassistencial e a produção técnica.

Outra questão muito importante destacada por esta Assistente Social refere-se ao trabalho no âmbito preventivo e socioeducativo, ou seja, através de outro eixo de atuação dos CAM's - Educação em Direitos, tanto no âmbito interno da Instituição, com estagiários de Direito, como também externo – rede e população:

AS 01: No sentido de ampliar e facilitar o acesso da população aos seus direitos, o Serviço Social também realiza educação em direitos ao público, valendo-se de palestras e rodas de conversa in loco com a população. Além disso, realizamos a capacitação continuada dos estagiários de Direito e reuniões de equipe.

A “AS 03” destaca como principal forma de intervenção a articulação com os serviços do território, apresentando uma ampla frente de trabalho em seu locus funcional – atendimento, reuniões, discussões de caso com os diversos atores envolvidos, atuação como assistente técnico, educação em direitos, audiências, visitas e articulação com os movimentos sociais.

AS 03: A principal frente de atuação envolve mobilização da rede pública, a partir de mapeamento e articulação dos serviços existentes nos territórios, com maior ênfase nas áreas de saúde, educação e assistência social.

As principais frentes de trabalho realizadas no CAM “Y”, são:

- i. Ações de articulação da rede de serviços das políticas sociais;
- ii. Atendimento psicossocial e seus desdobramentos: contatos, encaminhamentos, orientações, discussões de casos, etc.;
- iii. Reuniões com a rede de serviços das políticas sociais e equipes do Sistema de Justiça Juvenil;
- iv. Atuação como Assistente Técnico (elaboração de manifestações técnicas, contra laudo, etc.);
- v. Educação em Direitos;
- vi. Participação em audiências;
- vii. Visita domiciliar e institucional (Fundação CASA);
- viii. Supervisão de estagiários;

- ix. Participação em grupos de trabalho junto a políticas sociais e movimentos sociais da área da Infância e Juventude.

A Assistente Social 05 aponta a importância da leitura atenta da realidade apresentada pelos/as sujeitos/as para avaliar as melhores estratégias de ação, principalmente no intuito de evitar a judicialização. Através de exemplos de atuação profissional, aponta em sua Unidade, quais demandas são mais facilmente solucionadas via administrativa e aquelas que demonstram maiores dificuldades, sendo passíveis de resolução via judicial.

AS 05: Quando do atendimento da demanda seguimos a ideia de entrevista inicial para compreensão do contexto e percurso da busca por aquele direito que a pessoa ou grupo foi buscar na Defensoria, após entra-se em contato com a rede de serviço relacionada a demanda e tenta-se compreender as possibilidades de traçar estratégias de atendimento que não suscitem a necessidade de ajuizamento de ação. Em “X”, particularmente, as demandas de saúde no que diz respeito a uso de drogas, e população em situação de rua têm maior êxito nas resoluções administrativas, no entanto na esfera educacional há desafios maiores que a interlocução com a rede, passando pelo plano municipal de educação quanto ao efetivo atendimento de crianças e adolescentes com deficiência na rede de ensino regular, ensejando ações judiciais para garantia de direitos, assim como a política habitacional, que embora em normativa municipais internas deveria trabalhar com a política de assistência no que diz respeito a vigilância socioassistencial, famílias inteiras veem-se em iminente situação de rua, quando assentamentos recentes.

A “AS 05” retrata também que o trabalho com a rede é intenso e qualificado, demandando diversos diálogos, encontros e discussões. Igualmente destaca que nas situações de judicialização, muitas vezes a/os usuários e famílias permanecem em acompanhamento junto ao CAM para fortalecimento durante o desenvolvimento da ação, e principalmente em virtude da dificuldade de compreensão da linguagem jurídica, que realmente apresenta-se como um obstáculo no Sistema de Justiça.

AS 05: Destaca-se que muitas vezes não basta um contato breve com a rede, são necessárias reuniões, e às vezes reuniões intersetoriais para planejar a melhor forma de atender aquela demanda, ensejando uma articulação mais organizada para fins de garantia de direito. [...].

AS 05: [...] Em caso de resolução administrativa infrutífera registra-se relatório com fins de instrução processual na perspectiva de subsidiar o pedido judicial a ser elaborado por defensor/a público/a. Há situações que a demanda no atendimento do CAM não se encerra com o relatório, sendo necessário o acompanhamento do desdobramento do processo para o usuário/a, porque muitas vezes ele não entende a linguagem jurídica e sente confiança no trabalho realizado pelo CAM, pedindo esclarecimentos daquilo que lhe foi informado, intermediando o CAM na garantia de acesso à informação dos direitos dos/as usuários/as.

No depoimento da “AS 06” verifica-se os diferentes tipos de atuação – extrajudicial e judicial, destacando também a preferência pela resolução administrativa. Esta profissional destaca igualmente a importância da aproximação com os profissionais que compõem a rede socioassistencial, compreendendo suas limitações e carências.

AS 06: Existem duas formas de trabalharmos com as demandas que chegam para intervenção dos/as profissionais do CAM. Priorizamos a resolução extrajudicial, por entender como sendo o caminho mais qualificado e célere de resolução. Qualificado porque também permite discutirmos o caso e os possíveis manejos com as áreas técnicas das pastas e com os/as profissionais que estão atuando na “ponta” (muitas vezes, profissionais com a mesma formação que nós). Assim, é possível chegarmos ao entendimento daquele direito pleiteado, das eventuais falhas da política e dos encaminhamentos pertinentes. Isso tudo sem os atravessamentos do juízo, da norma, do cumpre-se [...].

[...] Tanto na tentativa extrajudicial quanto na atuação em âmbito processual, o CAM da Regional “Z” basicamente (i) agenda atendimento com a pessoa que fora encaminhada pelo/a defensor/a ou estagiário/a orientado/a pelo/a defensor/a, (ii) realiza o atendimento (esse atendimento conta com escuta qualificada e entrevista), (iii) analisa a demanda, (iv) mapeia e articula a rede de serviços e políticas públicas, (v) realiza visita domiciliar e aciona a família e rede comunitária do/a usuário/a, se necessário, (vi) discute o caso com o/a defensor/a e (vii) elabora documento técnico, se for o caso, além de outras intervenções que forem penitentes, a depender do caso concreto.

AS 06: [...] Outro ponto a ser destacado é que quando a demanda é judicializada - o que é necessário muitas vezes -, ao ter a ação negada/perdida, isso pode criar uma “jurisprudência” negativa do que seria conseguido por meio de pressão popular ou atuação extrajudicial. A segunda forma de atuar é subsidiar a atuação processual do/a defensor/a com a produção de estudos, relatórios, laudos e pareceres técnicos, a serem juntados no processo. Tal trabalho se caracteriza como atuação do/a profissional do CAM como assistente técnico/a. [...].

A técnica enfatiza a importância da aproximação efetiva com os profissionais da “ponta” para compreender as interfaces da realidade apresentada e muitas vezes contribuir para o desencadeamento das ações civis públicas – ACP. Dessa forma, a “AS 06” amplia o olhar sob a atuação individual refletindo sobre a importância do enfrentamento das demandas através do fortalecimento coletivo.

AS 06: [...] Os casos de pedido de internação compulsória, por exemplo, sem a intervenção do CAM - que qualifica a chegada das famílias aos CAPS e consequentemente a um tratamento conectado à Reforma Psiquiátrica e em meio comunitário - hoje poderiam ter resultado em inúmeras ações de internação compulsória sem a discussão política dessa demanda e dos prejuízos para a liberdade e saúde das pessoas com transtorno mental e/ou que fazem uso problemático de drogas. Além disso, conseguimos também entender melhor os entraves postos aos/as trabalhadores/as que atuam no município e/ou estado, conhecimento este que pode municiar futuras ações civis públicas por serviços e direitos sociais[...].

Importante destaque foi dado pela “AS 03” com relação às potências e dificuldades no âmbito do trabalho interdisciplinar em virtude do assemelhamento das atribuições dos Agentes do CAM, constantes na Deliberação nº187/2010⁹⁰, que poderiam impactar diretamente nas atribuições privativas de cada área. Deste modo necessário se faz estar atento a essas questões e saber distinguir os limites e potências no âmbito da interdisciplinaridade.

AS 03: Além disto o Serviço Social está presente em todas as demais frentes de trabalho do CAM, conforme Deliberação CSDP nº 187, de 12 de agosto de 2010, importante ressaltar que as atribuições do CAM são realizadas por ambos profissionais que compõem a Equipe (assistentes sociais e psicólogos), no entanto, as atribuições privativas permanecem preservadas.

Novamente, nos discursos abaixo, encontramos o destaque do trabalho junto a rede socioassistencial, que também apresenta suas limitações; o eixo da produção técnica no contexto da judicialização dos pleitos; e também a composição extrajudicial de conflitos como ferramenta a evitar a propositura de ação de alimentos de idosos a seus filhos.

AS 10: [...] Realizamos ainda pareceres para assessorar a atuação do defensor da Infância, sob a ótica da proteção da família e da infância.

AS 11: [...] O trabalho com a rede é de extrema importância para contribuímos na mudança desta cultura e evitar violações de direitos humanos.

Na demanda do acolhimento, somos chamadas a atuar diretamente pelo Defensor Público da Infância (que aqui acumula a infância infracional). A nossa atuação também é em rede. Infelizmente não há um diálogo fluido e contínuo entre saúde e assistência e a Defensoria, pelo CAM, contribuiu para esta ação conjunta nos atendimentos que envolvem acolhimento institucional. Uma demanda que tem se tornado recorrente é a solicitação de alimentos por parte de idosos aos seus filhos. Nestes casos o Serviço Social, atua primeiramente, numa proposta de composição entre as partes. Chamamos os filhos para um diálogo antes do ingresso de ação judicial. Neste ínterim, se necessário, a rede de serviços é acionada para as demandas expostas pelos idosos.

A Assistente Social “07”, para além de apresentar os instrumentais técnicos de trabalho, enfatiza a importância de ampliação da visão de mundo e das construções sociais, nas quais o diálogo e a “voz” dos/as cidadãos/ãs são condições essenciais

⁹⁰ Segue em anexo a supracitada deliberação.

para o fortalecimento coletivo e a desconstrução da naturalização das expressões da questão social. Outro apontamento relevante foi a discussão sobre a responsabilização do Estado frente à violação de direitos. Rica e importante contribuição foi dada por esta técnica.

AS 07: Enquanto Serviço Social, o trabalho se dá na perspectiva de ampliar o olhar sobre a construção social dessa visão de mundo e seus fundamentos a fim de buscar diálogo entre os profissionais que atuam no sistema e contribuindo sempre que possível para uma sensibilização que permita que famílias, adolescentes e crianças sejam escutadas e olhadas no contexto sócio histórico de suas trajetórias de vida, para além de um olhar recortado ou um fato isolado.

Está presente nesse trabalho muito empenho em oferecer para estes/as usuários/as do serviço a acolhida sensível, a escuta qualificada, o reconhecimento expresso da violação por parte do Estado e desconstrução a visão naturalizada que individualiza a responsabilidade pelas mazelas sociais e opressão do Estado.

Outro aspecto importante da atuação do Serviço Social tem sido no sentido de buscar favorecer o diálogo entre os atores do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e deste com usuários/as para viabilizar a participação da criança e do adolescente, bem como de suas famílias, na construção das respostas que podem vir a garantir maior proteção e perspectiva de melhoria na qualidade de vida ou de garantir o próprio direito à vida destes.

A partir da contribuição da “AS 09” foi possível perceber os bons resultados e a efetividade de um trabalho integrado entre a equipe da DPESP em que trabalha. Nesta Unidade o diálogo entre as três áreas do saber é realizado com consistência cotidianamente, respeitando as diferentes contribuições e, portanto, alcançando resultados mais potentes.

AS 09: [...] O Serviço Social, ao receber essas situações procura inicialmente atender cada caso, estudando os caminhos possíveis de intervenção. Posteriormente, são realizadas articulações diversas com as redes de serviços procurando viabilizar, extrajudicialmente, os direitos requisitados. Esgotadas todas as possibilidades extrajudiciais, caso a situação não seja resolvida, o Serviço Social dialoga sobre o caso com o defensor responsável, fazendo uma discussão técnica sobre as necessidades verificadas, visando que sejam encaminhadas as medidas judiciais cabíveis. Em algumas situações em que ações judiciais foram necessárias ou já estavam em andamento, o Serviço Social pode também elaborar Relatórios, Quesitos, Manifestações, entre outros documentos técnicos ou auxiliar na interpretação de documentos ou nas argumentações técnicas que serão utilizadas pelo defensor/a, que podem auxiliar na condução judicial dos casos, visando a máxima contribuição dessa área do conhecimento para a garantia desses direitos.

Por fim, finalizando esta etapa do questionário, apresenta-se uma riquíssima contribuição que mostra a amplitude da atuação do Serviço Social comprometido com o trabalho e com as/os usuárias/os na perspectiva de fazer a diferença em um Sistema de Justiça contraditório e por vezes, também violador. Através de exemplos concretos, a/o profissional demonstra os caminhos percorridos, os desafios enfrentados e algumas conquistas alcançadas no atendimento às diferentes demandas que se apresentam no cotidiano.

AS 02: No caso da Habitação, primeiramente, as Assistentes Sociais buscam facilitar o diálogo entre usuários e Secretaria Municipal, já que o acesso é bastante deficitário. Muitas vezes os(as) usuários que residem em áreas que são objeto de reintegração de posse não sabem se receberão algum atendimento por parte deste serviço, mesmo tendo sido realizado cadastro dos moradores. Há, também, aqueles que já buscaram a Secretaria com a solicitação de auxílio aluguel e moradia definitiva, e ainda não obtiveram retorno. Ainda, muitos procuram a DPESP como primeira porta de acesso a política, principalmente para requerer benefícios como é o caso do auxílio aluguel ou moradia definitiva. Nestes casos, o principal papel do Serviço Social reside na informação, já que a maioria das pessoas desconhecem os critérios para acesso a esses benefícios. E nesse caso, a justiça tem apresentado um entendimento bastante legalista: não atende aos critérios, não será atendido. Inclusive, há o entendimento de que a moradia – apesar de estar prevista na constituição como um direito social – não pode ser pleiteada apenas com este argumento, pois muitos seriam os casos desse tipo [...].

[...] Na interlocução com a pasta da Saúde, o diálogo com os serviços é fundamental para efetivar o acesso à política. Vemos (não apenas isso) que os profissionais estão sobrecarregados em seus equipamentos, com poucos recursos materiais e humanos para oferecer atendimento de qualidade. Buscamos discutir caso a caso e acredito que temos muitos resultados satisfatórios. Lembro que, no ano passado, conseguimos duas desinternações da ala psiquiátrica de determinado hospital para uma Instituição de Longa Permanência (ILPI) somente com a intervenção de Assistentes Sociais. Um dos casos era meu. O paciente estava assistido pela equipe multidisciplinar do Hospital, que já havia sinalizado a impossibilidade de retorno do mesmo para o convívio familiar. Contudo, a equipe não conseguia avançar na discussão junto ao CREAS da região, serviço responsável pela ILPI - passo para o desacolhimento. Meu papel foi o de facilitadora entre as instituições. Como havia histórico de violência por parte do paciente, os profissionais da Assistência Social tinham medo que ele agredisse os outros usuários do serviço para onde ele iria. Propus, então, uma fase de transição na qual o paciente seguiria para a casa acompanhado de uma profissional do hospital durante uma semana – uma espécie de adaptação. Na semana seguinte tive o retorno que tudo corria bem e ele estava sendo desinternado oficialmente. Especificamente, esse caso foi iniciativa de um parente do paciente, quem nos procurou. Porém, dada a nossa intervenção, a equipe do Hospital nos procurou tempos depois com outro caso muito semelhante.

De algum modo, uma profissional do âmbito sociojurídico legitimou a ação das/os profissionais dos outros equipamentos, de modo que conseguimos encontrar solução extrajudicial para um caso complexo, pois foram 5 meses de internação do paciente, sendo quatro deles com previsão de alta hospitalar!

No caso da Educação, poucas vezes conseguimos reverter a denegação, já que a legislação é muito específica nesse caso. No entanto, conseguimos pensar junto com as famílias (Leia-se: na totalidade dos casos as mães são as autoras dos pedidos) outras alternativas para resolver a questão. Vou dar um exemplo de um caso que atendi há pouco tempo. A creche da criança já estava nos parâmetros definidos pela lei (ficava há 900m de sua casa – sendo impossível obrigar o Estado a uma transferência, já que ficava dentro dos 2 quilômetros preconizados pela lei). A mãe, separada do genitor, morava com os avós que auxiliavam nos cuidados para com a menina. Porém, os avós estavam muito idosos e com dificuldades de locomoção, e, portanto, não estavam conseguindo levar e buscar a criança, já que no trajeto tinha uma subida muito íngreme. Trouxemos o pai para discussão do caso e conseguimos formalizar um acordo de alimentos, de modo que a genitora ia usar o dinheiro para custear um meio de transporte privado.

Através de alguns instrumentais básicos de trabalho, como facilitação do diálogo, informação (em especial relacionadas à critérios para inserção em programas sociais), orientação e relatório social, a técnica demonstra como se dá o trabalho em sua realidade. Porém, para muito além dos instrumentais utilizados está a leitura da realidade a partir de uma perspectiva crítica e de totalidade, na qual a particularidade dos fatos está diretamente relacionada à universalidade conjuntural muito mais abrangente. Esta leitura é o que faz toda diferença no modo de conduzir as situações.

Crítérios legalistas e a utilização do Sistema de Justiça como porta de entrada para acesso a direitos também foram apontados como fatores limitadores na resolução das demandas e merecem ser refletidos à luz do agravamento contínuo das manifestações da questão social e desresponsabilização do Estado.

A construção de estratégias diante do insucesso aos pleitos, tanto no âmbito extra como no âmbito judicial, também se constitui como uma frente de trabalho do Serviço Social, sendo necessário uma apropriação ampla do histórico de vida dos/as usuários/as e suas famílias, a fim de apontar caminhos possíveis.

Ampliando a visão do atendimento no âmbito individual, a/o AS 02 aponta a necessária interlocução da realidade e das problemáticas vivenciadas na esfera coletiva, na qual a aproximação com os movimentos sociais se constitui como um elemento fundamental ao enfrentamento da violação de direitos sociais.

AS 02: [...] Para além da mediação com a rede de serviços, a informação e orientação, o Serviço Social contribui para instruir as ações judiciais por meio de Relatório Social, o qual é fundamentado em visitas domiciliares e entrevistas. Para os demais casos cuja judicialização não será aceita, buscamos refletir sobre alternativas de ação como o apoio familiar para ajudar aquele (a) indivíduo (a), benefícios socioassistenciais, análise sobre a situação previdenciária, etc. Também é válido dizer o quanto mencionamos a importância dos movimentos sociais nesse tema! Na cidade de São Paulo

esses Movimentos são muito organizados e reivindicativos, ocupando constantemente a cena política da cidade.

Assim, fazendo o caminho de volta, e agora não mais com uma visão caótica dos fatos, mas sim com uma rica totalidade de contradições, destacamos que a via extrajudicial, na visão das/os Assistentes Sociais da DPESP é apontada como a forma mais legítima para o enfrentamento de realidades individuais e coletivas.

AS 02: Sem dúvida nosso trabalho é importante na esfera judicial e dá materialidade aos casos, dá concretude, dá “cara”. Mas acredito que ele é muito mais potente na esfera extrajudicial. Isso porque existem menos “amarras” que nos permitem agir numa proposta horizontal de parceria com outros profissionais, sem aquele “cumpra-se” que tende, muitas vezes, a acirrar os conflitos.

4.4.4 Um novo olhar sobre as demandas por direitos sociais na DPESP: dificuldades, potencialidades e desafios ao CAM

No terceiro questionamento colocado às/aos profissionais a intenção do estudo foi analisar se houveram mudanças na forma de conduzir os atendimentos relacionados à solicitação por direitos sociais na Unidade após a implantação do CAM.

Com exceção de duas realidades distintas em suas Unidades, que serão apresentadas posteriormente, todos as/os outras/os profissionais afirmaram que houve mudança na condução dos casos após a implementação do trabalho do CAM, colaborando sobremaneira para a qualificação e integralidade do atendimento. O grande destaque, novamente foi a perspectiva de atuação via extrajudicial e a aproximação e articulação com a rede socioassistencial.

AS 01: Sim. Com a implantação do CAM na Unidade passou-se a ter um fluxo de atendimento a demandas psicossociais, que em razão de sua especificidade técnica, não eram sanadas apenas com o atendimento jurídico.

AS 04: Não existia qualquer trabalho na unidade antes da criação do CAM, com a chegada dos/as profissionais todo o trabalho e encaminhamentos foram sendo implementados e sistematizados.

AS 05: [...] Nesse ponto pode-se dizer que com o ingresso do Serviço Social no CAM da Unidade mudou-se muito os encaminhamentos. Quase 90% das demandas que chegavam ao CAM eram demandas da chamada conciliação, demandas da área de família e cível que tinham algum conflito existente. Em 2014 com a chegada do Serviço Social na unidade isso mudou. Buscou-se articular mais com defensores/as e dar devolutivas por escrito a eles, buscou-se ir atrás de demandas, literalmente, ir atrás do defensor, falar das questões

que eram observadas no CAM e que isso poderia ser trabalhado no atendimento multidisciplinar e não só judicialmente buscando a resolução extrajudicial/administrativa, mas mais ainda também qualificar os pedidos judiciais dando visibilidade de um outro ponto de vista, sobre a população que chega até a Defensoria. Também buscou-se articular com serviços da rede de saúde e socioassistenciais em maior frequência para que em interlocução com o CAM pudessem identificar possíveis demandas de Defensoria e proporcionar informações que garantissem que um maior número da população acessasse o serviço da Defensoria. Não é por acaso que a agenda do CAM é cheia, no entanto entende-se que é fundamental a compreensão dessas demandas como demandas de maior visibilidade e garantia de direitos a população que atendemos [...].

AS 09: Sim. A partir da existência do CAM essas demandas procuram ser trabalhadas de maneira extrajudicial, evitando-se ações judiciais desnecessárias. O CAM realiza as devidas articulações com as redes de serviços, visando o adequado acesso e efetivação desses direitos pela população.

AS 11: [...] Observa-se que com a mudança das/os profissionais houve possibilidades de expandir as ações do CAM, principalmente para a área da infância. As demandas para composição extrajudicial de conflitos praticamente zeraram no CAM, tendo em vista que este lugar era entendido como o “CEJSUC” da DPESP. A atuação para fora da unidade, em rede, tem sido importante para a expansão das ações do CAM. Temos investido na educação em direitos também como potencialidade.

Como é possível perceber nos depoimentos acima, a primeira questão a ser superada pelas/os profissionais foi a conquista e legitimação do espaço ocupacional. Posteriormente, a necessidade de apresentação concreta de alternativas de trabalho qualificadas. Mudanças consideráveis foram alcançadas, principalmente frente ao eixo de resolução extrajudicial de conflitos - conciliação e mediação, que por muitos anos foi a principal frente de atuação dos CAM's, principalmente daqueles que não eram compostos pela área do Serviço Social.

Alguns/as profissionais apontaram como a questão da composição da equipe influencia na organização e desenvolvimento do trabalho, gerando inclusive sobrecarga de trabalho, adoecimentos ocupacionais e exonerações, características essas resultantes da política de reestruturação produtiva, enxugamento das equipes de trabalho, generalização de funções frente ao aumento exponencial da demanda de trabalho, fruto deste mesmo contexto de violações.

AS 03: [...] Em 2014 com advento do novo chamamento do concurso público de 2009, o CAM “Z” passou a ser composto por 04 Agentes de Defensoria, sendo 02 Assistentes Sociais e 02 Psicólogos o que favoreceu uma reorganização e novo planejamento do trabalho, mas também abriu a possibilidade de intensificar o número de encaminhamentos de casos para o CAM, bem como com o início da circulação das/os profissionais na rede

socioassistencial e de saúde, também observamos aumento da procura do CAM por esta porta de entrada.

Inicialmente havia expectativa dos defensores públicos de atuação em duplas de diferentes profissões, seguindo a proposta da Fundação CASA e Judiciário, contudo ao passar do tempo e o volume de casos encaminhados ao CAM (além dos afastamentos dos Agentes) a atuação em duplas ficou prejudicada. A Regional conta com 19 defensores, como exposto inicialmente quase a totalidade dos casos há demanda para atuação das equipes técnicas, o CAM é composto por apenas 04 Agentes, sendo que no decorrer destes 05 anos, este número de profissionais se manteve incompleto (devido a exoneração e afastamentos médicos por adoecimento no trabalho) até o final de 2018 quando após permuta da profissional de Serviço Social, o CAM “Z” pode novamente contar com o número original de profissionais atuantes, algo que não acontecia desde 2015.

A “AS 07” ao responder ao questionamento realizou um resgate histórico da implantação do CAM em sua Unidade, realizado por outra Assistente Social, as mudanças nos fluxos de trabalho, a importância das leituras conjunturais e dos processos socio-históricos, a visão crítica da realidade e da correlação de forças a partir da perspectiva de classe, a possibilidade e importância da interlocução entre os vários núcleos especializados, a necessidade do fortalecimento junto à rede socioassistencial, a atuação no âmbito coletivo, junto aos movimentos sociais e a frente de educação em direitos.

AS 07: Com certeza! Num primeiro momento, houve uma atuação muito importante da colega que implantou o CAM no núcleo. O olhar para as políticas públicas, para o trabalho em rede, a organização e dedicação para fortalecer o trabalho integrado no Sistema de Garantia de Direitos parece ter sido um grande diferencial que refletiu na atuação do núcleo pelo Estado de SP na ocasião.

Há cinco anos atrás, quando houve a ampliação do CAM - ocasião em que se constituiu a dupla com Psicologia e Serviço Social – a demanda de atuação interdisciplinar cresceu exponencialmente, passando a incluir o CAM e o Serviço Social em demandas das mais variadas, de acompanhamentos individuais, extra judicial e judicial, demandas coletivas, propostas ao legislativo, revisão e construção de política pública, atuação com movimentos sociais e muitas ações em rede chamadas de educação em direitos.

Percebemos também um crescimento na atuação internúcleos na instituição ao longo do tempo, por vezes, provocadas por falas das/os profissionais que atuam nos CAM's dos núcleos ao identificar a transversalidade nas ações/temáticas das demandas que chegavam.

Identifico mudança significativa na leitura das relações estabelecidas intrafamiliares e intersetoriais e na construção de novas respostas, encontrar novos caminhos quando juridicamente não visualizavam uma alternativa.

Também, a compreensão de como poderia ser potencializado o diálogo e o trabalho integrado em rede e a intervenção do CAM nesse sentido trouxe uma atuação diferenciada nas demandas que chegaram ao núcleo. Avanços na contribuição junto aos poderes e diante de violações foram alcançadas, ainda que parcialmente. Diálogos foram abertos e até hoje é perceptível a ampliação dessa integração seja com setores de referência da infância equiparados à competência do núcleo, como a coordenadoria da infância do Tribunal de Justiça, a coordenação de saúde mental da Prefeitura de São

Paulo, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, os Conselhos Municipais de Direitos, o Conselho Tutelar, dentre outros.

O “AS 08” também trouxe rica contribuição ao analisar o questionamento a partir de um referencial teórico e metodológico, ético e político, qualificando o trabalho a partir de uma visão de mundo que não compactua com a realidade das políticas ultraconservadoras que assolam o país na contemporaneidade.

AS 08: Sim, houve mudanças significativas nos encaminhamentos e da participação do CAM nas referidas demandas. Acredito que o trabalho dos/as técnicos/as do CAM se dá imerso na dimensão ético/política, de modo que quanto mais próximo estamos de nosso território de atuação, mais apreensão temos do aspecto político institucional e da realidade social envolvida. Somente a partir dessa aproximação é que se cria as estratégias de atuação profissional. Não temos caminhos prontos e regras fixas a serem seguidas quando abraçamos a perspectiva teórico marxiana, senão, apreensões sucessivas do real abstrato que se apresenta e, a partir dele, nos aproximamos de estratégias de atuação para termos o real concreto efetivado, que são, em nossa proposta, a efetivação de direitos. Neste sentido somos, como assistentes sociais, atores, assim como outros/as, no processo dessa efetivação. Tal realidade não ocorre naturalmente ou sem enfrentamentos, porém, com muita astúcia, movimento e perseverança, assim como frente às ondas do mar: ora com ondas fortes, ora fracas, porém, sempre navegando em direção ao horizonte dos direitos já constituídos e a constituir.

Dois olhares distintos da maioria, e totalmente legítimos foram apresentados pelas “AS 02” e “AS 10”. A primeira colega apresenta novamente a questão da prerrogativa de autonomia funcional dos/as Defensores/as Públicos/as como um agente limitador do trabalho do CAM, na medida que alguns acionam o órgão e outros não. Dessa forma, não há uma unanimidade com relação à condução dos casos, além da possibilidade de um relatório social acabar sendo utilizado contra os interesses do/a cidadão/ã, nos casos de denegação de atendimento por questão financeira.

AS 02: Vale considerar que é o defensor(a) quem decide encaminhar ou não um caso para intervenção do CAM. Assim, dentro de uma unidade há profissionais que trabalham de forma interdisciplinar, enquanto existem outros que nunca ou quase nunca procuram a assistente social ou a psicóloga para atuação conjunta. Assim, não consigo afirmar uma mudança de maneira unânime na condução dos casos.

No caso das denegações de vaga em creche mencionadas anteriormente, a nova diretriz foi iniciativa da coordenadora da regional que busca formas alternativas de encaminhamento da demanda. Da mesma forma acontece com pedidos relacionados à Habitação. Embora todos os casos sejam encaminhados ao CAM pelo Polo da unidade, há usos diferentes do nosso Relatório Social, de acordo com o entendimento de cada defensor(a). Inclusive, um deles utiliza o nosso material para fundamentar denegações quando a família não atende aos critérios para acesso ao auxílio-aluguel. Em relação às demandas de atenção à saúde vale a mesma independência

funcional – nem todos os casos nos são encaminhados, depende do entendimento de cada defensor(a).

A “AS 10” apresentou uma peculiaridade singular em sua Unidade, que foi criada após a existência do CAM. Dessa forma, a discussão acabou partindo para uma outra esfera – investir ou não no trabalho interdisciplinar x ampliar o quadro jurídico frente a limitação orçamentária, um desafio e tanto para a efetivação do espaço ocupacional.

AS 10: O CAM é anterior à inauguração da Unidade “W”, motivo pelo qual a experiência local sempre foi de atuação conjunta. Quando cheguei à DPE, atuava na Unidade “V”. Foi um grande desafio adentrar um espaço que já tinha suas rotinas e procedimentos instaurados. De início, o CAM foi implantado em meio a uma disputa política sobre ter ou não o CAM. Como todo órgão público, a Defensoria também tem um orçamento limitado, assim, a disputa na época era sobre investir no CAM ou nas equipes de Direito, considerando a necessidade de expansão da Defensoria Pública. O CAM passou a existir, mas não sem resistência de quem era contrário à nossa chegada.

Mesmo tendo quem não aprovou a inauguração do CAM, muitos defensores/as lutavam para que isso acontecesse. Assim, fomos construindo nosso espaço de trabalho aos poucos, sobretudo com as/os defensoras/es que pretendiam uma Defensoria multidisciplinar.

Desafios, limites e possibilidades demarcam o território de atuação do CAM, que precisa estar interligado com as transformações societárias e as questões do seu tempo para fazer frente a uma infinidade de desafios e violações, como aponta Borgianni:

Nosso trabalho tem que ser no sentido de oposição a esse estado de coisas, na resistência às mais diferentes formas de alienação, questionando e adensando nossos estudos sociais com os dados da realidade; levando para o interior dos autos dos processos o direito que vem da “rua”, “dizendo o direito da rua” e dos movimentos sociais que também exigem justiça. Nosso papel não é do “decidir”, mas o de criar conhecimentos desalienantes a respeito da realidade sobre a qual vai se deliberar naquilo que se refere à vida de pessoas. E há importantes espaços para isso no interior desse universo, uma vez que até mesmo os juristas mais conservadores sabem que *a situação de fato impera sobre qualquer direito* (BORGIANNI, 2013, p. 439).

A partir deste pensamento será apresentado a partir daqui as dificuldades, potencialidades e desafios identificados pelas/os Assistentes Sociais no desenvolvimento do exercício profissional junto aos CAM's da Defensoria. Eles se mesclam e se confundem, mas não deixam de representar o universo desafiador que é estar nesse espaço de atuação.

A questão do diálogo e interface com a área do Direito foi apontado tanto como um fator dificultador, quanto desafiador e potencializador às/aos profissionais, constituindo-se um importante elemento a ser refletido e trabalhado no universo analisado. Brilhantes contribuições foram dadas pelas/os Assistentes Sociais.

AS 01: Conduzir o fluxo dessa demanda não é uma atividade fácil. Há certa dificuldade em realizar a interface com o Direito, que aparentemente, analisa as demandas de maneira concreta e objetiva, tendendo a materializá-la em forma de lei, deixando de lado, em algumas situações, a análise do Serviço Social. Este constante diálogo e intercâmbio de saberes é um grande desafio na construção do trabalho multidisciplinar e fortalecimento do Serviço Social como parte integrante da equipe.

AS 02: Entendo que a relação com os profissionais do Direito é um grande desafio, principalmente quando estamos numa instituição jurídica, inserida num sistema fundado pelo Direito e para o Direito. Ainda somos secundárias nesse cenário. Resta-nos perceber a correlação de forças na qual podemos atuar, buscar parcerias, propor atividades que envolvam ambas as profissões, etc. Mesmo assim, a palavra final é sempre deles.

Não obstante essa dificuldade, quando possível o trabalho interdisciplinar se faz muito potente na busca de soluções para os problemas apresentados pelos usuários e usuárias do serviço. De que vale dizer a uma família que procure moradia mais adequada para ter seus filhos de volta se não dermos sustentação pra essa mudança? Onde ir, quem procurar, de que forma e quando agir, como lidar com a burocracia... e quando não existe essa possibilidade? E quando o poder público é omissivo e pouco ou nada atende às necessidades sociais dos/as usuários/as? O Serviço Social pode atuar nessas lacunas e dar materialidade à positividade do Direito, mas ainda precisamos que ele nos queira.

AS 07: O desafio tem sido sustentar a escuta entre as áreas do saber diante da dinâmica corrida e de sobrecarga de trabalho do setor e pressões políticas e institucionais, além da pressão da própria urgência das situações. Sendo o direito a área predominante e que tem o poder em suas mãos na instituição, o diálogo interdisciplinar fica, por vezes, dependendo do entendimento deste profissional que, ainda que tenha uma abertura significativa, é muitas vezes atropelado pelos fatores: tempo e condição de diálogo, naturalização da hierarquia de saberes no sistema de justiça (não estou segura que hierarquia seria a palavra que representa minha intenção aqui....), subordinação histórica das outras áreas ao direito e das políticas públicas e rede ao Poder Judiciário, entre outros.

O diálogo, articulação e fortalecimento com a rede de atendimento do território também foi apontado como um fator desafiador e potencializador da atuação profissional.

AS 01: Outra dificuldade é o próprio diálogo com a rede de serviços. Ao longo dos anos notamos uma crescente demanda por direitos sociais negados, especialmente nas áreas da Saúde, Educação e Assistência Social (medicamentos, tratamentos de saúde, vaga em creche, passe livre aos portadores de necessidades especiais e aluguel social). Durante a

aproximação com a rede e tentativas de construção de fluxos de trabalho notamos uma grande tendência em “empurrar” demandas para Defensoria Pública, transformando a instituição em porta de entrada dos serviços, ou seja, o usuário sequer realiza solicitações de maneira administrativa, sendo orientado a procurar diretamente a DPESP. A construção desse fluxo é um grande desafio, pois no município em questão, a judicialização das políticas públicas é vista como algo natural. O fortalecimento da rede de serviços é um grande desafio ao Serviço Social e aos profissionais da Unidade.

AS 03: A principal potencialidade da atuação CAM tem sido sem sombra de dúvidas as ações de articulação da rede, além da ampliar a capilaridade de atuação em um território tão extenso quanto a capital paulista, abre possibilidades de que estes profissionais da rede também referenciem a Defensoria Pública como ator social, com importante contribuição na garantia da defesa e acesso aos direitos sociais dos/as adolescentes e suas famílias. Cabe ainda apontar neste aspecto que, expressivo número de defensores da Regional, entendem a importância e reconhecem o trabalho do CAM.

Questões relacionadas ao contexto socio-histórico, político e econômico da atual crise do capitalismo contemporâneo, que atinge visceralmente a realidade brasileira através do avanço da ofensiva neoliberal e do conservadorismo, também foram apontadas por grande parte dos/as técnicos/as como fatores dificultadores e desafiadores ao exercício profissional frente às demandas por direitos sociais, influenciando inclusive, em sua própria saúde mental.

AS 03: A conjuntura histórico política e econômica do país afeta diretamente o público atendido na Regional “Y”, por vezes observamos a possibilidade de atuação na perspectiva preventiva, a exemplo dos processos das Varas (momento de apuração do ato infracional) contudo, dado os prazos limitados e a precarização dos serviços públicos, as possibilidades de uma atuação exitosa que viabilize a garantia do acesso aos direitos sociais dos/as adolescentes e suas famílias nem sempre acontece. [...]

[...] São inúmeros os desafios de atuação no CAM “Y”, em especial na atual conjuntura de retrocessos a conquistas sociais e avanço do conservadorismo, refletido diretamente no punitivismo exercido pelo Judiciário, contudo em razão de atuação com situações limites, onde a presença da violência em todas as suas faces é cotidiana, real e intensa. Atuar na perspectiva garantista contrapondo posicionamentos minoristas dos diversos trabalhadores do Sistema de Justiça e das Políticas Sociais e ao mesmo tempo garantir saúde mental frente a este cotidiano que é violento não somente a população, mas também a nós trabalhadores, é sem dúvidas um dos maiores desafios da atuação profissional neste momento.

AS 04: [...] As dificuldades encontradas são das próprias políticas públicas e o encurtamento cada vez maior por parte do Estado. O maior desafio, do meu ponto de vista, é o atual cenário político dentro e fora da instituição. O que acaba contribuindo ainda mais para um enxugamento do Estado [...].

AS 09: [...] Apesar das articulações do CAM, algumas situações ainda necessitam ser judicializadas, em razão das dificuldades do Estado no cumprimento das políticas públicas ou precariedade de muitos serviços. Essas são as principais dificuldades encontradas pelo CAM na condução

dessas demandas (estruturais e conjunturais, relacionadas a falhas no papel do Estado) [...].

Outra dificuldade relacionada por uma técnica se refere à carência de recursos físicos e humanos compatíveis com o trabalho na Defensoria, além dos adoecimentos funcionais.

AS 03: [...] Compreendo que uma das principais dificuldades, além das condições objetivas de trabalho, tais como: salas privativas de atendimento e de construção de documentação técnica, sala e computadores para os estagiários, uso da viatura que é partilhado com todos os/as defensores/as da Regional, temos uma demanda cada vez mais crescente, considerando o recrudescimento punitivo do Estado, o desmonte das políticas sociais e o avanço do conservadorismo [...].

Algumas questões foram levantadas como fator desafiador no âmbito ocupacional: o enfretamento à cultura da conciliação como principal frente de trabalho do CAM e a conquista pela legitimidade das diferentes áreas de atuação, que não o Direito, no âmbito da DPESP.

AS 05: [...] Um desafio foi tirar o horizonte da conciliação como uma demanda ao CAM, de fato atendemos demandas de família em que há conflitos, mas aos/as defensores/as interessa que possamos atender a demanda e propor algo fora da via judicial, sem a obrigatoriedade do instrumento de conciliação, e de outro lado defensores/as passaram a ver nossa atuação como estratégica na cobrança de políticas públicas, embora seja um município muito difícil algumas questões são fundamentais para marcar a defesa de direitos de alguma forma, já atuamos em Ação Civil pública, em recomendação para o município e inspeções em serviços de saúde. As dificuldades e potencialidades se misturam no cotidiano diariamente, tentar propor formas horizontes de definição de trabalho, ou buscar manter a lógica de um atendimento de qualidade em diálogo que respeite as manifestações e as opiniões técnicas são resistências diárias que fazemos para construir a legitimidade do CAM na Defensoria e da particularidade do Serviço Social nesse espaço).

AS 10: [...] Já em “U”, o nosso maior desafio sempre foi explicar a cada defensor/a que chega sobre o nosso trabalho, as nossas possibilidades e limites de atuação.

Por fim, algumas potências bem interessantes foram indicadas por alguns/as profissionais e ensejam o merecido destaque. Uma delas se refere ao caráter democrático da Instituição, que possibilita a luta pelos direitos da população e dos próprios trabalhadores da Defensoria, e, a credibilidade que este mesmo órgão confere perante aos demais equipamentos e serviços do território.

AS 02: O interessante de pertencer a uma instituição com cariz democrático é que podemos nos valer dele em determinadas situações. Temos uma Ouvidoria atuante e muito próxima dos Movimentos Sociais; um espaço aberto no Conselho Superior que permite manifestar nossa (das assistentes sociais e dos/as usuários/as de modo geral) insatisfação – como já aconteceu no caso das 30 horas; somos reconhecidos perante a sociedade que deposita enorme esperança no trabalho da DPESP. Com uma proposta de aproximação e parceria com os demais serviços públicos costumamos ser “bem recebidas” por estes para atuação conjunta. No final tudo converge para a melhor qualidade no atendimento do/a usuário/a e da usuária dos serviços – seja a DPESP, o CAPS, a UBS, enfim. O desafio é não perder de vista o nosso compromisso ético com a garantia de direitos do cidadão.

A proximidade dos/as usuários/as com o CAM e a DPESP, a frente de atuação em Educação em Direitos e a autonomia relativa conferida às/aos Assistentes Sociais também foram apontados por uma das técnicas como importantes elementos potencializadores da atuação profissional.

AS 04: [...] Em relação às potencialidades, acredito que a proximidade que temos com os/as usuários da instituição, a possibilidade cotidiana de educação em direitos e intervenções com certa autonomia nos encaminhamentos e condutas dos casos, possibilitam um maior engajamento político e de empoderamento desses usuários/as.

A “AS 06” e a “AS 09” indicam os caminhos extrajudiciais como as principais potencialidades do trabalho do Serviço Social e do CAM de modo geral, sendo que a interdisciplinaridade também se constitui como uma importante ferramenta de trabalho. A “AS 06” pontua igualmente a importância sobre o conhecimento do território e das políticas públicas, exemplificando a questão através de uma prática exitosa na área da saúde mental.

AS 06: Como mencionado na resposta acima, o CAM potencializa os caminhos extrajudiciais e políticos para a garantia de direitos, entendendo e efetivando uma assistência jurídica e não só judicial, desde a identificação de demandas até a sua resolução. Antes de o CAM ingressar na Defensoria, os casos de saúde mental, por exemplo, não eram identificados e conduzidos adequadamente, bem como os casos que envolvem acesso a serviços socioassistenciais.

O CAM contribui com a atuação da Defensoria, pois aporta conhecimento acerca do território e das políticas públicas (mais o Serviço Social) e sobre os desejos e singularidades do sujeito (mais a Psicologia) que pleiteia aquele direito.

Na esfera judicial, o CAM também traz elementos da vida social do sujeito ao processo, qualificando e singularizando (o que não significa desconexão com o coletivo) a defesa por direitos. O nosso impacto foi significativo nos casos de internação compulsória, desde a discussão sobre o tema (histórico, normativas, universo da loucura, manejo etc.), até a criação de protocolos na Defensoria, buscando o melhor atendimento para esses casos, sem que isso signifique aprisionamento da loucura, bem como a construção de termos de

parcerias/protocolos locais para articulação da DPESP com as secretarias e serviços de saúde, objetivando o adequado e célere atendimento em meio aberto sem a necessidade de judicialização. Nas demandas da habitação, também foi possível qualificar os pedidos dos/as defensores/as e antecipar o diagnóstico e denúncia acerca da vulnerabilidade social do/a usuário/a, o que antes ficava apenas sob crivo da equipe técnica da municipalidade.

AS 09: As principais potencialidades que posso destacar são as possibilidades de acesso a esses direitos de forma muito mais ágil e eficaz pelos usuários quando ocorre a intervenção do CAM em comparação a morosidade do judiciário, tanto pela viabilização dos serviços necessários, como pela constante articulação com os demais profissionais das redes de serviços (intersetorialidade e trabalho em rede), o que garante maior eficácia no trabalho pelos demais profissionais das redes.

Após essas relevantes contribuições oferecidas pelos usuários ousa-se dizer que a hipótese segunda do nosso projeto de pesquisa foi devidamente constatada – as/os Assistentes Sociais, em seus diferentes lócus funcionais, contribuem para a resolução das demandas diárias através de caminhos extrajudiciais efetivos que buscam efetivamente a garantia de direitos.

O Serviço Social brasileiro construiu, nos últimos 30 anos, um projeto profissional que o coloca em uma perspectiva de resistência à exploração capitalista. Um projeto que tem potencial para capacitar os profissionais para desempenho qualificado nos diversos campos onde atua, iluminando-os para que articulem suas ações cotidianas a sujeitos coletivos que também se mostrem empenhados tanto o acesso aos direitos como na busca da construção de uma outra ordem societária (BORGIANNI, 2013, p. 430).

4.4.5 Justificativas para a busca de direitos sociais no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

A fim de contextualizar em um universo mais abrangente a questão do crescimento da procura pela judicialização de direitos sociais no âmbito da DPESP, perguntamos às/aos profissionais quais os motivos que levavam a população a procurar a Instituição para reivindicar direitos que já estariam legalmente garantidos.

As respostas foram variadas, porém a espinha dorsal do problema foi apontada como a desresponsabilização do Estado frente às mazelas do capitalismo contemporâneo que, a partir da ótica neoliberal, ataca direitos, acirra a disputa de classes, criminaliza a pobreza e não supri as necessidades das crescentes expressões da questão social, que se materializam nesses pleitos diários por remédios, alimentação, creche, moradia, etc.

As/os profissionais apontaram que a demandas pelas políticas sociais, serviços e equipamentos públicos são infinitamente superiores à sua oferta, o que constrói esse excedente populacional vulnerável, carente de recursos, trabalho, muitas vezes à margem da caridade e solidariedade familiar e comunitária.

Para além do desemprego, a precariedade das relações trabalhistas empurra a população ao encontro de políticas públicas insuficientes, precárias, ineficazes, que, se arrisca a dizer, não atendem sequer os mínimos sociais e a patamares básicos cidadania.

AS 01: A precarização das relações de trabalho e o aumento do desemprego levam muitas pessoas a acessarem os serviços públicos. Porém, a implantação e fortalecimento desses serviços não acompanham a evolução da demanda. Notamos um Estado cada vez mais minimalista na oferta de políticas sociais. Nesse sentido, os usuários ao buscarem os serviços públicos, seja do município ou Estado, deparam-se com longas filas de espera ou negativas de suas demandas. Dessa forma, como última tentativa de acesso a um direito legalmente previsto, procuram a Defensoria Pública. Notamos que a maioria dos/as usuários/as que procuram a DPESP tiveram suas solicitações negadas pelo Estado ou município. Entretanto, em algumas das situações, o direito não foi negado, mas a espera é longa, especialmente em procedimentos de saúde. Nesse sentido, o usuário busca a Justiça na tentativa de aligeirar o pedido. Neste contexto, de negativas do Poder Público, tem-se ampla procura nas áreas de Saúde (medicamentos, exames e cirurgias, internações compulsórias); Assistência Social (passe livre para pessoas portadoras de necessidades especiais, aluguel social); Educação (vagas em creches municipais).

As negativas aos pleitos via executivo são grandes e as listas de espera infindáveis, o que justifica em parte a procura pela Defensoria. Contudo, apesar de considerar que a Defensoria deveria ser o último órgão a ser acionado no sistema de garantia de direitos, ou seja, quando todas as tentativas extrajudiciais restarem infrutíferas, percebeu-se também um fluxo invertido, pessoas buscando a efetivação de direitos diretamente na Defensoria, sem antes ter percorrido os caminhos usuais para sua obtenção. Isso é um risco a potencializar ainda mais a desresponsabilização do Estado e despolitização da esfera pública. Nesta seara o acesso à informação se torna essencial para “tentar colocar as coisas no lugar”.

AS 01: Há ainda situações em que a própria rede orienta o usuário a procurar diretamente na DPESP, pois sua solicitação seria atendida de maneira mais rápida. Nesses casos, há atuação do Serviço Social, prestando esclarecimentos ao usuário, realizando contato e referenciando ao serviço correto.

AS 02: No cenário brasileiro a demanda pelos direitos sociais é maior que a sua oferta. Além disso, quando existe o serviço muitos são precários e ineficientes para atender as necessidades da população. Por isso, a institucionalização de mecanismos de acesso à justiça é fundamental para o avanço da cidadania. As pessoas tem visto no Sistema de Justiça uma alternativa para a garantia e acesso de seus direitos e a DPESP tem se consolidado como a porta de entrada pra população hipossuficiente. É como se o próprio acesso à justiça tem se tornado um direito social!

AS 04: Acredito que o descrédito no Estado e as dificuldades em acessar os direitos sociais básicos fazem com que essas pessoas busquem respostas no sistema de justiça, na esperança da resolução dos seus problemas.

AS 06: A ausência de efetividade desses direitos legalmente estipulados, a precariedade de alguns serviços e a falta de olhar para as necessidades singulares dos sujeitos. Esse quadro se agrava em tempos de condução política mais conservadora e de ataque aos direitos sociais.

AS 08: Infelizmente, os motivos são muitos, porém, o pano de fundo em buscá-los, por meio da Defensoria Pública, está na violação, por parte do Estado, Município e União de cumprir ao/à cidadão/ã. Não deveriam vir à Defensoria Pública para efetivá-los, haja vista, o marco legal em vigor. De modo que buscam a Defensoria Pública porque o “Estado” é omissos nos investimentos das Políticas Públicas, portanto, impedindo o acesso aos direitos sociais regulamentados.

AS 11: Penso que em cada área, família – cível/fazenda, e infância, as motivações sejam distintas, mas todas são resultado de uma sociedade que exclui e nega direitos. As demandas são, em sua maioria, contra o Estado e Município pela negação ou ausência de atendimento às demandas da população. No âmbito da família, observa-se um aumento da solicitação de alimentos aos genitores, por exemplo, em decorrência do desemprego das mulheres (genitoras).

Muitas dessas demandas chegam à Instituição de forma implícita, porém perpassam por quase a totalidade dos casos. Em todas elas, é possível observar o descaso do Executivo, que muitas vezes contribui inclusive para a criminalização da pobreza através dos processos penais.

AS 03: Na Regional “Y” esta demanda aparece de forma implícita, inicialmente as famílias, adolescentes e profissionais do socioeducativo procuram a Defensoria para auxílio na defesa processual, considerando que todos os casos atendidos já estão judicializados. Neste sentido a identificação da ausência de acesso ou violação de direitos é identificado geralmente nos relatos dos atendimentos, nos relatórios técnicos juntados aos processos, nas reuniões de rede, entre outros.

AS 10: [...] [...] Outra situação que merece destaque é o fato de que não necessariamente a pessoa buscou a Defensoria Pública na defesa de um direito social. Ela pode ter buscado por outros motivos e, durante o atendimento jurídico, percebeu-se um direito social que não está sendo acessado e, assim, receber atendimento subsidiário nessa questão.

Outro elemento interessante levantado pelos/as sujeitos/as se refere à segurança e acolhimento que os/as usuários/as demonstram receber no atendimento junto à Defensoria, depositando suas expectativas e esperanças na resolução do conflito. Muitas vezes esses/as cidadãos/ãs são encaminhados/as pelos próprios serviços da rede, que também possuem uma imagem da Instituição vinculada à perspectiva não punitiva.

AS 01: [...] Outro grande motivo que leva os usuários a procurarem a Defensoria Pública é a forma de se sentirem seguros e acolhidos em suas demandas que já foram negadas por outros serviços da rede. Os mesmos têm a percepção de que, finalmente, sua pretensão poderá ser atendida de maneira eficaz.

AS 07: No caso da atuação no núcleo da infância, muitas das demandas chegavam até a Defensoria por conta de ser o único espaço em que os movimentos/população ainda tinham alguma esperança de encontrar apoio e escuta diante de um Estado falido ética e politicamente. Outros não estavam procurando a Defensoria, mas a rede nos via como quem poderia compreender a situação de uma perspectiva não punitiva e que a Defensoria poderia ser o órgão que atuaria em favor da defesa de direitos daquele que está sendo acusado pelo Estado ou pelo Sistema de Justiça.

Muitas das demandas chegavam ao núcleo quando já estavam no final do processo, quando já haviam tentado acessar os direitos nas políticas públicas, na rede, nos outros atores do Sistema de Garantia de Direitos e era a última esperança, pois não era de conhecimento o direito à Defensoria Pública. Então, avalio que na grande maioria das situações as demandas eram de violação sobrepostas à outra violação de direitos.

Acredito que possa ser considerado como um dos motivos principais da procura pela Defensoria Pública a necessidade de uma defesa por ter voz, por perceberem que não estão sendo ouvidos ou compreendidos em suas demandas, ou ainda, por avaliarem que estão sendo injustiçados/as e pelo próprio direito à defesa.

De extrema relevância, a contribuição acima aponta a necessidade de “dar voz” ao excluídos, aos “injustiçados”, aos aliados de direitos. Isso é uma das potencialidades do trabalho das/dos Assistentes Sociais, do CAM e da Defensoria de um modo geral.

Outro posicionamento importantíssimo foi dado pela AS 05, que fez a interlocução do questionamento inicial com as relações mercantis que perpassam e dominam a esfera da economia e da política, nas quais a mercadoria e o consumo mascaram a verdadeira correlação de forças existentes no sistema capitalista. Sistema este que caracteriza o desmonte dos serviços, a falta do seguimento de normativas legais, onde os profissionais da rede, nas palavras da profissional “fazem a gestão do impossível”.

Esta Assistente Social destaca também que, em sua realidade, não são as populações mais vulneráveis que chegam à Defensoria, mas sim a classe média empobrecida que minimamente conhece seus direitos e os mecanismos de reivindicá-los.

AS 05: Na especificidade da unidade de “X” eu digo que é o total desmonte dos serviços de assistência social, saúde, habitação e educação, para ser breve. Há concursos e não contratam profissionais, os serviços não seguem qualquer normativa, seja SUS, SUAS, Política nacional da população em situação de rua, Lei Brasileira de Inclusão. Um município com quase 700 mil habitantes não segue qualquer previsão de serviços/habitantes existentes nas tipificações. Costumo dizer que os/as colegas/as da rede fazem a gestão do impossível. A população pobre, preta e periférica de “X” não chega à Defensoria, salvo quando seus filhos lhe são arrancados na maternidade, por familiares que choram seu assassinato por milícias, ou através do CREAS em pedido de ingresso no PPCAAM (programa de proteção à criança e adolescente ameaçado de morte). A população que ainda chega é a que se pode denominar da classe média empobrecida e cada vez mais pobre, mas que ainda conhece seus direitos, ou tem uma breve ideia dele, na perspectiva de consumidores, ainda, muito mais de que são direitos sociais. Só essa pergunta dá uma tese... A defensoria galopa na defesa de direitos individuais, e pouco ainda alcança direitos da população que é invisível pelo Estado, pelo Judiciário desde sempre. Para ser breve a população busca ou por relação de consumo de seus direitos sem uma apropriação do que isso realmente significa, ou ainda pela face da criminalização de sua vida, como dito antes. Acredito que essa perspectiva pode ser atribuída ao estado de São Paulo como um todo, não só a “X”.

Complementando a assertiva acima, a “AS 10” também aponta esta questão do acesso à Defensoria por pessoas que minimamente possuem certo grau de instrução.

AS 10: O fato de haver previsão constitucional de direitos sociais não significa que eles funcionem em sua plenitude, assim, muitas pessoas seguem sem atendimento de suas necessidades básicas. Muitas pessoas sequer têm conhecimento sobre o trabalho da Defensoria Pública, então, se considerarmos essa questão, compreendo que deve haver algum conhecimento sobre a instituição, ter recebido informação ou encaminhamento. Além disso, para que alguém busque uma solução para o direito negado, deve haver uma autopercepção enquanto sujeito de direitos, que sofreu alguma violação e que lhe cabe reparação, ou seja, deve ser uma pessoa que não aceita passivamente a negativa do Estado frente às suas necessidades.

Por fim, encerrando esta etapa do questionário, uma colega apresenta relevante resumo das motivações que levam os usuários a procurarem a DPESP, tanto por motivos simples, como complexos, apontando uma inquietação importantíssima nesta seara - a “cultura da judicialização” que perpassa a vida contemporânea.

AS 09: Diversos fatores, como ausência de alguns serviços públicos para o atendimento da população; dificuldades de acesso às políticas sociais, por falhas nas redes de serviços, ausência de equipes suficientes nos equipamentos sociais que atendam toda a demanda presente, falta de informações sobre os serviços a serem buscados (por exemplo, há pessoas que buscam a Defensoria em algumas situações para saber como dar entrada e solicitar o Bolsa Família, como agendar uma consulta em alguma especialidade para algum familiar – psiquiatra, fisioterapeuta, entre outras especialidades); aspectos culturais em algumas regiões do município que entendem a judicialização como melhor caminho para o acesso a serviços.

Ausência de tudo - “des”responsabilização do Estado, “des”politização da esfera pública, “des”caso com a população, “des”monte de conquistas coletivas, “des”crédito no Executivo, agravamento da questão social e criminalização da pobreza são “apenas” alguns dos mais relevantes motivos que levam diariamente inúmeras pessoas às filas de atendimento da DPESP, nas quais o trabalho integrado entre as diferentes áreas do conhecimento pode ser um dos possíveis caminhos a serem trilhados para a efetivação de direitos.

A Defensoria, assim como acontece com outras políticas públicas/sociais, constitui-se em um campo de tensão, pois regula um sistema desigual, garantindo a defesa do óbvio para a população excluída, significando também conquista de direito, fruto da luta da sociedade. Assim, nessa contradição, são provocados apaziguamento e certo equilíbrio social, porém, e ao mesmo tempo, o sistema é forçado a abrir espaço a favor de uma classe social invisibilizada historicamente. Assim, defendemos que são nestas brechas que é possível atuar (MIRANDA, 2018, p. 54).

4.4.6 Dilemas, contradições, desafios e potencialidades ao Serviço Social da Defensoria Pública do Estado de São Paulo no atendimento a demandas por direitos sociais

Chegada à etapa final do questionário solicitou-se aos/às sujeitos/as da pesquisa, o apontamento de dilemas, contradições, desafios e potencialidades ao Serviço Social no atendimento às demandas por direitos sociais. Apesar das categorias se complementarem e até mesmo se confundirem, considerando o foco e a perspectiva da análise, considerou-se importante integrá-las no conjunto das possíveis respostas.

O retorno ao questionamento apresentou respostas bem diversificadas, contribuindo sobremaneira para este estudo, que se enriqueceu grandemente com as contribuições das/os profissionais participantes. Relevantes pontos de vista e análises

conjunturais construíram uma rica totalidade de contradições que colaboram para um olhar diferenciado à realidade da garantia de direitos e alcance da cidadania.

Inicialmente, partindo da categoria “contradições”, a primeira colocação realizada foi justamente o contrassenso da necessidade de judicializar algo que já estaria legalmente garantido.

AS 01: Primeiramente, há uma contradição pelo fato de direitos que são previstos em lei serem negados pelo próprio Estado que os criou. Nesse mesmo raciocínio, embora mediante pressão popular, o mesmo Estado cria uma instituição (Defensoria Pública) que possa viabilizar direitos legalmente firmados, mas que são negados por Ele. Essa mesma instituição irá judicializar (processar) o Estado que a mantém viva como instituição. Nesse sentido, cotidianamente nos deparamos com situações e conflitos internos que nos fazem questionar o rumo da instituição e nos gera sensação de dúvida. Sabemos que a prioridade é a luta e defesa intransigente dos direitos do/a usuário/a, mas ao mesmo tempo decisões, especialmente coletivas, como ações civis públicas, são pensadas com cautela, pois se o Estado precisa dispende muito dinheiro para cumprir determinada decisão judicial, o que pode prejudicar a manutenção e existência financeira e política da própria DPESP.

AS 05: A demanda de direitos sociais é a demanda primeira pela qual a criação da Defensoria no estado de São Paulo foi esperada, e por essa mesma razão criou-se o CAM na lei. Em uma perspectiva de garantir ampliação do atendimento, para além da lei. De um lado se poderia pensar em um Judiciário que passe a tomar partido de uma classe, no entanto o que se vê é direitos que poderiam ser tratados na via política para a garantia do mesmo sendo rechaçados pela opinião de juristas, direitos sendo desmantelados e quando não muito dizendo claramente que cabe ao executivo e não ao judiciário a resolução daquela demanda, negando judicialmente o pedido.

AS 06: A judicialização dos direitos é por si um tema complexo, pois pode significar a morte de pleitos que deveriam ser exigidos na esfera de luta política por direitos. Isso sem falar nos impactos na organização orçamentaria do executivo e na discussão sobre universalidade e equidade, no caso da judicialização da saúde. Contudo, exigir judicialmente a garantia de um direito previsto é também um direito e o tensionamento que a Defensoria faz em prol da população mais vulnerável salutar.

Além da contradição da necessidade de judicialização da própria lei, estão também questões políticas e institucionais referentes à direta relação entre Defensoria e Estado, afinal a Defensoria é um órgão estatal. Apesar de Instituição possuir autonomia administrativa, financeira e funcional ainda continua diretamente vinculada aos recursos do Estado, o que de certo modo acaba interferindo em sua real autonomia. Interessante o comentário da colega acerca da propositura de ações coletivas em contraponto com a limitação de recursos.

Direitos sendo negados pelo próprio Judiciário, eis o ápice da contradição. Judicialização se sobrepondo às lutas coletivas – uma contradição que ataca diretamente a organização política e coletiva dos movimentos sociais.

Estado nega direitos via executivo, mas gasta valores muito maiores com sentenças judiciais. Essa foi outra contradição apresentada pela “AS 01”:

AS 01: Outra contradição é o fato do Estado negar o pleito do/a usuário/a, mas quando ocorre a judicialização, com decisão favorável, é obrigado a viabilizar o pedido. Na maioria das vezes, isso ocorre com um custo muito superior de recursos financeiros, se comparados aos gastos do pedido de forma administrativa, ou seja, sem processo judicial. Há uma grande inconsistência, pois o Poder Público alega não ter recursos, mas quando ocorre a decisão judicial ou pedidos de bloqueios de verbas, o dinheiro para compra aparece.

O conservadorismo percebido dentro de uma Instituição considerada “democrática”, que tem como perspectiva se contrapor à rigidez dos outros órgãos de justiça também foi outra contradição importante apresentada por uma das participantes, considerando que, apesar de ter nascido a partir da luta dos movimentos sociais no Estado de São Paulo, a Defensoria não deixa de ser uma Instituição prevista constitucionalmente, portanto apresenta uma finalidade concreta dentro do Sistema de Justiça.

AS 02: A DPESP tem uma proposta de atuação mais próxima da população com o objetivo de construção de uma sociedade mais justa e igualitária, o que se aproxima, em muitos níveis, do compromisso ético-político assumido pela nossa profissão. Ainda que a proposta seja inovadora e busque romper com a neutralidade, a contradição que nos assola logo na partida se insere na gênese desse espaço: um sistema conservador cuja norma sempre existiu para manter o status quo.

Na sequência, esta mesma Assistente Social apresenta uma outra contradição – a realização de um trabalho interdisciplinar dentro de um sistema hierarquizado.

AS 02: Delimitar esses padrões de encaminhamento e criar diretrizes para **atuação interdisciplinar** traria ganhos para o usuário e contribuiria na construção da nossa identidade profissional perante os colegas do Direito, já que muitos ainda são os equívocos e ainda há muito reducionismo a respeito da nossa profissão. Em suma, a discussão sobre o trabalho interdisciplinar merece ser melhor aprofundada, e acredito que esse debate revela uma grande contradição, visto que no Sistema de Justiça ainda é pensado numa relação hierárquica de saberes: o Direito sobre todos os outros, e pouco numa relação de complementariedade.

Defesa de direitos dos/as cidadãos/ãs, mas violação de direitos dos próprios trabalhadores que compõem a estrutura da Defensoria – uma contradição que acomete principalmente às/os Assistentes Sociais e sua jornada de trabalho, “legalmente” garantida.

AS 03: Gostaria de apontar duas contradições significativas no atendimento a esta demanda, a primeira relaciona-se a atuação institucional com vistas a garantia de direitos da população assistida, quando internamente nós trabalhadoras do Serviço Social, tivemos por 08 anos o direito a carga horária de 30 horas impedida pela Instituição, este direito só foi conquistado recentemente por iniciativa da Associação de Servidores e não pela via Institucional, o que seria mais coerente dada a natureza da Defensoria Pública, contudo cabe apontar que este direito não é usufruído em sua plenitude pois há uma exigência de que os profissionais resguardecem 01 hora obrigatória para almoço, algo que na legislação trabalhista é opcional, no caso do exercício de 30 horas semanais.

A segunda contradição apresentada pela “AS 03” refere-se à questão da visibilidade dos excluídos apenas quando estes ameaçam a propriedade privada:

AS 03: A segunda contradição quanto ao atendimento destes/as adolescentes e suas famílias, se dá em razão de que o Estado somente reconhece a existência destes meninos e meninas a partir do momento em que ameaçam a propriedade privada, ou seja, durante toda a infância são muitas vezes visibilizados pelo Estado que no momento da aplicação da punição, recorre a estes mesmos direitos negligenciados ao longo de suas vidas.

Questões relacionadas ao próprio funcionamento do atendimento da DPESP também foram abordadas como merecedoras de reflexões:

AS 04: Acho que os maiores problemas, encontrados por mim, dizem respeito ao próprio atendimento da demanda pela Defensoria Pública que tem uma atuação ora progressista e vocacionada, ora contribuiu para uma visão estereotipada das situações, colocando todos os casos no mesmo “balaio” e dando respostas prontas e rasas para demandas, sem olhar as especificidades do caso concreto, muitas vezes dentro de uma visão de senso comum, ex: internação compulsória para casos de transtorno mental e/ou uso de drogas, para casos de reintegração de posse de imóveis de CDHU ou COHAB.

Por fim, uma última e importante contradição apresentada nesta seara refere-se às relações e disputas de poder, que apresenta nitidamente o recorte de classe, dominação, exploração e jogo de interesses e disputas.

AS 08: A contradição está evidente nos interesses contraditórios daqueles que encenam essa realidade. Porém, os interesses da grande maioria da população não são efetivamente representados nas decisões legislativas, governamentais e, muitas vezes, também judiciais, haja vista, a “judicialização” da questão social. Quanto à judicialização da demanda por direitos sociais, podemos dizer que os/as usuários/as procuram, quase sempre em suas individualidades, a Defensoria Pública para a efetivação dos direitos sociais, sendo que algumas vezes conseguimos, pelo contato da rede, essa efetivação, porém, os casos em que não há possibilidade, então encaminha-se pela judicialização.

Com relação à categoria “dilemas”, apenas uma participante problematizou a questão, que está diretamente relacionada ao eixo articulação e mapeamento da rede.

AS 11: Na saúde os dilemas são acerca da não implantação completa da RAPS. Temos residências terapêuticas, mas temos demandas reprimidas. Um CAPS AD que funciona de segunda a sexta, quando comprovadamente o uso de álcool e substâncias ocorre com maior frequência aos finais de semana e feriados. Apenas um (1) CAPS Infantil para uma população com aproximadamente 200.000 habitantes. As dificuldades são de estrutura, se olharmos para o micro, mas é de conjuntura se levarmos em consideração as políticas que são pensadas para a população trabalhadora. Não há espaço de lazer, apesar das inúmeras praças; o transporte público não é de fácil utilização (o que dificulta a saída do território da população, seja para atendimentos nos serviços públicos ou para apropriar-se da cidade). [...]

A categoria “desafios” foi a mais argumentada pelos/as sujeitos/as da pesquisa, que mais uma vez apontaram fatores consistentes que interferem diretamente no desenvolvimento e fortalecimento do trabalho junto à efetivação e garantia de direitos.

A questão da articulação e fortalecimento da rede, estreitamente vinculada à questão da resolução extrajudicial e à “cultura da judicialização” na sociedade contemporânea, foi em alguns momentos considerada um desafio e em outros, uma potencialidade. Veja-se um depoimento relacionado à categoria “desafio”.

AS 01: O usuário que procura a DPESP já percorreu um longo caminho antes, tendo suas solicitações negadas pela rede de serviços. Entretanto, algumas dessas solicitações não são demandas totalmente jurídicas e precisam do trabalho desenvolvido por outros serviços. Outras, embora passíveis de ações judiciais, poderiam ser resolvidas com a articulação em rede. No caso desta Unidade, garantir a prestação de serviço pela rede consiste em grande desafio ao Serviço Social. Pois, conforme mencionado, há uma grande “cultura” de judicialização dos serviços na cidade em tela. [...] Tem-se como desafio o fortalecimento dessa tarefa de articulação em rede, a fim de que se estenda para outras demandas atendidas pela Unidade.

Atendimento de demandas coletivas, fortalecimento dos movimentos sociais e posicionamentos coletivos foram apontados como um grande e necessário desafio colocado à categoria, principalmente diante do crescimento da demanda e da cultura da sociabilidade individualista e consumista que caracteriza a sociedade na atualidade.

AS 01: Outro ponto a ser destacado é o desafio da expansão de ações coletivas na Unidade. Notamos uma significativa carência de serviços no atendimento à população, especialmente na área de saúde mental. Acreditamos que o Serviço Social pode contribuir com seu conhecimento técnico para subsidiar ações civis públicas. Entretanto, há necessidade de sensibilização das/os profissionais de Direito para concretização da demanda.

AS 05: No exato cenário que estamos vejo a justiça como o último lugar a que se deve recorrer para direitos sociais, que se é necessário retomar a base das decisões em sua dimensão de coletividade, o desmonte acelerado das políticas e de sua regulamentação assusta sobremaneira, pois a justiça não conseguirá decidir nada a favor com as desregulamentações constantes. Enquanto órgão público será preciso força e coerência interna no enfrentamento dessas demandas para tratar a via da educação em direitos existente como ferramenta salutar na potencialidade de comunidades inteiras, será preciso que saíamos de nossas salas, das unidades.

AS 07: O maior desafio na minha avaliação hoje é a compreensão de que não se trata apenas de uma transformação de posturas meramente individuais, mas sim de uma transformação de cultura se realmente estamos interessados em transformar a realidade em que vivemos e poder superar julgamentos equivocados que tem mais ampliado os conflitos e fragmentado os movimentos que se colocam na mesma direção. Não culpar o outro indivíduo/profissional, mas se co-responsabilizar e sensibilizar o outro a se co-responsabilizar junto pela construção de uma nova história de proteção social talvez seja um desafio, mas também onde reside nossa potencialidade.

AS 08: Outra realidade é por demanda coletiva. Algumas vezes conseguimos acolhimento dessa demanda pela via administrativa, porém, em sua maioria ainda encaminha-se pela judicialização. Tal realidade, por um lado, enfraquece nossas conquistas históricas dos direitos sociais, e fortalece o governo que deixa de investir no desenvolvimento e implantação de equipamentos e unidades públicas para o atendimento das demandas sociais, provocando, enfim, a privatização desses próprios serviços.

AS 09: O Serviço Social em “T” atua muito em demandas coletivas. Destaco que essa atuação tem crescido muito nos últimos dois anos, porém, com uma equipe pequena, somente uma assistente social e uma psicóloga, em alguns momentos é necessário definir quais as demandas coletivas prioritárias para a Unidade, por não ser possível atender amplamente a todas, o que gera ações pontuais em algumas situações.

Imbricado nesta realidade aponta-se como desafio as próprias condições objetivas para o desenvolvimento do trabalho da/o Assistente Social, permeadas por

recursos físicos inadequados, equipe reduzida, excesso de trabalho, precariedade das instalações, dentre outras.

AS 03: Dentre os desafios aponto o número de profissionais existentes no CAM em face da demanda de atendimento, por vezes, a impossibilidade de atendimento a demanda reprimida e/ou atuação com maior qualidade nas demandas trazidas para o CAM, desperta nos profissionais uma sensação de falta de efetividade de sua prática profissional e sobrecarga exaustiva de trabalho. Quanto ao atendimento considero um desafio o alinhamento, sobretudo dos atores sociais dos serviços públicos e do sistema de justiça, para intervenções alinhadas a doutrina da proteção integral.

AS 09: [...] Acredito que outra dificuldade que necessita ser apontada relaciona-se a pequena equipe do CAM para uma Unidade grande (19 defensores e uma população de 700 mil habitantes) e na estrutura da Defensoria (física, de recursos humanos, ou seja, o Serviço Social, caso necessite fazer visitas domiciliares precisa se expor até as residências sozinho, sem auxílio de motoristas especializados nessa função). Em razão da equipe reduzida, não é possível a máxima dedicação que esta profissional gostaria de realizar em todos os casos.

Apontado algumas vezes como desafio e outras como potencialidade, a implantação efetiva do eixo de Educação em Direitos também se constitui como um importante desafio ao fortalecimento do trabalho, através da perspectiva preventiva e socioeducativa.

AS 01: Outro desafio, mas passível de realização, é expandir a educação de direitos. O trabalho do Serviço Social neste campo é de extrema relevância aos usuários, pois contribui para que a população se empodere e, dessa forma, possa lutar pelos mesmos, inclusive através de instâncias que possam fortalecer esse movimento, como associação de moradores e conselhos de direitos.

A conquista da legitimidade e autonomia profissional diante do princípio da independência funcional dos/as operadores/as de Direito é um grande desafio nas relações de correlação de forças existentes na esfera jurídica e desenvolvimento do trabalho interdisciplinar.

AS 02: Penso que ainda há muitas lacunas a serem preenchidas (leia-se: desafios a serem enfrentados). O Serviço Social vem ganhando visibilidade institucional, mas o processo de trabalho depende de construção diária. Na estrutura da DPESP a **independência funcional** prejudica enormemente a criação de padrões de atendimento ao usuário(a), ficando a cargo do entendimento pessoal de cada defensor(a) como encaminhar cada caso. Da mesma forma acontece com o CAM, que ora é acionado, ora não. Pra elucidar melhor a minha fala posso citar aqui os casos da infância e juventude – cuja complexidade poderia contar com o apoio técnico do Serviço Social na busca

de soluções. Contudo, uma inexpressiva minoria nos é compartilhada conosco.

AS 09: [...] Além disso, existem dificuldades internas ainda na Defensoria, pois alguns defensores, em minha Unidade, em reduzido número, ainda possuem dificuldades para a atuação interdisciplinar.

Questões estruturais e conjunturais, tanto no âmbito interno quanto externo à Instituição também foram levantadas como desafios a serem enfrentados e superados no caminho para a transformação de realidades individuais e coletivas em uma esfera macro.

AS 02: Quando se trata da Questão Social não há de se relativizar direitos. Nesse campo, penso que a **falta de políticas públicas assertivas e de qualidade** – para além da população miserável - é tanto uma dificuldade quanto um grande desafio pra avançarmos no trabalho, o que nos tira do eixo e exige enorme criatividade e coragem no cotidiano profissional. Mas há um limite. Tomemos, por exemplo, os pedidos de moradia definitiva. Por maiores que sejam nossas iniciativas de empoderamento do cidadão(ã), os programas de moradia são ínfimos, praticamente inexistentes na cidade de São Paulo. E a moradia é um direito social, não?

Para casos como este, dentre inúmeros outros, é preciso mobilização social e modificação das estruturas dessa sociedade – e a DPESP pode ser instrumento pra dar visibilidade aos excluídos, pra dar voz a essa população marginal. As audiências públicas, as Conferências e os espaços de controle social contribuem para gerar provocações nesse sentido, embora ainda estejamos (o Serviço Social) tímidas nesse segmento, isso porque as demandas cotidianas nos tomam todo o fôlego, principalmente nas unidades onde há equipe reduzida de Serviço Social.

AS 05. [...] No entanto de outro lado, no aspecto interno da Defensoria há também uma tentativa de desmonte da ideia de CAM na Defensoria, de parceiro a subordinado estrito à hierarquia de defensores/as, sabemos que na realidade concreta do cotidiano às vezes isso nem ocorre, mas essa mudança de paradigma tem sido pautada pela própria administração da Defensoria.

AS 10: Em relação aos desafios na Defensoria Pública, acredito que eles estão na construção de políticas internas para horizontalização dos saberes e para a atuação multidisciplinar, uma vez que temos que mediar a atuação do CAM com as diversas formas de trabalho e compreensão do Direito de cada defensor/a. Contudo, também compreendo que a potencialização da atuação do CAM, com os recursos humanos existentes, torna-se inviável.

É perceptível, por outro lado, que as pessoas que recebem atendimento jurídico e multidisciplinar são melhores atendidas em sua totalidade, conseguindo ter maior apoio e acompanhamento mais qualificado.

No âmbito macropolítico nossos principais desafios estão justamente na mediação das necessidades dos/as usuários/as junto ao Poder Executivo, que trabalha com um determinado orçamento e tem autonomia para definir seus programas e projetos, assim, lidamos sempre com as modificações no campo político, tentando resguardar os direitos da população empobrecida. Também nessa atuação fica evidente que as pessoas que são acompanhadas pelo CAM têm a oportunidade de ter seu caso avaliado de

forma mais adequada, uma vez que compomos a rede sob a ótica da cidadã/o, diferente de outros atores, que estão atrelados ao olhar do Poder Executivo, que muitas vezes precisa negar direitos de acordo com sua política e orçamento.

No entanto, creio que o maior desafio para a garantia dos direitos sociais é a construção de uma sociedade que se queira justa e igualitária.

Por fim, mas não menos importante, os dois últimos desafios apontados pelos/as participantes referem-se respectivamente à necessidade do autocuidado e fortalecimento entre as/os próprias/os Assistentes Sociais no sentido da união da categoria e o compartilhamento do sofrimento diante das realidades assombrosas que perpassam pelas cadeiras do CAM diariamente, e o fortalecimento ininterrupto do senso crítico na perspectiva de conquista de espaços políticos para a população.

AS 07: Outro desafio que eu não poderia deixar de pontuar é a necessidade urgente de nós profissionais de Serviço Social avançarmos no auto-cuidado, na criação de espaços de apoio e troca entre nós profissionais de forma que possamos nos acolher mais em nossas sensações de impotência, ampliar nosso olhar sobre as condições de trabalho vividas e nos fortalecer como categoria, como classe trabalhadora e para criar formas coletivas de superar o sofrimento psíquico causado pela condição de nosso trabalho com a precarização cada dia mais profundas e opressoras, pois estou um tanto cansada de ver nossa categoria levada ao adoecimento... me incluindo nesse grupo!

AS 08: [...] Enfim, a judicialização da questão social pode parecer como única solução, mas ela é, no longo prazo, a evidência do sucateamento daquilo que ainda chamamos de direitos sociais. O desafio está no fortalecimento ininterrupto do senso crítico dessa realidade e na luta árdua e contínua na reconstrução de espaços políticos favoráveis aos interesses da grande maioria da população.

Como apontado anteriormente, desafios e potencialidades são categorias interconectadas e muitas vezes não se distinguem uma da outra em suas objetividades. Deste modo, complementando os desafios já trabalhados neste estudo, restam apresentar as potencialidades do Serviço Social frente à realidade do desmonte de direitos.

Alternativas extrajudiciais, articulação e fortalecimento junto à rede socioassistencial e entre as/os próprias/os profissionais da Instituição, atuação em demandas coletivas e educação em direitos, leitura crítica e socio-histórica da realidade, busca pelo reconhecimento, crescimento e legitimidade do espaço ocupacional, assim como desafios, são considerados também potencialidades do trabalho das/os Assistentes Sociais da DPESP.

AS 02: Acredito que o **trabalho extraprocessual** é incrivelmente potente. Importante dizer que não se trata de trabalhar para evitar ações. As pessoas têm direito à judicialização de suas demandas, mas podemos qualificá-las se esse for mesmo o caminho. Antes, valemo-nos da aproximação com os equipamentos e serviços públicos para propor soluções alternativas para muitos casos. Às vezes, articulamos uma verdadeira “Audiência Concentrada” antes mesmo do acolhimento institucional da criança-adolescente. E assim deveria ser sempre, mas infelizmente a maioria dos casos chega quando já existe ação em curso (nos casos da infância e juventude), o que nos leva de volta aos dilemas que envolvem a atuação interdisciplinar.

AS 09: As potencialidades, como mencionado acima, são relacionadas, sobretudo, com maior agilidade no atendimento das necessidades da população e maior eficácia nos acompanhamentos e acesso aos diferentes serviços e direitos garantidos pelas Políticas Públicas, em razão, principalmente, da constante articulação realizada pelo CAM e Serviço Social junto às redes de serviços. Muitas vezes, a partir dessa articulação, as situações são pensadas de maneira mais ampla, proporcionando condutas conjuntas e com diferentes estratégias, que somente ações judiciais não garantiriam.

AS 11: As potencialidades são a possibilidade de atuação junto com a rede de serviços. Conseguimos pensar em seminários, rodas de conversas e atuação em fórum. Caminhamos coletivamente para a desconstrução da política de encarceramento para as pessoas com transtornos e que fazem o uso de substâncias psicoativas.

Na área da infância protetiva, as contradições ainda são o acolhimento por questões de saúde dos genitores. Observa-se que o acolhimento institucional por ausência de recursos financeiros não ocorre, pois, o município é chamado para atuar. Mas há imensas dificuldades quando o acolhimento é realizado em decorrência de questões de saúde por parte dos responsáveis. A potencialidade é mais uma vez a articulação e atuação em conjunto com a rede de serviços. Podemos construir um atendimento integral e integrado à família para que a criança ou adolescente retorne para o convívio familiar.

A interdisciplinaridade é outro princípio que perpassa praticamente por todas as esferas de análise. A possibilidade de ter uma equipe composta por distintos saberes e efetivar um trabalho realmente interdisciplinar, onde se respeite as diferenças e proximidades das diferentes áreas, se estabeleçam relações horizontais e equânimes estará sempre no horizonte profissional, por conferir um caráter potente frente às manifestações cada vez mais complexas da questão social.

AS 03: Em relação as potencialidades, entendo que trata-se de uma área com muita potência para diversificação das intervenções, a principal delas está na proposta de atuação interdisciplinar (Serviço Social, Psicologia e Direito), a proximidade com as demais áreas do saber nos proporciona a ampliação da perspectiva de análise das situações que nos são apresentadas, que resulta quando possível, em uma atuação qualificada na defesa processual destes/as adolescentes.

Aponto ainda como uma potência a existência do CAM “Y”, a sua capilaridade no território, a disponibilidade para o diálogo com a rede (Políticas sociais, trabalhadores do Sistema de Justiça Juvenil, Equipes executoras das medidas socioeducativas e até mesmo operadores do Direito) e sobretudo as parcerias construídas ao longo destes 05 anos (destaque para as ações de articulação da rede e Educação em Direitos com Rodas de Conversas e duas edições do Curso Sistema Penal Juvenil) que ampliou e qualificou a atuação da Defensoria na Regional “Y”.

Além da questão interdisciplinar a profissional “AS 03” demonstra também a potencialidade junto ao trabalho nos territórios, a atuação na esfera da educação em direitos e a construção de parcerias sólidas juntos aos equipamentos, serviços e movimentos sociais.

A “autonomia relativa” das/os Assistentes Sociais na DPESP também é uma potencialidade, pois contribui com o oferecimento de informações, esclarecimentos, empoderamento dos/as usuários/as e famílias, fortalecimento dos movimentos sociais e leitura ampliada sobre aspectos conjunturais e institucionais que permeiam a realidade social.

AS 05: A potencialidade está, como sempre, em nossa autonomia relativa, naquela potência que existe no seu atendimento, quando você está com usuários, com a comunidade com a rede, com aquele defensor/a que não concorda com essa política interna atual, na parceria com o psicólogo do CAM, com estagiários e oficiais, trata-se de resistir internamente, lutar coletivamente e manter a fenda da justiça aberta, porque os caminhos que temos são tensos, e são além de nós.

A partir dos apontamentos e contribuições das/os profissionais selecionados ao longo do capítulo quarto desta dissertação, não resta dúvida da potência, resistência e comprometimento que essas/es Assistentes Sociais conferem no seu cotidiano de trabalho. Urge cuidar, não adoecer, reivindicar para além dos direitos da população, os seus próprios direitos – carga horária compatível com a legislação em vigor, instalações físicas e recursos materiais adequados e ajustados ao grau de complexidade das demandas, possibilidade da garantia do constante aprimoramento profissional, ampliação da equipe, dentre outros.

Qual seria o perfil de um profissional capacitado para responder às questões de seu tempo? Crítico social lúcido e refinado, estudioso e pesquisador, denunciante das armadilhas do pensamento conservador, articulador do pensamento crítico com o pensamento estratégico e propositivo, mediador e negociador, defensor de direitos sociais, gestor qualificado e prestador de serviços. Eis as características do profissional de Serviço Social requerido pela sociedade contemporânea. Efetivamente empenhado em assegurar a

visibilidade, a legitimidade, a qualidade e a resolutividade de sua prática profissional, sob a perspectiva da garantia de direitos e da construção da cidadania. (SILVA, 2009, p. 451).

Como aponta Silva (2009), acredita-se que as/os profissionais que foram sujeitos/as nesta pesquisa apresentam todos os atributos acima mencionados, essenciais para “tentar” fazer frente à atual política ultraconservadora que assevera o país na conjuntura atual.

O caráter conferido por essas/es profissionais em seu exercício profissional está totalmente em consonância com os princípios éticos e políticos do Serviço Social. Demonstram ser profissionais comprometidas/os com as classes vulneráveis e com a transformação da atual ordem societária, que é totalmente incompatível com os valores da cidadania e justiça social nos quais acreditamos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Chegados a este ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não como uma representação caótica de um todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas”. (Marx, 1978, p. 116)

Finalmente chega o momento de fazer o caminho de volta, dando concretude ao processo de construção do conhecimento a partir do exercício profissional, possibilitando assim, a elaboração de uma síntese permeada por inúmeras e contraditórias determinações, que constitui a rica e complexa totalidade do real vivido.

A partir do concreto pensado, parte-se do pressuposto de que as hipóteses iniciais que permearam este estudo foram confirmadas. A judicialização dos direitos sociais na contemporaneidade representa sim uma forma de garantia de direitos, dispondo de mecanismos legais e constitucionais que possibilitam a reivindicação de direitos não garantidos via Executivo, sendo a Defensoria Pública uma das principais expoentes a serem acionadas pela população frente a esta realidade.

Contudo, o estudo demonstrou também que este não é o primeiro e único caminho a ser adotado, pelo contrário, deveria ser o último. As vias extrajudiciais e o fortalecimento coletivo são ferramentas muito mais potentes frente à realidade que não atinge apenas a esfera individual ou familiar, mas sim todo um coletivo empobrecido e vulnerável que depende, muitas vezes, das políticas públicas para garantir a própria sobrevivência.

Deste modo, constata-se atualmente, o desdobramento de uma forma de sociabilidade caracterizada pela “cultura” à judicialização da própria vida, na qual os conflitos são lançados aos tribunais, muitas vezes de modo equivocado e indistinto, contribuindo sobremaneira para o descomprometimento do Estado, despolitização da esfera pública e desfavorecimento do empoderamento da população sobre o enfrentamento de sua realidade, que na verdade representa a realidade de uma totalidade social.

Destarte, esse mecanismo acaba contribuindo para a prevalência de demandas individuais sobre as coletivas, portanto enfraquece as construções e resistências coletivas, abrindo margem para o avanço voraz da mundialização do capital, do conservadorismo e das políticas neoliberais que destroem direitos, agravam as consequências da questão social e criminalizam a pobreza.

Nesta seara, confirma-se também a segunda hipótese da pesquisa, qual seja: o trabalho das/dos Assistentes Sociais da DPESP na esfera extrajudicial representa uma forma qualificada e legítima de garantia e efetivação desses direitos, que na verdade deveriam estar sendo contemplados na esfera executiva e não jurídica. Desta forma, os caminhos percorridos pelas/os profissionais no atendimento a estas demandas estão em consonância com as normativas legais, além de constituir uma importante ferramenta de enfrentamento à judicialização da vida, pois:

Compreender que o ordenamento jurídico dentro do sistema econômico vigente proporciona a judicialização da vida é fundamental, mas a questão que se faz presente nesses anos todos é como os profissionais do Serviço Social, efetivamente, considerando as contradições presentes, contribuem para estabelecer o enfrentamento necessário a esse *modus operandi* (BARROS, 2018, p. 62).

Refletir sobre o crescimento e efervescência da procura por processos de judicialização dos direitos sociais no âmbito da DPESP, contribuem para a leitura e intervenção qualificada na realidade, evitando-se a reprodução de pensamentos e práticas alienadoras e repetitivas que reiterem a precarização e desresponsabilização do Estado como fenômenos naturais e aceitáveis na sociedade.

[...] Em qualquer dos espaços sócio ocupacionais em que nos situamos deparamos com as demandas de alimentação, moradia, habitação, saúde, demandas por direitos que são cada vez mais ceifados, sobretudo em momento de crise como esse que vivemos [...]. [...] As vítimas da violência social, determinada por processos excludentes de natureza econômica, política e social, na maioria das vezes, não são consideradas sujeitos de direitos (BOSCHETTI, 2012, p.11-12)

A população usuária dos serviços da Defensoria é uma população empobrecida, quando não miserável. Esses últimos, dado a própria situação de extrema vulnerabilidade, na verdade, praticamente, não acessam os recursos da Instituição, pois muitas vezes não tem conhecimento da informações sobre seus direitos e, além disso, com recursos escassos priorizam a alimentação a, por exemplo, gastar com transporte para chegar aos locais de atendimento, levantar documentos para propositura de ação, dentre outras questões – total expressão do agravamento da questão social.

O estudo permitiu constatar também que muitas vezes, as pessoas e famílias que chegam à Defensoria apresentam uma série de questões a serem solucionadas.

Contudo, nem sempre a questão da demanda por direitos sociais aparece como a “necessidade” principal, porém perpassa praticamente pela totalidade dos atendimentos, o que demonstra que dificuldades no âmbito social e econômico estão diretamente relacionadas à propositura de ações judiciais.

Conhecer direitos implica não só em conhecer as leis, a norma jurídica, mas também, tudo o que engloba os sistemas políticos, econômicos e sociais de uma dada sociedade, seu modo de articulação e luta, conquista e preservação de direitos (CHUAIRI, 2001, p. 136).

Os direitos de família e da área cível ainda se sobressaem aos direitos da fazenda pública. Desta forma, torna-se essencial aos/às operadores/as que fazem o atendimento inicial ao/à cidadão/ã (oficiais de atendimento e estagiários/as de direito) a capacidade de apreender o conjunto das subjetividades dos pleitos, que são na verdade, o que conferem materialidade e objetividade ao atendimento na esfera jurídica.

Nesta seara de precarização do mundo contemporâneo se torna imperativo realizar uma análise de totalidade que permita desvelar o sistema de privações que está implícito em um simples “problema jurídico”, pois como aponta BORGIANI (2013, p. 435): “O que o Poder Judiciário resolve de “forma definitiva” não são os problemas das pessoas ou da sociedade em geral, mas problemas e questões jurídicas, o que é muito diferente”.

A criação de mecanismos alternativos para enfrentar realidades individuais e coletivas no âmbito da justiça perpassa por contribuir para a desburocratização do próprio sistema e das relações com os/as usuários e a equipe, sendo imperativo enfatizar a questão da importância da socialização de informações e meio de acesso aos direitos; a articulação e fortalecimento da rede socioassistencial; e a aproximação às entidades de classes, movimentos sociais, conselhos de direitos, etc.

Dentre os mecanismos mencionados acima, importância singular se confere à questão da socialização de informações para o acesso concreto e qualificado aos direitos sociais. Considerando o caráter interventivo, comunicativo e de visão ampliada do Serviço Social, essa área possui condições efetivas de contribuição:

O assistente social dispõe de uma contribuição fundamental na viabilização do acesso aos direitos, pela via da socialização das informações, por meio das diversas atividades que envolvem relações com os sujeitos, preservadas as prescrições éticas do sigilo profissional.

A socialização das informações quanto aos direitos é mais que mero repasse de dados sobre as normas legais, mais do que uma explicação fria do texto da lei. É uma informação de qualidade diferenciada, transmitida na ótica do direito social, em que os sujeitos individuais e coletivos são reconhecidos nas suas demandas legítimas e necessidades coletivas, considerando a realidade macrossocial de que os indivíduos sociais são parte e expressão. Envolve uma relação prática entre o profissional e os sujeitos que demandam seus direitos e os serviços correspondentes, aberta à reflexão e à crítica, sem ofuscar os distintos papéis que desempenham na relação. A socialização das informações procura, pois, tornar transparente ao sujeito que busca os serviços o real significado social e implicações de suas demandas – para além das aparências e dos dados imediatos –, assim como os meios e condições de ter acesso aos direitos. Nesse sentido, extrapola uma abordagem com um foco exclusivamente individual – ainda que, por vezes, realizada junto a um único indivíduo – à medida que considera a realidade dos sujeitos como parte de uma coletividade (IAMAMOTO, 2008 p. 285).

Alargando ainda mais esse horizonte, acredita-se que o trabalho integrado a outras áreas do conhecimento dentro da Instituição, como o Serviço Social e a Psicologia, contribui para a análise e intervenção integral na realidade apresentada no cotidiano de trabalho, na perspectiva da interdisciplinaridade. Confia-se que a troca efetiva de saberes transforma realidades individuais e coletivas.

A visão integrativa entre os profissionais, o intercâmbio contínuo contribui para uma melhoria na qualidade do atendimento prestado nas ações do mundo jurídico, possibilitando à população acesso à justiça e garantia de seus direitos (CHUAIRI, 2001, p. 141).

Contudo, destaca-se que esta integração, além de ser uma potencialidade, é também um desafio contínuo a ser trabalhado no âmbito da Instituição, pois muitas vezes o diálogo e a possível sobreposição de saberes são limitadores importantes, principalmente no meio jurídico, demarcado por relações verticais e hierarquizadas.

A partir da realidade apresentada pelos CAM's da DPESP no período de 2014 a 2016, em especial a realidade da Unidade de São Vicente, foi possível perceber como essas demandas por direitos sociais são materializadas no cotidiano das/os profissionais, caracterizando as mais variadas formas de expressão da questão social.

O índice alcançado pelo CAM de São Vicente demonstra o estrangulamento total dos direitos sociais no município, caracterizado não só pela ausência de equipamentos e serviços, mas principalmente pela precariedade daqueles que ainda são existentes. Falta trabalho, falta comida, moradia, escola, remédio – falta dignidade. É inconcebível uma realidade desta em um Estado considerado “Democrático e de Direitos”.

A saúde foi apontada como o principal direito negligenciado e, portanto, o mais reivindicado, isso justifica-se, em parte, em virtude de que a falta ou limite de saúde interfere em todas as outras áreas que constituem a vida do/a cidadão/ã.

Habitação, apontada como a segunda maior problemática na esfera dos direitos sociais a nível estadual na Defensoria Pública configura-se um grande desafio em uma sociedade onde a propriedade privada é considerada praticamente um “ente sagrado”. Investimentos esparsos ou nulos, reforma agrária tratada como crime, e visualizada como tal por grande parte da sociedade, estrutura e regularização fundiária consideradas como temas secundários, e crescimento do contingente de pessoas em situações de rua apontam minimamente o retrato da habitação na realidade brasileira.

Educação configura-se o “*tendão de Aquiles*” na maioria das Unidades de atendimento da Defensoria, sendo a política mais enrijecida e fechada para articulações extrajudiciais. Falta de vaga em creche e ausência de políticas eficientes na área da Educação para pessoas com deficiência se constituem as principais dificuldades neste âmbito.

A procura pela Assistência Social decorre da precarização e ausência de todos os outros direitos, sendo os principais pleitos: inserção em programas de geração e transferência de renda, segurança alimentar, vagas em instituição de acolhimento e inserção em programas de capacitação profissional.

Os demais direitos sociais, como por exemplo, trabalho, previdência social, cultura, esporte e lazer apresentaram uma incidência menos significativa quando comparados aos demais direitos, talvez em virtude da própria natureza da Instituição, que não atende diretamente este tipo de matéria, sendo estas, em parte, competência da Defensoria da União, atualmente ameaçada de extinção pelo Governo Federal.

A partir da leitura e análise dos questionários aplicados às/aos Assistentes Sociais da DPESP conclui-se, com propriedade, que estes profissionais, que se reconhecem enquanto classe trabalhadora, estão totalmente em consonância com o projeto ético e político da categoria, engajados ao enfrentamento das mais diversas manifestações e expressões da questão social.

As contribuições dadas por esses profissionais foram de valor inestimável ao estudo. Em seus cotidianos funcionais se deparam com as mais variáveis e complexas situações, que, em geral, envolvem inúmeras situações de exclusão, violação de direitos e vulnerabilidades múltiplas.

Os assistentes sociais no Poder Judiciário trabalham com *situações-limite* que *condensam a radicalidade das expressões da questão social em sua vivência pelos sujeitos*, uma vez que a busca da proteção judicial tem lugar quando todos os demais recursos são exauridos. Só então as famílias requisitam a presença de um agente “externo” na intermediação do acesso aos seus direitos e na indicação de alternativas possíveis frente aos limites materiais ou na dinâmica conflituosa das relações familiares (IAMAMOTO, 2008, p. 283).

As/os Assistentes Sociais da Defensoria compõem esse grupo apontado por Iamamoto, o que lhes exige uma leitura ampliada da realidade e, o “Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (BRASIL, 1993), como aponta um dos princípios do seu Código de Ética Profissional. Por conseguinte, torna-se fundamental analisar o exercício profissional à luz da conjuntura socioeconômica e política vigente, contribuindo para desvelar a correlação de forças e disputas em poder.

Mas para isso é preciso que haja assistentes sociais conscientes de seu papel. Profissionais que sejam bem formados do ponto de vista crítico analítico e que se disponham a perguntar insistentemente por que o universo jurídico tende a ser mais eficaz e célere quando se trata de defender o direito constitucional à propriedade e não apresenta a mesma celeridade e assertividade quando diz respeito ao direito à dignidade e à proteção física e moral de condenados, com relação à tortura e maus-tratos nas prisões, por exemplo (I) Afinal, ambos – o direito à propriedade e o direito do cidadão de não ser agredido pelo Estado que deveria proteger sua integridade quando sob custódia - , são iguais na esfera dos direitos fundamentais consagrados no Capítulo 5 da Constituição (BORGIANNI, 2013, p. 430).

Através dos questionários respondidos pelas/os profissionais foi possível constatar que a carência de direitos sociais perpassa por todas as esferas do atendimento na Defensoria, com maior ou menor intensidade dependendo da realidade local e da orientação dos/as operadores/as do Direito.

Todos os profissionais identificaram e caracterizaram essa demanda em suas Unidades de trabalho e apontaram que mudanças significativas foram trazidas à realidade da Defensoria após a implantação e implementação dos CAM's na Instituição.

A partir de exemplos concretos dos atendimentos, as/os profissionais explanaram sobre a origem dos encaminhamentos ao CAM; as problemáticas mais frequentes; como elas são trabalhadas pelas Unidades em geral, e pelo CAM, em particular; os motivos que levam os/as usuários/as a procurarem a Defensoria; e por

fim, apontaram os dilemas, contradições, desafios e potencialidades do Serviço Social frente a essas questões.

As análises das/os profissionais perpassaram pelos quatro eixos que balizam o trabalho dos CAM's, apontando todos eles como importantes bases de sustentação no enfrentamento da realidade da população vulnerável. O atendimento e a escuta qualificada permite o acolhimento, orientação e fortalecimento dos/as cidadãos/ãs; o trabalho de articulação e fortalecimento da rede foi apontado com grande desafio e uma das principais potencialidades do Serviço Social; a produção técnica, através de elaboração de relatórios e laudos técnicos, dão voz e vez aos/às usuários/as, através do resgate de sua história de vida, situando-a à universalidade estrutural da sociedade; e a educação em direito uma ferramenta importante na esfera da informação, prevenção e fortalecimento coletivo.

O destaque para a resolução extrajudicial das demandas se justifica por conferir ao trabalho maior efetividade e integralidade e não pelo discurso da necessidade de “desafogar o Judiciário”. Trata-se de um trabalho qualificado, consistente e interlocutor entre o sistema de justiça e o executivo, colaborando para que as demandas sejam solucionadas em suas devidas esferas de competência.

É necessário extrapolar o universo jurídico para melhor entendê-lo como um braço do poder do Estado, que tem a função de codificar as relações sociais e arbitrar conflitos, mas cuja elucidação é tributária da compreensão da trama da vida em sociedade, fonte dos reclamos e terreno sobre o qual se materializa o atendimento efetuado no âmbito do Poder Judiciário. (IAMAMOTO, 2008 p. 294).

A falta de estrutura física, material e humana, sobrecarga de trabalho, equipes reduzidas, adoecimentos funcionais, correlação de forças, relações muitas vezes hierarquizadas refletem diretamente no desenvolvimento do trabalho das/os profissionais, que apontam a necessidade crescente do fortalecimento enquanto categoria e enquanto classe trabalhadora que repudia as arbitrariedades impostas pelo capital.

Faz-se necessário, portanto, reforçar uma permanente articulação política no âmbito da sociedade civil organizada, pra definir propostas e estratégias comuns ao campo democrático. Esse projeto requer ações voltadas ao fortalecimento dos sujeitos coletivos, dos direitos sociais, e a necessidade de organização para a sua defesa, construindo alianças com os usuários dos serviços, com suas organizações, para efetivação dos mesmos (IAMAMOTO, 2008, p. 273).

Deste modo, cumpre informar que não adianta anunciar genérica e abstratamente a existência de direitos, mas sim, a partir do exercício profissional qualificado e comprometido, e do constante aprimoramento intelectual, construir caminhos e alternativas concretas de efetivação desses direitos às classes vulneráveis, pois assim será possível conferir aos/às cidadãos/ãs o caráter histórico de sujeito/a de direitos que lhes compete.

Para nós, portanto, trata-se de lutar por uma nova institucionalidade política, social e econômica que tenha a justiça social e o bem-estar das pessoas como fim primordial, exigindo que o Estado cumpra seu papel social ao assegurar o acesso a direitos, segundo critérios universalistas. Isso requer dos assistentes sociais um refinamento da capacidade de análise e crítica social, desvelando as armadilhas do pensamento conservador e legitimador dos mecanismos geradores da desigualdade, da injustiça e da barbárie social (SILVA, 2009, p. 447).

REFERÊNCIAS

AGUINSKY, B.G; ALENCASTRO, E.H. Judicialização da questão social: rebatimentos nos processos de trabalho dos assistentes sociais no Poder Judiciário. **KATÁLYSIS**, Florianópolis, v.9, n.1, p. 19 – 26, jan./jun., 2006.

ANADEP. **Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos**. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://www.anadep.org.br/wtk/pagina/inicial>. Acesso em: 4 mar. 2019.

BARISON, M. S. A judicialização e a despolitização da questão social: duas faces de uma mesma moeda. O Social em Questão, Rio de Janeiro, Ano XVIII, nº31, p. 15 – 32. 2014,. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_31_1_Barison.pdf>. Acesso em 01.07.2018.

BARROCO, Maria Lucia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 106, p.205-218, 2011.

BARROS, Luiza Aparecida de. A identidade profissional de assistentes sociais diante da judicialização da questão social: particularidades na Defensoria Pública do Estado de São Paulo. **Questões Institucionais e Atuação Interdisciplinar: Serviço Social na Defensoria Pública do Estado de São Paulo: reflexões, desafios e potências**. São Paulo: Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, 2018, p.60-81. (Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo).

BORGE, Felipe Dezorzi. **Defensoria Pública: uma breve história**. 2010. Disponível em:< <https://jus.com.br/artigos/14699/defensoria-publica-uma-breve-historia>>. Acesso em: 05 mai. 2019.

BORGIANI, Elisabete; OLIVEIRA, Regina Coeli de. Para entender o Serviço Social na área sociojurídica. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 115, p.407-442, 2013.

BRASIL. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993**. DISPÕE SOBRE A PROFISSÃO DE ASSISTENTE SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Brasília, 8 jun. 1993.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Centro de Documentação e Informação Coordenação de Publicações, 1988.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.

CASTEL, Robert. **As transformações da questão social**. In: Desigualdade e a Questão Social. Tradução de Mariangela Belfiore-Wanderley. São Paulo: Educ, 2000.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CHUAIRI, Silvia Helena. Assistência jurídica e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.67, p.124-144, set. 2001

CSDP. **Deliberação CSDP nº 89, de 08 de agosto de 2008**. São Paulo, 8 ago. 2008.

DPESP (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO). **Quem somos**. São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Default.aspx?idPagina=2868>>. Acesso em: jun. 2016.

DPESP – Defensoria Pública do Estado de São Paulo. **O Centro de Atendimento Multidisciplinar e o Acesso à Justiça**. Disponível em: <<http://www.defensoria.sp.gov.br>> Acesso em 08 jul. 2019.

DPESP (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO). **Nossos Serviços**. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Default.aspx?idPagina=3151>>. Acesso em: 7 jan. 2019.

DPESP (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO). **Saiba mais sobre a Defensoria Pública**. São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Default.aspx?idPagina=2869>>. Acesso em: jul. 2014.

FAGANELLO, M.A. Bancada da Bala: uma onda na maré conservadora. **Direita Volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel, Gustavo Codas (Organizadores). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 145-161.

FARIA, Jose Eduardo. O poder judiciário nos universos jurídico e social: esboço para uma discussão de política judicial comparada. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.67, p.07-17, set. 2001

FÁVERO, Eunice Teresinha. A valorização da luta por direitos sociais no contexto da crise. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 99, p.434-443. 2009.

FÁVERO, Eunice Teresinha; MAZUELOS, Elisangela Pereira Queiros. Serviço social e acesso à justiça: reflexões com base na prática de mediação familiar. **Serviço Social e Saúde**, Campinas, v. 1, n. 9, p.39-67, jan. 2010. Disponível em: <<https://www.periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8634875>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

FÁVERO, Eunice Terezinha. O Serviço Social no Judiciário: construções e desafios com base na realidade paulista. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 115, jul/set. 2013.

GLENS, Daniely Maria Vaiano. O acesso e a garantia de direitos no Brasil e na França: a Defensoria Pública e o Défenseur des droits. **Questões Institucionais e Atuação Interdisciplinar**: Serviço Social na Defensoria Pública do Estado de São Paulo: reflexões, desafios e potências. São Paulo: Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, 2018, p.10-34. (Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo).

GOMES, Claudia Maria Costa. A valorização da luta por direitos sociais no contexto da crise. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 99, p.458-482. 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Questão social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sociojurídica. In: LEAL, Maria Cristina; SALES, Mione Apolinario; MATOS, Maurilio Castro de (Org.). **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008. Posfácio. p. 261-314.

IAMAMOTO, Marilda Villela; DE CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo:Cortez, Lima: Celats, 1982.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IBGE. **CENSO 2010**. [S. l.], 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 4 mar. 2018.

IBGE. **CIDADES**. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 4 out. 2018.

IPEA. **Mapa da Defensoria Pública no Brasil**. IPEA. pg 23. 2013. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/sites/mapadefensoria/a-defensoria-publica>>. Acesso em jan. 2016.

IPEA. **Mapa da Defensoria Pública no Brasil**. IPEA. 2013. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/sites/mapadefensoria/desafios>>. Acesso em mar. 2019.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 5ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MARX, K. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MBEMBE, J.A. A era do humanismo está terminando. **Instituto Humanitas Unisinos**. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/54255-achille-mbembe-a-era-do-humanismo-esta-termiando>. Acesso em 22/01/2017.

MIRANDA, Melina Machado. O **Serviço Social da Defensoria Pública do Estado de São Paulo**: arranjos, fronteiras e potencias interdisciplinares para a garantia de direitos. Tese de Mestrado. PUC SP, 2016. 194p

MIRANDA, Melina Machado. O Serviço Social na Defensoria Pública do Estado de São Paulo: arranjos, fronteiras e potências interdisciplinares para a garantia de direitos. **Questões Institucionais e Atuação Interdisciplinar**: Serviço Social na Defensoria Pública do Estado de São Paulo: reflexões, desafios e potências. São Paulo: Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, 2018, p.35-60. (Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo).

NETTO, José Paulo et al. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. **Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Política Social**. CFESS-ABEPSS-CEAD-UnB, módulo 1, p. 93-128, 1999.

NOGUEIRA NETO, Wanderlino. A judicialização da questão social: desafios e tensões na garantia dos direitos. *In*: II SEMINÁRIO NACIONAL O SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO SOCIOJURÍDICO NA PERSPECTIVA DA CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS, 2009, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: CFESS, 2012.

OLIVEIRA, Carlindo Rodrigues de; OLIVEIRA, Regina Coeli de. Direitos Sociais na Constituição Cidadã: um balanço de 21 anos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 105, p.5-29. 2011.

ONU (Organização das Nações Unidas). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. [s.i.]: Onu, 1948. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 30 out. 2017.

PIANA, M. C. **As políticas sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. 233 p. Disponível em <<http://books.cielo.org>>. Acesso em 01 mar. 2017.

RAICHELIS, R. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputa na conjuntura da crise mundial. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.116, p. 609-635, out./dez. 2013

SANT'ANA, R. S. A trajetória histórica do serviço social e a construção do seu projeto ético-político. **Serviço Social & Realidade**. Revista da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca, v.8, n.1, p. 73-87, 1999.

SANT'ANA, Raquel Santos. **Serviço Social em debate: ação profissional com crianças e adolescentes no município de São José do Rio Preto – SP**. 1999, 209f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de mesquita Filho”.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª ed. ver. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Ademir Alves da. Serviço Social e Direitos sociais no contexto da crise. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 99, p.444-457. 2009.

SIMÕES, C. **Teoria e crítica dos direitos sociais: o Estado social e o Estado democrático de direitos**. São Paulo: Cortez. 2013.

SOUZA, Fernanda Mascarenhas de. **O papel da Defensoria Pública na prevenção da judicialização do direito à saúde na cidade de São Paulo**. Trabalho de Conclusão de Curso. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Família e Sucessões**. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www.tjsp.jus.br/Especialidade/Especialidade/FamiliaSucessoes>>. Acesso em: 7 jan. 2019.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Fazenda Pública**. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://tjsp.jus.br/Especialidade/Especialidade/FazendaPublica>>. Acesso em: 7 jan. 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Assistente Social/Questionário

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Judicialização de Direitos Sociais: dilemas, contradições e desafios ao Serviço Social na Defensoria Pública do Estado de São Paulo”. O objetivo do estudo será refletir sobre a judicialização de Direitos Sociais no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e os dilemas, contradições e desafios ao trabalho do Serviço Social na Instituição.

A judicialização de direitos sociais aparece na contemporaneidade como uma estratégia ou mesmo necessidade de muitas pessoas, famílias e comunidades frente a um Estado sucateado, excludente e violador de direitos. Este crescimento da busca pelo Poder Judiciário reflete uma possibilidade de enfrentamento às desigualdades sociais e principalmente a busca pela efetivação dos direitos sociais, legalmente previstos, conquistados através de lutas e movimentos sociais, mas infelizmente não concretizados na prática. Neste sentido, o presente estudo apresenta como intuito refletir sobre a eclosão e efervescência pela busca da judicialização de direitos sociais como saúde, educação, assistência social e habitação no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP) e os dilemas, contradições e desafios que se colocam ao cotidiano do Assistente Social na Instituição no atendimento a estas demandas. O estudo será desenvolvido através de abordagem qualitativa, alicerçada por pesquisa bibliográfica, documental e aplicação de questionários a Assistentes Sociais da Instituição. Assim, acreditamos que trata-se de um estudo inicial que não se esgota, mas trará reflexões sobre os dilemas e contradições que permeiam a busca pela garantia de direitos.

A sua participação envolverá responder um questionário com cinco questões abertas sobre a temática do estudo, que será enviado via eletrônica e terá o prazo de um mês para devolutiva. O planejamento do estudo considerou principalmente minimizar os possíveis riscos e desconfortos relacionados com sua participação.

Rubrica Participante:_____ Pesquisador:_____

Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso ao responsável pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. A principal pesquisadora é Tatiana de Cardoso e Mendes Castro (tcmcastross@defensoria.sp.gov.br), orientada pela Profª Dra. Maria Liduína de Oliveira e Silva. Elas poderão ser encontradas no endereço Av. Ana Costa, 95, Vila Mathias - Santos/SP – CEP: 11060-000, telefone (13)3878-3700/98157-6970. Caso você tenha alguma consideração ou dúvida sobre questões éticas da pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) – Rua Prof. Francisco de Castro, 55, Cep 04020-050, telefones (11) 5571-1062 e (11) 5539-7162, E-mail: cep@unifesp.edu.br. Os atendimentos telefônicos e presenciais são realizados às segundas, terças, quintas e sextas, das 09h às 13h.

As informações obtidas serão analisadas em conjunto com as de outros participantes, portanto, não será divulgada a identificação de nenhum profissional da pesquisa, resguardando assim o respeito ao sigilo e a privacidade dos envolvidos.

Você tem a plena liberdade de recusar-se a participar do estudo ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, deixando de participar sem qualquer prejuízo ou qualquer comprometimento.

O presente termo garante também o seu direito de se manter atualizado sobre os resultados parciais e finais da pesquisa e é compromisso do pesquisador utilizar os dados e os materiais coletados apenas para fins de pesquisa.

Não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo, bem como não existe compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

A coleta das informações, a partir dos questionários, poderá acarretar um risco mínimo de desconforto ao participante, pois abordará temáticas relacionadas ao próprio desenvolvimento do exercício profissional dentro da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Todos os procedimentos de levantamento dessas informações foram, no entanto, planejados para que esse desconforto seja minimizado.

Este termo será disponibilizado em 2 (duas) vias originais, uma ficará com o participante da pesquisa e a outra com o pesquisador. Ambas serão rubricadas pelo pesquisador principal e pelo participante, no momento de aplicação dos questionários e preenchimento deste Termo de Consentimento.

Rubrica Participante:_____ Pesquisador:_____

Eu, _____, acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou foram lidas, para mim, descrevendo o estudo “Judicialização de Direitos Sociais: dilemas, contradições e desafios ao Serviço Social na Defensoria Pública do Estado de São Paulo”. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas. Concordo em participar voluntariamente deste estudo e sei que poderei retirar o consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

Data: ____/____/____

Nome do participante da pesquisa

Assinatura

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária, o Consentimento Livre e Esclarecido deste sujeito da pesquisa (ou representante legal) para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Data: ____/____/____

Tatiana de Cardoso e Mendes Castro

Assinatura

Av. Ana Costa, 95 – Vila Mathias – Santos/SP – CEP: 11060-000

Visto responsável

Visto pesquisador

Rubrica Participante:_____ Pesquisador:_____

APÊNDICE B – Questionário aplicado aos Assistentes Sociais da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Você está sendo convidada (o) a participar da pesquisa de mestrado intitulada: “Judicialização de Direitos Sociais: dilemas, contradições e desafios ao Serviço Social na Defensoria Pública do Estado de São Paulo”, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo – Campus Baixada Santista.

O objetivo do estudo será refletir sobre a judicialização de direitos sociais no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e os dilemas, contradições e desafios ao trabalho do Serviço Social na Instituição.

A sua participação envolverá responder um questionário com cinco questões abertas sobre a temática do estudo e terá o prazo de um mês para devolutiva, conforme esclarecido através de vídeo ou fonoconferência prévia realizada entre a pesquisadora e a/o participante.

Segue em anexo o projeto de pesquisa para eventuais consultas que se fizerem necessárias, bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para assinatura e remessa via malote institucional ou sedex, com possíveis custas assumidas pela pesquisadora.

Estamos à disposição para quaisquer dúvidas ou esclarecimentos.

Obrigada!

Dados de Identificação:

Nome: _____

Unidade/Regional: _____

Tempo de trabalho na DPESP: _____

Formação/Titulação: _____

Questões:

- 01) Você identifica a demanda por direitos sociais em sua Unidade? Como? Elas são encaminhadas ao Serviço Social?
- 02) Em caso positivo, quais são as demandas mais frequentes e como elas são trabalhadas pela Unidade e pelo Serviço Social, especificamente?
- 03) Houve mudança de condução e encaminhamento nesses casos a partir da implantação do CAM na Unidade? Comente (dificuldades, potencialidades e desafios).
- 04) Quais os motivos que levam os usuários a buscar o acesso aos direitos sociais, legalmente previstos, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo?
- 05) Você consegue apontar dilemas, contradições, desafios e potencialidades no atendimento a esta demanda?

ANEXOS

ANEXO A – DELIBERAÇÃO CSDP Nº 187, DE 12 DE AGOSTO DE 2010.

Disciplina a estrutura e funcionamento dos Centros de Atendimento Multidisciplinar

Considerando que a concretização dos princípios da integralidade e efetividade na prestação da assistência jurídica reclama a intervenção interdisciplinar;

Considerando o disposto nos artigos 69 a 71 da Lei Complementar nº 988, de 09 de janeiro de 2006;

Considerando a necessidade de padronização dos serviços interprofissionais nas áreas de Psicologia e Serviço Social na Defensoria Pública;

O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, com fundamento no Artigo 31, incisos III, da Lei complementar n.º 988, de 09 de janeiro de 2006,

Delibera:

Seção I – Dos Princípios

~~Artigo 1º. São princípios que informam os serviços dos Centros de Atendimento Multidisciplinar, na área psicossocial:~~

Artigo 1º. São princípios que informam os serviços dos Centros de Atendimento Multidisciplinar: *(Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)*

I - Humanização do atendimento;

II – Instrumentalidade da atuação dos Centros de Atendimento Multidisciplinar em relação à missão institucional da Defensoria Pública, prevista na Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994 e na Lei Complementar Estadual nº 988, de 9 de janeiro de 2006;

~~III – Não substitutividade dos serviços da rede de atendimento psicossocial e de outras políticas sociais e de saúde, sobretudo após concluído o atendimento jurídico pela Defensoria Regional;~~

III – não substitutividade da rede de serviços das políticas públicas; *(Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)*

IV - Não substitutividade do atendimento jurídico cabível, em cada caso, ao Defensor Público;

V - Estrita obediência aos códigos de ética e demais normas que regulam o exercício das atividades dos profissionais integrantes dos Centros de Atendimento Multidisciplinar;

VI - Preservação da independência técnica na área de atuação;

VII - Fundamentação do trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano;

~~VIII – Preservação prioritária dos interesses do usuário atendido pela Defensoria Pública ou pelo Defensor solicitante da intervenção psicossocial, sem prejuízo da independência técnica;~~

VIII - preservação prioritária dos interesses do usuário atendido pela Defensoria Pública ou pelo Defensor solicitante da intervenção profissional, sem prejuízo da independência técnica; *(Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)*

IX – Preservação da privacidade nos atendimentos;

X - Intercâmbio de informações entre os profissionais que atuam no caso, garantindo-se o sigilo de informações colhidas;

XI - Respeito à autonomia do usuário, considerando suas potencialidades e limitações individuais;

XII – Não obrigatoriedade da submissão do usuário ao atendimento psicossocial como condição à assistência jurídica;

XII – não obrigatoriedade da submissão do usuário ao atendimento multidisciplinar como condição à assistência jurídica; *(Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)*

~~XIII – Interdisciplinariedade e intersectorialidade do atendimento;~~

XIII - diretriz de interdisciplinaridade e de intersectorialidade da intervenção profissional; *(Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)*

XIV - Informação ao usuário em relação à existência, ao propósito e natureza do atendimento psicossocial;

XIV - informação ao usuário em relação à existência, ao propósito e natureza da intervenção multidisciplinar; *(Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)*

~~XV – Presteza no atendimento das solicitações;~~

XV - presteza no atendimento das solicitações; *(Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)*

~~XVI – Adoção da perspectiva preventiva, socioeducativa e promoeional;~~

XVI – adoção da perspectiva preventiva, socioeducativa e emancipatória da cidadania; *(Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)*

~~XVII – Articulação com a rede de atendimento psicossocial e outras políticas sociais e de saúde.~~

XVII – Articulação com a rede de serviços e de políticas públicas; *(Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014).*

Seção II – Da Estrutura Organizacional e das Atribuições Funcionais

Artigo 2º. Cada Defensoria Pública Regional contará com um Centro de Atendimento Multidisciplinar.

~~Parágrafo único. Os Centros de Atendimento Multidisciplinar serão fisicamente estabelecidos nas sedes das Defensorias Regionais, mas suas atividades deverão aproveitar a todas as unidades a elas vinculadas.~~

Parágrafo único. Os Agentes de Defensoria que compõem os Centros de Atendimento Multidisciplinar serão lotados na respectiva Unidade de atuação, sem prejuízo da possibilidade de alteração da classificação ou de designação decorrente da necessidade de serviço. *(Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)*

Artigo 3º. Os Centros de Atendimento Multidisciplinar, vinculados às Coordenadorias Regionais da Defensoria Pública, serão compostos de Agentes de

Defensoria e coordenados por Defensores Públicos designados pelo Defensor Público-Geral do Estado.

Parágrafo Único. Nos períodos de afastamento do Coordenador de Atendimento Multidisciplinar suas atribuições serão exercidas pela Coordenadoria Regional.

Artigo 4º. São atribuições do Coordenador do Centro de Atendimento Multidisciplinar:

I - Organizar, em conjunto com os Agentes de Defensoria da Regional, os plantões de atendimento aos usuários, sem prejuízo do apoio ao atendimento inicial, que seguirá o plantão estabelecido, em escala própria;

II – Organizar os agendamentos mediante consulta aos Agentes de Defensoria da Regional, observando as diretrizes a serem estabelecidas nos procedimentos técnicos, de acordo com a natureza da demanda;

III – Fazer a gestão local dos convênios, projetos e parcerias afetos à atuação do Centro de Atendimento Multidisciplinar, com a participação do Agente de Defensoria da área correspondente e dos núcleos especializados, quando for o caso;

IV – Definir, com a participação dos Agentes de Defensoria, escalas, prioridades e critérios de atendimento multidisciplinar, no âmbito da Regional, observando-se as diretrizes traçadas pela Comissão de Estudos Interdisciplinares, prevista no Artigo 7º desta deliberação.

~~V – proceder à avaliação especial de estágio probatório e avaliação periódica de desempenho dos Agentes de Defensoria atuantes no CAM de sua Regional, ouvido o Coordenador Regional, dispostas na Deliberação n.º 111, de 9 de janeiro de 2009, do Conselho Superior da Defensoria Pública. (Redação acrescida pela Deliberação CSDP n.º 288, de 10 de janeiro de 2014) (Redação revogada pela Deliberação CSDP n.º 343, de 29 de setembro de 2017)~~

Artigo 5. São atribuições dos Agentes de Defensoria Psicólogos e Assistentes Sociais dos Centros de Atendimento Multidisciplinar:

Artigo 5º. São atribuições gerais dos Agentes de Defensoria dos Centros de Atendimento Multidisciplinar, respeitada a respectiva área do conhecimento: *(Redação dada pela Deliberação CSDP n.º 288, de 10 de janeiro de 2014)*

I – Sugerir propostas de regulamentação de procedimentos técnicos à Assessoria Técnica Psicossocial;

I – Sugerir propostas de regulamentação de procedimentos técnicos à Coordenação do Centro de Atendimento Multidisciplinar (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 336, de 24 de fevereiro de 2017)

~~II – Prestar suporte técnico e treinamento aos Defensores Públicos, Servidores, estagiários e Ouvidoria Geral, nas áreas da Psicologia e Serviço Social;~~

~~II – prestar suporte técnico aos Defensores Públicos, Servidores, estagiários, à Ouvidoria Geral e aos demais Centros de Atendimento Multidisciplinar; (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)~~

II - Prestar suporte técnico aos Defensores Públicos, a partir de fluxo de atendimento e critérios firmados pelo Coordenador do Centro de Atendimento Multidisciplinar. *(Redação dada pela Deliberação CSDP nº 336, de 24 de fevereiro de 2017)*

III - Interpretar documentos técnicos e elaborar discussão de casos e demandas com Defensores Públicos;

III – (revogado); *(Redação revogada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)*

IV – Elaborar perícias e laudos periciais, respondendo aos eventuais quesitos formulados pelos Defensores Públicos;

IV – (revogado); *(Redação revogada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)*

~~V – Elaborar estudos, informações e pareceres sobre matérias específicas, a partir do enfoque apresentado pelo Defensor Público;~~

V – (revogado); *(Redação revogada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)*

~~VI – Contribuir na elaboração de projetos e de procedimentos técnicos de atuação, segundo sua área técnica, para atender a demanda da Regional;~~

VI - contribuir na elaboração de projetos e de procedimentos técnicos de atuação; *(Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)*

~~VII – Fomentar estratégias de soluções alternativas de conflitos na comunidade;~~

VII – fomentar estratégias alternativas de composições de conflitos na comunidade; *(Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)*

VIII - Atuar como conciliador, facilitador e mediador;

IX - Fortalecer a integração entre os diversos Núcleos Especializados e os demais órgãos da Defensoria e as entidades conveniadas de modo a evitar a fragmentação do atendimento;

X - Mapear e se articular com a rede de serviços da respectiva Regional, assegurando-se, quando do encaminhamento do usuário, da contra-referência em conformidade com os procedimentos técnicos a serem estabelecidos;

~~XI – Manter registro atualizado da rede de serviços acessível a todos os Defensores Públicos, Servidores e Estagiários, encaminhando-o à Assessoria Técnico Psicossocial;~~

XI – Manter registro atualizado da rede de serviços acessível a todos os Defensores Públicos, Servidores e Estagiários, encaminhando-o à Assessoria Criminal e à Assessoria Cível e Infracional da Defensoria Pública-Geral; (*Redação dada pela Deliberação CSDP nº 336, de 24 de fevereiro de 2017*)

~~XII – Atuar em grupos de trabalho específicos para análise de questões técnicas da área psicossocial;~~

XII - compor grupos de trabalho, de estudos, de gerenciamento ou referenciamento de rede, sendo estes institucionais, interinstitucionais e intersetoriais nas suas áreas de atuação e interfaces competentes; (*Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014*)

XIII– Receber dos Defensores Públicos e da Ouvidoria-Geral os pedidos de intervenção, cabendo-lhes, conforme escala pré-definida, registrá-los e atendê-los, observando as prioridades e os critérios definidos pelo Coordenador do Centro de Atendimento Multidisciplinar;

XIII– revogado; (*Redação dada pela Deliberação CSDP nº 336, de 24 de fevereiro de 2017*)

XIV – Auxiliar, em sua respectiva área temática, o Coordenador do Centro de Atendimento Multidisciplinar na definição de escalas, prioridades e critérios de atendimento multidisciplinar, no âmbito da Regional;

XV - Prestar apoio ao serviço de atendimento especializado ao público;

XVI - Participar das atividades de educação em direitos em suas respectivas Regionais, de eventos promovidos pelos Núcleos Especializados em suas respectivas áreas de atuação e fortalecer a articulação com a sociedade civil;

XVII – Registrar o histórico das sessões de conciliação e mediação no Sistema Integrado de Atendimento – SIA e manter arquivos seguros;

~~XVII – manter registro atualizado de atendimentos, conciliações e mediações em sistema indicado pela Assessoria Técnica Psicossocial e arquivos seguros, bem como preservar o sigilo das informações contidas nos arquivos físicos próprios do Centro de~~

~~Atendimento Multidisciplinar; (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)~~

XVII – manter registro atualizado de atendimentos, conciliações e mediações, bem como preservar o sigilo das informações colhidas; *(Redação dada pela Deliberação CSDP nº 336, de 24 de fevereiro de 2017)*

~~XVIII – Orientar e supervisionar tecnicamente o estágio dos estudantes ligados às suas áreas de conhecimento;~~

XVIII – orientar e supervisionar tecnicamente estagiários; *(Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)*

~~XIX – Participar de fóruns de discussão de casos, supervisões em grupo e encontros presenciais periódicos, com o intuito de aperfeiçoamento e troca entre profissionais;~~

XIX - participar de fóruns de discussão, supervisões em grupo e encontros presenciais periódicos, com o intuito de aperfeiçoamento e troca entre profissionais; *(Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)*

XX - Acompanhar e participar, quando possível, das deliberações dos Conselhos Municipais, Estaduais e Federais afetos às funções institucionais;

XX - acompanhar e participar, quando possível, das deliberações das Conferências, dos Conselhos Municipais, Estaduais e Federais afetos às funções institucionais; *(Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)*

~~XXI – Realizar visitas externas quando necessário, no âmbito de suas atribuições;~~

XXI - realizar atividades externas, quando necessário, no âmbito de suas atribuições; *(Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)*

XXII – Elaborar relatórios estatísticos, quantitativos e qualitativos das atividades mensalmente desenvolvidas, de acordo com modelo a ser definido pela Assessoria Técnica Psicossocial, encaminhando-os a tal órgão.

XXII – Elaborar relatórios estatísticos, quantitativos e qualitativos das atividades mensalmente desenvolvidas, de acordo com modelo a ser definido pela Assessoria Cível e pela Assessoria Criminal e Infraçãoal. *(Redação dada pela Deliberação CSDP nº 336, de 24 de fevereiro de 2017)*

XXIII - atuar junto ao Defensor Público, quando necessário, para a melhoria dos serviços prestados por instituições ou programas que atendam criança e adolescente sob medida de proteção ou em cumprimento de medida socioeducativa, em observância à garantia de seus direitos; *(Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)*

XXIV – atuar junto com o Defensor Público, quando necessário, em visitas, reuniões e demais atividades externas em instituições e em programas que atendam criança e adolescente sob medida de proteção ou em cumprimento de medida socioeducativa, bem

como em instituições e programas pertencentes ou ligados ao sistema prisional; *(Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)*

XXV – atuar em todas as áreas de intervenção da Defensoria Pública. *(Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)*

XXVI – elaborar estudos, informações e pareceres sobre matérias específicas, respeitada a respectiva área do conhecimento, resguardadas a autonomia técnica e o sigilo profissional. *(Redação acrescida pela Deliberação CSDP nº 336, de 24 de fevereiro de 2017)*

Parágrafo único. A Escola da Defensoria Pública deverá oferecer, periodicamente, curso de formação para a atuação na facilitação de composições consensuais de conflitos. *(Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)*

Artigo 5º-A. São atribuições específicas dos Agentes de Defensoria Assistentes Sociais e Psicólogos dos Centros de Atendimento Multidisciplinar: *(Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)*

I - Os Agentes de Defensoria Assistentes Sociais devem realizar manifestações técnicas, estudo social, formulação e resposta de quesitos, interpretação de documentos técnicos, discussão de casos e demais intervenções profissionais na área do serviço social a partir da estratégia apresentada pelo Defensor Público, assegurada a eleição do procedimento técnico mais adequado ao caso; *(Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)*

II – os Agentes de Defensoria Psicólogos devem utilizar métodos e técnicas psicológicas para realização de estudos, avaliações ou intervenções psicológicas, bem como manifestações técnicas, laudos, formulação e resposta de quesitos, interpretação de documentos técnicos, discussão de casos, e demais intervenções profissionais na área do conhecimento Psicologia, a partir da estratégia apresentada pelo Defensor Público, tendo garantida a eleição do procedimento técnico mais adequado ao caso; *(Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)*

III - assessorar e construir plano de intervenção junto ao Defensor Público para garantia de convivência familiar de crianças e adolescentes com pais e mães privados de liberdade ou submetidos a medidas de segurança, seguindo demais normativas institucionais; *(Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)*

IV - atuar para garantir, junto às entidades de atendimento das medidas socioeducativas e de proteção, a efetivação do Plano Individual de Atendimento (PIA). *(Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)*

Artigo 6º. A Assessoria Técnica Psicossocial constitui função de confiança do Defensor Público-Geral, voltada à reflexão sobre o papel e atribuições dos assistentes sociais e psicólogos, e à construção de parâmetros de atuação nestas áreas, devendo, na medida do

possível, exercer suas atribuições de forma articulada com os respectivos conselhos profissionais.

§ 1º. A Assessoria Técnica Psicossocial será constituída por Agentes de Defensoria Psicólogo e Assistente Social.

~~§ 2º. Para os fins do disposto no artigo 13 da Lei Complementar nº 1.050 de 24 de junho de 2008, o exercício da função de Assessor Técnico Psicossocial, constitui função de gerência a ser retribuída gratificação “pro labore”.~~

§ 3º. Os Agentes de Defensoria Pública das áreas da Psicologia e Serviço Social são vinculados, nos limites de sua atuação técnica, à Assessoria Técnica Psicossocial da Defensoria Pública-Geral.

~~§ 3º. Os Agentes de Defensoria são vinculados, nos limites de sua atuação técnica, à Assessoria Técnica Psicossocial da Defensoria Pública-Geral. (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)~~

§ 4º. São atribuições da Assessoria Técnica Psicossocial:

~~I—Assessorar a Defensoria Pública-Geral sempre que necessário, nas questões relativas às matérias do Serviço Social e da Psicologia;~~

~~II—Sistematizar as sugestões oriundas dos Agentes de Defensoria Psicólogos e Assistentes Sociais dos Centros de Atendimento Multidisciplinar e organizá-las na perspectiva de contribuir para a melhoria do exercício profissional psicossocial nas unidades;~~

~~II—sistematizar as sugestões oriundas dos Agentes de Defensoria Psicólogos e Assistentes Sociais dos Centros de Atendimento Multidisciplinar e organizá-las na perspectiva de contribuir para a melhoria do exercício profissional nas Unidades;~~

~~(Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)~~

III – Regulamentar os procedimentos técnicos concernentes à área psicossocial, respeitada a competência do Conselho Superior da Defensoria Pública;

~~III—regulamentar os procedimentos técnicos concernentes às respectivas áreas do conhecimento, respeitada a competência do Conselho Superior da Defensoria Pública; (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)~~

~~IV—Formular propostas à Comissão de Estudos Interdisciplinares, prevista no Artigo 7º desta deliberação;~~

V – Auxiliar na organização, planejamento e publicação da escala de plantões;

~~VI—Coletar e analisar dados referentes ao atendimento dos Centros de Atendimento Multidisciplinar para subsidiar propostas de políticas de atendimento e políticas públicas;~~

~~VII—Elaborar formulários padrão para utilização nos serviços da área psicossocial, com vistas à demanda administrativa, sistematização e organização do trabalho dos agentes das áreas de psicologia e serviço social, assegurando a participação dos agentes na sua elaboração e teste;~~

~~VII—elaborar formulários padrão para utilização nas intervenções profissionais com vistas à demanda administrativa, sistematização e organização do trabalho dos agentes das áreas de psicologia e serviço social, assegurando a participação dos agentes na sua elaboração e teste; (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)~~

~~VIII—Elaborar estudos, projetos e propostas de parcerias e convênios voltados ao fortalecimento da intervenção multidisciplinar, bem como o aprofundamento teórico e formação profissional dos agentes psicossociais nas áreas em que atuam;~~

~~VIII—elaborar estudos, projetos e propostas de parcerias e convênios voltados ao fortalecimento da intervenção multidisciplinar e interdisciplinar, bem como o aprofundamento teórico e a formação profissional dos Agentes de cada área do conhecimento; (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)~~

~~IX—Propor à Escola da Defensoria Pública e auxiliar na implementação de programas de treinamento e capacitação profissional voltado aos integrantes dos Centros de Atendimento Multidisciplinar, Defensores, demais servidores e estagiários, respeitando o pluralismo teórico e técnico dos profissionais;~~

~~IX—propor à Escola da Defensoria Pública e auxiliar na implementação de programas de formação e capacitação profissional voltado aos integrantes dos Centros de Atendimento Multidisciplinar, Defensores Públicos, Servidores e estagiários, respeitado o pluralismo teórico e técnico dos profissionais; (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)~~

~~X—Sugerir a compra de material técnico, respeitando o pluralismo teórico e técnico dos profissionais;~~

[XI - Propor e estabelecer o intercâmbio de experiências com outras instituições e entidades;](#)

~~XI—propor e acompanhar o intercâmbio de experiências dos Agentes de Defensoria com outras instituições e entidades; (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)~~

~~XII—Elaborar e manter atualizado cadastro de recursos da comunidade, bem como oportunizar atividades integradoras para o fortalecimento de vínculos entre Defensoria e comunidade;~~

~~XIII—Colaborar em trabalhos de análise institucional das unidades da Defensoria;~~

~~XIV—Elaborar mensal e anualmente relatório estatístico, quantitativo e qualitativo sobre as atividades desenvolvidas pelo setor psicossocial, bem como pesquisas e estudos;~~

~~com vistas a manter e melhorar a qualidade do trabalho, encaminhando-o à Defensoria Pública Geral;~~

~~XV—Planejar e coordenar sistema de supervisão técnica, com a realização de encontros periódicos para intercâmbio de informações técnico-operativas e discussão de casos, entre os profissionais da área psicossocial;~~

~~XV—planejar e coordenar sistema de supervisão técnica, com a realização de encontros periódicos para intercâmbio de informações técnico-operativas e discussão de casos entre os profissionais de cada área do conhecimento; (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)~~

~~XVI—Planejar e coordenar grupos de estudos e de trabalho entre os profissionais da área psicossocial;~~

~~XVI—planejar e coordenar grupos de estudos e de trabalho entre os profissionais; (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)~~

~~XVII—Avaliar e propor à Assessoria de Qualidade de Atendimento e à Coordenadoria Geral de Administração as modificações arquitetônicas e de infraestrutura nos espaços ocupados pela Defensoria Pública.~~

~~XVIII—Disponibilizar o registro do mapeamento da rede de serviços aos Núcleos Especializados, à Coordenadoria de Comunicação Social e à Ouvidoria Geral;~~

~~§ 5º. [Para o desempenho de suas atribuições em consonância com as peculiaridades regionais, a Assessoria Técnico Psicossocial deverá estabelecer cronograma de visitas às Defensorias Públicas Regionais e Unidades.](#)~~

~~Artigo 6º. Revogado (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 336, de 24 de fevereiro de 2017)~~

~~Artigo 7. A Defensoria Pública Geral constituirá Comissão de Estudos Interdisciplinares, composta por Defensores Públicos e Agentes de Defensoria que terá por atribuições analisar casos paradigmáticos, sugerir rotinas ao Conselho Superior da Defensoria Pública, apontar diretrizes de atuação e apreciar propostas formuladas pela Assessoria Técnica Psicossocial.~~

~~Artigo 7º. A Defensoria Pública-Geral constituirá Comissão de Estudos Interdisciplinares, composta por Defensores Públicos e Agentes de Defensoria que terá por atribuições analisar casos paradigmáticos, sugerir rotinas ao Conselho Superior da Defensoria Pública, apontar diretrizes de atuação. (Redação dada pela Deliberação CSDP nº 336, de 24 de fevereiro de 2017)~~

~~[§1º A Comissão Interdisciplinar terá a seguinte composição:](#)~~

I - 2º e 3º Subdefensores Públicos-Gerais ou assessores por eles designados;

II - 3 (três) Defensores Públicos, escolhidos dentre os Coordenadores de Centro de Atendimento Multidisciplinar da Capital, sua Região Metropolitana e interior do Estado;

~~III - 2 (dois) Agentes de Defensoria que oficiem em Centro de Atendimento Multidisciplinar da Capital ou sua Região Metropolitana;~~

III - 2 (dois) Agentes de Defensoria que oficiem em Centro de Atendimento Multidisciplinar da Capital ou Região Metropolitana, priorizando-se que os profissionais sejam de mais de uma área de conhecimento. *(Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)*

~~IV - 2 (dois) Agentes de Defensoria que oficiem em Centro de Atendimento Multidisciplinar do Interior;~~

IV - 2 (dois) Agentes de Defensoria que oficiem em Centro de Atendimento Multidisciplinar do Interior ou litoral, priorizando-se que os profissionais sejam de mais de uma área de conhecimento. *(Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)*

~~V - 1 (um) Agente de Defensoria que officie junto aos Núcleos Especializados~~

V - 1 (um) Agente de Defensoria que officie junto aos Núcleos Especializados, priorizando-se a cada gestão da Comissão, profissional de diferente área do conhecimento, respeitados o interesse e candidatura dos Agentes; *(Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)*

~~§ 2º. Os representantes indicados no inciso II serão escolhidos por eleição direta pelos Defensores Públicos Coordenadores dos Centros de Atendimento Multidisciplinar;~~

§ 2º. Os representantes indicados no inciso II serão escolhidos mediante eleição direta pelos Defensores Públicos Coordenadores dos Centros de Atendimento Multidisciplinar. Na ausência de candidatos representando um dos Centros de Atendimento Multidisciplinar constante no referido inciso, a vaga ficará disponível para interessados dentre os coordenadores dos demais CAMs; *(Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)*

§ 3º. Os representantes indicados nos incisos III, IV e V serão escolhidos por eleição direta pelos Agentes de Defensoria;

I - A ocupação das vagas pelos Agentes que compõem os CAMs e Núcleos Especializados será alternada entre as diferentes áreas do conhecimento representadas por estes profissionais. Em cada votação, existindo candidatos de diferentes áreas que excedam o número de vagas, serão eleitos os mais votados que representem disciplinas que ainda não estiveram presentes em nenhuma gestão ou diferentes da formação anterior;" *(Redação acrescida pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)*

~~§ 4º. As eleições serão organizadas pela Segunda e Terceira Subdefensorias Públicas e os mandatos terão duração de um ano~~

§ 4º - As eleições serão organizadas pela Segunda e Terceira Subdefensorias Públicas e os mandatos terão duração de dois anos, com início dois meses após a posse do Defensor Público-Geral. *(Redação dada pela Deliberação CSDP nº 265, de 07 de março de 2013)*

~~§ 5º. O Defensor Público Assessor da Qualidade do Atendimento e os Agentes de Defensoria Pública que integram a Assessoria Técnico Psicosocial terão assento na Comissão Interdisciplinar, com direito a voz.~~

§ 5º. O Defensor Público Assessor da Qualidade do Atendimento e os Agentes de Defensoria Pública que integrarem o grupo de apoio vinculado à Assessoria Cível e à Assessoria Criminal e Infracional terão assento na Comissão Interdisciplinar, com direito a voz. *(Redação dada pela Deliberação CSDP nº 336, de 24 de fevereiro de 2017)*

Artigo 8º. É vedada a utilização dos serviços dos Centros de Atendimento Multidisciplinar para avaliação econômico-financeira dos usuários.

Seção III - Disposições finais e transitórias

Artigo 9º. No prazo de 60 (sessenta) dias deverá ser editada deliberação do Conselho Superior da Defensoria Pública fixando o número de estagiários dos Centros de Atendimento Multidisciplinar, que disciplinará a forma de seleção e fixará o valor de sua bolsa de estudos.

Artigo 10. No prazo de 120 (cento e vinte) dias a Comissão de Estudos Interdisciplinares deverá apresentar ao Conselho Superior da Defensoria Pública proposta de regulamentação da política interna de composição extrajudicial de conflitos, a ser observada pelas Coordenadorias Regionais e pelos Centros de Atendimento Multidisciplinar.

Artigo 11. A Escola da Defensoria Pública deve implementar programa permanente voltado ao aprimoramento e qualificação profissional dos Agentes de Defensoria Pública, bem como ao intercâmbio de conhecimentos entre os profissionais da instituição.

Artigo 12. Nas unidades onde o Sistema Integrado de Atendimento – SIA ainda não estiver implantado, o acompanhamento das sessões de conciliação e mediação deverá ser documentado através da abertura de Processo Administrativo próprio, remetendo-se este ao Defensor Público Natural, caso seja necessária a propositura de ação judicial

Artigo 12. Nas unidades em que o sistema de informações apropriado para o registro de atendimentos ainda não estiver implantado, o acompanhamento das sessões de conciliação, facilitação e mediação deverá ser documentado mediante instauração de Processo Administrativo próprio, que deverá ser remetido ao Defensor Público Natural, caso necessária a propositura de ação judicial. *(Redação dada pela Deliberação CSDP nº 288, de 10 de janeiro de 2014)*

Artigo 13. Esta deliberação aplica-se aos Agentes de Defensoria Psicólogos e Assistentes Sociais que atuem nos Núcleos Especializados.

Parágrafo Único. Aos demais Agentes de Defensoria a presente deliberação aplica-se no que couber.

Artigo 14. Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO B - DELIBERAÇÃO CSDP Nº 288, DE 10 DE JANEIRO DE 2014.

Altera a Deliberação nº 187, de 12 de agosto de 2010, do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo que disciplina a estrutura e funcionamento dos Centros de Atendimento Multidisciplinar

Artigo 1º. Os Artigos. 1º, 2º, 4º, 5º, 6º, 7º e 12 da Deliberação nº 187, de 12 de agosto de 2010, do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Artigo 1º. São princípios que informam os serviços dos Centros de Atendimento Multidisciplinar:

.....
III – não substitutividade da rede de serviços das políticas públicas;

.....
VIII - preservação prioritária dos interesses do usuário atendido pela Defensoria Pública ou pelo Defensor solicitante da intervenção profissional, sem prejuízo da independência técnica;

.....
XII – não obrigatoriedade da submissão do usuário ao atendimento multidisciplinar como condição à assistência jurídica;

XIII - diretriz de interdisciplinaridade e de intersetorialidade da intervenção profissional;

XIV - informação ao usuário em relação à existência, ao propósito e natureza da intervenção multidisciplinar;

XV - presteza no atendimento das solicitações;

XVI – adoção da perspectiva preventiva, socioeducativa e emancipatória da cidadania;

XVII – Articulação com a rede de serviços e de políticas públicas” (NR)

“Artigo 2º:

.....
Parágrafo único. Os Agentes de Defensoria que compõem os Centros de Atendimento Multidisciplinar serão lotados na respectiva Unidade de atuação, sem prejuízo da possibilidade de alteração da classificação ou de designação decorrente da necessidade de serviço.” (NR)

“Artigo 4º

.....
V – proceder à avaliação especial de estágio probatório e avaliação periódica de desempenho dos Agentes de Defensoria atuantes no CAM de sua Regional, ouvido o Coordenador Regional, dispostas na Deliberação n.º 111, de 9 de janeiro de 2009, do Conselho Superior da Defensoria Pública.” (NR)

“Artigo 5º. São atribuições gerais dos Agentes de Defensoria dos Centros de Atendimento Multidisciplinar, respeitada a respectiva área do conhecimento:

.....
II - prestar suporte técnico aos Defensores Públicos, Servidores, estagiários, à Ouvidoria-Geral e aos demais Centros de Atendimento Multidisciplinar;

III – (revogado);

IV – (revogado);

V – (revogado);

VI - contribuir na elaboração de projetos e de procedimentos técnicos de atuação;

VII – fomentar estratégias alternativas de composições de conflitos na comunidade;

.....
XII - compor grupos de trabalho, de estudos, de gerenciamento ou referenciamento de rede, sendo estes institucionais, interinstitucionais e intersetoriais nas suas áreas de atuação e interfaces competentes;

.....
XVII – manter registro atualizado de atendimentos, conciliações e mediações em sistema indicado pela Assessoria Técnica Psicossocial e arquivos seguros, bem como preservar o sigilo das informações contidas nos arquivos físicos próprios do Centro de Atendimento Multidisciplinar;

XVIII – orientar e supervisionar tecnicamente estagiários;

XIX - participar de fóruns de discussão, supervisões em grupo e encontros presenciais periódicos, com o intuito de aperfeiçoamento e troca entre profissionais;

XX - acompanhar e participar, quando possível, das deliberações das Conferências, dos Conselhos Municipais, Estaduais e Federais afetos às funções institucionais;

XXI - realizar atividades externas, quando necessário, no âmbito de suas atribuições;

XXIII - atuar junto ao Defensor Público, quando necessário, para a melhoria dos serviços prestados por instituições ou programas que atendam criança e adolescente sob medida de proteção ou em cumprimento de medida socioeducativa, em observância à garantia de seus direitos;

XXIV – atuar junto com o Defensor Público, quando necessário, em visitas, reuniões e demais atividades externas em instituições e em programas que atendam criança e adolescente sob medida de proteção ou em cumprimento de

medida socioeducativa, bem como em instituições e programas pertencentes ou ligados ao sistema prisional;

XXV – atuar em todas as áreas de intervenção da Defensoria Pública.

Parágrafo único. A Escola da Defensoria Pública deverá oferecer, periodicamente, curso de formação para a atuação na facilitação de composições consensuais de conflitos.” (NR)

“Artigo 6º:

.....

§ 3º. Os Agentes de Defensoria são vinculados, nos limites de sua atuação técnica, à Assessoria Técnica Psicossocial da Defensoria Pública-Geral.

§ 4º.

.....

II - sistematizar as sugestões oriundas dos Agentes de Defensoria Psicólogos e Assistentes Sociais dos Centros de Atendimento Multidisciplinar e organizá-las na perspectiva de contribuir para a melhoria do exercício profissional nas Unidades;

III – regulamentar os procedimentos técnicos concernentes às respectivas áreas do conhecimento, respeitada a competência do Conselho Superior da Defensoria Pública;

.....

VII - elaborar formulários-padrão para utilização nas intervenções profissionais com vistas à demanda administrativa, sistematização e organização do trabalho dos agentes das áreas de psicologia e serviço social, assegurando a participação dos agentes na sua elaboração e teste;

VIII - elaborar estudos, projetos e propostas de parcerias e convênios voltados ao fortalecimento da intervenção multidisciplinar e interdisciplinar, bem como o aprofundamento teórico e a formação profissional dos Agentes de cada área do conhecimento;

IX - propor à Escola da Defensoria Pública e auxiliar na implementação de programas de formação e capacitação profissional voltado aos integrantes dos Centros de Atendimento Multidisciplinar, Defensores Públicos, Servidores e estagiários, respeitado o pluralismo teórico e técnico dos profissionais;

.....

XI – propor e acompanhar o intercâmbio de experiências dos Agentes de Defensoria com outras instituições e entidades;

.....

XV - planejar e coordenar sistema de supervisão técnica, com a realização de encontros periódicos para intercâmbio de informações técnico-operativas e discussão de casos entre os profissionais de cada área do conhecimento;

XVI - planejar e coordenar grupos de estudos e de trabalho entre os profissionais;

.....” (NR)

“Artigo 7º.

§ 1º

.....
III - 2 (dois) Agentes de Defensoria que oficiem em Centro de Atendimento Multidisciplinar da Capital ou Região Metropolitana, priorizando-se que os profissionais sejam de mais de uma área de conhecimento.

IV - 2 (dois) Agentes de Defensoria que oficiem em Centro de Atendimento Multidisciplinar do Interior ou litoral, priorizando-se que os profissionais sejam de mais de uma área de conhecimento.

V – 1 (um) Agente de Defensoria que officie junto aos Núcleos Especializados, priorizando-se a cada gestão da Comissão, profissional de diferente área do conhecimento, respeitados o interesse e candidatura dos Agentes;

.....
§ 2º. Os representantes indicados no inciso II serão escolhidos mediante eleição direta pelos Defensores Públicos Coordenadores dos Centros de Atendimento Multidisciplinar. Na ausência de candidatos representando um dos Centros de Atendimento Multidisciplinar constante no referido inciso, a vaga ficará disponível para interessados dentre os coordenadores dos demais CAMs;

§ 3º:

I – A ocupação das vagas pelos Agentes que compõem os CAMs e Núcleos Especializados será alternada entre as diferentes áreas do conhecimento representadas por estes profissionais. Em cada votação, existindo candidatos de diferentes áreas que excedam o número de vagas, serão eleitos os mais votados que representem disciplinas que ainda não estiveram presentes em nenhuma gestão ou diferentes da formação anterior;”

“Artigo 12. Nas unidades em que o sistema de informações apropriado para o registro de atendimentos ainda não estiver implantado, o acompanhamento das sessões de conciliação, facilitação e mediação deverá ser documentado mediante instauração de Processo Administrativo próprio, que deverá ser remetido ao Defensor Público Natural, caso necessária a propositura de ação judicial.” (NR)

Artigo 2º. A Deliberação nº 187, de 12 de agosto de 2010, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Artigo 5º-A. São atribuições específicas dos Agentes de Defensoria Assistentes Sociais e Psicólogos dos Centros de Atendimento Multidisciplinar:

I - os Agentes de Defensoria Assistentes Sociais devem realizar manifestações técnicas, estudo social, formulação e resposta de quesitos, interpretação de

documentos técnicos, discussão de casos e demais intervenções profissionais na área do serviço social a partir da estratégia apresentada pelo Defensor Público, assegurada a eleição do procedimento técnico mais adequado ao caso;

II – os Agentes de Defensoria Psicólogos devem utilizar métodos e técnicas psicológicas para realização de estudos, avaliações ou intervenções psicológicas, bem como manifestações técnicas, laudos, formulação e resposta de quesitos, interpretação de documentos técnicos, discussão de casos, e demais intervenções profissionais na área do conhecimento Psicologia, a partir da estratégia apresentada pelo Defensor Público, tendo garantida a eleição do procedimento técnico mais adequado ao caso;

III - assessorar e construir plano de intervenção junto ao Defensor Público para garantia de convivência familiar de crianças e adolescentes com pais e mães privados de liberdade ou submetidos a medidas de segurança, seguindo demais normativas institucionais;

IV - atuar para garantir, junto às entidades de atendimento das medidas socioeducativas e de proteção, a efetivação do Plano Individual de Atendimento (PIA).”

Artigo 2º. Revogam-se os incisos III, IV e V do Artigo 5º da Deliberação nº 187, de 12 de agosto de 2010, do Conselho Superior da Defensoria Pública.

Artigo 3º. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.